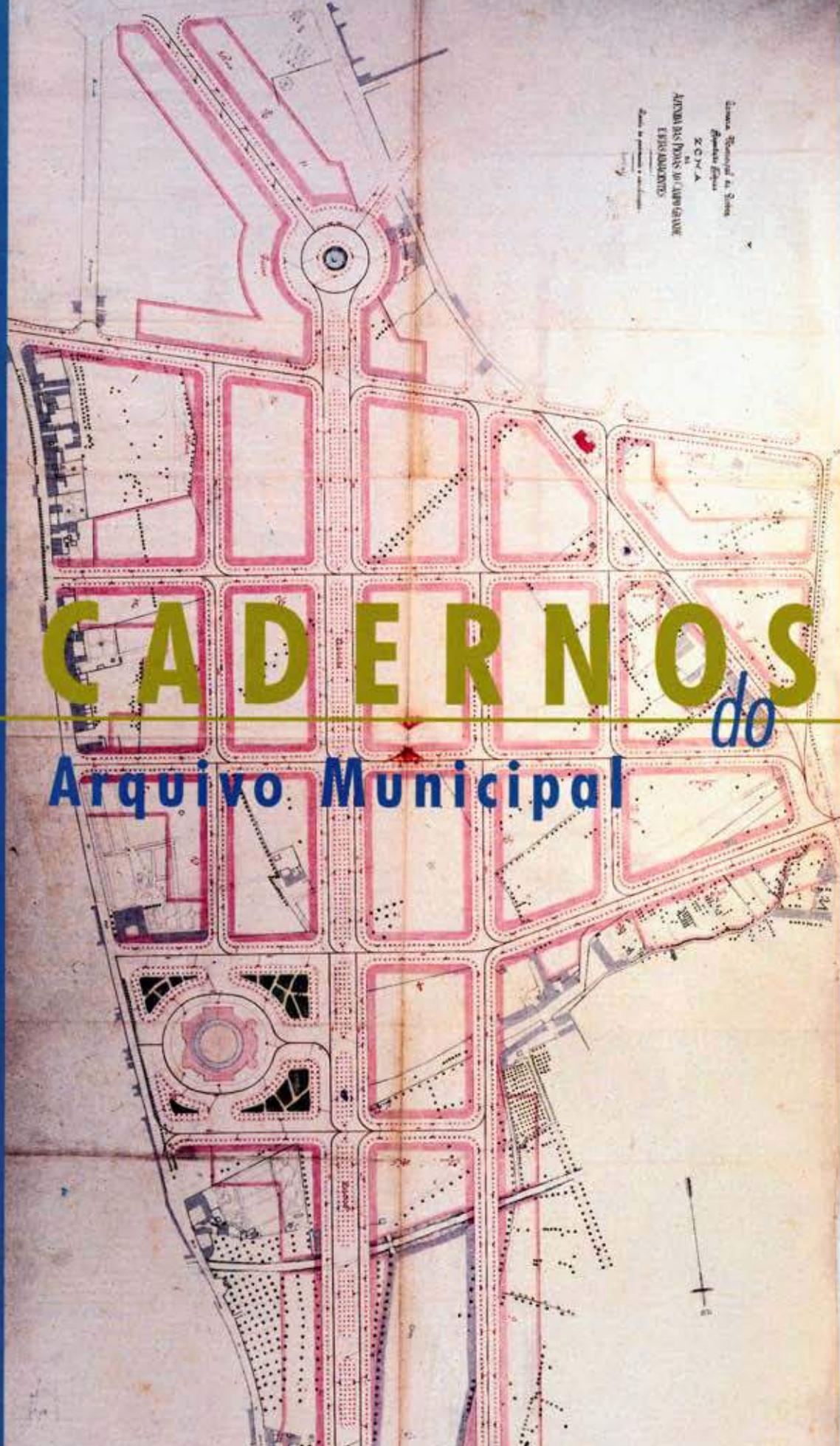


3



CADERNOS

do

Arquivo Municipal

Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura / Departamento de Património Cultural / Arquivo Municipal de Lisboa

1999

CADERNOS
do

Arquivo Municipal

CADERNOS

do Arquivo Municipal

Câmara Municipal de Lisboa

Pelouro da Cultura / Departamento de Património Cultural / Arquivo Municipal de Lisboa

CADERNOS

Arquivo Municipal do
Nº 3 - 1999

Propriedade

Câmara Municipal de Lisboa / Pelouro da Cultura
Departamento de Património Cultural
Arquivo Municipal de Lisboa

Direcção

Inês Morais Viegas

Coordenação

Francisco Matos
Maria de Lurdes Ribeiro

Redacção

Ana Caessa
Arménio Tojal
Francisco Matos
Helena Neves
Isabel Almeida
Jorge Mangorrinha
Maria de Lurdes Ribeiro
Maria Teresa Ramalho
Miguel Gomes Martins
Nuno de Drummond Ludovice
Nuno Campos
Vasco Brito
Zaida Galante

Design Gráfico

Margarida Aires Barros
Marília Afonso Lopes

Fotografias

José Luís Neto
Luís Fradinho

Capa

Planta do pavimento e canalização da Avenida das Picoas
ao Campo Grande e ruas adjacentes. 1888. Novembro, 14
AML-AE. Projectos de Urbanismo. nº 122.
Dim: 105,5 x 235 cm.

Pré Impressão

Jacinto Guimarães Lda.

Impressão

António Coelho Dias S.A.

Tiragem

1 500 exemplares

Depósito Legal: 118903/97

ISSN: 0873-9870

Apresentação		
Maria Calado	7
Editorial		
Inês Morais Viegas	9
Da Esperança a S. Vicente de Fora; um percurso em torno de Estevão da Guarda.		
Miguel Gomes Martins	10
O desembarque dos Príncipes D. José e D. Maria Ana Victória de Bourbon em Belém e o cortejo nupcial de aparato que se lhe seguiu em Lisboa.		
Nuno de Drummond Ludovice	62
As participações de Eugénio dos Santos ao serviço do Senado.		
Maria de Lurdes Ribeiro	84
O Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: percurso e estrutura.		
Ana Caessa, Francisco Matos	110
O Arquivo Municipal de Lisboa Arco do Cego.		
Arménio Tojal	134
A contribuição de Filipe Folque para a cartografia portuguesa do séc. XIX.		
Isabel Almeida, Maria Teresa Ramalho	144
Rafael Bordalo Pinheiro - reflexões para o estudo da sua vida e obra.		
Vasco Brito	156
A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização: a criação do pelouro da Instrução e a política educativa para a infância.		
Nuno Campos	166
Os palácios de Lisboa - da propriedade privada ao edifício municipal.		
Zaida Galante	192
Papeis de(o) Arquitecto na intervenção municipal urbana: notas sobre projectar Lisboa no séc. XX.		
Jorge Mangorrinha	216
O Arquivo Municipal de Lisboa Alto da Eira.		
Helena Neves, Vasco Brito	228

APRESENTAÇÃO

Preservar a memória da Cidade é uma das funções mais importantes dos Arquivos Municipais. Um património documental, rico e variado, guarda os segredos de muitos séculos de História e os investigadores têm ao seu dispor um manancial de informação surpreendente e sempre aliciante. Muitos conhecem, felizmente, o prazer desta descoberta, e, por vezes, são tão importantes as revelações de uma fonte até então desconhecida, como as múltiplas informações contidas em documentos re-analisados com base em novas perspectivas de abordagem histórica.

Na vastidão e complexidade dos Arquivos Municipais da Cidade de Lisboa têm os investigadores um acervo que todos os dias vai sendo tratado e ampliado, através da incorporação de documentos camarários ou da criteriosa aquisição de documentos relativos à História local. Este é um trabalho discreto, qualificado e persistente de um conjunto de técnicos das diversas áreas ligadas a esta problemática. Mas esta actividade não se esgota no tratamento, estudo e investigação em circuito fechado. Dirige-se sobretudo aos utentes, que, no dia a dia e pelas mais diversas razões, ocorrem em busca de informação e conhecimento. A apresentação da documentação devidamente tratada e tematicamente sistematizada faz parte das iniciativas regulares. As exposições e os respectivos catálogos, já bem conhecidos, são uma das faces mais visíveis da actividade do Departamento de Património Cultural e, em particular, da sua Divisão de Arquivos.

Neste contexto dinâmico, inserem-se os *Cadernos do Arquivo Municipal*. Assumindo o carácter de publicação científica especializada (mas vocacionada também para a divulgação), destina-se não só a um público académico, mas a todo um conjunto de estudiosos que pretendam conhecer melhor a memória e a História de Lisboa, nas suas diversas vertentes temáticas e nas suas múltiplas idades, dos tempos mais remotos às vivências mais próximas.

A Cidade é o tema central e continuará a ser sempre um bom pretexto para novos estudos e projectos de investigação. O contributo de todos os que deram conteúdo e forma a mais este número dos *Cadernos* é muito importante para o conhecimento do passado e para a construção de um futuro que se perspectiva e realiza quotidianamente em prol de uma Lisboa cultural.

Maria Calado

Vereadora da Cultura

EDITORIAL

A edição do terceiro número dos Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa, coincidente com o início da informatização do acesso à documentação, levou-nos a reflectir sobre algumas questões relacionadas com a forma organizacional e estrutural do acervo do Arquivo Municipal de Lisboa.

Apesar de este se encontrar dividido em três espaços diferentes, na realidade só existe um Arquivo Municipal de Lisboa e todo o trabalho aí realizado e planeado tem em conta uma só planificação com o fim de um dia podermos reunir toda a documentação, informatizada em parte ou no todo, num único local.

Neste sentido o Arquivo articula as suas actividades anuais com as novas tecnologias de modo a fornecer instrumentos de trabalho e de pesquisa eficazes a todos aqueles que nos procuram.

Continuaremos a divulgar este espólio, a partir de publicações e exposições, à medida que vai sendo investigado e descrito arquivisticamente.

Os artigos incluídos neste terceiro número resultaram da investigação levada a cabo pelos técnicos do arquivo, tendo sido abordadas as áreas do urbanismo, cartografia, estudo de figuras históricas e divulgação do espólio do Arquivo Municipal de Lisboa.

**Da Esperança
a S. Vicente de Fora:
Um percurso em torno de
Estêvão da Guarda¹**

Miguel Gomes Martins

Do convento da Esperança a S. Vicente de Fora. Em 1527, após autorização papal concedida por Clemente VII em 16 de Janeiro de 1524, tinha início, num local junto a Santos, designado como Quinta da Sisana, a construção do mosteiro franciscano da Esperança, dedicado a N. Sr^a da Piedade. A obra, iniciativa de D. Isabel de Mendanha², mulher de D. João de Meneses, encontrava-se praticamente concluída em 1536, altura em que as primeiras religiosas começaram a povoar o edifício³.

D. Isabel de Mendanha, pouco tempo antes de 30 de Julho de 1522, terá solicitado ao rei D. João III, que exercesse a sua influência junto da Câmara de Lisboa, de modo a que esta lhe aforasse perpetuamente esse terreno, pertencente a uma capela gerida pelo concelho da capital. Naquela data, o monarca escreveu aos vereadores da capital, pedindo-lhes que aceitassem a proposta de D. Isabel, que já havia acertado a transferência da posse da propriedade com o actual foreiro, Fernão de Noronha⁴, que a tinha, pelo menos, desde Julho de 1520 e pela qual pagava 20 000 reais e um quarto de azeite anuais⁵.

O terreno em questão era uma das propriedades aplicadas à capela instituída por Estêvão da Guarda e sua mulher no mosteiro de S. Vicente de Fora e cuja administração estava a cargo da vereação da capital.

Mas se a transacção do terreno foi simples e pacífica, a gestão da capela não o era. Pelo contrário, revelava-se, desde há muito, problemática e causadora de contendas entre os vereadores, o Mosteiro agostinho, os provedores e os foreiros das propriedades da capela. De tal forma que, assim que possível, a câmara, transferiu a administração.

A falta de rendimentos provenientes das propriedades da capela foi um dos principais motivos que levou a edilidade a subtrair-se a esse encargo. A situação de dificuldades económicas - desconhecemos quando terá tido início - teve o seu ponto máximo por alturas de 1513-1516. Um documento de Dezembro de 1513 refere precisamente que os

¹ Este artigo tem por base um trabalho intitulado *Subsídios Para Uma Biografia de Estêvão da Guarda*, apresentado no ano lectivo de 1996-97, no Mestrado de História da Idade Média da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do seminário coordenado pelo Professor Doutor António Resende de Oliveira, a quem muito agradecemos todas as pistas, sugestões e interesse demonstrado pela conclusão desse estudo.

² D. Isabel pertencia à família Mendanha, de origem espanhola, instalada em Portugal durante o reinado de Afonso V em consequência da guerra travada pela sucessão de Castela (Afonso Eduardo Martins Zuquete (dir. de), *Armorial Lusitano*, Lisboa, Enciclopédia, 1987, p. 356-357).

³ A. Vieira da Silva, "O Mosteiro da Esperança", *Revista Municipal*, n.º 45, p. 21. Sobre a fundação desta casa religiosa, cf. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Tomo II, Lisboa, Imprensa Municipal, 1972, pp. 317 e ss e ainda Baltazar de Matos Caetano, *Os Conventos de Lisboa*, Lisboa, Distri, 1989, p. 20. O edifício, após 1888 - altura do falecimento da última freira -, esteve destinado a converter-se numa fábrica de pão, o que nunca chegou a acontecer. Contudo, em 1890, instalava-se no local uma dependência da Inspeção dos Incêndios, o primeiro passo para que se transformasse em quartel de bombeiros, situação que ainda hoje se verifica.

⁴ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella de Estêvão da Guarda, e outras cartas, Instrumentos, Sentenças, Letra Pontifícia e contratos pertencentes a dita Cappella*, doc. 4. A partir de agora designá-lo-emos apenas como *Livro da Instituição da Cappella*.

⁵ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 2

anteriores administradores da capela deixaram alhear e escambar e destruir, na sua maior parte, tanto as heranças como o corpo da capela, de modo que aí se encontrava apenas um capelão e não existia um único ornamento. Além disso, a capela encontrava-se “*mui mal reparada que parecia couza dizerta*”⁶.

Pouco parece ter sido alterado no espaço de três anos, pois um documento datado de Outubro de 1516 refere que a maior parte dos bens permaneciam alheados e danificados⁷. Exceptuava-se um retábulo recentemente encomendado para a capela por um dos seus administradores - mestre Pedro - e colocado no altar da capela⁸. Contudo, o panorama geral era o de uma profunda desolação. Para tal contribuíam as parcas rendas provenientes das propriedades anexadas à capela e que, na centúria de Quinhentos, se limitavam à Quinta da Sisana - cuja produção, tudo o indica, não passava de azeite⁹ - e a umas casas na Rua Nova (dos Ferros), em Lisboa¹⁰. Contudo, a situação pouco terá mudado pois o próprio rei, em 1546, afirmava que “*os administradores que ate ora forão tratarão muito mal os bens e fazenda da ditta capella e aforarão os dittos bens por mui pouco e os sonegão de maneyra que veyo a tanta diminuição que não rende ora a quarta parte do que sohia de render*”¹¹.

Estêvão da Guarda e a sua mulher, haviam estipulado que esse lugar deveria ser entregue, prioritariamente, a membros masculinos da sua descendência. O primeiro de que temos conhecimento nessa função é, precisamente, um neto do instituidor, Álvaro Afonso, que a ocupou durante aproximadamente 40 anos, sendo seguido, após a sua morte pelo filho, Diogo Álvares, que assumiu funções em Outubro de 1400¹². Ter-se-á mantido até 1428, altura em que foi desapossado do cargo pela vereação Lisboaeta sob a acusação de irregularidades cometidas na administração da capela¹³ e que parecem radicar na falta de pagamento aos capelães¹⁴.

Ao longo do século XV as notícias são escassas, sendo que só voltamos a ter referência à administração da capela em Março de 1496, quando um escudeiro de Lisboa, João de Andrade, por renúncia de seu pai, Estêvão Pinheiro - que alegava impossibilidade de compatibilizar essa função com os seus negócios -, foi empossado pelos vereadores do

⁶ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 15.

⁷ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 16.

⁸ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 16. Não nos foi possível, por falta de elementos documentais, averiguar de que quadro se trata e se, porventura, ainda existe.

⁹ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 2.

¹⁰ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 16.

¹¹ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 6.

¹² AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 12.

¹³ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 13.

¹⁴ AML - AH - Chancelaria Régia, *Livro dos Pregos*, fl. 200-202v.

concelho da capital, como provedor da capela¹⁵. Nada é mencionado quanto à relação linhagística entre estes dois indivíduos e os instituidores.

O século XVI tem início com uma questão complicada em torno da administração. O acima referido João de Andrade, foi destituído, também ele, por "*erros que fizera*"¹⁶, surgindo para ocupar o lugar um alegado descendente de Estêvão da Guarda, Paio Rodrigues¹⁷. Pouco tempo depois viria a falecer, sendo substituído, antes de Agosto de 1503, por sua mulher, Maria Gonçalves "*A Brandoa*". Nessa altura, um outro candidato aparecia em cena. Tratava-se de Pedro de Andrade, cavaleiro da casa do rei que, argumentando que a capela não poderia estar, por disposições dos instituidores, na posse de familiares, apresentava-se como disponível para assumir o cargo¹⁸. Dez anos depois, o administrador era já mestre Pedro, cavaleiro da Ordem de Santiago¹⁹, bacharel, físico e cirurgião²⁰, que em Outubro de 1516 ainda se encontra atestado no cargo²¹. Terá sido substituído por Pedro Fernandes antes de 28 de Abril de 1544²².

Nesta data, D. João III, em carta enviada à câmara de Lisboa, solicitava à vereação que, quando o administrador da capela morresse, entregasse a provedoria da capela à abadessa e freiras do convento da Esperança²³. Em Outubro de 1546, imaginamos que logo após a morte de Pedro Fernandes, o monarca reafirmava o seu pedido para que a capela fosse entregue, para ser administrada, pelas religiosas do recém construído Mosteiro da Esperança, localizado, lembre-se, numa propriedade pertencente a essa mesma capela, alegando que "*terão melhor cuidado de cumprir os encargos da ditta capella por serem religiosas de muito boa vida e de puras consciencias e poderão olhar por isso melhor que os leigos*"²⁴.

Desconhecemos até quando esta situação se terá verificado bem como os motivos que levaram a que fosse alterada. Em finais da centúria de Quinhentos ou inícios da seguinte, a capela voltava a ter um outro administrador laico - Luís Mendes - que em 1608, por morte, havia já sido substituído, eventualmente, por Pedro Vaz de Villas Boas e sua mulher, Justa de Magalhães. Estes, em 19 de Agosto desse ano apresentavam a sua

¹⁵ AML - AH - Coleção por organizar, *Livro III de Contratos*, doc. nº 1.

¹⁶ A documentação disponível é omissa no que diz respeito às irregularidades cometidas e acusações que pendiam sobre João de Andrade.

¹⁷ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 13.

¹⁸ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 13. O que não passava de uma manobra para afastar a administradora, pois Estêvão da Guarda nada havia referido a esse respeito na instituição da capela. Pelo contrário. O instituidor havia sim estipulado que a administração deveria ser entregue a familiares seus, preferencialmente, membros masculinos e, em última instância, femininos.

¹⁹ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 15.

²⁰ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 8.

²¹ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 16.

²² AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 5.

²³ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 5.

²⁴ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 6.

carta de renúncia alegando que as despesas da capela eram muito superiores aos seus rendimentos, pelo que não podiam continuar com o cargo sem prejuízo²⁵. O problema revelava-se em toda a sua extensão: a capela não tinha já quaisquer meios de suportar os encargos estipulados pelos instituidores.

A câmara viria, contudo a defrontar-se com um outro problema de difícil resolução. As obras filipinas do mosteiro de S. Vicente trouxeram a demolição da capela e a destruição do sarcófago de Estêvão da Guarda, sendo as ossadas transladadas para uma outra capela, localizada por detrás do coro, do lado oriental. Mas, para que tal acontecesse, a câmara teria que cumprir as obrigações estipuladas pelos instituidores, isto é, pagar a São Vicente de Fora os sufrágios que haviam sido estipulados por Estêvão da Guarda e sua mulher²⁶.

Em meados do nosso século uma lápide funerária ainda assinalava, no claustro do mosteiro de S. Vicente de Fora, o local onde se encontravam os ossos dos instituidores²⁷, pelo que é natural que a Câmara não tenha chegado a cumprir aquelas obrigações, face ao que o Convento terá optado por dismantelar a capela e emparedar os ossos. A figura de Estêvão da Guarda caía assim num quase completo esquecimento.

O regresso a Estêvão da Guarda. Mas quem foi este indivíduo sobre quem a documentação dos séculos XV a XVII pouco diz? É justamente esse o motivo deste estudo. Aprofundar um pouco mais o pouco que se conhece da biografia dessa figura tão interessante e multifacetada do século XIV.

Se bem que alguns estudos recentes²⁸ tenham posto a descoberto elementos biográficos

²⁵ AML - AH - Administração. *Livro II de Contratos*, doc. 2.

²⁶ AML - AH - Administração. *Livro II de Contratos*, doc. 3.

²⁷ "OSSOS DE ESTEVAM DA GVARDA E DE SVA MOLHER DONA SANCHA" (J.M. Cordeiro de Sousa. *Inscrições Portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX)*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1940, nº 438).

²⁸ Em 1971, se bem que tendo passado absolutamente despercebido por entre os historiadores, Walter Paganí convertia-se no primeiro "biógrafo" de Estêvão da Guarda e punha, pela primeira vez nos nossos dias, a hipótese de aquele ter uma origem portuguesa (Walter Paganí. "Il Canzoneri di Estevan da Guarda", Pisa, Pacini Editore, 1971. Separata de *Studi Mediolatini e Vulgari*, XIX, p. 56-75). Em 1987, Armando Luís de Carvalho Homem fazia o primeiro ponto de situação, sistematizando e coligindo dados até aí dispersos, em paralelo com a divulgação de novos elementos ("Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda", in *Portugal nos Fins da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 57-62). Este autor, apesar de conhecer o trabalho de Paganí, parece não lhe ter dado a importância que merecia, na medida em que ignorou muitos dos elementos biográficos que aquele apresentava. No ano seguinte, António Resende de Oliveira ("Do Cancioneiro da Ajuda ao "Livro das Cantigas" do Conde D. Pedro. Análise do acréscimo à secção das cantigas de amigo de w", in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, 1988, nº 10, p. 726-727) efectua um breve resumo biográfico da vida de Estêvão da Guarda, no qual o apresenta como português. Em 1990, de novo Armando Luís de Carvalho Homem, na versão impressa e acrescentada da sua dissertação de Doutoramento (*O Desembarço Régio (1320-1433)*. Porto, I.N.I.C., 1990, p.296-297, 627, Biografia 8), elabora nova sistematização biográfica do percurso de Estêvão da Guarda, embora, tal como no estudo de 1987, destacando a sua ligação institucional à corte dionisina. Por fim, novamente António Resende de Oliveira, na sua dissertação de Doutoramento (*Depois do Espectáculo Trovadoresco - A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*. Lisboa, Colibri, 1994, p. 329-330), efectua uma nova interpretação do que até à altura se conhecia sobre Estêvão da Guarda e, lançando mão de elementos inovadores, reescreve a sua biografia dando-nos uma nova imagem desta personagem.

até aí completamente desconhecidos, ou a que pouca atenção foi prestada²⁹, as dúvidas e as incertezas continuam a impossibilitar-nos o conhecimento profundo desta interessante figura.

A ideia de nos debruçarmos sobre esta personagem surgiu ao consultarmos, no Arquivo Municipal de Lisboa, o *Livro da Instituição da Cappella de Estêvão da Guarda, e outras cartas, Instruções, Sentenças, Letra Pontifícia e contractos pertencentes a dita Cappella*³⁰. Este códice, de letra do século XVIII, reproduz um outro, já desaparecido, datado do século XVI que, por sua vez, trasladava diversos documentos relativos à instituição e gestão da Capela de Estêvão da Guarda, entre os quais se encontram o testamento do instituidor, o documento da fundação e um codicilo³¹. Estes diplomas, riquíssimos em notícias biográficas, aliciaram-nos à procura dos originais e de outra documentação complementar que nos pudesse dar mais informações sobre Estêvão da Guarda.

Gradualmente, fomos constituindo um *corpus* documental que, devidamente analisado e cotejado com a bibliografia disponível sobre o tema, nos permitiu a elaboração deste trabalho.

Procurámos assim seguir a vida de Estêvão da Guarda, questionando a documentação sobre as suas origens e descendência, sobre o seu itinerário, presença no meio cortesão e principais ligações, sobre a constituição e gestão da sua riqueza patrimonial e, finalmente, sobre as formas encontradas para afirmar a sua linhagem. Naturalmente que outras abordagens poderiam ser feitas e outras estruturas podiam ser encontradas para a construção formal deste estudo. Porém, acreditamos ser esta a que melhor serve a apresentação dos elementos recolhidos e sua análise.

A Linhagem de Estêvão da Guarda. Estêvão da Guarda terá nascido cerca de 1280³². No seguimento de frei Francisco Brandão, a maior parte dos autores têm posto a hipótese da origem aragonesa. Contudo, este cronista não parece ter tido grandes certezas a este respeito, pois limitou-se a afirmar que: "*Mas tornando a falar de Estêvão*

²⁹ Como é o caso do documento de instituição da Capela de Estêvão da Guarda. Apesar de Frei Francisco Brandão referir e transcrever parcialmente o documento da instituição (*Monarquia Lusitana*, Parte Sexta, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980, p. 429-430), este importante diploma não foi nunca, até ao momento em que Walter Pagani o analisou (Walter Pagani, *op. cit.* p. 56-75), devidamente estudado.

³⁰ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, códice nº 97. Com interesse para o estudo da gestão da Capela de Estêvão da Guarda, veja-se também no mesmo arquivo: Administração, *Livro III de Contratos*, códice nº 14/230.

³¹ Tudo indica que o códice desaparecido fosse aquele que o administrador mestre Pedro compilou, por determinação da vereação lisboeta, com os documentos relativos à capela de Estêvão da Guarda e que se guardava numa arca do cartório da capela (AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 16).

³² Estêvão da Guarda surge referido na documentação, pela primeira vez, a elaborar uma carta régia, no dia 20 de Agosto de 1299, durante o cerco de Portalegre levado a cabo pelos exércitos de D. Dinis (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 7v). Como não nos parece provável que tenha assumido funções no Desembargo Régio com muito menos de 20 anos, julgamos que o seu nascimento tenha ocorrido próximo do ano de 1280.

*da Goarda, elle me parece ser Aragones, & que veo por pagem da rainha S. Isabel".... acrescentando que D. Dinis "o criára de menino, & lhe dera cà na sua terra honras, & fazenda, donde mostra ser elle vindo de outra terra, & como não natural do Reyno estimava a merce mais por lhe não ser devida como a natural"*³³. Assim, aquilo que para frei Francisco Brandão não passava de uma hipótese, passou, para muitos, a ser uma verdade adquirida³⁴. No entanto, nos últimos anos, à semelhança do que já havia sido aventado em finais do século XIX³⁵, diversos têm sido os investigadores que apontam, sem grandes dúvidas, para uma nacionalidade portuguesa de Estêvão da Guarda³⁶. Embora a nossa análise não seja de modo algum conclusiva a este respeito, somos levados a crer numa origem portuguesa e não aragonesa.

Tal situação deve-se, em primeiro lugar, por não existir nenhum indicador que nos leve a acreditar na hipótese de se tratar de um aragonês. De toda a documentação consultada, nada corrobora a sugestão do cronista alcobacense. Além do mais, a acreditar em frei Francisco Brandão que o aponta como sendo pagem de D. Isabel³⁷, esperar-se-ia uma ligação estreita com a rainha. Tal ligação não se verificou nunca, nem sequer na elaboração da correspondência da rainha, pois desta, apenas uma missiva é da lavra de Estêvão da Guarda³⁸. Esse lugar encontramos-lo ocupado por Pedro Soares, este sim detendo a posição de destaque junto da mulher de D. Dinis que - eventualmente - se esperaria ver ocupada por Estêvão da Guarda.

Em segundo lugar, existem alguns indícios que nos parecem apontar para uma naturalidade portuguesa. No testamento de D. Dinis, de quem era testamenteiro, surge identificado como criado e vassalo do rei³⁹, de onde se pressupõe que a sua criação se tenha dado no seio da corte régia, o que se nos afigura como indicador de uma presença da família "*da Guarda*", pelo menos no que diz respeito à geração anterior, no ambiente da corte dionisina, ou mesmo na de Afonso III. Além disso, o próprio Estêvão da

³³ Frei Francisco Brandão, *op. cit.* p. 431.

³⁴ Por exemplo: M. Rodrigues Lapa, *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, s.l., Editorial Galaxia, 1970, p. 177; Armando Luís de Carvalho Homem, "Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda (1299-1325)", *op. cit.*, p. 57-62. No entanto, este mesmo autor, alguns anos mais tarde deixou já clara a sua opção quanto à naturalidade portuguesa de Estêvão da Guarda (Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, *op. cit.*, p. 627-628); Pedro Gomes Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, I.N.I.C., 1992, p. 289, nota 13, entre muitos outros.

³⁵ Algumas obras referiam Estêvão da Guarda como sendo português e não aragonês. De entre essas destacam-se: *Diccionario Popular*, Vol. I, s.l., s.n., 1876-1880, p. 207 e Visconde de Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico*, Vol. II, Lisboa, Tipografia Universal, 1872, p. 83

³⁶ Walter Pagani, *op. cit.* p. 57-59. António Resende de Oliveira, "Do Cancioneiro da Ajuda ao "Livro das Cantigas" do Conde D. Pedro. Análise do acrescento à secção das cantigas de amigo de w", *op. cit.* p. 726-727 e, do mesmo autor, *Depois do Espectáculo Trovadoresco - A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, *op. cit.*, p. 329-330.

³⁷ Frei Francisco Brandão, *op. cit.* p. 431.

³⁸ Trata-se de uma carta, extremamente lacónica, enviada a Jaime II de Aragão (Fernando Barros Leite, *O Rei Dom Dinis e a Rainha Santa Isabel*, Coimbra, edição do autor, 1992, p. 132).

³⁹ Frei Francisco Brandão, *op. cit.* p. 428.

Guarda dizia ter recebido, enquanto criança, diversas mercês de D. Dinis⁴⁰, o que é corroborado pelas palavras do rei, que referia que lhe havia feito "*mercee ... assi come en criança de sseu corpo*"⁴¹. Esta presença frequente no meio cortesão parece-nos confirmada pelo próprio Estêvão da Guarda ao referir-se a D. Dinis: "*em dormiscadas honradas en sa casa e en sa mercee*"⁴².

Estes elementos não são, de modo algum, concludentes. Todavia, julgamos que nos fornecem indicações suficientes para que se afaste a ideia transmitida por frei Francisco Brandão, de uma origem aragonesa.

Uma questão decisiva para a resolução de todo este enigma seria descobrir a sua paternidade, já que esta se encontra, igualmente, envolvida em dúvidas e incertezas. Os contributos mais recentes no sentido de solucionar esta questão foram dados por António Resende de Oliveira que sugere a hipótese de Estêvão da Guarda ser filho de Estêvão Rodrigues da Guarda, escudeiro que na segunda metade do século XIII doou alguns bens localizados na Guarda à Ordem do Hospital. Segundo o mesmo autor, seria irmão de Lourenço Rodrigues da Guarda, presente, na qualidade de testemunha, num documento datado de 1253. A proximidade cronológica entre ambos e uma relação plausível com o eventual ano de nascimento de Estêvão da Guarda, cerca de 1280, corrobora esta hipótese⁴³. Porém, e tendo em linha de conta a datação atribuída a cada um destes três indivíduos, a inversão dos papéis de pai e de tio é igualmente possível, pelo que Estêvão da Guarda pode, pelo contrário, ser filho de Lourenço Rodrigues e sobrinho de Estêvão Rodrigues. Complementarmente, as cronologias destas personagens permitem-nos ainda equacionar os dados de outras formas. Uma delas é ver, em Lourenço ou Estêvão Rodrigues da Guarda, aleatoriamente, um avô de Estêvão da Guarda.

Uma outra hipótese é a de o pai de Estêvão da Guarda ser um indivíduo de nome Pedro Esteves da Guarda que nos surge mencionado na documentação como antigo proprietário de umas casas que Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, doou em 1321 para a manutenção da capela fundada por Estêvão da Guarda em S. Vicente de Fora⁴⁴. A documentação não nos fornece qualquer outro dado que nos permita reforçar ou abandonar esta ideia.

⁴⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

⁴¹ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 147v-148. Esta frase, que se encontra no documento da doação de diversas propriedades em Torres Vedras: "... *nos mercee fizessemos assi come en criança de sseu corpo*"... (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 147v), será recuperada, na íntegra, por Estêvão da Guarda (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23). Relembre-se, a este propósito, que "... *o rei, munido da "patria potestas", funciona como pai adoptivo, sendo esta adopção política uma forma de aliança.*" (Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Vol. 1, Coimbra, Faculdade de Letras, 1992, Dissertação de Doutoramento (Policopiada), p. 240).

⁴² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

⁴³ António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco - A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, op. cit., p. 229-330. Cf. Apêndice 5, Quadro 1.

⁴⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23).

Mas, no nosso ponto de vista, é um outro indivíduo quem reúne mais condições para assumir essa paternidade. Trata-se do escrivão régio Lourenço Esteves da Guarda⁴⁵. Encontramo-lo registado na documentação, pela primeira vez em 1299⁴⁶ e, pela última em 1313⁴⁷, o que, à partida, lhe permitiria ter um filho nascido cerca de 1280. Para reforçar esta hipótese, saliente-se o facto de as primeiras referências, tanto a Lourenço Esteves quanto a Estêvão da Guarda surgirem no mesmo contexto - o cerco de Portalegre de 1299 - o que parece apontar para uma proximidade entre ambos. Contudo, esta possibilidade abre-nos uma nova perspectiva, a de Lourenço Esteves da Guarda ser, face ao patronímico, irmão de Pedro Esteves da Guarda que passa, assim, a ser tio de Estêvão da Guarda.

Partindo pois do princípio que Pedro e Lourenço Esteves da Guarda eram irmãos e, respectivamente, tio e pai de Estêvão da Guarda, podem, com base nas cronologias e nos patronímicos, ser filhos do escudeiro Estêvão Rodrigues da Guarda que, já o havíamos dito, poderia ser avô de Estêvão da Guarda.

Portanto, face aos elementos de que dispomos, a hipótese mais viável é justamente a de Estêvão da Guarda ser filho de Lourenço Esteves da Guarda e sobrinho, pelo lado paterno de Pedro Esteves da Guarda. O seu avô seria assim o escudeiro Estêvão Rodrigues da Guarda que, por sua vez, era irmão de Lourenço Rodrigues da Guarda. Perante este quadro ficaria assim explicada, também, a origem do apelido "da Guarda", obtido por via de Estêvão Rodrigues, o escudeiro possuidor de bens na cidade da Guarda⁴⁸.

E é, igualmente, no plano conjectural que temos que entrar quando nos debruçamos sobre os irmãos de Estêvão da Guarda. A documentação é clara quanto à existência de mais que um irmão por cujas almas deveriam ser rezadas missas na capela instituída em S. Vicente de Fora. Contudo, nada mais é dito a este respeito. Face aos dados disponíveis, segundo António Resende de Oliveira, quem melhor pode assumir esse papel será Lourenço Esteves da Guarda⁴⁹ e, eventualmente, Pedro Esteves da Guarda. Porém, pelo que acima ficou exposto, tal parece-nos improvável.

⁴⁵ António Resende de Oliveira aponta-o, face à sua cronologia (1299-1320), como podendo ser irmão de Estêvão da Guarda. (Depois do Espectáculo Trovadoresco - A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV, op. cit., p. 330). No entanto, parte de uma posição que se baseia, no nosso ponto de vista, num equívoco. Isto é, considera Lourenço Esteves da Guarda como estando ainda vivo em 1320, altura em que ocupa o cargo de cevadeiro mor de D. Dinis. Contudo, quem ocupa esse lugar é, sim, um outro indivíduo de nome Lourenço da Guarda, que, parece-nos, não pode ser confundido com Lourenço Esteves da Guarda (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 4, fl. 89).

⁴⁶ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 7.

⁴⁷ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 84v.

⁴⁸ Sobre a ascendência de Estêvão da Guarda, cf. quadros 1 e 2 (p. 21).

⁴⁹ António Resende de Oliveira, Depois do Espectáculo Trovadoresco - A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV, op. cit., p. 330.

Por outro lado, se as suas origens não estão ainda suficientemente clarificadas, com a sua descendência já não se passa o mesmo. Aparentemente, teve apenas uma esposa, Sancha Domingues, cuja paternidade ignoramos mas de cujos familiares conhecemos um irmão, Mestre Gil Domingues; uma sobrinha e dois sobrinhos, Marinha Gonçalves, Vicente e Nicolau; todos eles mencionados no seu testamento, datado de 10 de Outubro de 1347⁵⁰. Esse casamento parece, pelas palavras de Estêvão da Guarda, ter tido o patrocínio régio: "...por quantas mercees e quantos beens e por quantas maneiras hei recebido de meu senhor El Rey Dom Dinis... ..em meu casamento" ...⁵¹. Tudo parece indicar que essa união se tenha dado antes de 4 de Setembro de 1317 pois nesta data um documento relativo à compra de um quarto de um forno, menciona-os já como casados⁵². Com efeito, se tivermos em conta as inúmeras mercês recebidas de D. Dinis durante esse ano (quitação de 300 libras⁵³, quitação de 1400 libras⁵⁴ e, muito possivelmente, a doação da Lezíria da Fraceira⁵⁵) podemos estar face aos tais bens e mercês que Estêvão da Guarda refere ter recebido aquando do seu casamento, pelo que podemos apontar o ano de 1317 como o do seu consórcio⁵⁶. A morte de Sancha Domingues terá ocorrido entre 1347, data da redacção do seu testamento⁵⁷, e 1352, data da elaboração do testamento de Estêvão da Guarda, no qual é feita menção das despesas com a sua sepultura⁵⁸.

Deste casamento nasceram quatro filhos e uma filha⁵⁹: Diogo Esteves, Álvaro Esteves, Fernão e Afonso da Guarda e Maria Esteves⁶⁰.

⁵⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26. Aparentemente, Sancha Domingues terá feito um testamento anterior, já que no de 1347 estipulava que "se algum outro testamento ante deste avya factio que nom valha". Determinava que o seu corpo fosse sepultado na capela que, com Estêvão da Guarda, havia instituído em S. Vicente de Fora e à qual deixava várias quantias em dinheiro para que fossem oficiadas diversas missas. Como testamenteiros, nomeou o seu marido, seu irmão Mestre Gil Domingues e Gil Eanes, prior de Santa Justa. (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26).

⁵¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23. António Resende de Oliveira, baseado no mesmo excerto, havia já apontado neste sentido (Depois do Espectáculo Trovadoresco - A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV, op. cit., p. 330).

⁵² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 6, doc. 5.

⁵³ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 6, doc. 4.

⁵⁴ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 113v.

⁵⁵ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 119v.

⁵⁶ Assim sendo, somos levados a pensar porque teria Estêvão da Guarda casado tão tardiamente, com quase 40 anos?

⁵⁷ Sobre o testamento de Sancha Domingues, cf. Apêndice 3.

⁵⁸ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

⁵⁹ Não nos parece seguro afirmar que todos os cinco filhos de Estêvão da Guarda sejam fruto do casamento com Sancha Domingues, na medida em que esta, no seu testamento, apenas menciona os seus netos Rodrigo e João Eanes [Escola], filhos de Maria Esteves. Contudo, no mesmo documento refere as duas amas de seus filhos - Sancha Vicente e Constança Vicente (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26). O próprio facto de Estêvão da Guarda ter casado com cerca de 40 anos pode sugerir a existência de uma relação anterior (casamento?) da qual poderiam perfeitamente ter nascido filhos. Além disso, afigura-se-nos como dificilmente explicável o facto de três desses filhos terem o patronímico Esteves, enquanto que os outros dois têm o apelido "da Guarda". O único motivo para que tal suceda parece ser o facto de aqueles que são mencionados pelo patronímico (Esteves) estarem vivos enquanto que os que são referidos através do apelido estarem já mortos.

Diogo Esteves teve uma filha, Sancha Dias, que casou com Lourenço Martins do Avelar⁶¹, copeiro da rainha D. Beatriz⁶² e anteriormente casado com D. Beatriz Eanes, colação da mulher de Afonso IV⁶³. Lourenço Martins era filho de Martim Esteves do Avelar, Mestre de Avis e mordomo da rainha⁶⁴. Muito possivelmente, para esse casamento terá contribuído o próprio Estêvão da Guarda que ligava assim a sua família a uma outra bastante poderosa e profundamente integrada nos meandros da corte. Contudo, desse casamento não houve qualquer descendência⁶⁵.

De Álvaro Esteves não se conhecem quaisquer dados biográficos, excepto que sabia ler e que teria, provavelmente, uma formação escolar na área do Direito, já que o seu pai lhe deixou, por disposições testamentárias, "*o Codigo e o Digesto porque el leu*"⁶⁶, bem como os outros livros do *Corpus Juris Civilis*⁶⁷.

Quanto a Fernão da Guarda, é sabido estar já morto na altura da redacção do testamento de seu pai (1352), na medida em que este determinava que se rezassem missas pela sua alma⁶⁸, pelo que não pode ser confundido com um homónimo que em 1360 elaborou uma carta régia de D. Pedro⁶⁹. Por outro lado, pode ser o subscritor de um diploma de Afonso IV datado de 25 de Agosto de 1335⁷⁰. Teve dois filhos, Estêvão e Afonso que, em 1352, eram criados por Estêvão da Guarda na sua casa⁷¹, certamente devido à morte do pai.

⁶⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25. De todos esses cinco filhos, Diogo Esteves seria, à data da redacção de testamento de Estêvão da Guarda, o primogénito vivo já que é a ele que seu pai, por disposições testamentárias, vai deixar todo o armamento ofensivo e defensivo (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25). Além disso, será a filha deste, Sancha Dias, através do seu marido, Lourenço Martins do Avelar, quem se habilitará a herdar as propriedades que D. Dinis havia doado a Estêvão da Guarda, em maneira de morgado, em Torres Vedras (*Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p. 426-428). Dos restantes, não sabemos a ordem do seu nascimento.

⁶¹ *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p. 426-428.

⁶² Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Carnaxide, Difel, 1995, p. 48-49.

⁶³ *Portugal: Monumenta Historica-Nova Série: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. II/2, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, p. 29.

⁶⁴ Rita Costa Gomes, op. cit., p. 47-49.

⁶⁵ Tal como se encontrava consignado na doação do morgado de Torres Vedras, esses bens retornaram à coroa por extinção da linhagem, após a morte da neta de Estêvão da Guarda, sendo então doados a João Fernandes Pacheco (Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, Tomo VIII, Lisboa, Sá da Costa, 1946, p. 272). Após a ida deste para Castela, essas propriedades foram entregues a Gonçalo Eanes de Abreu que, por sua vez as vendeu, em 1407 a Gomes Martins (Maria de Lurdes Rosa, *O Morgado em Portugal-Séculos XIV e XV*, Lisboa, Estampa, 1995, p. 250).

⁶⁶ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

⁶⁷ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25. Estes livros foram obtidos de Álvaro Afonso, escudeiro de D. Diogo de Sousa em penhor de 300 libras, em 17 de Maio de 1341. O documento de empréstimo refere um Digesto velho, um Digesto novo, um Código, um Livro das Autênticas e um Livro Inocência. Esses livros destinavam-se a que os "filhos [de Estêvão da Guarda] leiam e aprendam" (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 9, doc. 36). Facto é que, pelo menos, tudo o indica, Álvaro Esteves os leu.

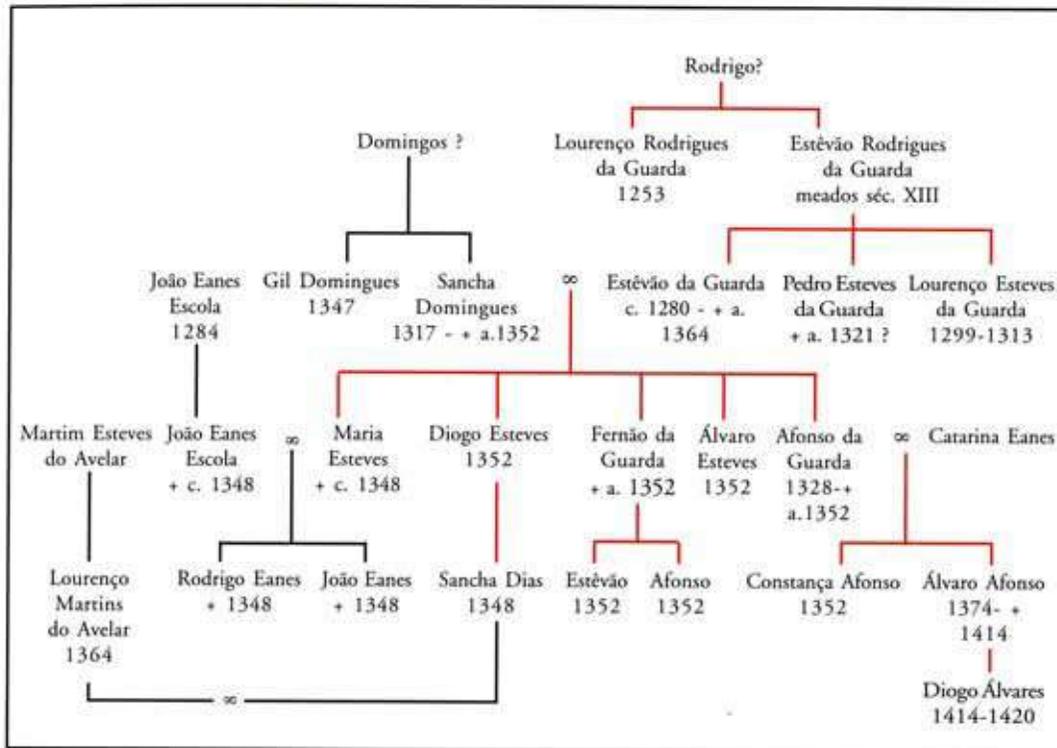
⁶⁸ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

⁶⁹ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, Lisboa, C.M.L., 1947, p. 233.

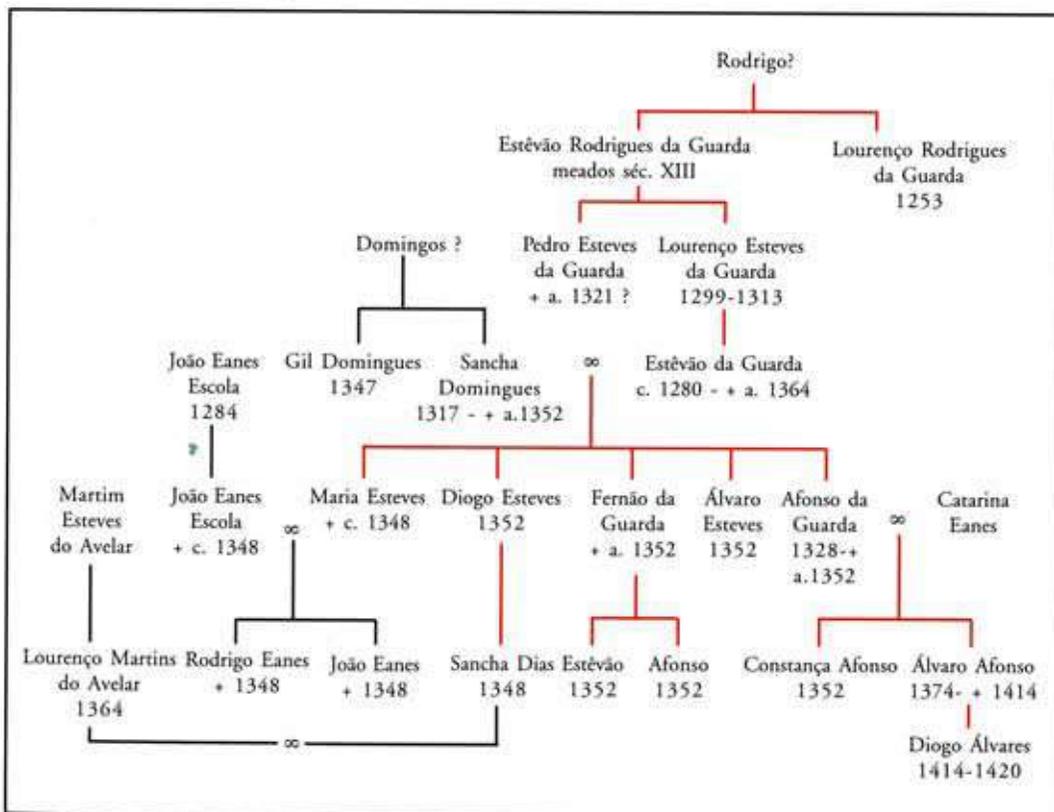
⁷⁰ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 302. A ser filho de Estêvão da Guarda e de Sancha Domingues, teria pouco mais de 17 anos nessa altura. Por outro lado, pode ser fruto de uma relação anterior a esse casamento (relação essa cuja plausibilidade já comprovámos), pelo que, a ser assim, na altura da elaboração deste diploma teria mais de 18 anos.

⁷¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

Genealogia da Família de Estêvão da Guarda. Quadro 1



Genealogia da Família de Estêvão da Guarda. Quadro 2



Afonso da Guarda, tal como o anterior, encontrava-se já morto aquando da redacção do testamento de Estêvão da Guarda⁷². Contudo, talvez se trate da mesma pessoa que encontramos a elaborar os diplomas régios de 8 de Agosto de 1328⁷³ e de 7 de Junho de 1339⁷⁴. Foi casado com Catarina Eanes⁷⁵ e era pai de Constança e de Álvaro Afonso⁷⁶. Este último teve um filho, Diego Álvares, que no reinado de D. João I manteve uma contenda com o convento de S. Vicente de Fora a propósito da capela que o seu bisavô aí havia instituído por, na qualidade de administrador, se recusar a pagar aos capelães⁷⁷.

No que diz respeito a Maria Esteves, sabemos que casou com João Eanes Escola. Desse consórcio nasceram Rodrigo e João Eanes [Escola]⁷⁸. Estes, após a morte dos pais, foram tutorados por Estêvão da Guarda⁷⁹, vindo, no entanto, a morrer em consequência da Peste Negra, pouco tempo depois de Maria Esteves e de seu marido⁸⁰. Tudo indica que esse casamento tenha sido patrocinado pelo próprio Estêvão da Guarda na qualidade de membro mais importante da linhagem que, deste modo, ligava a sua família a uma outra, igualmente ligada à nobreza de corte e de serviço de D. Dinis - João Eanes Escola, filho de um outro João Eanes⁸¹, era alcaide de Santarém⁸². Nesta família pontificava Lourenço Escola, privado de D. Dinis, alcaide de Lisboa⁸³ e porteiro mor do rei nos últimos anos do século XIII⁸⁴. Destacavam-se ainda Martim Escola, vassalo do rei⁸⁵, Lourenço Eanes Escola, clérigo⁸⁶ e irmão (?) do genro de Estêvão da Guarda e João Lourenço Escola⁸⁷, filho de Lourenço Escola.

⁷² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

⁷³ Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I. Op. Cit. p. 177-178. Mais uma vez o problema da idade se põe. Assim, a ser o filho de Estêvão da Guarda, não podia ser, forçosamente, filho de Sancha Domingues, o que vem, novamente ao encontro da hipótese de, antes de ter casado com Sancha Domingues, Estêvão da Guarda ter tido uma outra relação da qual nasceu, pelo menos, um filho.

⁷⁴ Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, vol. II, Lisboa, I.N.I.C., 1992, p. 264-266.

⁷⁵ Catarina Eanes era mãe de Diego Afonso (A.H.C.M.L. - Livro de Aniversários da Igreja de Santa Cruz do Castelo, fl. 18v), mas nada nos indica que também o fosse de Constança Afonso, já que a documentação disponível não o menciona.

⁷⁶ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

⁷⁷ Veja-se, sobre esta contenda: A.H.C.M.L.- Chancelaria Régia, Livro dos Pregos, fl. 200-202v.

⁷⁸ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24.

⁷⁹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

⁸⁰ Estêvão da Guarda refere esse facto: "...em razom de ssa sepultura [de Maria Esteves] e depois desto no tempo da pestelenga em que se asercou de mim doenca prolongada e morte dos dictos meus netos" (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25).

⁸¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25. Talvez se trate do mesmo João Eanes / Joanes que em 1284 era alcaide de Santarém (Maria Ângela V. da Rocha Beirante, Santarém Medieval, Lisboa, Universidade Nova - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 196).

⁸² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24.

⁸³ Encontramos Lourenço Escola registado como alcaide de Lisboa nos anos de 1279, 1284 e 1285 (Arquivo Municipal de Lisboa, A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, p. 37)

⁸⁴ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro I, fl. 205v - (1287) e Chancelaria de D. Dinis, Livro II, fl. 26v - (1292).

⁸⁵ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro I, fl. 175.

⁸⁶ Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p. 480.

⁸⁷ Será precisamente com este João Lourenço Escola que Estêvão da Guarda vai efectuar o escambo de umas propriedades agrícolas que haviam pertencido a seus netos João e Rodrigo Eanes Escola (A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 9).

Percurso biográfico e cortesão. A visibilidade histórica de Estêvão da Guarda advém, sobretudo, do seu papel enquanto membro integrante do funcionalismo dionisino. Essa sua presença revela características únicas. Em primeiro lugar, por ser uma figura de actividades multifacetadas, pois, além de escrivão, foi também eichão mor e escanção mor do rei. Numa fase posterior da sua carreira, apresenta-se como um autêntico "secretário" de D. Dinis⁸⁸ ou escrivão da puridade. Em segundo lugar, por ter uma carreira extremamente longa, cerca de 26 anos, ligada ao desembargo régio⁸⁹.

A sua acção enquanto escrivão teve início, como vimos, durante o cerco de Portalegre em 1299 e manteve-se continuamente até 1310⁹⁰, elaborando nesse período cerca de 20 diplomas.

A partir de 1312⁹¹, numa situação verdadeiramente fora do comum, o seu nome surge na documentação assumindo um papel que Armando Luís de Carvalho Homem classifica como o de "Escrivão da Puridade avant la lettre"⁹². Isto é, "aparece em numerosos casos numa função que parece conclusiva sobre a sua real importância na Corte dionisina: em numerosos diplomas também de subscrição régia o escatocolo regista, a seguir à indicação do ano e quando se esperaria a - eventual - indicação El-Rei, a transcrição da assinatura do próprio Estêvão da Guarda"⁹³. Este facto vem revelar a enorme confiança de que era depositário, por parte do rei e que, até à morte de D. Dinis, não vem nunca a perder, pois neste reinado o seu nome surge pela última vez no escatocolo de um documento, em Dezembro de 1324⁹⁴, ou seja, poucos dias antes da morte do rei.

A confiança que D. Dinis nele depositava, encontra-se patente, também, na sua nomeação para os importantes cargos de eichão mor⁹⁵ e de escanção mor⁹⁶. O primeiro "parece dos mais complexos, estando em ligação com o abastecimento da corte em

⁸⁸ É precisamente nestes termos que Aragão Morato o classifica (cit. por Armando Luís de Carvalho Homem, "Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda", op. cit., p. 57-62).

⁸⁹ Para que se possa ter uma noção real da longevidade da carreira de Estêvão da Guarda, cf. Armando Luís de Carvalho Homem, O Desembargo Régio (1320-1433), op. cit., p. 474-479. Cf. ainda Apêndice 1, pp. 49-57).

⁹⁰ O último documento escrito por Estêvão da Guarda remonta a 13 de Julho de 1310 (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 80v). Contudo, excepcionalmente, volta a elaborar cartas régias em 20 de Abril de 1314 (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 85v-86) e em 13 de Abril de 1317 (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 110v).

⁹¹ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 80v.

⁹² Armando Luís de Carvalho Homem, O Desembargo Régio (1320-1433), op. cit., 1990, p. 296.

⁹³ Idem. Ibidem, p. 296. A citação reporta-se aos livros de Chancelaria, daí a expressão "transcrição". São cerca de 160 cartas as que apresentam estas características (Armando Luís de Carvalho Homem, "Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda", op. cit., p. 60). Estes documentos, encontram-se maioritariamente transcritos no Livro 3 da Chancelaria de D. Dinis.

⁹⁴ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 162.

⁹⁵ Encontra-se documentado com este cargo em Outubro de 1315 (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 97v-98).

⁹⁶ Encontra-se identificado como detentor destas funções em Janeiro de 1321 (Armando Luís de Carvalho Homem, O Desembargo Régio (1320-1433), op. cit., p. 414).

*cereais e diversas vitualhas*⁹⁷, enquanto que o segundo se liga ao "*serviço do vinho à corte e ao rei, bem como, naturalmente, a guarda da baixela a ele associada*"⁹⁸. São, no entanto, referências isoladas que podem apontar para uma passagem efémera por estas funções.

Esta relação profissional torna-se cada vez mais estreita, ao ponto de o rei o ter designado, em 1322, como um dos seus testamenteiros⁹⁹, encontrando-se nesta qualidade ao lado da rainha; de Afonso Sanches (filho bastardo do rei), de Estêvão Vasques Pimentel (prior do Hospital), de Gonçalo Pereira (deão do Porto) e de frei João Monge (confessor e capelão de D. Dinis)¹⁰⁰.

Estêvão da Guarda encontra-se ainda presente, enquanto testemunha, nos documentos que atestam alguns dos mais importantes actos políticos dos finais desse reinado, tais como a relação das queixas do monarca contra o Infante D. Afonso (1320), a elaboração do documento que especificava as graças e mercês régias concedidas ao mesmo D. Afonso (1320), a publicação dos agravamentos de D. Dinis relativamente ao herdeiro da coroa (1321) e a instituição dos comendadores da recentemente criada Ordem Militar de Cristo (1321)¹⁰¹. Foi ainda procurador do rei, encontrando-se registado com essas funções em 1321¹⁰².

O processo de "promoção" de Estêvão da Guarda é igualmente visível na mudança da sua residência da freguesia de S. Mamede para a da Alcáçova, isto é, para junto do paço real.

Estêvão da Guarda tornou-se assim, a partir de 1312, num dos indivíduos mais próximos do monarca. Esta proximidade, alicerçada numa particular confiança por parte de D. Dinis, é atestada pelo próprio rei que, em 1322, fazia menção do facto de Estêvão da Guarda sempre o ter servido bem e de forma muito leal¹⁰³, recompensando-o por isso em diversas ocasiões. Estêvão da Guarda mostrou o seu reconhecimento mandando rezar na sua capela, uma missa diária pela alma do rei¹⁰⁴.

⁹⁷ Rita Costa Gomes, op. cit., p. 25.

⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 25.

⁹⁹ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 296.

¹⁰⁰ Frei Francisco Brandão, op. cit., p. 428.

¹⁰¹ Todos estes factos encontram-se referidos em: Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320, 1433)*, op. cit., p. 296.

¹⁰² Segundo Armando Luís de Carvalho Homem ("Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda", op. cit., p. 59 e 61, nota nº 9), o documento no qual Estêvão da Guarda estaria referenciado como procurador do rei, dataria de 1322. Contudo, este não contém qualquer menção ao facto, pelo que a citação não deve estar correcta. Por outro lado, encontramos-lo com as funções de procurador, aí sim, em 14 de Agosto de 1321 (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 141v).

¹⁰³ "...*Stevam da Guarda nos serviu senpre muy bem e lealmente... e ...dos serviços que nos fez e da lealdade que senpre del vimos*"... (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 147v).

¹⁰⁴ "...*vendó outrosim eu sobredicto Estevam da Guarda quantas mercees e quantos bens e por quantas maneiras hei recebido de meu senhor e rey dom Dinis*"... (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23).

Esta proximidade, parece também ter-se estendido a dois dos filhos do rei, o conde D. Pedro e Afonso Sanches. Quanto ao primeiro, Carolina Michaelis de Vasconcelos põe a hipótese de ter tido a colaboração de Estêvão da Guarda na compilação do seu Livro das Cantigas¹⁰⁵. Porém, a documentação disponível não fornece qualquer elemento que confirme essa hipótese, do mesmo modo que não refere qualquer tipo de ligação ao conde. Facto inegável é a existência de, no mínimo, contactos assíduos, o que é verificável através dos temas comuns abordados por D. Pedro e por Estêvão da Guarda na produção poética de ambos. Entre esses temas encontram-se a crítica aos privados do rei - muito concretamente a D. Miguel Vivas - e as composições satíricas contra Álvaro Rodrigues e Martim Vasques.

Por outro lado, o caso de Afonso Sanches é muito diferente. Parece claro que uma forte relação existia entre ambos, relação essa confirmada pelo próprio senhor de Albuquerque e Medilim que, na doação de umas casas a Estêvão da Guarda se expressava nos seguintes termos: "*considerando muitas ajudas e serviços que recebemos de vos Estevão da Guarda, como quer que vo-lo ora nom possamos todo cobrar, temos por bem em conhecimento d'algũa parte dos serviços e ajudas que me fizestes*"¹⁰⁶. Não obstante, faltarem-nos indicações de quais terão sido essas ajudas e serviços, talvez resida aí o motivo pelo qual Estêvão da Guarda se afastou, voluntariamente ou não, dos meandros da corte após a morte de D. Dinis. Estreitamente ligado ao rei, pode perfeitamente ter sido um dos partidários de Afonso Sanches na contenda que opôs o senhor de Albuquerque e Medilim ao Infante D. Afonso. Mas o facto de essa relação se verificar terá sido motivo suficiente para que o novo rei o afastasse das tarefas do desembargo? Dificilmente o saberemos.

O seu distanciamento da corte verifica-se imediatamente após a subida de Afonso IV ao trono, ocorrida em Fevereiro de 1325. Até Dezembro de 1327, a documentação régia não volta a fazer menção do seu nome em nenhuma ocasião, tal como acontece com a sua documentação particular, que deixa de ser produzida.

Esta "travessia do deserto"¹⁰⁷, não tem ainda uma explicação concreta, no entanto ela deverá ser procurada nas dissensões políticas que varreram os últimos anos do reinado de D. Dinis e que acabaram por colocar, em campos militares opostos, o rei e o herdeiro da Coroa¹⁰⁸, nas quais Estêvão da Guarda tomou o partido de D. Dinis, talvez mesmo pegando em armas contra o futuro rei¹⁰⁹, armas essas que sabemos ter possuído¹¹⁰.

¹⁰⁵ Carolina Michaelis de Vasconcelos. *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990, p. 249 n.

¹⁰⁶ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

¹⁰⁷ É justamente esta a expressão utilizada por Armando Luís de Carvalho Homem ("Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda", op. cit., p. 60).

¹⁰⁸ Sobre os conflitos deste período, bem como sobre os motivos que estão na sua origem, cf. José Mattoso, "A Guerra Civil de 1319-1324", in *Portugal Medieval: Novas Interpretações*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 293-308.

Além do mais é, para já, impossível descortinar se esse “exílio” foi da iniciativa do próprio Estêvão da Guarda, desagradado com a política do novo rei face aos irmãos bastardos, ou se, por outro lado, foi o monarca quem tomou as medidas necessárias para o desaparecimento dessa voz, certamente incómoda.

É igualmente bastante difícil reconstituir o itinerário de Estêvão da Guarda durante estes três anos, já que nem mesmo a sua documentação particular fornece pistas nesse sentido. Uma das hipóteses habitualmente apontada é a que sugere que, durante este período, se tenha dedicado à produção literária, área em que tanto brilhou como trovador. Esta possibilidade baseia-se no facto de a maior parte das suas cantigas datarem dos anos subseqüentes a 1325, ou seja, após o seu afastamento da corte. Este distanciamento permitir-lhe-ia olhá-la com uma visão mais irónica e crítica¹¹¹. Uma outra hipótese é a de ter acompanhado Afonso Sanches no seu exílio para Castela. No entanto, não teria permanecido com o infante até à morte deste, já que o senhor de Albuquerque morre em 1328 e Estêvão da Guarda, um ano antes, estava já, delegado por Afonso IV, a cumprir uma missão diplomática.

O seu regresso à vida política ocorreu assim em finais de 1327, a propósito do casamento da infanta D. Maria, filha de Afonso IV, com Afonso XI de Castela. Estêvão da Guarda, acompanhado de João Afonso Trigo¹¹², apresentou-se ao monarca castelhano, portador de uma procuração do monarca português, na qual se acertavam os detalhes relativos ao consórcio¹¹³.

Este retorno à actividade política foi, no entanto, extremamente fugaz. Desde essa data e até 1336 encontramos um novo vazio na biografia de Estêvão da Guarda. Estaremos decerto face a um novo período de produção trovadoresca. Datam, muito provavelmente, dos anos próximos a 1330 as composições elaboradas contra o bispo eleito de Viseu, D. Miguel Vivas, contra Rui Fafes e uma outra contra um outro privado régio¹¹⁴. Porém, esta explicação não é suficiente para compreender o seu itinerário.

¹⁰⁸ Em 10 de Março de 1322, Estêvão da Guarda encontrava-se no arraial sobre Coimbra (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 145), cidade a que D. Dinis pôs cerco durante esse mês, nas operações militares enquadradas na guerra contra o Infante D. Afonso.

¹⁰⁹ O testamento de Estêvão da Guarda faz referência a: um par de solhas que são cobertas de pano de peso com seu guarnecimento, convém a saber: braceiras, masculos, coxetes e caneliras de ferro, um cambais delgado coberto de sendal vermelho delgado para solhas e sapatos de armar, uma loriga de corpo e outro par de lorigas de cavalo, um cambais de rede forrado de pano de índio que se arma por diante com cintas verdes de seda e com fivelas de prata, as outras armas também lorigas, cambais, solhas, capelinas, bacinetes, coxetes, caneliras de ferro e de couro, e espadas e cutelos (A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25). Sobre o significado desta terminologia ver: João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 531-547.

¹¹⁰ António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco - A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, op. cit., p. 274-275.

¹¹¹ Nem a Chancelaria de Afonso IV nem os livros de linhagens fazem menção deste nome, pelo que não podemos coligir qualquer elemento biográfico sobre este indivíduo.

¹¹² Visconde de Santarém, *Corpo Diplomático Português*, Tomo I, Paris, J. P. Aillaud, 1846, p. 172.

¹¹³ António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco - A Estrutura dos Cancioneiros Peninsulares e as Recolhas dos Séculos XIII e XIV*, op. cit., p. 274.

Em Julho de 1336, deu-se um novo reaparecimento público, desta feita, para testemunhar, em Estremoz, uma procuração dos alcaides de Sortelha, de Celorico e de Penamacor, enviada ao alcaide de Vila Viçosa, determinando que se guardassem os pactos firmados entre os reis português e castelhano¹¹⁵. Foi ainda neste ano, em Abril, que Afonso IV lhe doou a Quinta de Montagaço¹¹⁶.

Em Agosto de 1338, após um hiato de 2 anos, Estêvão da Guarda surgiu a assinar, em Lisboa, uma carta régia, conjuntamente com Lopo Fernandes Pacheco¹¹⁷. Em Outubro de 1338, é de novo mencionado na documentação, pela primeira vez, com o estatuto de conselheiro do rei, a propósito da resposta aos enviados do Papa Bento XII e de Filipe VI de França sobre a paz com Castela¹¹⁸. Em Novembro desse ano, encontramos-lo entre as testemunhas do tratado de paz assinado com Pedro IV de Aragão¹¹⁹.

Em 1341 voltamos a vê-lo em mais um regresso à vida pública, desta feita para, em Lisboa, no dia 29 de Junho, assinar duas cartas régias, ambas de parceria com Fernão Gonçalves Cogominho¹²⁰. Uma delas contava também com a assinatura de Afonso Esteves¹²¹.

O ano de 1347 marca um novo retorno de Estêvão da Guarda à actividade da Corte para, em Abril, na cidade de Coimbra, testemunhar a promulgação da "Ordenação sobre as vindictas privadas"¹²² e, em Julho, ser um dos signatários do documento que comprovava que a rainha de Aragão, D. Leonor, havia recebido, de Afonso IV, jóias que haviam pertencido a D. Maria, mulher que foi do infante D. Pedro de Castela¹²³. A presença do seu nome, coincidência ou não, em vários documentos ligados a relações

¹¹⁵ Armando Luís de Carvalho Homem. *O Desembargo Régio (1320-1433)*. op. cit., p. 297.

¹¹⁶ Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, Vol. II, Lisboa, I.N.I.C., 1992, p. 78.

¹¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 224-225. Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira de Aves, foi, como lhe chamou Armando Luís de Carvalho Homem, uma "figura marcante da sociedade política afonsina". Para tal contribuiu o facto de ter desempenhado inúmeros cargos palatinos, todos eles da maior importância: meirinho mor e conselheiro de Afonso IV nos finais da década de 1320, mordomo mor do infante D. Pedro e chanceler da rainha D. Beatriz (Armando Luís de Carvalho Homem. *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 353).

¹¹⁸ Armando Luís de Carvalho Homem. *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 297.

¹¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 297.

¹²⁰ Filho do clérigo e cônego de Lisboa Gonçalo Fernandes Cogominho, Fernão Gonçalves encontra-se mencionado na documentação como cavaleiro, desembargador e procurador de Afonso IV, chegando a conselheiro do rei em 1338 e permanecendo nesse lugar até 1354. Encontra-se ligado, enquanto testemunha, a alguns dos mais importantes acontecimentos do reinado, tais como o contrato de casamento entre o infante D. Pedro e D. Constança de Castela (1338) e a concórdia entre o rei e o infante (1355) (Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 301).

¹²¹ Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, Vol. III, Lisboa, I.N.I.C., 1992, p.111. Estêvão da Guarda encontrava-se em Lisboa, pelo menos, desde 17 de Maio desse ano, altura em que efectuou um empréstimo de 300 libras ao escudeiro Álvaro Esteves (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25). Afonso Esteves foi uma importante personagem da corte de Afonso IV, com um percurso notável de ascensão. Membro do desembargo régio, encontra-se registado como sobrejuiz entre 1325 e 1332, como ouvidor dos feitos do rei e da portaria em 1332, como ouvidor dos feitos do rei em 1334-45 ou simplesmente como ouvidor em 1334-38. A partir de 1338 encontramos-lo identificado como fazendo parte do conselho do rei (Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 267).

¹²² Armando Luís de Carvalho Homem. *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit. p. 297.

¹²³ Visconde de Santarém, op. cit. p. 289-294.

diplomáticas com os outros reinos peninsulares, levou a que tenha sido classificado como "conselheiro do rei em assuntos de política Ibérica"¹²⁴.

Com a sua participação na elaboração daquele documento, encerrava-se um ciclo da sua já longa vida. Estêvão da Guarda não voltaria a ver o seu nome no escatocolo de mais nenhum documento produzido pela Chancelaria Régia, afastando-se definitivamente dos meandros da corte.

No ano seguinte, durante o período de maior incidência da Peste Negra talvez tenha permanecido na Quinta das Águas Livres, em Belas, pois é sabido que nesta altura fez obras de melhoramentos nas casas dessa exploração agrícola¹²⁵. Esta foi também uma altura em que Estêvão da Guarda teve sérios problemas de saúde, identificados apenas como "doença prolongada"¹²⁶. No entanto, apesar do seu "desaparecimento público", a sua figura continuou a ser um referencial incontornável. O expoente atingido, não terá passado despercebido a D. Pedro que o agraciou, em 1357, com a renovação da doação da Lezíria de D. Sancha¹²⁷ e do couto de uma lezíria situada no termo de Santarém, em 1362¹²⁸.

A estreita colaboração prestada por Estêvão da Guarda a D. Dinis e o relacionamento cordial que manteve com Afonso IV, fizeram com que o seu papel no âmbito do funcionalismo de ambas as cortes o projectasse junto de grupos sociais com algum prestígio na sociedade contemporânea.

No que diz respeito à nobreza, destacam-se os atrás mencionados João Eanes Escola e Lourenço Martins do Avelar. O primeiro fazia com que Estêvão da Guarda se relacionasse junto de uma das famílias de maior prestígio do funcionalismo da corte dionisina¹²⁹, enquanto que o segundo o aproximava, por um lado da corte de Afonso IV e, por outro, dos meandros da Ordem Militar de Avis.

No entanto, grande parte das relações individuais de Estêvão da Guarda provinham do seio do clero. Trata-se, porém, de clérigos de pequena projecção e cujos nomes não estão, na maior parte dos casos, ligados aos estratos mais destacados da clerezia. Deles

¹²⁴ António Resende de Oliveira, "Do Cancioneiro da Ajuda ao "Livro das Cantigas" do Conde D. Pedro. Análise do acréscimo à secção das cantigas de amigo de w", op. cit., p. 727.

¹²⁵ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹²⁶ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹²⁷ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., Quadro 8. Ignoramos o motivo pelo qual D. Pedro efectuou esta doação, na medida em que já havia sido feita por D. Dinis em 1318 (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 119v). Teria esta lezíria sido, em alguma altura, confiscada por Afonso IV? A documentação não oferece nenhuma explicação para o facto.

¹²⁸ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., Quadro 8. Ignoramos de qual lezíria se trata, visto Estêvão da Guarda ser detentor da Lezíria de D. Sancha, da Lezíria do Galego e da lezíria que havia comprado a Afonso Guilherme de Santarém.

¹²⁹ Cf. p. 22-23.

sobressaem os nomes de Domingos Eanes, clérigo do rei na capela de S. Ildefonso da Sé de Lisboa¹³⁰; Nicolau Domingues, clérigo de Estêvão Aires¹³¹; João Lourenço, frade de S. Vicente de Fora¹³²; Vicente Domingues, prior da capela de Estêvão da Guarda¹³³; João Anes Salgado, raçoeiro da sé de Lisboa¹³⁴; Francisco Esteves, prior de Santa Marinha de Lisboa¹³⁵ e Lourenço Esteves, vigário perpétuo da igreja de Santa Maria do Castelo de Torres Vedras¹³⁶, entre outros. Contudo, é Gil Eanes, prior de Santa Justa de Lisboa, quem encontramos mencionado com maior frequência na documentação particular de Estêvão da Guarda. Este eclesiástico, cuja biografia não é possível reconstituir por falta de elementos¹³⁷, surge como um interlocutor privilegiado junto, de Sancha Domingues e de Estêvão da Guarda, o que é patente no facto de o terem escolhido para testamenteiro¹³⁸. Foi ainda um dos beneficiários dos testamentos de ambos, com 50 libras¹³⁹. A confiança que Estêvão da Guarda nele depositava, encontra-se atestada também na nomeação como seu procurador¹⁴⁰. Gil Eanes acompanhou-o ainda na resolução de uma questão relativa a umas casas situadas na Rua Nova de Lisboa¹⁴¹. O facto de, a dada altura, ser mencionado como "*honrado barom e sages*"¹⁴², pode indicar uma proveniência nobre.

Nos seus relacionamentos, Estêvão da Guarda contava ainda com diversos indivíduos ligados a inúmeros ramos do funcionalismo: Afonso Esteves¹⁴³, Estêvão Vicente, Lopo Martins¹⁴⁴ e Lourenço Eanes, tabeliães¹⁴⁵; Afonso Guilherme, procurador na corte; João Eanes, escrivão da Almotacaria¹⁴⁶; Martim Fernandes, escrivão do rei¹⁴⁷ e Lopo Afonso, procurador do número em Lisboa¹⁴⁸.

¹³⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23. Este Domingos Eanes poderá ser o desembargador e, ocasionalmente, ouvidor de D. Dinis, "*uma das individualidades de maior projecção nos anos terminais da governação dionisina*" (Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p.291).

¹³¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

¹³² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24 e AML - AH - Colecção por organizar, *Livro I de Sentenças*, doc. 10, fl. 24v.

¹³³ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24.

¹³⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, docs. 25 e 38.

¹³⁵ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 38.

¹³⁶ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹³⁷ Sabemos apenas da existência de um seu criado, Martim Gil (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24).

¹³⁸ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, docs. 25 e 26.

¹³⁹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, docs. 25 e nº 26.

¹⁴⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹⁴¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 27.

¹⁴² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24.

¹⁴³ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 6, doc. 38 e 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

¹⁴⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹⁴⁵ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, docs. 23 e 25.

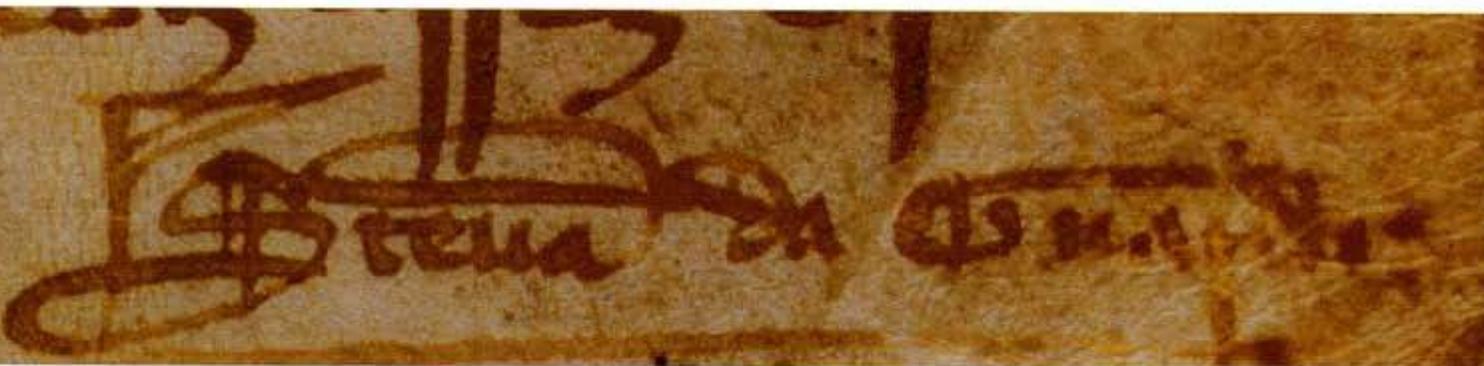
¹⁴⁶ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, docs. 27.

¹⁴⁷ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 9, doc. 36.

¹⁴⁸ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, docs. 25.

As suas relações pessoais passavam também, como é natural, por aqueles que, de alguma forma, dele dependiam. Assim, um primeiro grupo se destaca, o dos homens da sua criação, ou criados. São conhecidos os nomes de João Lourenço de Celorico, Afonso Lourenço de Carnide, Fernão Gil¹⁴⁰, Afonso Esteves¹⁵⁰, Soeiro e Martim Eanes¹⁵¹ e Maria Martins e Domingas Esteves, criadas de sua mulher¹⁵². Num segundo conjunto, que a documentação designa como o dos "seus homens", encontramos Estêvão Martins¹⁵³, Gonçalo Esteves, João André "Mofino" e João Cadesseiro¹⁵⁴. Num outro grupo englobámos todos quantos o serviam, tais como Sancha Afonso¹⁵⁵, as amas de seus filhos (Sancha e Constança Vicente)¹⁵⁶ e de um dos seus netos (Teresa Domingues)¹⁵⁷, Lourenço Martins¹⁵⁸, Gomes Eanes¹⁵⁹ e Maria Domingues¹⁶⁰.

Se bem que algumas destas situações sejam absolutamente claras, outras apresentam alguns problemas, como é o caso dos indivíduos referidos como "homens de Estêvão da Guarda". No nosso entender, parece-nos que estamos face a elementos do seu séquito pessoal, o qual teria funções civis - administradores de propriedades, represen-



Assinatura autógrafa de Estêvão da Guarda.

AML- AH - Chancelaria Régia, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 9 (pormenor).

¹⁴⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹⁵⁰ Foi justamente Afonso Esteves que, no lugar de Estêvão da Guarda, procedeu ao pagamento das dívidas do Bispo D. Estêvão Eanes Brochado aos inúmeros credores que este tinha em Santarém e Lisboa (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 6, doc. 19 e 2ª Inc., caixa 6, doc. 10).

¹⁵¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26.

¹⁵² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26.

¹⁵³ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹⁵⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 9.

¹⁵⁵ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹⁵⁶ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

¹⁵⁷ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26.

¹⁵⁸ Lourenço Martins que andou comigo (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25).

¹⁵⁹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 9, 24 e 25.

¹⁶⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26.

tantes, etc - e militares, visto que, como vassalo do rei, Estêvão da Guarda apresentar-se-ia em combate acompanhado da sua mesnada, sendo esta composta, entre outros, pelos seus homens e, eventualmente, criados e servidores.

Estêvão da Guarda mantinha ainda relações privilegiadas com algumas das mais prestigiadas instituições do reino, tal como a já mencionada Ordem de Avis - relação essa cujos contornos não nos parecem ainda suficientemente transparentes devido à escassez de informação - e com o concelho de Lisboa.

As ligações à administração municipal da capital não são de modo algum claras. É um facto que nunca teve um papel activo na gestão dos destinos da cidade conforme se verifica através da análise da documentação. Porém, a figura de Estêvão da Guarda era bem conhecida, bastante influente e largamente respeitada em Lisboa como nos é indicado num caso, datado de meados do século XIV, em que o concelho e o convento de S. Vicente se envolveram numa disputa territorial. Durante esse conflito, que envolveu mesmo acções armadas, um dos frades de S. Vicente acabou sendo preso pelas autoridades da cidade que se recusavam a libertá-lo. A sua prisão só terminou com a intervenção de Estêvão da Guarda que intercedeu junto da vereação da cidade para que o frade fosse solto, o que veio a acontecer¹⁶¹.

Uma das outras provas da boa relação que mantinha com o concelho da capital é o facto de ter determinado que, caso não existissem herdeiros habilitados, a administração da capela por ele fundada em S. Vicente de Fora deveria passar a ser exercida por um homem bom escolhido pelo concelho¹⁶².

Porém, a instituição com que teve ligações mais fortes, foi o mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa, ao qual deixou ligado o seu nome, através da fundação de uma capela. A essa capela anexou, para sustento, algumas propriedades das muitas que juntou ao longo da sua vida.

Constituição e gestão do património. A documentação disponível para a elaboração deste estudo forneceu diversas pistas que nos permitiram conhecer, relativamente bem, o património de Estêvão da Guarda¹⁶³.

Entre 1299 - altura em que surge mencionado pela primeira vez na documentação - e 1312 não são conhecidos quaisquer movimentos no sentido de constituir património

¹⁶¹ AML - AH - Colecção por organizar. Livro I de Sentenças, doc. 10, fl. 24v. O frade em questão era João Lourenço, certamente o mesmo que, em 1356, testemunhava a elaboração de um codicilo de aditamento à instituição da Capela de Estêvão da Guarda.

¹⁶² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

¹⁶³ Para uma melhor noção da distribuição geográfica das propriedades de Estêvão da Guarda cf. p. 42 (quadro).

próprio. No entanto, neste mesmo ano assistiu-se a uma completa viragem na sua forma de vida com o início de uma política sistemática de aquisição de propriedades.

O primeiro passo foi dado nos finais de 1312 com a aquisição de parte do Forno do Pedrolo pela quantia de 300 libras. Alguns dos antigos proprietários eram devedores do rei, pelo que Estêvão da Guarda se comprometia a liquidar essa dívida a D. Dinis que, "*querendo-lhi fazer mercee*" o quitou em 100 libras¹⁶⁴. Em Agosto de 1317, Estêvão da Guarda adquiriu mais um quarto daquele forno, com os pardieiros a ele anexos, por 150 libras¹⁶⁵. Com esta compra, parece-nos, passou a ser o único proprietário desse meio de transformação¹⁶⁶ situado junto das suas casas na freguesia de S. Mamede, em Lisboa¹⁶⁷.

Assinale-se que, pouco tempo depois, em Agosto ou Setembro de 1313, contraiu uma outra dívida junto da coroa, desta feita, no valor de 100 libras que, juntamente com as 200 que restavam da anterior, foram quitadas em 1317, no dia 4 de Abril¹⁶⁸.

Em Junho de 1317, D. Dinis concedeu a Estêvão da Guarda uma outra carta de quitação, desta feita relativa a 1400 libras. Este montante, acrescido de outras 300 libras liquidadas de imediato na altura da compra, tinha sido o preço pago ao rei por uma lezíria situada junto da Azambuja e que tinha pertencido a Afonso Guilherme de Santarém¹⁶⁹.

Em 1319, Estêvão da Guarda comprou em Lisboa, junto do mosteiro de Santos, a Quinta da Sisana, por 1300 libras¹⁷⁰. Esta "*vinha e casas*"¹⁷¹, como a documentação a menciona inicialmente, foram adquiridas aos testamenteiros de D. Estêvão Eanes Brochado, bispo de Coimbra e chanceler de D. Dinis¹⁷². No entanto, o rei determinou, em Julho desse mesmo ano, que essa quantia não deveria ser entregue aos testamenteiros do bispo, mas sim usada para pagamento de diversas dívidas contraídas

¹⁶⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1.^a Inc., maço 5, doc. 36. Esta carta de quitação do valor de 100 libras é datada de 16 de Fevereiro de 1313, pelo que a compra se deve ter efectuado pouco tempo antes. Decerto que se tratava de um forno de pão, pois caso fosse de cal ou de telha, a documentação faria menção.

¹⁶⁵ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1.^a Inc., maço 6, doc. 5.

¹⁶⁶ No documento da instituição da Capela de Estêvão da Guarda é dito que o forno custou 450 libras (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2.^a Inc., caixa 6, doc. 23).

¹⁶⁷ No documento da instituição da sua capela, Estêvão da Guarda refere-se a ele como o "*nosso forno [dele e de sua mulher] do Pedrolo que esta a cabo das nossas casas que avemos na freguesia de Sao Mamede*" (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2.^a Inc., caixa 6, doc. 23).

¹⁶⁸ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1.^a Inc., maço 6, doc. 4. Não sabemos a que se destinava esse montante, pois a documentação é omissa a esse respeito.

¹⁶⁹ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 113v. Uma filha deste Afonso Guilherme de Santarém, Maria Afonso, casou com Fernão Rodrigues Bugalho (*Portugalix Monumenta Historica - Nova Série: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. II/1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p. 326). Fernão Rodrigues foi alcaide mor de Lisboa entre 1316 e 1324 (Arquivo Municipal de Lisboa, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, p. 37-38) e era filho de Rui Pais Bugalho. Sobre Rui Pais, "*boç cavaleiro e privado d'el rei dom Dinis*" (*Portugalix Monumenta Historica - Nova Série: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. II/2, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, p. 165), cf. Bernardo Sá Nogueira, "A constituição do Senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político", in *A Cidade*, n.º 6, Nova Série, Portalegre, s. n., 1991, p. 32).

pelo bispo em Lisboa e Santarém e referentes ao fornecimento de géneros alimentares¹⁷³. Esses pagamentos foram feitos por Afonso Esteves, criado de Estêvão da Guarda, em duas ocasiões: a primeira em Agosto¹⁷⁴ e a segunda em Novembro de 1319¹⁷⁵. A Quinta da Sisana, parece ter sido, no momento da sua aquisição, essencialmente produtora de vinhedos¹⁷⁶. No entanto, no início da centúria seguinte, altura em que foi aforada a Martim Eanes de Vale de Donas, a sua produção era já trigo, azeitonas¹⁷⁷ e provavelmente hortícolas¹⁷⁸.

Após esta importante aquisição e ainda durante o ano de 1322, Estêvão da Guarda comprou a Francisco Eanes de Alfama¹⁷⁹ e a sua mulher Sancha Lourenço, treze courelas de herdade e de vinha situadas entre Benfica e Alfornelos, termo de Lisboa, por quinhentas libras¹⁸⁰. Nestas propriedades encontravam-se também alguns fornos se bem que estes não se encontrem mencionados no documento de compra, são-no no diploma que ratifica a instituição da capela¹⁸¹. Essas treze courelas, adquiridas em Julho, situavam-se entre Benfica e Alfornelos e, no momento da transacção, encontravam-se todas elas aforadas: três courelas em Benfica a Pedro Gomes, clérigo, que por

¹⁷⁰ "...a nossa quinta da Cizana que esta a cabo do Mosteiro de Santos"... (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23). Trata-se, naturalmente, do Mosteiro de Santos-o-Velho, situado na actual zona da Boavista, junto ao Tejo, em Lisboa. Foi justamente nesta quinta que foi erguido o Mosteiro da Esperança, ou da Piedade (Baltazar de Matos Caeiro, *Os Conventos de Lisboa*, Sacavém, Distri, 1989, p. 20). A cerca e o edifício conventual deveriam ocupar a totalidade da Quinta. É muito provável que esta propriedade se estendesse mesmo aos terrenos contíguos ao convento, alguns dos quais vieram, mais tarde, a pertencer aos conventos das Inglesinhas e das Francesinhas. Para este nosso ponto de vista contribui o facto de a dividir as cercas dessas três instituições religiosas passar uma via rasgada cerca de 1680 e designada como "caminho novo" (A. Vieira da Silva, "O Mosteiro da Esperança", in *Revista Municipal*, nº 45, Lisboa, C.M.L., 1950, p. 20).

¹⁷¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 10.

¹⁷² Estêvão Eanes Brochado, é mencionado na documentação como clérigo do rei entre 1293 e 1295. Ascende ao lugar de arcebispo de Santarém em 1293, mantendo-se nesse lugar até 1298, acumulando a partir de 1296 e até 1306/18 com o cargo de chanceler do rei. Contudo, em 1304, atinge o importante lugar de bispo de Coimbra, onde permanece até à sua morte em 1318 (Nuno José Pizarro Pinto Dias, *As Cortes Portuguesas (1211 a 1383)*, Braga, Universidade do Minho-Unidade de Ciências Sociais, 1987 (Policopiada).

¹⁷³ Maria José Azevedo dos Santos, "Vinhos, Pescados, Fruta e Outras Viandas em Tempos Medievais", in *A Alimentação em Portugal na Idade Média*, Coimbra, s.n., 1997, p.79.

¹⁷⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 10.

¹⁷⁵ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 6, doc. 19.

¹⁷⁶ Esta propriedade era identificada como *vinha e casas* (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 10).

¹⁷⁷ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 11, fl. 24. Ignoramos se estas duas produções se faziam nas mesmas parcelas tal como era frequente na Idade Média (A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1986, p. 99).

¹⁷⁸ O facto de esse documento determinar que "*esterquedes a ditta herdade por aquelles lugares onde cumprir*" (AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 11, fl. 24), parece apontar para o cultivo de produtos hortícolas, mais necessitados deste tipo de adubo do que quaisquer outros.

¹⁷⁹ Desconhece-se qualquer dado sobre este indivíduo. Todavia, um filho seu, Pedro Eanes de Alfama, mercador, foi rendeiro da Sisa em Lisboa, no ano de 1336, o que é indicador de uma posição económica bastante elevada (*Documentos Para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei Dom Fernando*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, p. 13 e ss.).

¹⁸⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 6, doc. 38. Trata-se, certamente, da actual zona de Alfornelos (Amadora) já que nos séculos XIII e XIV, a freguesia de Benfica se estendia de Sete Rios a Carenque e de Carnide ao Alto da Ajuda (Carlos Consiglieri, Filomena Ribeiro, José Manuel Vargas e Marília Abel, *Pelas Freguesias de Lisboa: O Termo de Lisboa*, Lisboa, C.M.L. - Pelouro da Educação, 1993, p. 36-37).

¹⁸¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

elas pagava o quarto da produção, 3 libras, 3 capões e 3 jeiras; quatro courelas em Benfica a Domingos Martins, que dava o quarto do que nelas se produzisse e ainda 4 libras; duas courelas em Alfoanelos a Vasco Martins Delgado que, além do habitual quarto, pagava ainda 40 soldos, 2 capões e 2 jeiras; três courelas igualmente em Alfoanelos a Vicente e Francisco Zinhagez e a Vicente Migueis que, por elas pagavam 8 libras e, por fim, uma courela, também em Alfoanelos a João Esteves que pagava o quarto da produção bem como um capão¹⁸². Desconhecemos de que forma esta situação se alterou, ou não, com a mudança de proprietário, já que a documentação posterior nada acrescenta sobre esta matéria.

Cerca de 1317, D. Dinis doou-lhe vitaliciamente e em retribuição do seu "*muyto serviço*" a Lezíria da Fraceira, localizada no termo da Azambuja¹⁸³. No entanto, esta propriedade, que havia estado anteriormente, na posse de João Simeão de Urrô¹⁸⁴ acabou por ser "*escambada*", em Julho de 1318, pela Lezíria de D. Sancha, que havia pertencido à Ordem do Templo. Esta troca efectuou-se porque, segundo o rei, "*a dicta lizira* [da Fraceira] *jazia antre as outras leziras que eu* [o rei] *ey en termho da Azambuja e que per esta razom caya a mim mays que a outrem*"¹⁸⁵. A renovação da doação da Lezíria de D. Sancha foi feita em 1357, por D. Pedro¹⁸⁶.

Em Maio de 1322, Estêvão da Guarda e Estêvão Martins, carpinteiro e mestre dos engenhos (de guerra), recebem a doação de uma azenha de "*agua do mar*" em Alcântara, "*a cabo dessa ponte*" [de Alcântara]¹⁸⁷. Tratava-se de uma estrutura que já existia e que se encontrava aforada ao mesmo Estêvão Martins por seis moios de pão¹⁸⁸. Face a um pedido de ambos os beneficiários, D. Dinis faz-lhes doação da azenha, sem pagamento de qualquer foro e autoriza-os a mudá-la para mais perto do Restelo, de modo a poder servir melhor os moradores do reguengo de Ribamar¹⁸⁹.

A 10 de Novembro desse mesmo ano, o rei elaborava uma carta através da qual doava a Estêvão da Guarda, em maneira de morgado, as seguintes propriedades situadas

¹⁸² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 6, doc. 38.

¹⁸³ Não é conhecido o conteúdo do documento relativo a esta doação, mas somente daquele que atesta o seu escambo pela Lezíria de D. Sancha (A.N.T.T. - Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 119v). A Lezíria da Fraceira (ou Freceira) era, no século XIII, pertença do Concelho de Santarém. D. Dinis, integrá-la-ia, em 1306, no património da coroa, após a renúncia dos direitos que aquele concelho dizia ter sobre essa propriedade (Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *Santarém Medieval*, Lisboa, Universidade Nova - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 172).

¹⁸⁴ Trata-se de João Simeão, ou Simão, de Urrô (1293-1315), membro do conselho de D. Dinis, meirinho mor e mordomo do rei (Nuno José Pizarro Pinto Dias, op. cit. p. 218-219).

¹⁸⁵ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 119v.

¹⁸⁶ *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p.15.

¹⁸⁷ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 144v. Aparentemente, tratava-se de uma estrutura semelhante aos moinhos de maré que, ainda hoje subsistem na margem Sul do Tejo, junto ao Seixal.

¹⁸⁸ Estêvão Martins era vizinho de Beja e obteve de D. Dinis, perpetuamente, essa azenha, em 18 de Setembro de 1305. Possuía ainda moinhos em Beja e quatro azenhas em Moura (A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 4, fl. 33v).

¹⁸⁹ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 144v-145.

junto a Torres Vedras: o Casal de Pedrulhos e outros que trazia do rei Garcia Martins do Casal¹⁹⁰; o Casal do Troviscal, na Várzea de Pai Lepa; o Casal de Mata-Cães, que tinha Estêvão Eanes da Romeira, e ainda uma courela de herdade, chamada de Alpilhão, localizada junto daquela vila e da ribeira com o mesmo nome. Essa doação comportava ainda uma casa situada na Ferraria de Torres Vedras¹⁹¹. Mais uma vez, a documentação é omissa no tocante à produção desses terrenos agrícolas, deixando-nos apenas a referência a "foros e rendas e direitos de pam e de vinho"¹⁹². No entanto, se observarmos uma inquirição concluída em 1309 e levada a cabo por iniciativa do bispo de Lisboa, João Martins Soalhães¹⁹³, verificamos que as principais produções agrícolas que se desenvolviam em torno de Torres Vedras eram os cereais e a vinha, embora com alguma preponderância dos primeiros¹⁹⁴, pelo que imaginamos que as propriedades de Estêvão da Guarda não deveriam fugir à regra. No tocante à courela de Alpilhão, pressupomos que fosse utilizada para o cultivo de hortícolas, pois é sabido que nessa zona, extremamente fértil por se encontrar constantemente sujeita a cheias, abundavam as hortas¹⁹⁵.

Em data que permanece, por ora, desconhecida, D. Dinis doou-lhe, vitaliciamente, a Lezíria do Galego, situada junto do paço real de Valada¹⁹⁶. Esta propriedade foi coutada por D. Pedro em 1362, tal como o parece ter sido pelos seus dois antecessores¹⁹⁷. A lezíria deveria ser bastante importante, na medida em que foi objecto de doação, em 1367, por parte de D. Fernando, a João Afonso Telo, conde de Barcelos e de Ourém¹⁹⁸.

O património de Estêvão da Guarda voltou a ser engrandecido em 1336 com a doação, feita por Afonso IV e enquanto fosse vontade deste, da Quinta de Montagraço¹⁹⁹. Esta atitude do monarca afigura-se-nos como uma "assinatura das pazes" com Estêvão da Guarda, que parece ter encarado com algum agrado a atitude do rei, retribuindo deixando-lhe em testamento a sua melhor loriga de corpo e o seu melhor cavalo²⁰⁰. A

¹⁹⁰ Aparentemente trata-se do pai de Rui Garcia do Casal, alcaide mor de Lisboa em 1331 (Arquivo Municipal de Lisboa, *A Evolução Municipal de Lisboa: Pelouros e Vereações*, op. cit., p. 38).

¹⁹¹ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 147v-148.

¹⁹² A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 148.

¹⁹³ *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 3ª série, nº 73-74, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1970, p. 59-175.

¹⁹⁴ Ana Maria Seabra de A. Rodrigues, *Torres Vedras: A Vila e o Termo nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / J.N.I.C.T., 1995, p. 238-261.

¹⁹⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 123.

¹⁹⁶ Na Chancelaria de D. Dinis não pudemos encontrar o registo do documento desta doação, restando-nos apenas as referências da Chancelaria de D. Pedro I (*Chancelarias Régias: D. Pedro I*, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p. 468).

¹⁹⁷ Na documentação não nos é dito que a lezíria em questão seja a do Galego. No entanto, esta é a única que temos conhecimento que alguma vez tenha sido coutada (*Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p. 314).

¹⁹⁸ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Fernando, Livro 1, fl. 15v.

¹⁹⁹ *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, Lisboa, I.N.I.C., 1992, p. 78.

²⁰⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25. Porém, acaba por ser D. Pedro quem recebe estes legados testamentários, pois Estêvão da Guarda vem a morrer depois de Afonso IV.

Quinta de Montagraço havia estado anteriormente na posse de João Afonso, bastardo de D. Dinis²⁰¹, e, mais tarde, na de Lourenço Gomes, comendador da Ordem de Santiago²⁰², o que por si só parece-nos indicador da importância desta quinta. Em 1364, por morte de Estêvão da Guarda, era entregue, por D. Pedro I, a João Real, seu contador²⁰³. Mais uma vez, a documentação não fornece qualquer elemento relativo à produção. Contudo, durante o século XVI destacavam-se nesta mesma quinta, o trigo, a cevada, o centeio, o milho painço, o linho, o vinho e ainda, embora em menores quantidades, o azeite e a fruta²⁰⁴.

Profundamente enriquecido mercê de uma política de aquisições reforçada por diversas doações e quitações régias, o património de Estêvão da Guarda foi ainda aumentado graças a diversas outras doações e heranças recebidas.

Em 1320, no dia 18 de Agosto o mestre de Avis, D. frei Vasco Afonso, ratificava uma doação vitalícia, feita a Estêvão da Guarda pelo seu antecessor, D. Gil Martins - primeiro mestre da ordem -, da Quinta do Lumiar "e de todas as cousas que aviamos em Lixbõa e en seus termhos tambem casas e vinhas e herdades"²⁰⁵. Como contrapartida, Estêvão da Guarda entregava, com reserva do usufruto, todos os bens que possuía em Pavia, próximo de Mora, no Alto Alentejo, a saber, "casas e herdades com ferregeaes e ortas"²⁰⁶.

No dia 8 de Outubro de 1321, foi a vez de Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, doar a Estêvão da Guarda e a sua mulher umas casas na Rua Nova de Lisboa. Essas casas, que confrontavam com uma praça que supomos ser a do Pelourinho²⁰⁷, haviam pertencido a Pedro Esteves da Guarda²⁰⁸ e destinavam-se a "mantimento da vossa capela [de Estêvão da Guarda e de Sancha Domingues] que vos ordinhastes ... em Sam Vicente de Fora". Situadas nos "Cambhos" da Rua Nova de Lisboa²⁰⁹. Sabemos que, em 1345, se encontravam "alugadas a mercadores e homens merchantes" que aí se

²⁰¹ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fl. 28 e Núcleo Antigo, Livro 1º de Próprios dos Reis e Rainhas de Portugal, fl. 75v-76.

²⁰² *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II, Lisboa, I.N.I.C., 1992, p. 78.

²⁰³ Maria Micaela Soares, *Monte Agraço e o seu Foral*, Sobral de Monte Agraço, Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 1990, p. 26-27.

²⁰⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 26-27. Apesar de estes dados se reportarem a uma realidade que dista cerca de 200 anos da que temos vindo a analisar, julgamos que não deve ter havido uma alteração muito substancial na produção dessa quinta.

²⁰⁵ A.N.T.T.- Ordem de Avis, doc. 351.

²⁰⁶ A.N.T.T.- Ordem de Avis, doc. 351. Além de um rio próximo de Viseu, este foi o único topónimo que encontramos com este nome. Desconhecemos a proveniência destes bens, bem como quais os motivos que originaram este acto jurídico, julgamos, no entanto, não ser de descurar a hipótese de existir alguma relação com o facto de Estêvão da Guarda vir a casar uma sua neta, Sancha Dias, com o filho do Mestre de Avis, Martim Esteves do Avelar.

²⁰⁷ AML - AH - Casa de Santo António, *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 8, fl. 8v. Não se trata da actual Praça do Pelourinho, mas sim da que se encontrava junto da Torre da Escrivãinha, na zona onde hoje se localiza o último quarteirão do lado sul, compreendido entre a Rua dos Fanqueiros e da Madalena.

²⁰⁸ Cf. supra A linhagem de Estêvão da Guarda.

²⁰⁹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

dedicavam às suas actividades profissionais, vendendo as suas mercadorias em "tavoleyros"²¹⁰. Estas casas rendiam, anualmente, 50 libras, o que é sem dúvida uma soma avultada e que permitia a manutenção de um dos três clérigos que se encontravam adstritos à sua capela²¹¹. Além disso, "a mayor parte da renda que hy ha [na capela] he daquelo que rendem as casas da Rua Nova que foram doadas aa pessoa do dicto Stevam da Guarda"²¹². Para o facto contribuía a circunstância de se situarem na mais luxuosa artéria da cidade²¹³. Em retribuição desta doação, Estêvão da Guarda determinava que se rezassem, na sua capela, missas pelas almas de Afonso Sanches e de sua mulher²¹⁴.

Com a morte de seus netos, Rodrigo e João Eanes, filhos de Maria Esteves e de João Eanes Escola, Estêvão da Guarda viu mais uma vez o seu património ampliado, na medida em que deles herdou o Casal de Caparide²¹⁵ e diversas outras propriedades localizadas junto a Loures²¹⁶, designadamente "vinhas pomares e hortas e erdades de pam foreiras e isentas e com o paço estremado e casa e azenha e casal de herdade e parte da direitura de lagares"²¹⁷. A localização de parte destas propriedades, junto da Ribeira de Loures, permitia a prática de culturas de regadio, como se infere da seguinte referência: "agua com que se rega a mha almoinha". Quanto ao paço, sabemos que se localizava junto da Ribeira de Loures e que entre esse e o de João Lourenço Escola, Estêvão da Guarda possuía um pomar, escambado em 1353 por um outro que o referido João Lourenço tinha "en a parte do Barro". Este pomar estava aforado a João André Mofino, que por ele pagava anualmente de renda vinte libras e quatro capões²¹⁸. Também estas propriedades se encontravam aforadas no momento em que Estêvão da Guarda

²¹⁰ O documento encontra-se trasladado num outro de 1352 (A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc. Caixa 6, doc. nº 27).

²¹¹ A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc. caixa 6, doc. 23.

²¹² A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26.

²¹³ Para que possamos ter uma ideia mais correcta da importância da Rua Nova de Lisboa, nada melhor que relembrarmos as palavras de Iria Gonçalves: "Em toda a cidade não tinha par. Era nela que os grandes mercadores, nomeadamente, os estrangeiros, expunham à venda os seus artigos: os tecidos caros, os produtos de luxo; era nela que se encontravam quantos, já no século XIV, faziam vir, e enviavam do reino grandes e grossas mercadorias"; era nela que actuava a alta finança, que funcionavam os câmbios, junto ao largo do Pelourinho; era nela que uma habitação custava mais caro - muito mais"... (Iria Gonçalves, "Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média", in *1383/1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV/XV - Jornadas de História Medieval*, Lisboa, História & Crítica, 1985, p. 60-61).

²¹⁴ A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

²¹⁵ A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24. O documento identifica Caparide como pertencendo ao Termo de Sintra. Sê-lo-ia na altura, já que o desmembramento de Cascais relativamente a Sintra só se deu entre 1364 e 1370 (A.H. de Oliveira Marques, "Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média", in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 136).

²¹⁶ Um documento não datado, mas de letra do século XVI, dá-nos uma lista das "Propriedades que estão applicadas a capella de Estevão da Guarda segundo consta do inventario que anda na instituição da dita capella". Dele constam algumas propriedades cuja localização em torno de Loures não oferece qualquer dúvida: "...Item hũa vinha que traz Pedr Eannes do Tojal em Louza Item hũas casas a ponte de Loures que traz Godinho Afonso com hũa terça de lagar de Pedro Rodriguez Item hũas casas que estão no Bairro... Item hum pumar em Loures que traz [...] Item hum olival que estaa acima da Quintaa do marques... Item hũa vinha que estaa em Loures que traz Pedr Alvarez"... (A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 35).

²¹⁷ A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24.

²¹⁸ A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 9.

as recebeu e assim devem ter permanecido, pelo menos, durante o período de execução dos testamentos de seus netos²¹⁹. Grande parte delas foram anexadas à sua capela para pagamento dos sufrágios rezados pelas almas desses seus dois netos, filha e genro²²⁰.

Foram estes os principais passos dados por Estêvão da Guarda no sentido de criar, a partir de 1312, um vasto património. Contudo, até essa data, a imagem que a documentação nos dá é a de um homem relativamente despojado. Seria essa a realidade? Ou, pelo contrário, seria Estêvão da Guarda alguém cujos bens e fortuna lhe asseguraram riqueza suficiente para que, até 1312, não tivesse que se preocupar com o seu aumento? Os documentos não são claros a esse respeito. Porém, fornecem-nos algumas pistas que permitem dar mais credibilidade à segunda hipótese.

As casas, herdades com ferragiais e hortas que Estêvão da Guarda possuía em Pavia²²¹, as casas na freguesia de S. Mamede²²² - onde terá habitado, pelo menos, até 1347²²³ -, na Alcáçova de Lisboa a par dos Paços do Rei²²⁴, em Carnide²²⁵ e em Santarém²²⁶, onde também era proprietário de uma adega, situada à porta de Manços²²⁷ e cujas datas de aquisição não nos são conhecidas, parecem apontar para a existência de bens patrimoniais obtidos, talvez por herança, antes de 1312. A mesma ilação pode ser tirada quanto à preocupação manifestada com a aquisição do forno do Pedrolo, o que parece indiciar a posse de terrenos agrícolas orientados para a produção cerealífera. Além do mais, não podemos esquecer o facto de ter sido foreiro da Quinta da Água Livre localizada junto à Ribeira de Carenque, nas proximidades de Belas²²⁸. Esta quinta era propriedade da vestidaria do mosteiro de S. Vicente de Fora e encontrava-se aforada com o gado aí existente²²⁹. As informações são, porém, insuficientes para que possamos

²¹⁹ Estêvão da Guarda era testamenteiro de seus netos (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25).

²²⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

²²¹ A.N.T.T.- Ordem de Avis, doc. 351.

²²² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

²²³ Aquando da redacção do seu testamento, em 1347, Sancha Domingues já refere que era freguesia de Santa Cruz do Castelo (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 26).

²²⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25. Estas talvez sejam as casas que Álvaro Afonso, neto de Estêvão da Guarda deixou à Igreja de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, situadas "em rua publica que vay pera ho castello" para que se rezasse "huma missa officada de Sancta Maria" e três aniversários (AML - AH- Livro de Aniversários de Santa Cruz do Castelo, fl. 21).

²²⁵ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 8, doc. 109.

²²⁶ Desconhecemos a localização precisa destas casas, já que a documentação apenas as refere como "minhas pousadas de Santarém" (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25).

²²⁷ *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*, Lisboa, I.N.I.C., 1984, p. 351 e 569. A área junto da Porta de Manços era, no século XIV, um dos centros de decisão da vila de Santarém (Maria Ângela V. da Rocha Beirante, op. cit. p. 80).

²²⁸ O topónimo ainda hoje se mantém com a mesma designação (*Carta Militar de Portugal*, Escala 1: 25.000, nº 416, Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, 1989, reimpressão).

²²⁹ O Testamento de Estêvão da Guarda refere apenas "a dita quinta ... otorgada com certa quantia de gado" (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25).

avaliar elementos como a espécie, número e utilização desse mesmo gado. Esta relação contratual cessou antes de 1352²³⁰, isto apesar de em 1330 o foro dessa quinta ter sido quitado²³¹. Antes de 1352, de acordo com o seu testamento, Estêvão da Guarda foi igualmente foreiro da Ordem do Santo Sepulcro de quem teve "*herdades e casais*" em Fanga da Fé, no termo de Torres Vedras, bem como da Gafaria de Lisboa, de quem teve umas casas²³² cuja localização nos é completamente desconhecida.

Constata-se assim que, as possibilidades de Estêvão da Guarda ser um mero oficial régio, dependente dos proventos adquiridos no exercício da actividade de escrivão de D. Dinis são, ao fim e ao cabo, algo remotas. Pelo contrário, tudo parece indicar que seria alguém cuja fortuna pessoal, constituída, inicialmente, por alguns bens patrimoniais herdados, se foi reforçando graças a uma série de outras propriedades de que foi foreiro, até chegar o momento em que, por um lado, a sua fortuna pessoal e, por outro, as doações, sobretudo régias, fizeram dele um indivíduo detentor de uma riqueza assinalável.

Após a aquisição do Forno do Pedrolo, em Lisboa (1312-1317) - direccionado, eventualmente, para rentabilizar algumas propriedades agrícolas de que era proprietário e/ou foreiro, constatamos que a política aquisitiva de Estêvão da Guarda se orientou, numa primeira fase compreendida entre 1317 e 1318, para as lezírias ribatejanas da zona de Santarém/Azambuja (lezírias da Fraceira/D. Sancha, do Galego e as propriedades que haviam sido de Afonso Guilherme de Santarém). Relativamente a estas nada se sabe quanto à sua produção agrícola. No entanto, o facto de possuir uma adega em Santarém, pode apontar para uma forte produção vinícola praticada nessas propriedades. Além disso, não podemos esquecer que a zona em redor de Santarém era, nesta altura, uma excelente produtora de vinhedos²³³, pelo que supomos que essas lezírias não deveriam ser excepção. Quase somos levados a pensar que Estêvão da Guarda procurava, desde cedo, garantir a posse de propriedades cuja fertilidade e rentabilidade fossem inquestionáveis, como que a certificar-se que o seu futuro estaria assegurado em termos financeiros. Além disso, convém não esquecer que o seu casamento se terá dado em 1317, o que tornava ainda mais importante a necessidade de estabilidade económica.

²³⁰ No seu testamento, Estêvão da Guarda é claro ao afirmar "*porque eu tive por longo tempo do dito mosteiro de Sam Vicente a quinta da Agoa Livre*" (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25).

²³¹ A carta de quitação determinava igualmente que esse aforamento passava a ser extensível ao filho de Estêvão da Guarda a quem coubesse a administração da sua capela de S. Vicente de Fora. (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 1ª Inc., maço 7, doc. 31).

²³² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

²³³ Maria Ângela V. da Rocha Beirante, *op. cit.*, p. 155-156.

Seguidamente direccionou os seus interesses no sentido de Lisboa. Entre 1319 e 1322, tornou-se proprietário das quintas da Sisana e do Lumiar, de casas na Rua Nova, de azenhas em Alcântara e de diversas courelas na zona de Benfca. Esta nova política patrimonial parece ser, por um lado, o reflexo da rentabilidade demonstrada pelas lezírias adquiridas nos anos de 1317-1318 e que lhe permitia efectuar novos e avultados investimentos como a compra da Quinta da Sisana e das courelas de Benfca. Por outro, não podemos esquecer que Estêvão da Guarda passava grande parte do tempo em Lisboa, pelo que não teria qualquer lógica adquirir propriedades que o obrigassem a grandes deslocações para longe das suas tarefas na corte régia.

Numa terceira fase do processo de aumento patrimonial, as aquisições localizam-se numa área completamente diferente: em Torres Vedras e Montagrago. De todo o processo aquisitivo levado a cabo por Estêvão da Guarda desde 1313, este é o único momento em que parece encontrar-se alheado da escolha dos bens que recebe, pois não aparenta haver qualquer lógica na criação de um novo pólo de interesse afastado dos bens que já possuía.

Verifica-se assim uma grande concentração fundiária nas zonas de Santarém, de Torres Vedras/Montagrago e de Lisboa. Fora deste triângulo, embora em locais próximos do vértice constituído por Lisboa, registam-se as 13 courelas localizadas entre Benfca e Alfoanelos, as propriedades em Loures que herdou de seus netos e as quintas da Água Livre e de Caparide. Impossíveis de localizar são as casas que tinha da Gafaria de Lisboa.

Estas fortes concentrações têm, claramente, três motivos. Em primeiro uma questão de opção, na medida em que são as propriedades adquiridas pelo próprio Estêvão da Guarda que definem, num primeiro momento, essas zonas. Em segundo, temos que ter em linha de conta um certo factor de casualidade e de sorte no que toca à herança recebida de seus netos Rodrigo e João Eanes Escola, mas que Estêvão da Guarda procurou gerir da melhor forma efectuando em seu benefício, pelo menos, um escambo²³⁴. Em terceiro o lugar, e acima de tudo, as doações régias que lhe reforçaram, excepção feita para Lisboa, a presença nessas mesmas zonas (isto apesar de, muito possivelmente, algumas destas propriedades terem sido escolhidas pelo próprio Estêvão da Guarda).

Todas localizadas na Estremadura, estas doações vinham de acordo com uma política do rei que procurava manter o seu oficialato numa zona circunscrita a essa comarca, já que era aí que o monarca se encontrava durante mais tempo²³⁵. Se tomarmos atenção

²³⁴ A.N.T.T.- S.Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 9.

²³⁵ Armando Luis de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, op. cit., p. 201-203.

ao itinerário de Estêvão da Guarda enquanto funcionário régio, verificamos que é a essas localidades, sobretudo a Lisboa e a Santarém, que o seu nome se encontra mais vezes ligado²³⁶.

Santarém, Lisboa e Torres Vedras funcionavam assim como autênticas bases a partir das quais Estêvão da Guarda geria as suas inúmeras propriedades, onde recebia os pagamentos dos que as exploravam e de onde partia para longos périplos pelo reino acompanhando o monarca.

Em estreita ligação com as propriedades agrícolas - no seu interior ou nas suas proximidades -, Estêvão da Guarda era também detentor de estruturas de armazenamento e de transformação, fundamentais para o domínio total do processo que ia desde a produção até à sua colocação à disposição dos comerciantes.

As azenhas de Loures²³⁷ e de Alcântara, apesar de esta se encontrar também vocacionada para servir o reguengo de Ribamar²³⁸, encontravam-se suficientemente perto de Lisboa, de Caparide e de Benfica, para transformar em farinha qualquer produção cerealífera oriunda desses locais, produção essa que poderia ter como destino, pelo menos, um coval²³⁹, de localização desconhecida mas cuja existência se encontra atestada pela documentação²⁴⁰. O processo de transformação da farinha em pão, era também realizável nas propriedades de Estêvão da Guarda, muito concretamente no Forno do Pedrolo e nos que se encontravam nas propriedades adquiridas a Francisco Eanes de Alfama²⁴¹.

Quanto à produção vinícola, Estêvão da Guarda podia também transformá-la e armazená-la sem recorrer a terceiros. Contudo, encontrámos apenas referências a *direitura de lagares* nas propriedades de Loures²⁴². No tocante a estruturas de armazenamento, sabemos da existência de uma adega situada em Santarém, estrategicamente localizada junto à Porta de Manços²⁴³.

Se bem que não tenhamos informações a esse respeito, é muito natural que explorações agrícolas de maiores dimensões, como o Casal de Caparide, a Quinta do Lumiar ou a

²³⁶ Cf. Apêndice 1.

²³⁷ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora. 2ª Inc., caixa 6, doc. 24.

²³⁸ A.N.T.T.- Chancelaria de D. Dinis. Livro 3, fl. 144v-145.

²³⁹ A documentação é omissa no que respeita à capacidade desse coval, ou cova. No entanto, alguns deles podiam comportar entre 6 a 8 toneladas de cereal. Por outro lado, os covais de tipo doméstico, ficavam-se por quantidades muito mais reduzidas (A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, Cosmos, 1987, p. 119).

²⁴⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora. 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

²⁴¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora. 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁴² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora. 2ª Inc., caixa 6, doc. 24.

²⁴³ Maria Ângela V. da Rocha Beirante, op. cit. p. 80.

Geografia do Património de Estêvão da Guarda



Vias medievais (trajecto aprox.) 

LISBOA
Forno do Pedrolo Azenha em Alcântara Quinta da Sisana Quinta do Lumiar Casas na Rua Nova Casas em S. Mamede Casas na Alcaçova Casas em Carnide
SANTARÉM
Lezíria que foi de Afonso Guilherme de Santarém Lezíria da Fraceira/ Lezíria de D. Sancha Lezíria do Galego Adega
TORRES VEDRAS
Casal de Pedrulhos e outros Casal do Troviscal Casal de Mara-Cães Courela de Alpilhão Herdades e casais em Fanga da Fê Casas na Ferraria
LOURES
Diversas propriedades Paço
CAPARIDE
Casal de Caparide
BENFICA/ALFORNELOS
13 courelas
MONTAGRAÇO
Quinta de Montagraço
BELAS/ CARENQUE
Quinta das Águas Livres

das Águas Livres, comportassem também estruturas de armazenamento e de transformação.

Dever-se-á ainda ter em linha de conta, o facto de todas estas propriedades se encontrarem localizadas junto de excelentes vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas, o que permitia que os produtos pudessem ser, com toda a facilidade, transportados do local de produção para as estruturas de armazenamento e/ou transformação e daqui para os principais centros de venda.

No que concerne à forma de gestão de todas estas propriedades, as informações são igualmente escassas. Porém, existem pistas que convém não descurar para uma pesquisa futura que vise a obtenção de dados a este respeito e que se prende com os indivíduos que a documentação designa como criados (João Lourenço de Celorico, Afonso Lourenço de Carnide, Fernão Gil, Afonso Esteves, Soeiro e Martim Eanes), como servidores (Lourenço Martins e Gomes Eanes) ou homens de Estêvão da Guarda (Estêvão Martins, Gonçalo Esteves, João André "Mofino" e João Cadesseiro). Estes, além de outras

funções que naturalmente detinham na casa senhorial de Estêvão da Guarda, poderiam também deter tarefas ligadas à administração dessas propriedades.

Face aos dados acima expostos, constata-se que Estêvão da Guarda foi também um notável proprietário de prédios urbanos e rurais. Todavia, foram estes últimos que, pela localização, quantidade, extensão e diversidade, lhe permitiram adquirir uma riqueza crescente graças à gestão que deles fazia. A interrelação que criou entre todas as propriedades, rentabilizando-as, veio revelar uma faceta, até agora, pouco conhecida de Estêvão da Guarda, a de gestor agrícola de grande sucesso.

A Capela e as armas. No dia 8 de Novembro de 1320, Estêvão da Guarda e sua mulher, Sancha Domingues, instituíram uma capela no mosteiro de S. Vicente de Fora, em Lisboa. O documento da fundação foi lavrado na casa de morada de Estêvão da Guarda, na alcáçova da capital e contou com a presença de Estêvão Aires, Nicolau Domingues, Lourenço Eanes, Martim Durães, Gil Domingues e Fernão Gil, que testemunharam a sua elaboração²⁴⁴. Trata-se de um documento extremamente simples, o qual se limita a referir quais as propriedades que anexa a essa capela (o Forno do Pedrolo e a Quinta da Sisana), o número de capelães e a forma de sucessão na respectiva administração, entre Estêvão da Guarda e sua mulher²⁴⁵.

Desconhecemos o processo que levou a essa instituição, bem como à escolha de S. Vicente de Fora para local da sua última morada. Porém, é sabido que a escolha de conventos como local de sepultura, em detrimento das igrejas paroquiais, era uma característica dos grupos nobres e do funcionalismo²⁴⁶, grupos esses a que Estêvão da Guarda pertencia. Em Lisboa, a instituição monástica de maior importância e prestígio, a todos os níveis, era, sem dúvida, o mosteiro de S. Vicente de Fora.

A ratificação deu-se a 13 de Outubro de 1322, no mesmo local, e foi testemunhada por Estêvão Eanes, cónego de S. Jorge; Geraldo Esteves, cónego do mosteiro de Landim; Domingos Peres, cónego do mosteiro de Grijó; Afonso Esteves, tabelião de Lisboa; Afonso Domingues da Chancelaria?; João Baião, abade de Carrazeda, entre outros²⁴⁷. Desta feita, os instituidores foram muito mais precisos, determinando, detalhadamente, tudo o que se relacionava com a capela, desde o número de sufrágios que aí deveriam ser rezados até às alfaias religiosas que deveria ter²⁴⁸. Esta preocupação com o mínimo detalhe foi já salientada por Isabel Castro Pina ao afirmar que "*Todos os pormenores*

²⁴⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁴⁵ O traslado desse documento encontra-se em: A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25.

²⁴⁶ Hermínia Vasconcelos Vilar. *A Vivência da Morte no Portugal Medieval - A Estremadura Portuguesa (1300 a 1500)*, Redondo, Patrimónia, 1995, p. 100.

²⁴⁷ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁴⁸ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

*relativos à última morada eram cuidadosamente estabelecidos, e mesmo que se tratasse de uma simples e anónima cova*²⁴⁹.

Em 1321, Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, doava a Estêvão da Guarda e sua mulher umas casas, localizadas na Rua Nova de Lisboa para "*mantimento de vossa capella que vos ordinastes em Sam Vicente de Fora de Lisboa e dos capellaens que vos hi mandastes poer*"²⁵⁰, por saber da vontade do instituidor de "*juntar a dita capella mais possessões para se acrescentarem hi mais capellães*"²⁵¹. Assim, a partir de 1322, aos dois capelães adstritos em 1320²⁵², acrescentava-se um terceiro, de que conhecemos apenas o nome: Vicente Domingues²⁵³. Todos eles eram escolhidos pelo instituidor em conjunto com o prior do mosteiro²⁵⁴.

Com a morte de Maria Esteves, enterrada no interior da capela, e de seus netos Rodrigo e João Eanes, sepultados à porta por manifesta falta de espaço, Estêvão da Guarda procurou, utilizando parte dos bens que deles havia herdado, aumentar para quatro o número de capelães. Contudo, punha-se um problema: a Peste Negra havia feito um grande número de baixas no convento, pelo que esse aumento seria, temporariamente, inviável²⁵⁵.

A solução encontrada foi determinar que se rezassem missas de aniversários pelas suas almas e pela de João Eanes Escola. Essas missas, rezadas na sua capela, seriam duas pela alma de seu genro - uma no dia de Santiago de Julho e outra no de Santa Maria de Agosto -, uma pela alma de Maria Esteves - no dia de S. Bartolomeu -, uma pela alma de João Eanes - no dia de Santa Maria *Candelorum* - e uma outra pela alma de Rodrigo Eanes - no dia 1 de Maio. Por cada um destes ofícios religiosos, Estêvão da Guarda pagaria 4 libras. Os frades de S. Vicente deveriam ainda cantar uma antífona diária em louvor da Virgem Maria à porta da capela, pelo que também seriam remunerados. Para o pagamento destes sufrágios, Estêvão da Guarda anexava à sua capela propriedades herdadas desses seus netos, situadas em Loures e o Casal de Caparide²⁵⁶.

²⁴⁹ Isabel Castro Pina, "Ritos e imaginário da morte em testamentos do século XIV e XV", in *O Reino dos mortos na Idade Média Peninsular* (Dir. de José Mattoso), Lisboa, João Sá da Costa, 1996, p. 130.

²⁵⁰ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2^o Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁵¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2^o Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁵² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2^o Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁵³ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2^o Inc., caixa 6, doc. 24.

²⁵⁴ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2^o Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁵⁵ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2^o Inc., caixa 6, doc. 24 e 25. A Peste Negra parece ter sido responsável pela morte de todos os oficiais do Mosteiro de S. Vicente de Fora, na sacristia, hospital, vestiaria, enfermaria e correaria (A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal: Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV, op. cit.*, p. 20).

²⁵⁶ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2^o Inc., caixa 6, doc. 24.

No documento da ratificação, de 1322, Estêvão da Guarda estipulava ainda o modo como se deveria proceder à escolha do administrador da capela. Durante o período de execução do seu testamento, essa função estaria atribuída aos seus testamenteiros, passando depois a ser exercido por sua mulher. À morte desta, seria nomeado um novo administrador, que deveria ser o seu filho varão legítimo, ou a sua filha legítima mais velha, caso não houvesse nenhum filho legítimo vivo. Se nenhum destes estivesse vivo, a administração ficaria a cargo do seu neto mais velho, ou neta, caso não existisse nenhum neto, ou seja, em regime de morgadio. Em caso de inexistência de herdeiros habilitados, essas funções ficariam entregues a um homem bom nomeado pelo concelho de Lisboa²⁵⁷. Tudo indica que essa incumbência esteve entregue aos testamenteiros até cerca de 1374, altura em que Álvaro Afonso, neto de Estêvão da Guarda, passou a deter esse cargo, nele permanecendo até à sua morte, no dia 1 de Janeiro de 1414. Foi substituído duas semanas depois pelo seu filho, Diogo Álvares, morador em Loures²⁵⁸.

Não chegou até aos nossos dias qualquer descrição da arquitectura e decoração da capela. O facto de ter sido completamente demolida aquando da construção do novo edifício conventual, durante o reinado de Filipe I, impede-nos de ter dela qualquer imagem. Sabemos apenas que tinha o tecto abobadado, que estava decorada numa parede com o escudo de Estêvão da Guarda²⁵⁹ e com outros motivos ornamentais²⁶⁰. A capela possuía ainda um altar em frente do qual ardia permanentemente uma lâmpada de azeite. De entre as alfaias religiosas aí existentes, destacavam-se cruzes, cálices, paramentos e livros²⁶¹. Não há qualquer tipo de referência que nos permita descortinar o tipo de sepultura destinado a Sancha Domingues, pelo que inúmeras hipóteses podem ser postas, desde a sepultura no chão até à partilha do muimento com o seu marido. A capela devia ter dimensões relativamente reduzidas, na medida em que os seus netos João e Rodrigo tiveram que ser sepultados à entrada desse local e não no seu interior²⁶², já suficientemente preenchido com o túmulo do instituidor.

Este túmulo era um sarcófago, ou muimento, de pedra trabalhada²⁶³, com as suas armas em cima, tal como testemunhou, séculos depois, Gaspar Álvares de Lousada²⁶⁴, e encontrava-se junto da parede onde se podia ver (pintado?) o seu escudo²⁶⁵. Refira-se

²⁵⁷ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁵⁸ AML - AH - Casa de Santo António. *Livro da Instituição da Cappella*, doc. 12, fl. 24v-25v.

²⁵⁹ "... na parede [da capela] onde esta escudo dos meus sinais..." (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25).

²⁶⁰ "... em ver os ornamentos da minha capela..." (A.N.T.T.-S. Vicente de Fora, 2ª Inc. Caixa 6, doc. nº 23).

²⁶¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 23.

²⁶² A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 24.

²⁶³ Este tipo de sepultura constituía indício "duma necessidade de afirmação individual, que o enterramento simples não conferia" (Hermínia Vasconcelos Vilar, *op. cit.* p. 100).

²⁶⁴ Afonso Eduardo Martins Zuquete (dir. de). *Armorial Lusitano*. Lisboa, Enciclopédia, 1987, p. 260-261.

²⁶⁵ Em 1352, aquando da elaboração do testamento de Estêvão da Guarda, esse muimento ainda não se encontrava colocado na capela (A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2ª Inc., caixa 6, doc. 25).

que os principais reflexos da expansão da armaria, visíveis a partir do século XIII, se manifestam essencialmente na lapidária ornamental ligada à sepulcrológica. A heráldica era, aliás, uma importante parte do cerimonial fúnebre²⁶⁶. As armas de Estêvão da Guarda eram de azul com três flores de lis do mesmo esmalte, postas e dispostas em banda de ouro²⁶⁷. Trata-se, na verdadeira acepção da palavra, de uma situação de ouro sobre azul em que, como o sintetiza Michel Pastoureau, o azul simboliza a lealdade - neste caso, para com o rei - e o ouro a nobreza²⁶⁸ que Estêvão da Guarda procurava afirmar. Estas armas revelam assim uma importante posição social e uma forte presença junto do monarca e no seio da nobreza.

No dia 9 de Junho de 1352, Estêvão da Guarda elaborou o seu testamento²⁶⁹. Não nos é possível apontar com segurança o motivo que o terá impellido a redigir esse documento. No entanto, existem algumas pistas que convém não descurar. Em primeiro lugar, há que ter em linha de conta o facto de ter já cerca de 70 anos²⁷⁰, o que lhe oferecia poucas perspectivas quanto a muitos mais anos de vida. Em segundo, registese que a sua saúde não era já a melhor pois atravessava períodos em que se encontrava bastante debilitada devido aos ataques de gota que o impediam até de montar a cavalo²⁷¹. Em terceiro lugar, imaginamos, deve ter ficado bastante abalado com as mortes próximas de sua mulher, filha e netos e ainda de seus filhos Fernão e Afonso da Guarda. Face a todo este conjunto de circunstâncias, acreditamos que se sentisse bastante perto do fim da vida e, por isso, na altura de redigir as suas últimas vontades²⁷². De admirar é sim, o facto de não o ter feito antes.

Aproximadamente 10 anos após a elaboração do seu testamento, Estêvão da Guarda juntava-se, na capela por si instituída e conforme ele próprio havia estipulado, à sua mulher, filha e netos. Reconstituía-se assim a estrutura familiar cujos laços se pretendiam

²⁶⁶ Marquês de Abrantes, *Introdução ao Estudo da Heráldica*, Lisboa, I.C.A.L.P., 1992, p. 36-37.

²⁶⁷ Afonso Eduardo Martins Zuquete (dir. de), *op. cit.*, p. 261. Por um lado, o azul simboliza a riqueza, magestade, formosura e serenidade. Obriga especialmente a defender os servidores fieis do rei que se acham sem recompensa dos seus serviços (Armando de Mattos, *Manual de Heráldica Portuguesa*, Porto, Fernando Machado e C^a Ltd^a, 1941, p. 150). Simboliza ainda a doçura, a amenidade e a bondade (J. A. Correia Leite Ribeiro, *Tratado de Armaria*, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1907, p. 47), mas também a firmeza incorruptível, a glória, a virtude, a dignidade, a vigilância, a fortaleza, a constância, a fama e a vitória (Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira [Visconde de Vila Nova de Gaia], *Vocabulário Heráldico*, Lisboa, Mama Sume, 1985, p. 45). Por outro, o ouro, representa a riqueza, força, fé, pureza e constância e obriga especialmente a defender o seu rei e dar por ele o seu sangue (Armando de Mattos, *op. cit.*, p. 152) e ainda a justiça, a magnânimidade, o amor (J. A. Correia Leite Ribeiro, *op. cit.*, p. 46), a nobreza, a sabedoria, o vigor, o poder, a fidelidade, a potência, a circunstância, a riqueza, a tolerância e a firmeza (Luís Stubbs Saldanha Monteiro Bandeira [Visconde de Vila Nova de Gaia], *op. cit.*, p. 175).

²⁶⁸ Michel Pastoureau, *Traité d'Héraldique*, Paris, Picard, 1993, p. 112.

²⁶⁹ Sobre o testamento de Estêvão da Guarda, Cf. Apêndice 2.

²⁷⁰ Se tivermos em conta que se entrava na velhice aos 50 anos e os 70 eram a meta da vida (A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p. 209), é natural que, ultrapassado que estava esse limite, Estêvão da Guarda se sentisse bastante perto da morte.

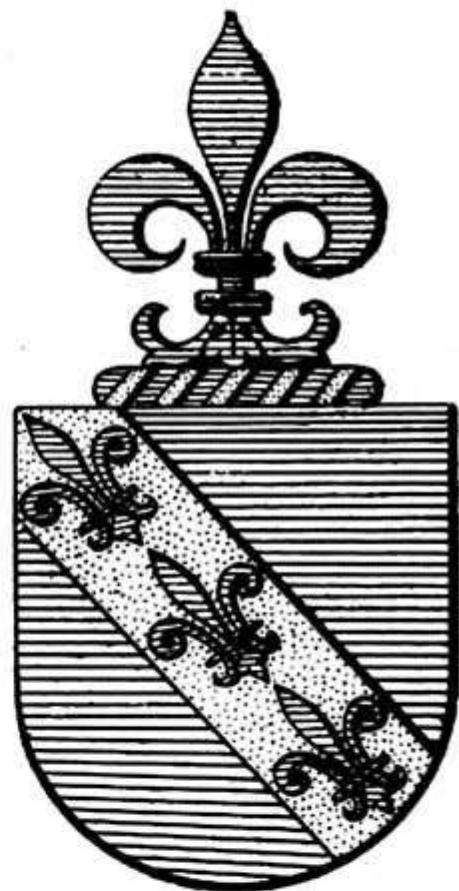
²⁷¹ A.N.T.T.- S. Vicente de Fora, 2^a Inc., caixa 6, doc. 24.

²⁷² A documentação disponível não nos indica que tenha feito outro testamento antes de 1352.

manter para além da morte²⁷³. A data precisa da sua morte é, para já, uma incógnita de difícil resposta. Porém, um documento datado de 28 de Março de 1364 refere-o "já *finado*"²⁷⁴, pelo que o seu falecimento deve ter ocorrido pouco tempo antes desta data. Desaparecia assim uma das mais brilhantes figuras das muitas que atravessaram os reinados de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro. Porém, a sua figura não cairia em total esquecimento. A sua memória e a da sua linhagem ficavam preservadas, pelo menos por mais alguns anos, através das suas armas e da capela por si instituída. Além disso, graças ao seu legado poético, afirmava-se ainda, a par do conde D. Pedro, como um dos últimos grandes trovadores portugueses.

Conclusão. Se bem que continuemos sem conseguir obter da documentação qualquer tipo de verdade definitiva sobre a naturalidade e ascendência de Estêvão da Guarda, os elementos biográficos que aqui coligimos e analisámos parecem-nos suficientes para que, por um lado, se afaste definitivamente a tese da origem aragonesa e, por outro, para que se encare com alguma atenção as possibilidades de ascendência propostas neste estudo, quanto mais não seja como meras hipóteses de trabalho e pontos de partida para futuras investigações sobre o tema.

Este trabalho é, pois, tal como nos propusemos no seu início, um ponto de situação, no qual procurámos, graças a contributos recentes e a novas informações que a eles acrescentámos, fornecer subsídios para a elaboração de uma biografia de Estêvão da Guarda. Nesse sentido, estamos cientes de termos atingido os nossos objectivos, pois demos a conhecer aspectos desconhecidos ou pouco conhecidos da sua vida, tais como a sua ascendência e descendência, o seu itinerário, a política de aquisição e gestão fundiária e as suas últimas vontades expressas na instituição da capela, no seu testamento e codicilo, ou seja, os principais passos da sua vida.



Brasão de armas de Estêvão da Guarda.
in Afonso Eduardo Martins Zuquete (dir. de), *Armorial Lusitano*. Lisboa, Enciclopédia, 1987, 3ª edição.

²⁷³ Hermínia Vasconcelos Vilar, *op. cit.*, p. 107-110.

²⁷⁴ Maria Micaela Soares, *op. cit.*, p. 26-27.

Desde a sua criação, no seio da corte régia, até ao seu intenso labor no desembargo, como escrivão e como subscritor, no lugar do rei, de diversos diplomas, Estêvão da Guarda revelou-se como uma das personalidades que maior ligação teve com D. Dinis e ao lado de quem se manteve até à morte do monarca passando pelos períodos de maior conflituosidade política e militar do reinado.

A documentação veio também revelar um indivíduo preocupado com a constituição de um vasto património, revelando, no entanto, uma mentalidade muito arreigada aos valores tradicionais que ligavam a riqueza à posse da terra. Porém, a administração que faz dos seus bens fundiários e a interligação que entre eles conseguiu criar, afigura-se-nos como prova de uma notável visão e de uma enorme preocupação em tirar deles a maior rentabilidade.

Da sua posição junto do rei, por um lado, e da riqueza que conseguiu acumular, por outro, Estêvão da Guarda soube relacionar-se, tal como à sua família, com pessoas e instituições de grande prestígio tais como os bastardos régios, algumas famílias de destaque no seio da corte régia, a Ordem de Avis, o convento de S. Vicente de Fora e o concelho de Lisboa. Contudo, todo este esplendor extinguiu-se logo após a sua morte, o que só vem salientar o facto de a importância da sua linhagem residir, exclusivamente, na sua incontornável figura.

Todos estes elementos transmitiram-nos pistas que nos levaram a visualizar a imagem de um indivíduo com uma enorme capacidade de trabalho que conseguiu aliar a sua intensa actividade na corte à de proprietário de vastos prédios rurais e ainda à produção poética, brilhando em todas elas.

APÊNDICES

1. Itinerário de Estêvão da Guarda

Ano	Mês e dia	Local	Cargo	Intervenção	Fonte
1299	Agosto 20	Arraial sobre Portalegre		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 7v
1300 ?	Julho	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 11v
1300	Outubro 1	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 12v
1300	Outubro 13	Torres Vedras		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 11v
1301	Janeiro 7	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	<i>Ordenações de D. Duarte</i> . p.166-167
1301	Julho 5	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 15v
1301	Dezembro 1	Coimbra		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 14v-15
1302	Janeiro 27	Coimbra		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 18
1303	Maio 3	Élvas		Estêvão da Guarda a fez	A.N.T.T. Mosteiro de Arouca. Gav. 1. Maço 1. doc. 25
1303	Agosto 8?	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 27v
1304	Fevereiro 22	Santarém		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 29v
1304	Dezembro 9?	Évora		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 27
1304	Dezembro 20	Santarém		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 35-35v
1305	Janeiro 9	Santarém		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 30v
1305	Março 22	Torres Vedras	Escrivão do Rei	Testemunha da elaboração de traslado	<i>Gavetas da Torre do Tombo</i> . Vol- IX. p. 426-430
1305	Maio 4	Santarém		Estêvão da Guarda a fez	<i>Ordenações de D. Duarte</i> . p. 201-202
1306	Março 28	Coimbra		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 49-49v
1306	Maio 25?	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 49v
1306	Julho 22	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 50-50v
1308	Janeiro 17	Santarém		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 62
1308	Maio 27	Sátão		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 63
1308	Junho 6	Viseu		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 63v
1309	Agosto 20	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 141
1310	Abril 16	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 72v

1310	Abril 24	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 72v
1310	Julho 13	Lisboa		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 73v
1312	Julho 7 ou 11	Frielas		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 80v.
1312	Agosto 8	?		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 80v
1313	Junho 26	Frielas		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 83
1313	Dezembro 13	Coimbra		assina	AML - AH - Livro de D. Dinis, Afonso IV e D. Pedro. doc. 9
1314	Fevereiro 24	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 85
1314	Março 9	Maia		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 85-85v
1314	Março 20	Salvaterra		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 85v
1314	Abril 20	Santarém		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 85v-86
1314	Julho 15	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 87-87v
1314	Julho 16	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 87
1314	Setembro 15	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 87v
1314	Setembro 26	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 88
1314	Outubro 3	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 88
1315	Janeiro 14	Évora		assina	Ordenações de D. Duarte. p. 299
1315	Janeiro 26	Borba		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 90-90v
1315	Abril 20	Santarém		assina	A.N.T.T. Gaveta 1. Maço 2. Doc. 44
1315	Setembro 19	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 98
1315	Outubro 7	Lisboa	Eichão mor	confirma	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 97v-98
1315	Dezembro 11	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 98
1315	Dezembro 18	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 131
1316	Fevereiro 17	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 98v
1316	Março 18	Valada		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 98v-99
1316	Abril 2	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 99
1316	Abril 8	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 99

1316	Abril 13	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 99v-100
1316	Maio 3	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 100v
1316	Maio? 4	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 100v
1316	Maio 13	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 100-100v
1316	Maio 15	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 100v
1316	Maio 18	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 100v
1316	Junho 5	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 101
1316	Junho 22	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 103v
1316	Julho 1	Frielas		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 102v
1316	Agosto 1	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 102v-10v
1316	Agosto 16	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 104-105
1316	Setembro 12	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 105-105v
1316	Setembro 30	Torres Vedras		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 105v
1316	Outubro 17	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 105v-106
1316	Novembro 5	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 106
1316	Dezembro 16	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 107-107v
1316	Dezembro 26	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 106-107
1317	Janeiro 14	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 107v
1317	Janeiro 18	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 107v
1317	Janeiro 20	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 107v
1317	Fevereiro 1	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 107v-108
1317	Fevereiro 5	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 109
1317	Fevereiro 10	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 109
1317	Fevereiro 19	Santarém		assina com Leonardo Domingues vassalo do Rei	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 110
1317	Fevereiro 23	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 109
1317	Março 7	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 109v-110

1317	Março 10	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 110
1317	Março 31	Leiria		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 110-110v
1317	Abril 13	Coimbra		Estêvão da Guarda a fez	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 110v
1317	Junho 1	Leiria		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 111
1317	Julho 1	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 111-112
1317	Agosto 25	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 114v-115
1318	Janeiro 8	Estremoz		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 116v-117
1318	Abril 9	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 117v
1318	Abril 15	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 118
1318	Abril 28	Torres Vedras		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 119
1318	Maió 14	Rabaldeira		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 119
1318	Julho 10	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 120
1318	Julho 29?	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 120
1318	Agosto 8	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 120
1318	Agosto 26	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 120v
1318	Agosto 28	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 120v
1318	Setembro 9	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 120v-121
1318	Setembro 11	Benfica		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 120v
1318	Setembro 12?	Benfica		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 120v
1318	Outubro 12	Torres Vedras		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 88
1318	Outubro 28	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 121v-122
1318	Outubro 29?	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 122
1319	Janeiro 10	Montemor - o - - Novo		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 123
1319	Março 8	Coruche		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 123v-124
1319	Abril 26	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 125v
1319	Maió 1	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 126-126v
1319	Julho 15	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 130v

1319	Agosto 26	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 127v
1319	Setembro 9	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 127
1319	Setembro 25	Benfica		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 86
1319	Novembro 20	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 129
1319	Dezembro 31	Vila Nova de Miranda		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 142
1320	s.d.	Barca da Torre de Moncorvo		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 131
1320	Janeiro 12	Trancoso		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 129v
1320	Fevereiro 6	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 129v
1320	Fevereiro 8	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 129v
1320	Fevereiro 9	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 129v-130
1320	Fevereiro 10	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 130v
1320	Março 20	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 130v-131
1320	Abril 10	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 131
1320	Abril 28	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 137v
1320	Maio 20	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 131v
1320	Maio 22	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 131v
1320	Junho 4	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 131v
1320	Junho 5	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 131v
1320	Junho 22			testemunha	<i>O Desembargo Régio. p. 296</i>
1320	Junho 27	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 132
1320	Julho 1			testemunha	<i>O Desembargo Régio. p. 296</i>
1320	Agosto 9	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 87v
1320	Agosto 25	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 132
1320	Setembro 23	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 132v
1320	Outubro 6	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 132v
1320	Outubro 9	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 132v
1320	Outubro 22	Benfica		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 88v

1320	Novembro 8	Lisboa		Institui capela	S. Vicente. 2ª Inc. cx 6, nº 23
1320	Dezembro 26	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 89
1320	Dezembro 29	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 89
1320	Dezembro 31	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 133-133v
1321	Janeiro 1	Lisboa		assina	Feiras Medievais Portuguesas. p.184
1321	Janeiro 6		Escanção mor		O Desembargo Régio. p. 414
1321	Fevereiro 22	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 134v
1321	Fevereiro 24	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 134v
1321	Março 1	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 134v-135
1321	Março 7	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 135
1321	Março 16	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro III. fl. 135v
1321	Março 18	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 89v
1321	Março 27	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 136
1321	Março 28	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 89v
1321	Abril 5	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 136v
1321	Abril 14	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 137v
1321	Maió 6	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 137v
1321	Maió 22	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 137v-138
1321	Junho [ou Janeiro?] 1	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 138
1321	Junho 10?	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 138v
1321	Junho 15	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 138
1321	Junho 16	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 138-138v
1321	Junho 27	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 138v
1321	Julho 24	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 140v
1321	Julho 27	Benfica		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 140v
1321	Agosto 4	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 140v
1321	Agosto 6	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 140v

1321	Agosto 13	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 141
1321	Agosto 14	Lisboa		Procurador num escambo	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 141v
1321	Agosto 19	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 141v
1321	Setembro 1	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 141v
1321	Outubro 9	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 142
1321	Dezembro 24	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 92v
1321	Dezembro 30	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 142
1322	Janeiro? 21	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 142-142v
1322	Março 10	Arraial sobre Coimbra		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 145
1322	Maio 25	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 142 v
1322	Junho - ?		criado e vassalo e testamentei- ro do Rei		O Desembargo Régio. p. 296
1322	Junho 13	Lisboa		assina	Descobrimentos Portugueses. Vol. 1. p. 42-43
1322	Junho 25	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 143
1322	Julho 15	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 143v-144
1322	Agosto 1	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 145v
1322	Agosto 10	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 145v
1322	Outubro 2?	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 146v
1322	Outubro 9	Lisboa		assina	A.N.T.T., Stª Clara de Coimbra, M.19. nº 15
1322	Outubro 13	Lisboa		Ratifica instituição da capela	S. Vicente. 2ª Inc. cx 6 nº 23
1322	Outubro 24	Randide		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 147
1322	Novembro 8	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 147
1323	Janeiro 3	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 148v
1323	Janeiro 16?	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 148v
1323	Janeiro 18	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 148v-149
1323	Janeiro 21	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 148-148v

1323	Fevereiro 22	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 149v-150
1323	Março 28	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 150
1323	Abril 17	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 4. fl. 93v
1323	Maio 4	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 151v
1323	Maio 23	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 151v
1323	Agosto 14	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 152v
1323	Outubro 21	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 153v
1323	Novembro 9	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 153v
1323	Dezembro 6	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 155
1323 ou 1324	Setembro 26			assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 155
1324	Janeiro 10	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 157
1324	Janeiro 17	Alvogas?		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 156v
1324	Janeiro 30	Alverca		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 156v
1324?	Fevereiro 10	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 159v
1324	Fevereiro 14	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 156v
1324	Março 4	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 156v
1324	Março 15	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 157
1324	Março 16	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 157
1324	Abril 5	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 157v
1324	Junho 13	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 158
1324	Agosto 22	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 160v
1324	Setembro 18	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 161
1324?	Setembro 8 ou 20	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 165v
ant. 1324	Setembro 28			assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 155
1324	Novembro 24	Lisboa		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 161-161v
1324	Dezembro 2 ou 12	Santarém		assina	Chanc. D. Dinis. Livro 3. fl. 162

1328	Março 26	Escalona	Procurador do Rei no contrato de casamento de D.Maria e Afonso XI		<i>Gavetas da Torre do Tombo</i> . Vol. VI. p. 501-519
1336	Julho 10	Estremoz		testemunha	<i>Corpo Diplomático Português</i> p. 223
1338	Agosto 1	Lisboa		assina com Lopo Fernandes Pacheco	<i>Chanc. Afonso IV</i> . Vol. III. p. 224-225
1338	Outubro 23		Conselheiro do Rei		<i>O Desembargo Régio</i> . p. 297
1338	Novembro 9	Coimbra		Testemunha	<i>Corpo Diplomático Português</i> . p. 250-255
1341	Maio 17			Efectua empréstimo	S. Vicente, 1ª Inc. M. 9. nº 36
1341	Junho 29	Lisboa		assina com Fernão Gonçalves Cogominho e Afonso Esteves	<i>Chanc. Afonso IV</i> . Vol. III. p. 111
1347	Abril 11	Coimbra		testemunha	<i>Ordenações Afonsinas</i> . Livro V. título LIII
1347	Julho 25	Lisboa		testemunha	<i>Corpo Diplomático Português</i> . p. 293
1352	Junho 9	Lisboa		elabora testamento	S. Vicente. 2ª Inc. cx 6 nº 25
1352	Agosto 25	Lisboa		apresenta carta régia	S. Vicente. 2ª Inc. cx 6. nº 27
1353	Janeiro 28	Lisboa		elabora escambo	S. Vicente. 2ª Inc. cx 6 nº 9
1356	Julho	Lisboa		elabora codicilo	S. Vicente. 2ª Inc. cx 6 nº 24

2. ESTEVÃO DA GUARDA:

Legados Testamentários

Quantia	Motivo	Destinatário
20 libras	Com o seu corpo	S. Vicente de Fora
20 libras		Igreja de Santa Cruz do Castelo
30 libras	Por falhas	Igreja de Santa Cruz do Castelo
30 libras	Por falhas	Igreja de S. Mamede
200 libras	Missas	S. Vicente de Fora
800 libras	Panos	Pobres
300 libras	Panos e Missas	
5 libras	Fazerem honra no dia da sepultura	Dominicanos
5 libras	Fazerem honra no dia da sepultura	Agostinhos
5 libras	Fazerem honra no dia da sepultura	Trinitários
20 libras		Donas de Santa Clara

20 libras		Donas de Chelas
100 libras		Ordem do Santo Sepulcro
100 libras		Gafos de Lisboa
20 libras	Pitança e missa de aniversário	S. Vicente de Fora
100 libras	Missas	S. Vicente de Fora
200 libras		Estêvão (neto)
200 libras		Afonso (neto)
200 libras		Constança da Guarda (neta)
100 libras		Álvaro Afonso (neto)
30 libras		João Lourenço de Celorico (criado)
100 libras		Sancha Afonso (servente)
20 libras		Lourenço Martins (servente)
100 libras	Missas e vestir pobres	S. Vicente de Fora
10 libras		Afonso Lourenço de Carnide (criado)
5 libras		Estêvão (filho de Afonso Lourenço de Carnide)
10 libras		Sancha Vicente (ama de seus filhos)
10 soldos a cada		Emparedadas de Lisboa
5 libras		Maria Eanes (Freira de S. Vicente)
20 soldos a cada		Freiras de S. Vicente
5 libras		João Pais
5 libras		Mulher de João Pais
30 libras		Estêvão Martins (seu homem)
20 libras		mulher de Estêvão Martins
10 libras		Maria de Landeiro
10 libras		Gomes Eanes (servente)
300 libras	Panos de dó	
50 libras		Gil Eanes (testamenteiro)
50 libras		Lourenço Eanes (testamenteiro)
50 libras		Fernando Martins (testamenteiro)
Total c. 3285 libras		

Outros bens	Motivo	Destinatário
10 moios de trigo		S. Vicente de Fora
Armamento		Diogo Esteves (filho)
Livros de Leis	Porque os leu	Álvaro Esteves (filho)
melhor cavalo	Por ser hábito	Rei
melhor loriga de corpo	Por ser hábito	Rei

3. SANCHA DOMINGUES:

Legados Testamentários

Quantia	Motivo	Destinatário
20 libras	Com o corpo	S. Vicente de Fora
20 libras		Igreja de Santa Cruz do Castelo
20 libras	Por falhas	Igreja de Santa Cruz do Castelo
200 libras	Missas	S. Vicente de Fora
20 libras	Pitança	S. Vicente de Fora
10 soldos	Fazer homenagem	Cada clérigo de Lisboa
150 libras	Missa oficiada	S. Vicente de Fora
150 libras	Missas	S. Vicente de Fora
10 libras	Missa	Frades de S. Vicente de Fora
200 libras	Panos de cor	
250 libras	Missa de Aniversário	S. Vicente de Fora
20 libras	Pitança e Missa	Frades de S. Vicente de Fora
10 libras	Pitança e Missa	Dominicanos
10 libras		Franciscanos
10 libras		Agostinhos
10 libras		Trinitários
20 libras		Donas de Santa Clara
10 libras		Donas de Chelas
30 libras		Gafos de Lisboa
5 libras		Hospital de S. Vicente
10 soldos		cada albergaria de Lisboa
5 libras		Emparedadas de S. Vicente
10 libras		Maria Martins
10 libras		Domingas Martins
20 libras		Sancha Vicente (ama de seus filhos)
20 libras		Constança Vicente (ama de seus filhos)
10 libras		Maria Eanes
30 libras		Maria Martins (criada)
10 libras		Sentil Eanes
10 libras		Lourenço Esteves (afilhado)
5 libras		Gonçalo Peres (afilhado)
5 libras		Domingas Geraldés
5 libras		Maria Bartolomeu
10 libras		Constança
10 libras		Maria Domingues (servente)
5 libras		cada clérigo de S. Mamede
50 libras		Parentes pobres
300 libras		S. Vicente de Fora
300 libras	Panos de cor	Pobres envergonhados
100 libras	Panos de linho e burel	Pobres
10 libras		Inês Vicente
50 libras		Marinha Gonçalves (sobrinha)
20 libras		Vicente (sobrinho)
20 libras		Nicolau (sobrinho)
100 libras	Missas	S. Vicente de Fora
5 libras		Emparedadas
5 libras		Pobres
10 libras	Falhas	Igreja de S. Mamede

10 libras		Catarina [...]
3 libras		Afonso Peres (seu abade)
3 libras	Missa	Raçoeiros de Santa Cruz do Castelo
5 libras		João Vicente (clérigo)
5 libras		Alda
5 libras		Margarida
3 libras		cada filho de Constança Gonçalves (sua ama)
10 libras		filhos e filhas de Maria Martins da Moita
10 libras		Margarida Eanes
5 libras		Domingas Esteves (criada)
10 libras		Teresa Domingues (ama de seu neto Rodrigo Eanes)
10 libras		Ama de seu neto João Eanes
5 libras		Aparícia
20 libras		Maria Gomes
5 libras		Aldonça
3 libras		Ravaldeira
20 libras		Martim Durães
5 libras		Maria
10 libras		Martim Gil
10 libras		Álvaro Gil
50 libras		Estêvão da Guarda (marido e testamenteiro)
50 libras		Mestre Gil (irmão e testamenteiro)
50 libras		Gil Eanes (Prior e testamenteiro)
Total c. 2617 libras ¹		

Fonte: A.N.T.T.S. Vicente de Fora, 2ª Inc. Caixa 6. Doc. nº 26

4. CAPELA DE ESTÊVÃO DA GUARDA: Administradores / Provedores (1374 - c.1608)

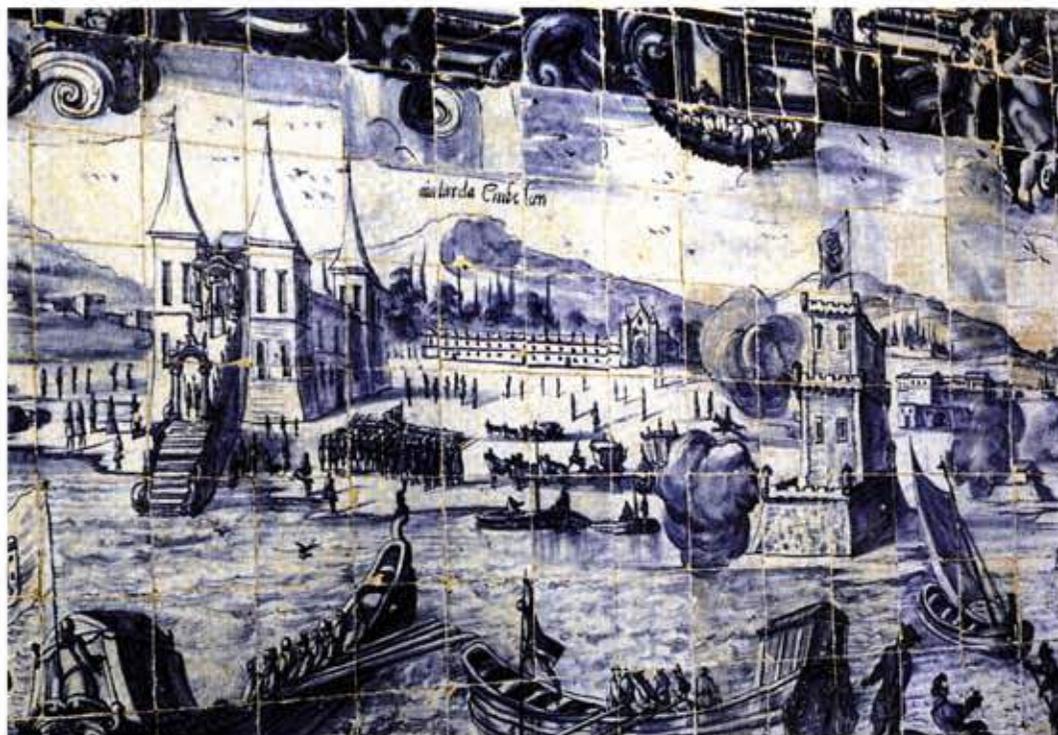
1374- 1414, Outubro	Álvaro Afonso	neto de Estêvão da Guarda
1414, Outubro - 1428	Diogo Álvares	bisneto de Estêvão da Guarda
a. 1496 - 1496, Março	Estêvão Pinheiro	
1496, Março - a. 1503	João de Andrade	descendente de Estêvão da Guarda
a. 1503, Agosto - a. 1513 -	Maria Gonçalves <i>a Brandoa</i> Pedro de Andrade ?	
1513 - a. 1544, Abril	Mestre Pedro	
1544, Abril - a. 1546, Outubro	Pedro Fernandes	
a. 1546, Outubro - a. 1608	Abadessa da Esperança Luís Mendes	
a. 1608 - 1608, Agosto	Pedro de Vilas Boas e Justa de Magalhães	

¹ Sancha Domingues lega apenas bens em numerário.

O desembarque dos príncipes
D. José e D. Maria Ana Victória de
Bourbon em Belém e o cortejo
nupcial de aparato que se lhe seguiu

Nuno Drummond Ludovice

Nota Preambular. A recente publicação de um manuscrito inédito de J. M. dos Santos Simões, com o título "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", na Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999 (pp.20-50), iniciativa levada a cabo pela Directora do Museu de Arte da Bahia – Sylvania Menezes de Athayde -, constituiu um importante contributo para o conhecimento e divulgação do valioso conjunto de silhares de azulejos¹ existentes em diferentes partes do convento afecto à «Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia»[Brasil]². Todavia, nesta breve introdução, faremos menção apenas ao painel contínuo existente no claustro da Igreja da referida da Ordem, que representa, em pintura cerâmica, o aparato da entrada dos príncipes D. José e de D. Maria Ana de Bourbon em Belém (Lisboa) no dia 12 de Fevereiro de 1729, após a celebração do seu casamento a 29 de Janeiro em Elvas³, celebração que constitui o tema central do presente artigo. Este conjunto azulejar reveste-se de extrema importância, dado que representa uma das fontes iconográficas mais importantes (senão mesmo a única) ligada à representação do Cortejo Nupcial dos príncipes, mostrando-nos todo o trajecto



Travessia do Tejo entre a Aldeia Galega e Belém e o respectivo desembarque no cais do Palácio da Prata. Painel de silhar do lado Sul do claustro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Salvador, Bahia., J. M. dos Santos Simões, "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 28. (Fotografia de Sérgio Benutti).

¹ Veja-se o estudo do Prof. Dr. João Pereira Dias, publicado na revista Belas Artes – da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, tendo sido posteriormente objecto de ampliação na Tese apresentada ao IV Colóquio de Estudos luso-brasileiros, Bahia, 1959, ap. J. M. dos Santos Simões, "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p.22

² J. M. dos Santos Simões. op. cit. p.21

³ Toda esta narrativa iconográfica se faz através de um painel contínuo na parte inferior das paredes das quadras dos lados Poente e Norte do referido claustro.

efectuado pelos soberanos, designadamente a travessia do Tejo da aldeia Galega (Montijo) a Belém, o desembarque no cais da Pedraria, e todo o percurso que posteriormente o cortejo nupcial executou, dando registo da sua passagem através de uma sucessão de vários arcos triunfais que se ergueram entre o Largo da Esperança e o Terreiro do Paço. Não obstante ser detectável nestes painéis algum enquadramento paisagístico de Lisboa, conforme nos refere J.M. Simões no seu manuscrito, existe, no entanto, um manifesto desfasamento no seu tratamento, se comparado com o que parece ser o verdadeiro objecto representativo destes painéis - O Cortejo Nupcial -, Inversamente, a representação desta paisagem, funciona, ao longo de todo o painel, como mero objecto acessório de enquadramento cenográfico⁴. Já o desfile processional das carruagens de aparato e dos soldados, o carácter selectivo na representação de uma classe aristocrática na assistência ao cortejo, bem como os dispositivos empregues para realçar os arcos, traduzem, por parte do artista, uma clara intenção de contextualizar o acontecimento dentro dos moldes de «canonização» iconográfica utilizados neste período⁵, conforme se depreende pelo carácter épico e festivo da composição.

O manuscrito de J. M. dos Santos Simões, mostrou-se também importante para o presente estudo pela referência a uma fonte manuscrita impressa, nomeadamente quando faz citação a uma «carta que o Marquês de Manresa escreveu à sua esposa, (In *Feira da Ladra*, Tomo II, p. 142, Lisboa, 1930)⁶», na qual existe inclusa uma relação respeitante aos arcos triunfais existentes no cortejo, acompanhada esta pelo orçamento de cada um deles⁷. A sua comparação com a relação existente no Liv.º VII de consultas e decreto d'el-rei D. João V, do senado occidental, permitiu extrair algumas ilações que aprofundaram e enriqueceram a nossa abordagem.

Nesta exploração heurística que agora se propõe sobre o presente tema, procurou-se fundamentalmente perspectivar a evolução urbana da cidade de Lisboa, sobretudo no que respeitou à sua parte ocidental revista sobre o acontecimento da entrada pública dos soberanos na cidade. O manuscrito inédito de J. M. dos Santos Simões, a par da análise de muita da documentação existente no Arquivo Histórico Municipal que se encontra publicada na obra incontornável de Eduardo Freire de Oliveira, assim como na consulta do valioso acervo deste arquivo, possibilitou uma abordagem sustentada sobre este tema. Saliente-se que no decorrer desta pesquisa encontrou-se um documento que liga o nome de Pedro Massar Rochefort como executante do risco dos Arcos deste Cortejo Nupcial dos príncipes, cujo conteúdo se dá registo no presente artigo.

⁴ Conforme refere Santos Simões, *op. cit.*, exceptuam-se neste contexto a parte alusiva à chegada a Belém ou na paisagem da margem sul do Tejo (ambas situadas na parte sul do claustro).

⁵ «os azulejos do claustro, da sacristia, da sala das sessões e da secretaria são anteriores a 1752», Marieta Alves, *História da Venerável Ordem 3.ª da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia*, Bahia, 1948, p. 127, ap. J. M. dos Santos Simões.

⁶ J. M. dos Santos Simões, p. 22

⁷ Idem, p. 23

Introdução. O desembarque em 1729 da princesa D. Maria Ana Victória de Bourbon e do futuro rei D. José na antiga praia do Restelo, após a celebração do consórcio das princesas⁸ a 19 de Janeiro de 1729 na ponte sobre o rio Caia⁹, constitui um acto protocolar, por parte de D. João V, que parece dar confirmação à importância que o monarca, cerca de três anos antes, já havia demonstrado por Belém, evidenciado pela compra em 1726 de três propriedades neste local. A sua posterior denominação como Quintas de *Baixo, Meio* e de *Cima*, integradas agora sob a forma de residência real de veraneio e lazer, trouxe, no primeiro quartel do séc. XVIII, uma dinâmica de desenvolvimento urbano em Belém¹⁰; tendência que se manifestaria com particular ênfase após o terramoto de 1755 com a fixação do rei e da corte no Alto da Ajuda.

A escolha do local para o desembarque dos príncipes recaiu no cais pertencente à Quinta da Praia¹¹ situada a poente da Praia do Restelo¹², próximo das Mercarias do Infante, e a nascente do Palácio do Correio-mor. Este cais, denominado «cais de pedraria»¹³, detinha uma largura igual ao comprimento do palácio tendo recebido a par do edifício vários melhoramentos, designadamente na sua zona de ancoragem justificados por ocasião da chegada dos príncipes a Belém. O seu palácio foi construído no 2º quartel do século XVI, pertencendo a D. Manuel de Portugal¹⁴. Na altura da compra da propriedade feita pelo soberano, o palácio estava na posse do 5º Conde de S. Lourenço - Rodrigo Melo da Silva, entretanto falecido¹⁵, pelo que a sua transacção terá ocorrido por volta de 1727 com a viúva do Conde - D. Mariana Rosa de Lencastre¹⁶. Nesta mesma data, D. João V compraria também o Palácio do Correio-mor,¹⁷ localizado a poente desta Quinta e a nascente do convento do Bom Sucesso¹⁸.



Idem, *Ibidem*, pormenor da ponte do Palácio da Praia.

⁸ Princesas das Astúrias e do Brasil.

⁹ «o acto das trocas das duas sereníssimas senhoras princezas do Brasil e das Astúrias, que d'ali seguiram cada uma para a sua nova corte». In *Anno Histórico*, ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a História do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, p. 194

¹⁰ Muito dos nobres da capital, em atitude mimética, assumiram esta vontade do soberano, fazendo aqui construir as suas residências de veraneio

¹¹ Denominação pela qual era conhecido este conjunto (palácio e respectivo pátio), e que posteriormente no reinado de D. José, se alteraria para a de "Palácio Marialva".

¹² Sensivelmente no local do Centro Cultural de Belém.

¹³ In *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 1991 p. 258

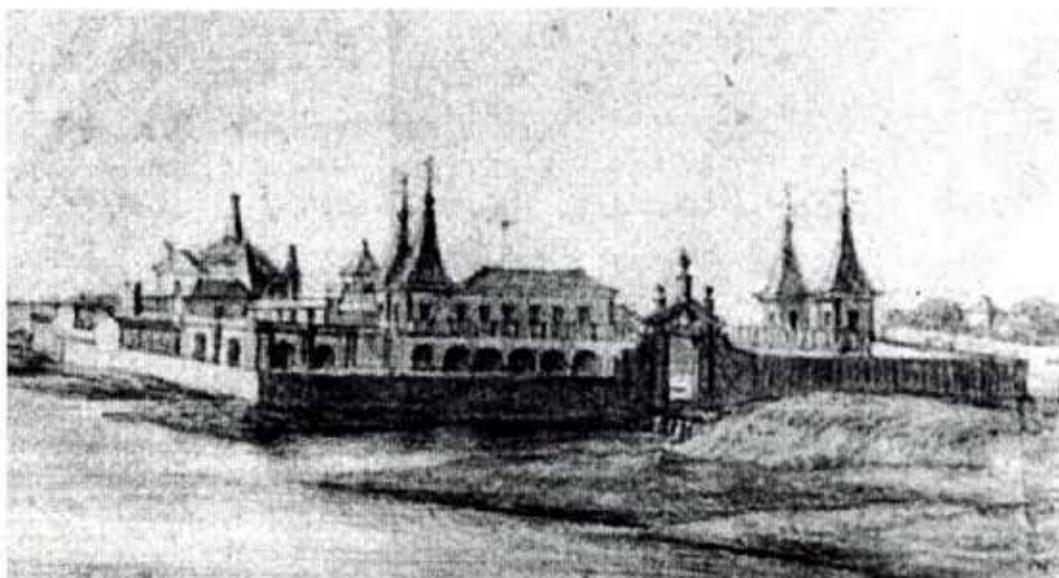
¹⁴ «2º filho do 1º Conde do Vimioso», In *Dicionário da História de Lisboa*, Centro Cultural de Belém, p. 257.

¹⁵ Falecido a 9 de Setembro de 1725.

¹⁶ Duas principais fontes iconográficas retratam este palácio: O quadro de Van Loo referente à consagração dos feitos de Pombal, permite vislumbrar, num segundo plano, o abandono forçado do país dos padres inacianos após a sentença da sua expulsão, tendo estes partido da antiga praia do Restelo. No horizonte de Lisboa, para o qual Pombal aponta, encontra-se o referido Palácio da Praia no extremo poente do Mosteiro dos Jerónimos. Igualmente a sua imagem é visível num grande painel de azulejos do séc. XVIII existente no Museu Nacional do Azulejo referente a uma vista panorâmica de Lisboa, conjunto que integra um vista pormenorizada da zona de Belém.

¹⁷ Era seu proprietário D. Duarte de Sousa Mata Coutinho.

¹⁸ Veja-se José Dias Sanches, *Belém do Passado e do Presente*, Lisboa, 1970, pp.125-7.



Palácio da Praia em pormenor do «Retrato do Marquês de Pombal» da autoria de L. M. Van Loo (Paris 1766). In: *História de Portugal*. Vol. 5, p. 93. Lisboa .Publicações Alfa, 1983 (Foto arquivo Alfa).

Os relatos sobre o aparato do cortejo nupcial e o acto da entrada pública dos príncipes na cidade. Através da *Gazeta de Lisboa* de 17 de Fevereiro, temos uma descrição pormenorizada do trajecto que os monarcas tomaram, sensivelmente quinze dias após o casamento dos príncipes D. José e D. Maria Ana de Bourbon em Elvas¹⁹, dando-nos registo dos locais onde pernoveram até ao seu desembarque em Belém a 12 de Fevereiro de 1729 no cais do Palácio da Praia, juntamente com uma «numerosíssima e pomposa comitiva»²⁰, conforme se depreende do presente excerto: «*Suas Magestades e Altezas, que Deus guarde, que haviam pernoverado na quinta-feira no palacio das Vendas Novas*²¹, e na sexta na villa de Aldeia Gallega.[Montijo] se embarcaram na manhã seguinte, 12 do corrente, nos bergantins reaes, com uma numerosissima e pomposa comitiva, por entre grande multidão de barcos, faluas e fragatas (todas cheias de bandeiras e flammulas), desceram à vista d'esta cidade pelo Tejo abaixo até Belém, recebendo n'esta distancia trez salvas de artilheria do castello, fortalezas e naus que n'este porto se achavam surtas, e desembarcaram na magnifica ponte que se tinha fabricado em uma das casas reaes de campo, que S. Magestade tem no mesmo sitio, donde, dando-se fórma á marcha, se encaminharam para o palacio d'esta cidade nos seus magnificos côches, precedidos de todos os da familia real e de todos os da principal

¹⁹ O casamento é celebrado a 26 de Janeiro de 1729 na Sé de Elvas

²⁰ Sobre este assunto veja-se o artigo de Fernando António Baptista Pereira, *Lisboa Barroca da Restauração ao Terramoto de 1755 - Vida e a Mentalidade do Espaço, do Tempo e da Morte* In *O Livro de Lisboa*, p. 348

²¹ Conforme nos refere em nota Eduardo Freire de Oliveira, no seu *Elementos para a História do Município de Lisboa* Lisboa, 1882. Tomo XII, p. 194, «só no palácio que se construiu em Vendas Novas, para n'elle pernoverem as pessoas reais que foram à fronteira, se dispenderam uns quatrocentos contos de réis»

Coche nupcial denominado «de D. João V», tocado por três parelhas e ladeado por arceiros. Painel contínuo, situado no lado poente do claustro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Salvador, Bahia. Limitado nos extremos por cariátides, com enquadramento em festões e tendo ao centro *putti* segurando «cartouches» ornamentais. J. M. dos Santos Simões. "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil.", In *Revista Oceanos*, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 31. (Fotografia de Sérgio Benutti)



nobreza da côrte. El-rei, nosso senhor, ao passar por defronte da igreja de N.ª Sr.ª dos Remedios,²² dos religiosos carmelitas descalços.[Convento dos Marianos²³] se apeou com o príncipe do côche em que vinha com a rainha, nossa senhora, e a sereníssima princeza, e foi fazer oração à mesma Senhora.²⁴

No largo da Esperança, onde o senado d'esta cidade estava esperando a Suas Magestades e Altezas, lhe fez uma elegante oração o dr. Jorge Freire de Andrade, que era o vereador mais antigo, e logo se continuou a marcha pela calçada do Combro, rua direita do Loreto, rua larga das portas de Santa Catharina, Chiado, rua Nova de Almada, rua Nova dos Ferros, praça do Pelourinho e Terreiro do Paço, em cujo «transito havia vinte arcos de triumpho, que em seu applauso tinham «erigido as nações que commerciam n'esta cidade, e negociantes e mesteres d'ella, avantajando-se na magnificencia aos mais os das nações ingleza, italiana e allemã.

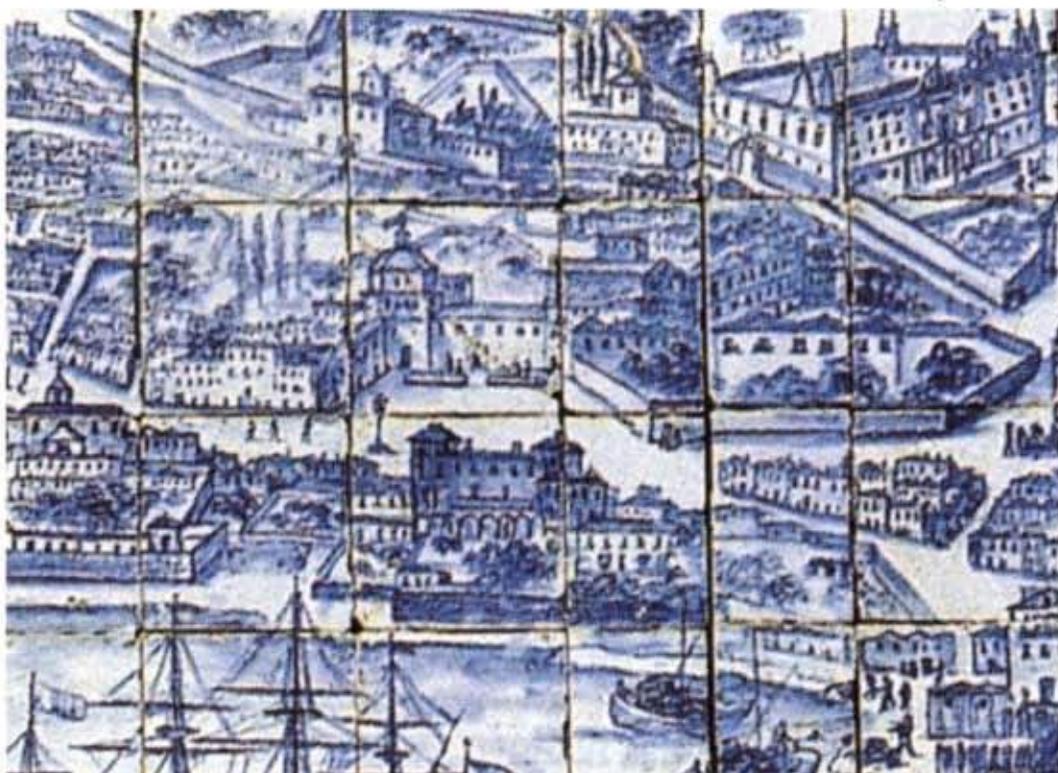
Com toda a sua comitiva fôram Suas Magestades e Altezas à santa igreja patriarchal, onde estava o senhor patriarcha e todos os illustres conegos, e, fazendo oração, fôram para o paço e se recolheram aos seus quartos.

As infinitas circumstancias da magnificencia d'este acto, assim da ordem da marcha, como da riqueza dos côches e librés do acompanhamento, da pompa das armações de que estavam adornadas e cobertas as janellas e paredes, da soberba architectura dos

²² A edição municipal impressa de um antigo códice setecentista anónimo, com o título - *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Lisboa, vol. II., C.M.L., 1972, dá-nos noticia detalhada da igreja e da fabrica interior do seu convento, e cuja localização se transcreve no presente excerto, referente ao capitulo IV, pp.90-1: «*Tem a igreja de N. Senhora dos Remédios em sitio elevado, e assim antes de chegar à porta e ao portico que está diante della se sobe da rua que he larga e fermosa hum degrao sobre que assenta huma porta de grades de ferro e entrando por ella em hum taboleyro fica a cada lado delle huma escada por onde se sobe a outro taboleyro que fica antes do portico da igreja cujo coro assenta sobre a abobeda do portico [retro-coro] entrando também com alguma parte no principio do corpo da igreja que nam difere muyto em grandesa da que costumam ter a dos Padres Carmelitas Descalços.*»

²³ Também conhecido por - N. Senhora dos Remédios, foi fundado em 1606, situando-se no começo oriental da Rua das Janelas Verdes

²⁴ Conforme se refere no Tomo II, pp. 87-8, da atrás referida *História dos Mosteiros de Lisboa*, este mosteiro situava-se: «*visinho à freguezia de Sanctos o Velho, nas estrada que vay pera Alcantera, aonde o convento, sobre lograr ares saudaveis tem a commodidade de boas vistas, assim pera terra como pera o rio, com larga cerca que lhe ministra hortaliça e fruta*»



Grande vista panorâmica de Lisboa, de cerca de 1735. Pormenor do Largo da Esperança, ap. *Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 266.

arcos, da engenhosa «fábrica do fogo de artificio»²⁵, que na mesma noite e nas duas seguintes se fez no castello d'esta cidade, não se podem representar no curto theatro de uma gazeta.»²⁶ Neste âmbito narrativo, é também conhecida a descrição de Frei José da Natividade²⁷, dando-nos um quadro pormenorizado do cais onde desembarcaram os príncipes bem como do seu respectivo tratamento cenográfico criado para a ocasião: «...Aqui em uma das muitas Casas Reais de jardim, e de campo (...) que fora do Conde de S. Lourenço [Quinta da Praia] se traçou da parte de mar com a mais prodiga despesa uma magnífica ponte para Suas Majestades, e Altezas desembarcarem. Sobre um fingido, e bem figurado rochedo havia uma bem lançada escada de vinte degraus em que sustentava um arco triunfal de elegantissima architectura, feito à custa dos Officiais, de pintores e carpinteiros, coroado com as figuras da Liberdade e Fortuna, entre quem se via a da Fama. Discorria logo uma varanda de comprimento de vinte passos (...) que rematava numa cúpula quadrada, sustentada em quatro colunas belissimamente formadas. Tinha a mesma cupula pintado um sol mui flamante pela parte interior, e na exterior se viam com as suas insignias os seus quatro angulos, as quatro partes do mundo; e no meio dela a figura da Fortuna, empenhada em por um cravo na sua roda...».

²⁵ Sobre este assunto, consulte-se a carta de 8 de fevereiro de 1729, endereçada pelo Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte Real ao escrivão do Senado da Câmara, Liv.º IX de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. ori., fs 61.

²⁶ *Gazeta de Lisboa* de 17 de Fevereiro (5ª feira) de 1729.

²⁷ Frei José da Natividade, *Fasto de Hymeneo ou Hystória Panegyrica dos Desposórios dos Fidelissimos Reis...*, Oficina de Manuel Soares, Lisboa, 1752, 408 p., (B.N. cota 7679).

Conforme se depreende, o cuidado posto no risco destes arcos fica bem patente por esta descrição, que nos evidencia a importância que detinha a arquitectura cenográfica no acompanhamento destes cortejos reais. A utilização de gramáticas decorativas de pendor classicizante, corporizavam-se, ao gosto da época, num programa temático de exaltação histórico-mitológica, cuja intenção pretendia certamente fazer deste cais um «palco persuasivo» para uma sociedade cortesã ao modo do «Ancien Regime». Para além deste arco erguido sobre o cais da Pedraria, encontramos no *Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei João V, do sen. Occi*, fs. 29²⁸, uma relação de locais e arruamentos incluídos no trajecto do préstito real, na qual se descrevem os restantes 24 lugares destinados à colocação dos respectivos arcos.

No já citado manuscrito inédito²⁹ de J.M. dos Santos Simões, o autor inclina-se para a atribuição a Pierre-Antoine Quillard (1701[11]-1733)³⁰ na execução do risco dos arcos. Com efeito, este discípulo de Watteau, foi chamado a Lisboa em 1726, sendo nomeado como Pintor do Reino e membro da Academia de Pintura de Lisboa³¹. Este pintor e gravador, distinguiu-se, entre outros trabalhos, na execução de inúmeros quadros para o Palácio do Duque de Cadaval³², todavia julga-se, que dada a idade que o artista teria em 1729 (28 [18] anos), dificilmente lhe seria atribuída a responsabilidade na execução de tal tarefa. Este facto não obsta a que Quillard não tenha, muito provavelmente colaborado na sua execução, dado que esta temática não lhe seria estranha como testemunham duas gravuras da sua autoria, datadas de 1728 referentes aos festejos de «luminárias» por ocasião do casamento entre Maria Bárbara de Bragança e do futuro rei de Espanha D. Fernando VI.³³



Fogo de artifício por ocasião do casamento celebrado entre Maria Barbara de Bragança e do futuro rei de Espanha D.Fernando VI. Desenho e gravura de Quillard; impressa por T. Andreas Harrewin; Biblioteca Nacional, ap. História de Portugal, vol. V (Direcção de José Hermano Saraiva), Alfa. Estella (Navarra), 1983, p.57.

²⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.* p. 213. Sobre esta relação consulte-se o Anexo Documental, p. 1 deste trabalho.

²⁹ Com o título "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", in *Revista Oceanos*, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999 (pp.20-50) (iniciativa levada a cabo pela Directora do Museu de Arte da Bahia – Sylvia Menezes de Athayde).

³⁰ Veja-se o *Dictionnaire* de E. Benezit, *Dictionnaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs*, 10 vols., Paris, Librairie Gründ, 1976, Vol. VII, p. 77. No *Dicionário de Pintores e Escultores*, Vol. IV, p.377 de Fernando Pamplona, o autor inclina-se para a data de nascimento em 1711, tese, que a ser verídica, daria 18 anos a Quillard em 1729.

³¹ *Dictionnaire de E. Benezit*, Vol. VII, p. 77, *op. cit.*

³² Nestas obras merecem destaque duas obras sob a temática de «festas galantes», que, segundo Ayres de Carvalho, denunciam a influência de Watteau.

³³ Veja-se os dois desenhos e gravuras de Quillard; impressas por T. Andreas Harrewin; Biblioteca Nacional, ap. *História de Portugal*, Vol. V (Direcção de José Hermano Saraiva), Alfa, Estella (Navarra), 1983, p. 57

No decurso desta investigação, surgiu-nos o nome de Pedro Massar de Rochefort³⁴ (1675 [3]³⁵ -1740³⁶); gravador de profissão. Rochefort terá chegado a Portugal em 1726 para trabalhar na tipografia da Academia Real de História, fundada por D. João V, sendo um dos mais virtuosos na arte de abridor de buril.³⁷ Ora um documento (datado de 1732) pertencente à Chancelaria Régia de D. João V, existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal³⁸, dá testemunho da Licença de pagamento a Pedro Rochefort, despacho dada pelo o então Secretário de Estado – Diogo de Mendonça Corte Real -, conforme se transcreve:



Carta do Secretário de Estado

Sua Magestade he servido de / o Senado mande dar a Pedro Ro / Chefort todos os desenhos dos ar /cos que se fizerão nesta Corte pa / Ra a entrada da Princeza Nossa / Senhora o que Vossa mercé fará / presente no mesmo Senado. De / Os guarde a Vossa mercé Paço / Dezanove de Janeiro de mil / setecentos trinta, e dous: Diogo / de Mendonça Corte Real. / Senhor Manoel Rebello Palhares.³⁹

Como se pode depreender, a atribuição do risco dos arcos triunfais ao gravador francês para a celebração do Consórcio dos príncipes D. José e D. Maria Ana de Bourbon, não pode deixar de ser entendida como um reconhecimento das capacidades artísticas de Rochefort como cenógrafo, faceta que se encontra ainda pouco estudada e a merecer um maior aprofundamento⁴⁰.

Seguindo a correspondência trocada entre o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real e o escrivão do senado da Câmara, designadamente a carta de 6 de Fevereiro, é elucidativa da grandeza e magnitude que estes festejos alcançaram, assim como testemunha a ampliação da periferia urbana ocidental da cidade: «Recebi a carta de v. m.cê de 4 do corrente, e logo que se falou na entrada publica, disse ao Vereador Jorge Freire d'Andrade e ao procurador da cidade Claudio Gorgel do Amaral que esta função

³⁴ Manuel de l' Amateur d'Estampes, vol. II, ap. Grande Enciclopédia Portuguesa Luso-Brasileira, Tomo 25, Lisboa, Editorial Enciclopédia, R. de Janeiro, p. 861.

³⁵ No Dictionnaire de E. Benezit, Vol. VII, p. 294, dá-o como nascido em 1673 em Paris.

³⁶ Pedro Rochefort terá falecido em Lisboa por volta de 1740, conforme se depreende através de um pagamento feito à viúva nesta data, ap. Idem, ibidem

³⁷ Idem, ibidem

³⁸ Na sua identificação expresse o meu agradecimento aos meus colegas: Lurdes Ribeiro e Nuno Campos

³⁹ A.M.L. - A.H., Chancelaria Régia, Livro 4.º de Registo e Consultas e Decretos de D. João V, Senado Oriental, 1721-1732, fl. 157 r.

⁴⁰ Esta celebração, pela sua magnitude, terá que forçosamente comparar-se ao nível das grandes festas ligadas à procissão do Corpo de Deus, designadamente as realizadas em 1719 e que tiveram como dirigente João Frederico Ludovice, facto só por si revelador do necessário reconhecimento que Rochefort devia granjear junto de D. João V e da sua corte. Sobre este assunto veja-se Ayres de Carvalho, "Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos tabeliães de Lisboa", In Separata da Revista Bracara-Augusta, vol. XXVII - fasc. 63, Braga, 1974, p. 141).

se havia de fazer da mesma forma que se fizera quando a rainha, D. Maria Isabel de Saboya, fez a entrada de Alcantara, excepto só que os arcos que principiavam às portas de Santa Catharina⁴¹, haviam de começar agora no largo do Convento da Esperança; e que, se o senado então esteve nas ditas portas de Santa Catharina e ahí fez a fala, o mesmo devia agora praticar à Esperança e, acabada a fala, fazer o mesmo que praticou naquella referida funcção...»⁴². O trajecto que o cortejo real efectuou pela cidade mostranos também a importância que alguns dos locais iam ganhando na Lisboa Joanina, bem como da relevância das principais actividades profissionais e corporativas nela existentes, conforme se depreende pela relação constante no Liv.º VII de consultas e decretos d'el-rei D. João V, do senado occidental, fs. 29.⁴³

As dificuldades de acostagem na zona ribeirinha ocidental. Se por um lado, a cidade de Lisboa vinha reforçando a ligação e a articulação por via terrestre entre as zonas ribeirinhas ocidentais e o seu centro, cada vez mais se experimentavam acrescidas dificuldades de acostagem em toda esta zona. Já nos finais do reinado de D. Pedro II, (1677), existia a preocupação de empreender melhores condições para este efeito, tendo o monarca solicitado um orçamento⁴⁴ para a construção de uma muralha com um cais no sítio de Belém, não só para facilitar o embarque e desembarque, bem como dar defesa aos temporais que assolavam esta zona costeira no Inverno. Este empreendimento só viria a realizar-se já no reinado de D. João V, existindo, porém, (fazendo fé no testemunho que nos deixou um autor anónimo na sua obra - *Description de la Ville de Lisbonne*, s.a., Paris, 1730 -) um projecto mais ambicioso, nomeadamente na intenção de mandar construir um grande cais ao longo de toda a sua zona ribeirinha ocidental, conforme se depreende do presente excerto: «*On assure que le Roi [D. João V] se propose d'agrandir la ville, en bâtissant en droite d'un bout à l'autre un Quais Qui sera poussé environ cinquante toises avant dans le Taje; se Qui se peut faire aisément, parce que la Rivière n'a presque pas profondeur jusqu'à la distance où l'on doit porter les ouvrages. Et du côté de la mer dans un endroit nommé Boa Vista, où la Rivière fait un coude Qui avance dans la ville, le Roi doit y faire creuser un bassin, où les vaisseaux de guerre seront à l'abri du mauvais temps*»⁴⁵.

⁴¹ Resolução régia de 11 de dezembro de 1750, In Liv.º I de cons. e dec. D'el-rei D. José, fs. 121, ap. Eduardo Freire de Oliveira, Tomo I, p. 25. Em nota do autor refere: «*que por ocasião das grandes festas publicas da coroação e do casamento do rei, e esta ultima só quando os regios consortes faziam a sua entrada solemne em Lisboa, pela primeira vez. Era então de estylo irem as pessoas reaes à Sé, acompanhadas pela camara, que as ia esperar às portas de Santa Catharina, e ahí em nome do municipio, lhe dirigia as felicitações do costume, e tinha logar a cerimonia da entrega das chaves da cidade.*»

⁴² Carta de 6 de fevereiro de 1729 do secretário de estado Diogo de Mendonça Côrte real ao escrivão do senado da câmara, In Liv.º VII de cons. e dec. D'el-rei D. João V, do sen. Occi., fs. 13, ap. Eduardo Freire de Oliveira, Tomo XII, p. 212

⁴³ Veja-se a referida relação no Anexo Documental presente neste trabalho, pp. II-III

⁴⁴ O custo desta construção estava orçado em 5.721\$160 cruzados, conforme o pregão do Senado de Lisboa.

⁴⁵ Veja-se Irisalva Moita, "Marinha de Lisboa, Planta Topográfica de 1727", In *Revista Olisipo*, II série, n.º 1, 1994, pp. 114-128.

Através de uma proposta anónima inclusa, numa carta de 9 de Outubro de 1742, que o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar endereça ao Vereador Gaspar Ferreira Aranha⁴⁶, encontra-se um notável quadro analítico e descritivo das dificuldades de acostagem na zona ribeirinha ocidental, do qual se dá registo no seguinte excerto:

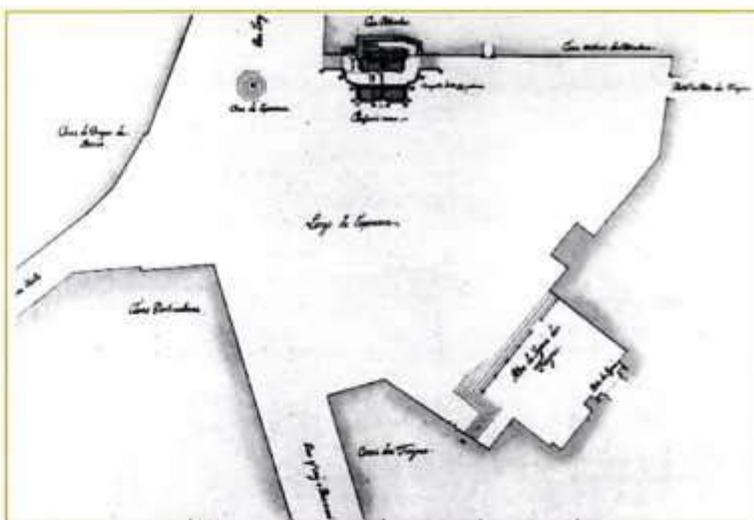
« 1.º que, depois de meia vazante, se não acha desembarque desde Belém até Sacavem, mais que em trez partes, a saber, na ponta da Junqueira, no caes da Pedra e defronte dos armazens do reino; 2.º a incidencia de uma côrte tão grande e tão populosa se não possa aportar a metade do tempo de cada dia; que para chegarem a terra pessoas de qualquer estado, graduação e sexo, seja preciso que as tragam às costas os homens do mar; que em muitas partes, como é em toda a enseada da Boa-Vista, nem este remedio possa ter logar, e, o que mais é, que as mesmas pessoas reaes não possam Ter commodidade para embarcar e desembarcar senão em maré cheia;...». Mais adiante acrescenta: *«...2.º pelo que toca à segurança das embarcações, porque de estarem sempre expostas nas praias ao impeto que adquirem às ondas, pela grande largura do rio, recebem notável deterimento e perda com todos os ventos meridionaes, e particularmente, sobrevindo temporaes do sul e sudoeste, são obrigadas as embarcações pequenas a ir, com grande risco, buscar abrigo nos portos da outra banda; e as que por negligencia ou por outra razão o não fazem, se despedaçam na praia...».* Num terceiro ponto, referindo-se a questões de segurança, descreve-nos o estado obsoleto e precário de conservação da «muralha marinha»: *«...porque a muralha marinha, que em muitas partes está já arruinada, fica em outras hoje mui distante do que a baixamar descobre, e embaraça com muitos empedimentos, dentro de fóra, para se poder fazer uso d'ella; além de que não comprehende toda a cidade, e, se viesse contra ella poder inimigo, lhe seria facil a invasão por muitos logares...».*

Fica bem patente que o autor desta *Proposta* denota um espírito esclarecido e conhecedor dos assuntos em merecimento, designadamente no que respeita aos problemas da navegabilidade do Tejo e nos de ordem sanitária em que denuncia a falta de infra-estruturas de saneamento básico da zona ribeirinha. Neste ponto o seu autor revela-se conhecedor das soluções existentes em outras grandes cidades europeias, nomeadamente em Paris, assim como é visível a sua preocupação realista de justificar economicamente o empreendimento.

⁴⁶ Liv.º VI de reg.º de cons. e dec. do sr. Rei D. João V, do sen. Occl., fs. 272. ap. Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, tomo XIV, pp.104-8.

Algumas reflexões conclusivas. A análise das fontes que dão notícia dos preparativos deste desembarque dos príncipes e o respectivo cortejo real que se lhe seguiu, autoriza a algumas reflexões que extrapolam a observância de um acto entendido como meramente casuístico ou de circunstância. Esta celebração obriga-nos a repensar o sentido e a relação que os arrabaldes marginais ocidentais da cidade ganham relativamente à Lisboa barroca, impondo-se avaliar, se os retratos seiscentistas que dão registo descritivo deste eixo como um espaço de forte feição rural recortado por núcleos conventuais e propriedades nobiliárquicas de vilegiatura, mantém intacta essa leitura ao longo do século XVIII. No reforço desta apreciação, não deixa de ser curiosa a comparação deste evento com o aparato festivo organizado aquando da chegada a Lisboa no dia 2 de Agosto de 1666 da rainha D. Maria Isabel de Saboya, sobretudo no que respeita à decoração cuidada dos locais escolhidos para o trajecto do cortejo. Não obstante o tempo que medeia as duas celebrações (cerca de 63 anos), é, contudo, através desta primeira «entrada pública» de D. Maria Isabel de Saboya na cidade, que esta se define como modelo referencial na organização dos preparativos da chegada

dos príncipes, conforme demonstra a carta já atrás descrita de 6 de fevereiro de 1729 do Secretário de Estado Diogo Corte Real⁴⁷. Nesta observância desde logo ressalta um ponto convergente nestas duas celebrações: ambas em si reclamam a importância do cortejo e a sua mobilização processional no eixo ocidental ribeirinho em direcção à capital. Todavia, já no que concerne aos locais escolhidos para o desembarque dos soberanos,



Planta reduzida do largo da Esperança em 1752, da autoria de Carlos Mardel, ap. Vieira da Silva In *Revista Municipal*, n.º 45 2º trimestre, 1950, p.14

encontramos uma diferença significativa, incidindo respectivamente o desembarque de D. Maria Isabel de Saboya no cais de Alcântara e o de D. Maria Ana de Bourbon no *cais da Pedraria* em Belém. Esta alteração parece firmar (no tempo que medeia estas duas celebrações) a gradual extensão viária e urbana que a zona ribeirinha ocidental de Lisboa vai experimentando e que se define numa dinâmica axial através de um eixo

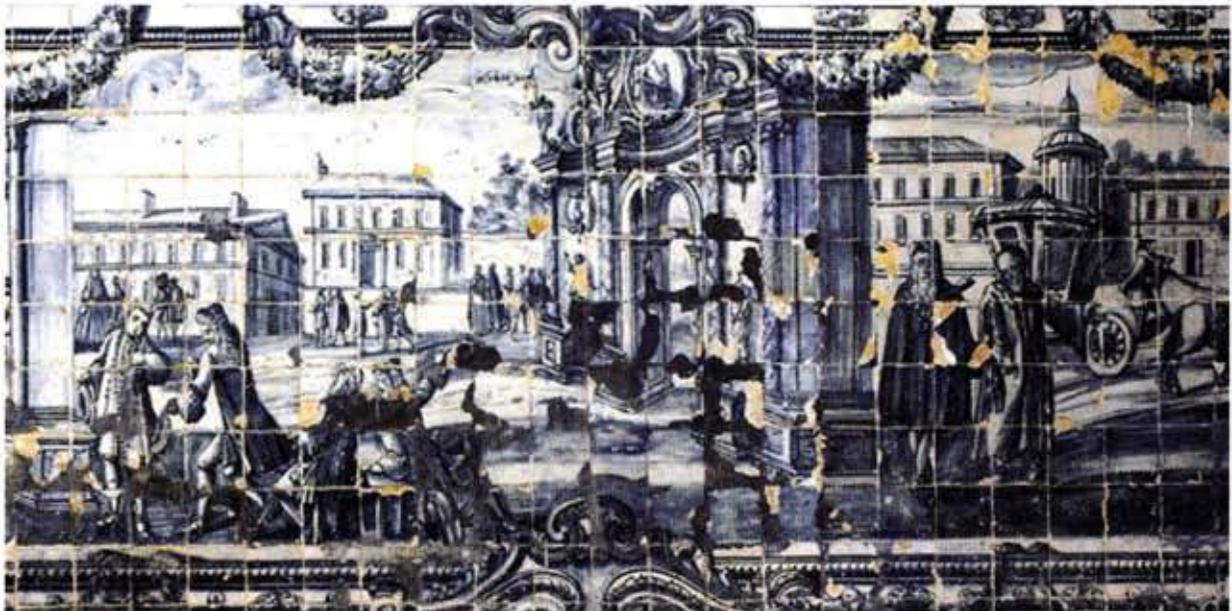
⁴⁷ «...disse ao Vereador Jorge Freire d'Andrade e ao Procurador da Cidade Claudio Gorgel do Amaral que esta função se havia de fazer na mesma forma que se fizera quando a rainha, D. Maria Isabel de Saboya [havia chegado a Lisboa]...», ap. Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*



Arco dos Ingleses ao Largo da Esperança. Painel contínuo, situado no lado poente do claustro do referido convento. Ao centro evidencia as armas reais portuguesas, sendo rematado por quatro estátuas sobre a cornija do seu entablamento. J. M. Dos Santos Simões, "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In *Revista Oceanos*, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 36. (Fotografia de Sérgio Benutti)

que promove a ligação entre Belém e Lisboa. A aludida carta é também elucidativa sobre a alteração do conceito de «lugar» de entrada pública na cidade, especialmente no que concerne à localização do primeiro arco: na entrada de D. Maria Isabel de Saboya, mostra-nos que as portas de Sta. Catarina se mantinham ainda no séc. XVII como «espaço de fronteira» entre a cidade e as zonas periféricas de cariz semi-urbano, cuja ruralidade residual se mostra retalhada, conforme se referiu, de permeio nos núcleos conventuais e nas quintas nobiliárquicas.⁴⁸

Diversamente, na entrada dos príncipes, os arcos principiam no Largo do Convento da Esperança, disposição que impulsionou o avanço da cidade para a sua parte ocidental, não sendo, como tal, alheio o facto de se ter colocado o primeiro arco (dedicado à nação inglesa), no local da entrada publica dos soberanos na cidade, sensivelmente nas imediações deste mesmo largo.



⁴⁸ Fronteira, que nos inícios da segunda metade do séc. XVII, fazia ainda da cerca do Convento dos Caetanos e a Quinta dos Condes de Soure lugares semi-urbanos, definindo-se como núcleos excêntricos em relação à cidade.



Arco dos Italianos ao Largo do Loreto, situado igualmente no lado Norte do referido convento. J. M. dos Santos Simões "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...". In *Revista Oceanos*, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 43. (Fotografia de Sérgio Benutti).

Sobre todo este evento de cariz celebrativo, podemos especular sobre as razões que teriam levado D. João V a optar pelo desembarque dos soberanos na Praia do Restelo em detrimento da Praça do Comercio, ou do porto de Alcântara, como era usual à chegada dos monarcas quer viessem por via fluvial ou marítima.

Nesta reflexão importa referir, que morfologicamente, a cidade no primeiro quartel do séc. XVIII, denuncia já uma dinâmica de «fusão integradora» dos seus arredores, sobretudo expressa no fluxo ribeirinho ocidental que articulava o Terreiro do Paço a Belém. Este movimento que havia sido sobretudo de cariz fluvial e pontuado de forma fragmentária nas aflúências portuárias, passa agora a evidenciar-se numa crescente utilização dos percursos ribeirinhos, sustentados aliás, ao longo dos séculos XVII e XVIII, através do estabelecimento de inúmeras quintas de vilegiatura e núcleos conventuais ao longo deste eixo. Neste contexto, o relato descritivo entre a zona de Belém e a Ribeira de Alcântara do trinitário padre Frei Nicolau de Oliveira de 1620⁴⁹ é ainda elucidativo da importância da utilização da via fluvial, conforme se depreende pelo presente excerto: «*Em pouco espaço se chega ao Mosteiro de Belém, grande e sumptuoso (...). Do mar até ao areal, que deverá ser cerca de cem passos. Passando daqui entra-se no lugar que, por respeito ao mosteiro, conserva o mesmo nome de Belém. Seguindo entre o rio e rendosíssimas quintas, vem dar-se à fresca Ribeira de Alcântara povoada de algumas quintas e hortas com muitas fontes; das quais saem*

⁴⁹ Veja-se Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*. [fac-simile da sua 1ª edição de 1620]. Lisboa: 1991. pp. 599-600

abundantes águas, em que se lava a maior parte da roupa da cidade.». Se compararmos este quadro com as descrições de William Beckford⁵⁰ e de J.B.F Carrère⁵¹ datadas respectivamente de 1787-88 e de 1789, não obstante se identificar ainda a mesma ambiência rural descrita sobre as zonas limítrofes da cidade, constatamos, que os percursos viários que articulavam os arrabaldes com a cidade se encontram já consolidados, designadamente o eixo ao longo do Tejo entre Xabregas e Belém, conforme nos demonstram ambos os textos.

Num outro plano podemos entender a opção de Belém, para o desembarque dos príncipes, na manifesta vontade do monarca em dar prosseguimento ao festivo e empreendedor período da monarquia manuelina, que alterou significativamente o panorama artístico português e que se havia expressado particularmente no sítio de Belém em programas construtivos ambiciosos. O antigo ancoradouro do Restelo, epicamente visto como ponto germinal da construção e extensão de um império e cujo sistema criador, haviam ligado a monarquia e a igreja neste mesmo propósito, poderá ter motivado D. João V a escolhe-lo como palco privilegiado do desembarque dos futuros representantes dessa continuidade. Esse reconhecimento do «valor acrescentado» de Belém substanciou-se em múltiplas transformações que se foram evidenciando nesta zona ao longo do seu reinado, iniciadas através da compra sistemática de inúmeras quintas senhoriais pela zona Belém/Ajuda. Neste contexto, pleno de um «crescendo» de vivência cortesã em todo este núcleo, Belém vai definitivamente perder o carácter de lugar excêntrico que a subordinava a um papel de «ilha» conventual e de «baluarte» defensivo, cuja articulação com Lisboa, era feita predominantemente por via fluvial. Contrariamente, no séc. XVIII, o desenvolvimento desta zona sustenta-se já como ponto terminal de um eixo de ligação marginal em relação à cidade. Se no reinado de D.Manuel, Belém era sobretudo conotada como um ponto de partida e de gesta marítima, com D. João V, este local assume-se como uma «praça» de chegada (quer para quem vinha da capital, quer para quem acostava no seu porto), cenográficamente enquadrada de forma monumental pelo Convento dos Jerónimos. Este novo enquadramento de Belém deverá ser visto à luz de uma cidade que detinha já o estatuto de capital do reino, e que ensaia, a exemplo de outras capitais europeias, uma nova concepção sobre o seu espaço envolvente, através da concretização «visível» da estrutura de um universo espacial predominantemente de cariz dinâmico e de extensão.⁵² Sobre esta nova realidade espacial e urbana, o cortejo real e todo o seu aparato mobilizado processionalmente por novos percursos urbanos é claramente expressivo de um imaginário que serve o reforço da autoridade absoluta do soberano sobre a capital e os seus súbditos.

⁵⁰ Veja-se o *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*. Lisboa, 1988, pp.37-8

⁵¹ Consulte-se o *Panorama de Lisboa no ano de 1796 por J.B.F. Carrère*. Lisboa, 1989, pp. 50-1

⁵² Schulz, Christian Norberg -, *Architecture Baroque*. Milano Galimard / Electa, 1992

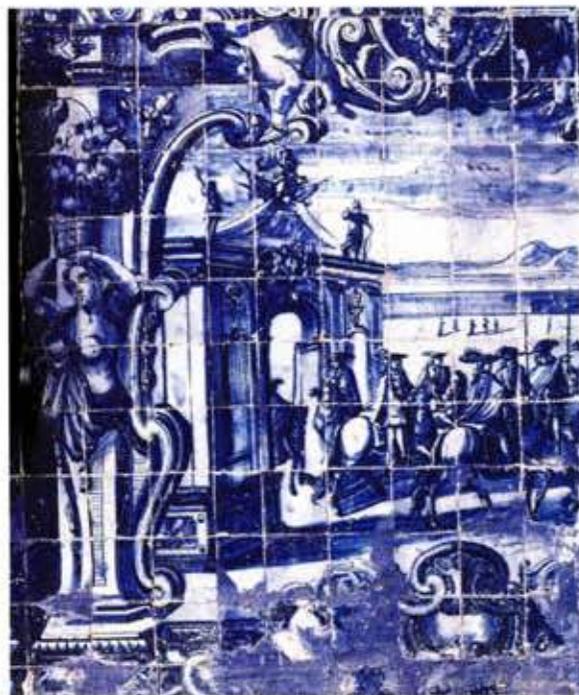


Arco dos Alemães à Rua *Conceição nova*, painel terminal do lado Norte do claustro do referido convento. J. M. dos Santos Simões "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In *Revista Oceanos*, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 43. (Fotografia de Sérgio Benutti).



Arco terminal a poente. J. M. dos Santos Simões. "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In *Revista Oceanos*, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 42. (Fotografia de Sérgio Benutti).

Um breve desiderato editorial. É reconhecido que na década de 90 que agora se finda, sobretudo no contexto da programação editorial empreendida aquando da nomeação de Lisboa como Capital da Cultura em 1994, se fomentou, num projecto concertado entre a edilidade e algumas editoras livreiras, um forte empenhamento na divulgação da história da cidade de Lisboa. A par de novas edições referenciais há muito reclamadas, como foram o *Dicionário da História de Lisboa* e *O Livro de Lisboa*, foi-se registando o aparecimento de novas leituras interpretativas no círculo da olisipografia, diversificando-se em múltiplos estudos, (muitos dos quais centrados em trabalhos do foro científico), cujas conclusões, se têm mostrado de fulcral importância na necessária revisão e conseqüente actualização do discurso da olisipografia, assim como na formulação de novos dados sobre a história urbana e social da cidade. Paralelamente, assistiu-se à reedição de obras anteriores que se haviam há muito esgotado, facto que veio permitir um conhecimento mais generalizado ao público interessado sobre algumas das obras incontornáveis sobre a história de Lisboa. Neste âmbito, a zona de Belém, não tem sido contemplada com reedições, não obstante existirem duas obras de reconhecido mérito que permanecem referências obrigatórias para quem estuda esta zona histórica e monumental da cidade. Nesta circunstância encontram-se dois trabalhos de José Dias Sanches : *Belém e arredores através dos tempos*, Lisboa, 1940, assim como o seu segundo livro publicado 24 anos mais tarde – *Belém do Passado e do Presente*, Lisboa, 1964, julgando-se, dada a profusa informação contida em ambas as obras, justamente meritórias de ser objecto de uma futura reedição.



Arco dos Franceses ao Terreiro do Paço, painel situado no Lado da Capela do referido convento J. M. dos Santos Simões "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In *Revista Oceanos*, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 44. (Fotografia de Sérgio Benutti).

Também neste teor inscreve-se a Conferência realizada em 1939 no salão nobre dos Paços do Concelho por Mário de Sampaio Ribeiro, intitulada: *Do Sítio da Junqueira*, que seria ainda no mesmo ano integrada nas publicações culturais do município. Por último destaque-se o nome de - Alfredo Gameiro - , colaborador no jornal *O Comércio da Ajuda*, em cujos os textos se encontram uma fonte de consideráveis informações sobre a zona Belém/ Ajuda. A compilação e reedição destas crónicas mostrar-se-ia merecedora não só pelo reconhecimento dos contributos dados pelo autor em relação à divulgação da história local, mas também pelas notas toponímicas da autoria do já mencionado olisipógrafo - Mário Sampaio Ribeiro - que foram objecto de publicação no mesmo jornal.

Lugares destinados para os arcos¹ triumphaes² :

1 «A' Cruz da Esperança	a nação ingleza [4.920\$000 reis] ³ ;
2 «Ao poço dos Negros	os moedeiros [2.180\$000 reis] ⁴ ;
3 «Ao pé da rua das Gaivotas	correeiros, selleiros, surradores e curtidores [780\$000 reis] ⁵ ;
4 «Ao Poço Novo,	bandeira de S. Miguel [confeyteiros - 724\$000 reis] ⁶ ;
5 «Ao cunhal dos Paulistas	bandeira dos tesoadores, carpinteiros de coches, salteiros agregados e vidraceiros [998\$000 reis] ⁷ ;
6 «ao Monteiro-mór	a nação holandeza [3.300\$000 reis] ⁸ ;
7 «Ao Calhariz	bandeira dos sapateiros [998\$000 reis] ⁹ ;
8 «Ao conde de S. Thiago	esparteiros, cordoeiros, albardeiros e oleiros ;
9 «Ao largo do Loreto	a nação italiana [3.810\$000 reis] ¹⁰ ;
10 «Ao pé da rua da Ametade	pintores e cabeleireiros [768\$000] ¹¹ ;
11 «Ao topo do Chiado	bandeira dos tecelões e odreiros e brunidores [442\$000] ¹² ;
12 «Ao largo do Chiado	tanoeiros, entalhadores e escultores [622\$000 reis] ¹³ ;
13 «Ao largo do Espirito Santo	os homens de negocio [1.850\$000 reis] ¹⁴ ;
14 «Ao pé da Boa-Hora	bandeira dos cerieiros, vestimenteiros e bordadores;
15 «A' entrada da Rua Nova de Almada	bandeira de S. José [1.230.000\$00 reis] ¹⁵ ;
16 «A Moeda Velha	[«ao Secretário de Est. ^o »] ¹⁶ os ourives do ouro [1.224\$000 reis] ¹⁷ ;

¹ Não deixa de ser curiosa a omissão que tanto a relação do Marquês de Manresa, como a presente, fazem em relação ao arco castelhano (ou de Castela), que ficava situado no Largo da Sé, segundo a descrição dos cronistas da época.

² Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. occi., fs. 29, ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Municipio de Lisboa*, Tomo XII, p. 213

³ Relação do Marquês de Manresa, ap. J. M. dos Santos Simões, p.22. Foi o arco que teve o orçamento mais caro de todos, a que não será alheio o facto de estar no local que formaliza a entrada publica dos monarcas na cidade

⁴ *Idem*, p. 23

⁵ *idem, ibidem*

⁶ *idem, ibidem*. A sua invocação a S. Miguel dever-se-ia ao facto de este ser possivelmente o patrono dos confeitros.

⁷ J. M. dos Santos Simões, identifica aos Paulistas o arco dos sapateiros, designação que aparece na presente relação referenciada no arco ao Calhariz .

⁸ *Idem, ibidem* *

⁹ *Idem, ibidem*.

¹⁰ *Idem, ibidem*

¹¹ *Idem, ibidem*, omitido no painel

¹² *Idem, ibidem*, omitido no painel, foi o arco que teve o orçamento mais baixo de todos.

¹³ *Idem, ibidem*

¹⁴ *Idem*, p. 28

¹⁵ *Idem, ibidem*. Santos Simões atribui a S. José como sendo o patrono dos artifices de carpintaria, cujo arco ficava no adro da Boa Hora, «sendo um dos um dos mais belos e bem construidos» sic.. A presente relação remete o arco dos carpinteiros para o Cunhal dos Paulistas.

¹⁶ *Idem, ibidem*. Denominação possivelmente encontrada na Relação do Marquês de Manresa.

¹⁷ *Idem, ibidem*

17 «A' Rua [da Conceição] Nova, ao Arco dos Pregos	Alemães [4.860\$000 reis] ¹⁸
18 «Armar-se o chafariz dos cavallos	os atafoneiros e almocreves ;
19 «Adiante da igreja da Conceição	mercadores[3.390\$000] ¹⁹ ;
20 «Aos livreiros	os ourives da prata [997\$000 reis] ²⁰ ;
21 «No largo do Pelourinho	mercadores de vinhos e fanqueiros[1.350\$000] ²¹ ;
22 «A' rua do Principe	bandeira dos alfaiates e armadores [740\$000] ²² ;
23 «A' entrada do Terreiro do Paço	bandeira de S. Jorge, excepto os selleiros [1.327\$000] ²³ ;
24 «Adiante do Açougue [Terreiro do Paço]	nação franceza ²⁴

«Lista dos officiaes chamados por ordem dos senados, para serem
«olheiros das armações das ruas por onde ha de passar a prin-
«ceza, nossa senhora :²⁵

«Esperança	Francisco Lopes, cabelleireiro, Ambrozio Jorge, confeiteiro;
«Poço dos Negros	João de Figueredo, sombreiro Antonio Duarte sapateiro ;
Rua das Gaivotas	Salvador Gonçalves, confeiteiro, Antonio ribeiro, barbeiro;
«Poço Novo	Jorge Mendes carpinteiro de coches, José Gomes, alfaiate ;
«Aos Paulistas	Pedro Rodrigues, barbeiro, Antonio de Andrade, ferrador ;
«Ao Monteiro-mór	Caetano Martins, confeiteiro, Jose Luiz, barbeiro ;
«Ao Calhariz	João Baptista, barbeiro de espada, manuel Pinheiro, corrieiro
«Ao conde de S. Thiago,	António Alvares, cerieiro, Manuel da Cruz, cerireiro ;
«Ao largo do Loreto	Domingos Pereira, mercador de mercearia, Antonio Correia, boticario ;
«Ao pé da rua da Ametade	Antonio Meirinho, tintureiro, Manuel Nunes, vidraceiro ;
«Ao topo do Chiado	Bento Rodrigues, picheleiro, Manuel da Silva, sapateiro ;
«Ao largo do Chiado	José da Silva, sapateiro, José Montez, sapateiro ;
«Ao largo do Espirito Santo	Manuel Pereira, conteiro, Francisco Baptista, conteiro ;
«Ao pé da Boa-Hora	Alexandre Pereira, Manuel de Oliveira, violeiro ;
«A' entrada da rua da Calcetaria	Antonio Garcia, algibebe, Domingos Gomes, algibebe ;
«A' Moeda Velha	Domingos Bernardes, algibebe, José da Silva, algibebe ;

¹⁸ *Idem, Ibidem*

¹⁹ *Idem Ibidem*. Santos Simões dá-nos o seu local como sendo ao Arco dos Pregos

²⁰ *Idem*, p. 44

²¹ *Idem, Ibidem*

²² J.M. Santos Simões apresenta o arco dos alfaites «às convertidas», não correspondendo ao local referenciado na presente relação.

²³ *Idem*, p. 44

²⁴ *Idem. Ibidem*. Simões Santos não nos dá o orçamento respeitante a este arco

²⁵ Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V. do sen. occi., fs. 30. ap. ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, p. 214.

«Arco dos Pregos	Luiz Antunes, sirgueiro de chapéus. Alexandre Gomes, do mesmo officio ;
«Adiante da Conceição	Manuel Dias Duarte, mercador, Paschoal Luiz, sirgueiro de agulha ;
«Aos livreiros	Antonio Rodrigues Henriques, livreiro. Pedro Villela ;
«Rua do Príncipe	João Gomes, algibebe. José Vicente, algibebe ;
«Entrada do Terreiro do Paço	Pedro Carvalho, agulheiro, Manuel Baptista, lavrante de prata
«Diante do Açougue	Antonio esteves, lavrante de prata ; Antonio esteves, barbeiro, Luiz Freire, barbeiro.

Nota Profissões referenciadas na presente relação:

Alfaiate, Algibebe, Agulheiro, Barbeiro, Barbeiro de espada, Boticário, Cabeleireiro, Carpinteiro de coches, Cerieiro, Confeiteiro, Conteiro, Corrieiro, Ferrador, Livreiro, Lavrante de prata, Mercador, Mercador de mercearia, Sapateiro, Sirgueiro de Agulha, Sirgueiro de Chapéus, Vidraceiro.

Decreto de 8 de fevereiro de 1729²⁶

*«Fui servido resolver que na noite do dia em que fizer
«entrada publica na cidade de Lisboa occidental com a prin-
«ceza, minha nora, e nas duas seguintes, haja luminarias. O
«senado da camara de Lisboa oriental o tenha assim enten-
«dido, e n' esta conformidade o fará executar, pela parte que
«lhe toca. – Evora, etc.»*

10 de fevereiro de 1729 – carta do ofocial maior da secretaria de estado Lourenço Gomes d'Araujo ao escrivão do senado da camara²⁷

*«Remetto a v. m. cê a forma do acompanhamento para a
«entrada de princeza, nossa senhora, e as varas do senado,
«que hão de vir n' elle, devem estar á porta do conde de
«Villa Nova, para se incorporarem no acompanhamento que
«ha de vir de Belem, no logar que no dito formulario lhe
«toca, advertindo que todos hão de vir a cavallo, bem ajae-
«zados, e de gala, e que nenhum ha de montar em bestta
«muar : e como o secretario de estado avisou já ao senado
«para estar junto da Esperança, aonde se ha de fazer a fala,
«e como hão de vir para o paço para pegar nas varas do*

²⁶ Liv.º IX de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. ori., fs. 62 e 63 ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, p. 217

²⁷ Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. oci.: fs. 27, ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, p. 217

«*pallio, não tenho que advertir n'esta materia: o que participo
«a v. m.cê para que seja presente no senado. - Paço, etc.»*

«*Forma do Acompanhamento para a entrada que há
«de fazer a princeza. Nossa Senhora. No dia de
«sabbado, 1 do corrente²⁸*

«*Em primeiro logar hão de ir dois procuradores da
«cidade;
«Em segundo logar os ministros de vara, do provimento
«dos senados, que são: juizes do cível, do crime e orphãos e
«juiz das propriedades, indo de dois em dois;
«Em terceiro logar os porteiros das maças;
«Em quarto logar os ministros de vara, do provimento de
«S. Magestade, que são: corregedores do cível da cidade,
«corregedores do crime, juiz da India e Mina e ouvidor da
«alfandega, indo de dois em dois ;
«Em quinto logar os reis d'armqs arautos e passavantes ;
«Em sexto os dois corregedores do crime da côrte.
«É que tudo ha de estar junto às casas do conde de Villa
«Nova, pelas 11 horas da manhã, para virem no acompa-
«nhamento.»*

**11 de fevereiro de 1729 – Carta do official maior da secretaria do estado Lourenço Gomes d'Araujo
ao escrivão do senado da camara²⁹**

«*sem embargo de que hontem remeti a v. m.cê a ordem
«em que se devia fazer a entrada publica, agora recebo ou-
«tra em que se altera o logar em que hão de ir os porteiros
«da cana e maças, a qual remetto a v. m.cê, para que, na
«conformidade d'ella, o façam executar os senados.»*

Ordem que ha de ter a entrada de S. Magestade desde a Esperança até ao Paço³⁰ :

«*Os dois procuradores do senado;
«Os ministros em que o mesmo senado tem jurisdição;
«Os corregedores do crime e cível e mais justiça;*

²⁸ Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V. do sen. occi., fs. 26, ap. Eduardo Freire de Oliveira. *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, 1887, p. 218

²⁹ Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V. do sen. occi., fs. 27 ap. Eduardo Freire de Oliveira. *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, p. 218

³⁰ Liv.º VII de cons. e dec. d'el rei D. João V. do sen. occi., fs. 28 ap. Eduardo Freire de Oliveira. *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, p. 218

« Os porteiros de cana, em que entram seis com maças;
«Os reis d'armas, arautos e passavantes com cotas e armas
«e cadeias de ouro;
«Todos os côches dos titulos e nobreza, sem preferênciã.»

13 de Fevereiro de 1729 – Carta do secretario de estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao escrivão do senado da camara³¹

« S. Magestade é servido que os tribunaes subam amanhã,
«pelas 10 horas da manhã, sem precedencias, a beijar a
«mão à rainha, nossa senhora, e príncipe e princeza, que
«Deus guarde: de que faça v. m. cé este aviso, para que, fa-
«zendo-o presente nos senados, o executem n'esta conformidade.»

Ordem que ha de Ter a entrada de S. Magestade desde a Esperança até ao Paço:³²

«Os dois procuradores do senado;
«Os ministros em que o mesmo senado tem jurisdição;
«Os corregedores do crime e cível e mais justiças;
« Os porteiros de cana, em que entram seis com maças;
«Os reis d'armas, arautos e passavantes com cotas e armas
«e cadeiras de ouro;
«Todos os côches dos titulos e nobreza, sem preferênciã.»

³¹ Liv.º V de cons. e dec. d'el rei D. João V do sen. occi., fs. 161 ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, p. 218.

³² Liv.º VII de cons. e dec. d'el rei D. João V, do sen. occi., fs. 28 . ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, p. 218.

**As participações de
Eugénio dos Santos ao
serviço do Senado**

Maria de Lurdes Ribeiro

Introdução: com a presente edição do terceiro número da linha editorial da Divisão de Arquivos intitulada *Cadernos do Arquivo Municipal*, vimos completar o ciclo temático em torno do arquitecto da Cidade, Eugénio dos Santos. A relação entre a actividade deste arquitecto e o Senado da Câmara de Lisboa, foi primeiramente abordada numa comunicação proferida em 1995, no âmbito do *I Colóquio Temático*, que teve por lema a dinâmica urbana do Município, entre os séculos XVI e XIX. Aí, tivémos oportunidade de esboçar algumas considerações quer sobre a importância da dinâmica camarária no período da reconstrução pombalina, quer sobre a pertinência dos pareceres técnicos emitidos por Eugénio dos Santos no que tocava às implicações urbanísticas decorrentes das acções de cordeamento do chão público, nomeadamente sobre as limitações de autoridade por parte do Município quando do embargo das vistorias em virtude da legislação régia de 1758, sobre normas da reedificação da Cidade. No primeiro número da citada publicação, procurámos dar relevo ao estatuto do arquitecto da cidade. Assim, no ponto de vista por nós então explicitado, só com a entrada de Eugénio dos Santos ao serviço do Senado, o voto do arquitecto iria permitir assegurar plena autoridade técnica no emitir de pareceres sobre questões nucleares para a gestão do processo urbano, tendo o mesmo facto contribuído para a consolidação de um léxico que interiorizava solidamente, novos conceitos de uma nova ideia de Cidade.

Em relação aos dados tratados anteriormente sobre este tema, a compilação documental agora agrupada, permite disponibilizar suplementarmente, e por isso contribuir para uma visão mais ampla, quer do grau de participação de Eugénio dos Santos na dinamização do processo urbano antes e pós-terramoto, quer sobre os limites dessa intervenção e sua projecção na geografia urbana da época.

Notas para a elaboração de uma cartografia da actividade de Eugénio dos Santos ao serviço do Senado: Nestes breves apontamentos, interessa desde já salientar que este pequeno contributo para a construção de uma cartografia da obra de Eugénio dos Santos, se refere estritamente à actividade do arquitecto da Cidade e sua relação com o Senado, o que deixa necessariamente de fora, um envolvimento mais lato deste técnico camarário, enquanto figura central da reconstrução pombalina.

Assim, nesta focalização necessariamente delimitada, não vamos referir a participação e direcção de Eugénio dos Santos nas grandes obras da reedificação, nomeadamente, na Alfândega do Terreiro do Paço e armazéns adjacentes, bem como na construção da própria Praça do Comércio, obras que como se sabe, foram ditadas por incumbência do Decreto de 16 de Janeiro de 1758 e administradas pelo poder central, através da Junta do Comércio.

Dos pólos urbanos tocados pela acção de Eugénio dos Santos, leituras de índole vária se poderão fazer, no que respeita à classificação da actividade do arquitecto no acompanhamento das obras públicas da Cidade, discernindo quer sobre o âmbito e

tipo de relação para com o edificado a construir ou a reedificar, quer intuindo tarefas de natureza mais administrativa e rotineira como as acções de medição do chão público, elaborando "in loco" e nos vários sítios da Cidade através do acto de cordear, as respectivas vistorias. Estas intervenções no tecido urbano de raiz distinta, conduzem necessariamente, a uma apreensão mais clara na definição dos vários vectores de crescimento urbano e à constatação de novos e múltiplos limites urbanos.

Das marcas assinaladas pela presença do arquitecto da Cidade ao serviço do Senado, percebe-se claramente um percurso não direccionado, de presenças dispersas em focos de urbanização e reedificação díspares no centro e no termo da Cidade. Aliás, estes distintos vectores de crescimento urbano, encontram-se em conformidade com o sentido desordenado da própria reconstrução pombalina, tal como havia já observado José-Augusto França¹.

Por outro lado, desta geografia urbana em acção, há que simultaneamente ponderar sobre dois tempos estéticos e urbanos, que justamente delimitam a actividade de Eugénio dos Santos ao serviço do Senado, mas que não demarcam objectivamente a linha de um discurso urbano que desde o período joanino vem crescentemente ponderando as questões estéticas submetendo-as ao serviço de novas noções de *comodidade e utilidade* públicas.

Assim, tanto podemos observar relações directas de Eugénio dos Santos na dinâmica de obras de pontes e calçadas no termo da Cidade – ponte da Junqueira; calçada da Luz; ponte de Ladeiras; calçada de Oeiras, numa linha de continuidade da dinâmica urbana joanina no termo da Cidade², como nos focos de intervenção nítidamente pombalinos, como nos casos das obras nos sítios do Rossio; Correaria; Rua Nova do Almada; Rua do Pombal; Cotovia; Rua direita que vai para Santo António, etc..

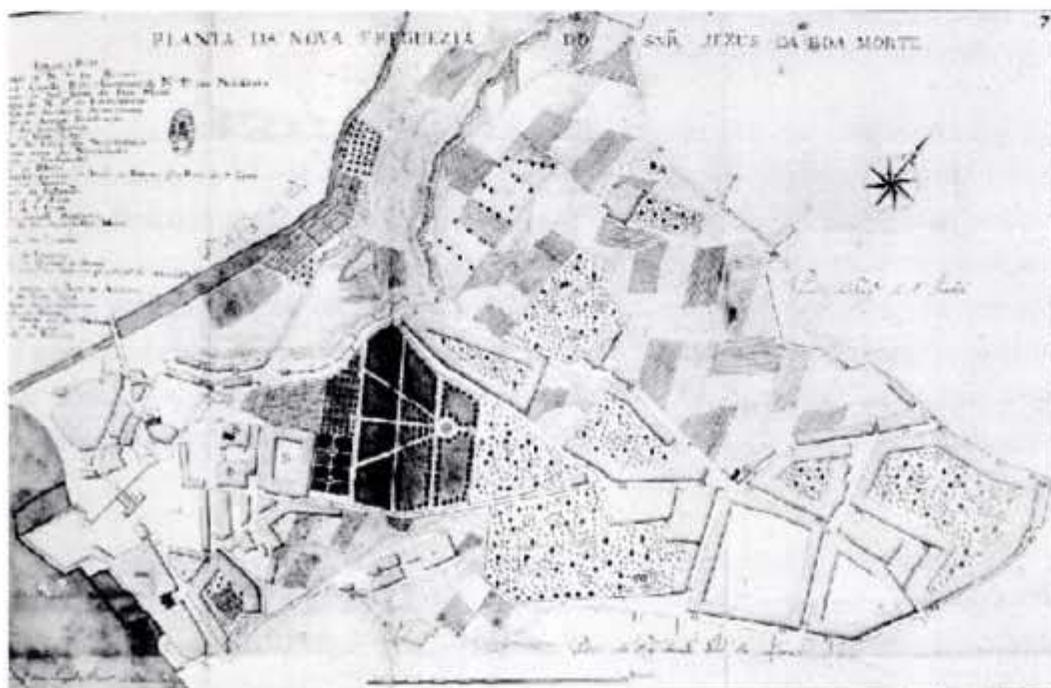
Os topónimos relativos a uma dinâmica de obras anterior ao terramoto, nos subúrbios da Cidade tais como: sítio da Convalescença (junto a S. Domingos de Benfica); Rio Seco (distrito da Ajuda); Pedrouços; Campo Grande, serão recorrentes numa fase de dinamização de obras extremamente activa em pleno consulado pombalino³, obviamente, ultrapassando já os limites cronológicos da actividade de Eugénio dos Santos ao serviço do Senado, mas confirmando inteiramente a tese de um crescimento urbano não uniformizado, definido por múltiplos e díspares focos de construção.

¹ José-Augusto França. *Lisboa Pombalina E O Iluminismo*. Lisboa, Bertrand Editora, 1987, p. 145.

² Segundo refere em nota o autor da obra *Elementos Para a História do Município de Lisboa*, 1 Parte, tomo XV, Lisboa, Tip. Universal, 1911, p. 15, aludindo à *História Genealógica*, no período joanino, assiste-se a uma razoável dilatação dos limites da Cidade, verificando-se um crescente povoamento tanto na parte ocidental (da Pampulha até Belém, do Mosteiro de S. Bento até Campolide, unindo-se com a Cotovia) como na parte oriental (Bairro de S. José e dos Anjos, Campo de Santa Clara).

³ Este facto pode ser confirmado através da Relação das obras camarárias durante a presidência do Conde de Oeiras, tema que constitui o códice designado "Senado da Câmara. Papeis relativos a este tribunal. A saber, Decretos, Alvarás, Consultas, Avisos e mais papéis." Sobre o conteúdo deste Códice, vidé: BNL, Secção de Reservados, PBA 646, fls. 278-311.

Do registo das participações do arquitecto da Cidade ao serviço do Senado, podem ser apreendidos vários âmbitos de intervenção: assistência a obras de carácter infra-estrutural, tais como: pontes; parapeitos; cortinas; calçadas; acções de medição do chão público; elaboração de plantas quer, para as estruturas económicas do Senado (Depósitos Públicos no Rossio; Casa do Despacho dos oficiais da Saúde em Pedrouços) quer, colaborando em projectos de arquitectura religiosa (Hospício dos Congregados do Senhor Jesus da Boa morte).



Prova A 59341 - Arquivo Municipal de Lisboa/ Arquivo Fotográfico - Autor da Fotografia: Manuel Maria de Miranda cerejo, s.d. - Planta da Nova Freguesia do Senhor Jesus da Boa Morte de acordo com a remodelação paroquial de 1770 da autoria de Monteiro de Carvalho. O estabelecimento desta nova paróquia tem a sua sede na Igreja do Senhor Jesus da Boa Morte, designada nesta planta pela letra C. O convento foi ampliado, tendo sido projectado por Eugénio dos Santos em 1752.

De notar, que esta incidência de obras no termo da Cidade, abrange não só sensivelmente o perímetro definido pelos limites delineados a partir da legislação de D. José após o terramoto (Decreto de 3 de Dezembro de 1755, fixando os justos limites da Cidade, posteriormente confirmados pelo Alvará de 12 de Maio de 1758) como os ultrapassa numa dimensão lata de uma actividade extra-muros da Cidade. A descrição dos referidos limites, foi já sucessivamente enumerada pelos diversos autores, todavia, como determinados topónimos correspondem à actividade de Eugénio dos Santos ao serviço do Senado, no termo da Cidade, passamos a citar sumariamente algumas balizas dessa articulação entre a linha delimitativa jurídica da acção régia e a esfera real de acção das obras municipais.

Desta forma, nos anos imediatamente a seguir a 1755, os limites de intervenção régia na Cidade passavam grosso modo por: Alcântara; Necessidades; Senhor Jesus da Boa Morte e S. João dos Bencasados (actual Rua Possidónio da Silva / Rua do Patrocínio):

Chafariz do Andaluz; Carreira dos Cavalos (actual Rua Gomes Freire); Bemposta (Largo do General Pereira de Eça); Santa Bárbara (Largo de Santa Bárbara / Rua de Arroios); Forno do Tijolo (Caminho do Forno do Tijolo/Rua Angelina Vidal); Cruz dos Quatro Caminhos (zona de Sapadores); Santa Apolónia (Convento de Santa Apolónia/Calçada dos Barbadinhos). A cidade abrangia também a freguesia da Ajuda, de acordo com uma situação anterior ao terramoto. Como é do conhecimento comum, o balanceamento da Cidade quer para ocidente, quer para os arrabaldes, a seguir ao Terramoto, foi já explicado e justificado por razões de segurança da população procurando nos lugares mais distantes, uma fixação humana mais tranquila.

Nos esquemas mentais dos obreiros da Reconstrução da Cidade, nomeadamente o contributo que se infere a a partir da leitura das *Dissertações* de Manuel da Maia, torna-se perceptível a inclinação de um povoamento para ocidente, tornando-se por isso óbvia, a opção indicada para a localização do novo Palácio Real (algures entre S. João dos Bencasados e o Convento da Estrela). Tal sugestão no pensamento urbano equacionado por Manuel da Maia, tem a ver com razões quer de salubridade de ares e águas quer com a funcionalidade dos principais acessos e saídas da cidade – através de Campolide e Sete-Rios; Rato, Cotovia; Rua Nova de S. Bento; caminho do Senhor da Boa Morte, Fonte Santa, N. Senhora das Necessidades, até ao rio.

O envolvimento do arquitecto Eugénio dos Santos com a dinâmica municipal, articula-se igualmente com estes balizamentos, superando-os todavia.



Prova A 75000 - Arquivo Municipal de Lisboa/ Arquivo Fotográfico - Autor da Fotografia: Mário Novaes, s.d. - Planta da Paróquia de S^o André de acordo com a remodelação paroquial de 1770 apontando já novos limites para o termo ao Norte da Cidade: estrada de Sacavém; Estrada da Charneca até à Quinta do Pote de Água; Estrada do Campo Grande até à Quinta dos Marqueses de Távora, pelo Caracol da Graça para a Carreira dos Cavalos.

Apesar da validade de alguns relatos coevos⁴, que sublinham um nítido contraste no que respeita à densidade de edificação para os períodos antes e após o Terramoto em linhas-limites da Cidade incorporadas no tecido urbano após o Terramoto de 1755, tais como: Campo de Santa Clara; Campo de Sant'Ana; Cotovia; Boamorte; Alcântara, a dinâmica construtiva aferida pela documentação da época, confirma sobretudo uma

⁴ Jacome Ratton. *Recordacoens*. Londres, Imp. Por H. Bryer, Bridge-Street, Blackfriars, 1813, p. 293.

continuidade de obras nesses pontos limítrofes, facto que contraria de certa forma a opinião dominante que consubstancia grande parte da historiografia da época.

As primeiras colaborações inscrevem-se no período de governação de Fernão Teles da Silva (1752-58), em que se destacam as obras de acessibilidade da Baixa (Chiado); Depósitos Públicos no Rossio; planta da reedificação e ampliação do Convento dos Congregados do Senhor Jesus da Boamorte; Casa da Saúde em Pedrouços. Na vigência deste primeiro consulado, as referidas obras dos Depósitos Públicos no Rossio, acabariam por ser suspensas no ano de 1756, em virtude de terem sofrido sérios danos com o terramoto, quando justamente se encontravam em fase de conclusão.

Participa ainda em parte da governação do Vereador Gaspar Ferreira Aranha que gere o Município como presidente interino (1758-1764), salientando-se os trabalhos infra-estruturais de canalização de água para os diversos chafarizes; obras de calçadas e pontes no termo (Ponte nova da estrada para Nossa Senhora da Ajuda (1758); Pontes de S. Julião do Tojal e de Frielas (1757), bem como acções de regularização do chão público devido a pedidos particulares para construção nos subúrbios da Cidade.

Conclusão: As manchas de intervenção de Eugénio dos Santos no tecido urbano, deixam entrever uma vasta área de actuação tanto nos centros nevrálgicos urbanos, como nos arrabaldes mais rústicos.

Tal dimensão de acção no espaço urbano, confirma uma dinâmica de obras municipal que se mantém em crescimento antes e após o Terramoto. Estas intervenções no terreno, ultrapassam consideravelmente os limites espaciais de intervenção impostos pela legislação régia de 3 de Dezembro de 1755, contrariando eventualmente uma ideia de termo e arrabalde da Cidade desertificados populacional e construtivamente.

Naturalmente, os âmbitos de intervenção nestas periferias distantes das sedes do poder temporal e espiritual da Capital, deixam por apurar inúmeros dados essenciais para a compreensão de níveis de ocupação territorial, perfis e concepção desses mesmos projectos de ocupação particular e conventual. Em muitos casos, trata-se mesmo de acções pontuais, definidas por alinhamentos de muros e propriedades com as estradas e serventias públicas; calcetamentos de estradas ou consertos de pontes e calçadas, mas nem por isso se tornam menos importantes como claros indicadores de novos eixos de expansão da Cidade.

Por outro lado, a diversidade destas convocações ao arquitecto camarário, deixam evidenciar a polivalência das funções do cargo do arquitecto da Cidade, num paralelismo de acções múltiplas de acordo com o perfil multi-funcional do Mestre Arquitecto dos Paços Reais, como noutra âmbito se havia já abordado.

Anexo documental:

DOC. 1

1751, Maio 4⁵

CARTA de convocação a Eugénio dos Santos para assistência em obras públicas.

"Carta

Para Eugénio dos Santos Arquitecto

Para certo negócio de utilidade pública ordena o Senado diga a V.M., se ache amanhã quarta-feira cinco do corrente pelas três horas da tarde à porta do Desterro junto à bica aonde se há-de achar o Ministro do Senado que a V. M. há-de comunicar o dito negócio.

*Deus guarde a V. M., Senado 4 de Maio de 1751. António Pedro Pantoja de Almada
Senhor. Eugénio dos Santos."*

DOC. 2

1751, Julho 5⁶

CARTA de convocação a Eugénio dos Santos para assistir a várias vistorias.

"Quarta-feira sete do corrente, pelas três horas da tarde vai o Senado fazer vistoria em umas casas no canto da Rua das pedras negras, e como nela seja precisa a assistência de V. M. lhe faço este aviso por ordem do Senado para que à hora referida se ache junto à Igreja da Madalena donde se há-de ajuntar o Senado: ordena o Senhor Conde Presidente que V. M. veja a ponte da Junqueira donde atravessa a água para que V. M. examinando a forma com que possa ir a água por baixo da ponte sem que passe nenhuma por cima dela, e assente no remédio que se lhe pode dar para o evitar; e também ordena vá V. M. ver a Calçada da Luz para ver como se poderá alargar de sorte que caibam duas carruagens emparelhadas, e juntamente o remédio que poderá ter para ficar com alguma inclinação a dita Calçada para que escorram as águas, e não fique tão alcantilada como agora está e também ordena que V. M. veja a ponte de Ladeiras, e os consertos de que necessita como também toda a Calçada de Oeiras. E de tudo o referido dará V. M. conta ao mesmo Senhor com a brevidade possível. Deus guarde a V. M.. Senado cinco de Julho de 1751. António Rebello Palhares// Senhor Eugénio dos Santos."

DOC. 3

1751, Agosto 18⁷

AVISO do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello ao Presidente do Senado informando da aprovação régia da Planta feita por Eugénio dos Santos para a Casa dos Depósitos Públicos no Rossio.

⁵ AML - AH, *Chanc. da Cidade*, Livro 7º de Regº de Cartas do Senado Ocidental (1750-1752), fl. 81.

⁶ AML - AH, *Chanc. da Cidade*, Livro 7º de Regº de Cartas do Senado Ocidental (1750-1752), fl. 90.

⁷ AML - AH, *Chanc. Régia*, Livro 2º de Consultas e Decretos e Avisos de D. José I (1690-1752), fl. 153. Este aviso encontra-se igualmente registado no Livro 1º de Regº de Consultas e Decretos de D. José I (1750-1754), fl. 107 vº. Encontra-se igualmente transcrito nos *Elementos Para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte, tomo XV, pp. 259-260.

DOC. 4

1751. Setembro 20⁸

CARTA dirigida a Eugénio dos Santos, relativa a uma vistoria nas casas de João de Almada.

"Carta

Para. Architecto Eugénio dos Santos.

O Senado ordena que V.M. remeta a esta Secretaria a Certidão da Vistoria que se fez nas Casas de João de Almada na Rua da Correaria com a brevidade possível. Deus guarde a V. M.. Senado 20 de Setembro de 1751// António Rebello Palhares// Senhor Eugénio dos Santos."

DOC. 5

1751. Setembro 23⁹

CARTA relativa à vistoria nas casas de João de Almada no sítio da Correaria.

"Carta

Vendo-se no Senado a Carta que V. M. escreveu, em que referiu que para fazer a Certidão da Vistoria que se fez sobre o corte que pretende fazer João de Almada na Correaria, necessitava de ver todos os papeis que tocavam a este particular, e resolveu os remetesse a V.M. que são os inclusos para fazer a dita Certidão, por ser preciso, que V. M. a faça com a brevidade possível. Deus guarde a V. M.. Senado vinte e três de Setembro de 1751// António Rebello Palhares// Senhor Eugénio dos Santos."

DOC. 6

1752. Janeiro 24¹⁰

CARTA para Eugénio dos Santos sobre petição dos Congregados do Senhor Jesus da Boamorte.

"O Senado manda remeter a V. M. a petição inclusa que os Congregados do Senhor Jesus da Boamorte fizeram a Sua Magestade, e Decreto do dito Senhor com o auto de vistoria para que vendo V.M. tudo faça a planta que se lhe tem recomendado, porque sem ela senão pode expedir a consulta. Deus guarde a V. M.. Senado 24 de Janeiro de 1752//

António Leitão de Faria// Senhor Eugénio dos Santos."

DOC. 7

1752. Abril 12¹¹

CARTA de convocação a Eugénio dos Santos para assistência a obras no sítio do Socorro e Bemposta pequena.

⁸ AML - AH. *Chanc. Régia*. Livro 1º de Consultas e Decretos de D. José I (1750-1754), fl. 109 vº. Neste mesmo Códice e fôlho encontra-se registada uma outra Carta dirigida ao architecto Eugénio dos Santos, que todavia foi considerada sem efeito.

⁹ AML - AH. *Chanc. Régia*. Livro 1º de Consultas e Decretos de D. José Iº (1750-1754), fl. 110.

¹⁰ AML - AH. *Chanc. Régia*. Livro 1º de Consultas e Decretos de D. José Iº (1750-1754), fl. 128.

¹¹ AML - AH. *Chanc. Régia*. Livro 1º de Consultas e Decretos de D. José Iº (1750-1754), fl. ? (doc. 3737).

"Carta

O Senhor Barão Conde Presidente me ordenou dissesse a V. M. fosse assistir à factura da obra da Calçada que desce do Colégio para o Socorro, e que V. M. ordene se faça de sorte que fique suave, e em forma que fique melhor do que estava, e capaz de rodarem por ela carruagens sem detrimento, e que achando que a parte que está já feita se acha defeituosa mande desmanchar, e fazer como entender ser conveniente e que V.M. execute hoje mesmo o referido.

E também ordena que, V. M. com os mestres da Cidade vá a bemposta pequena a ver, e medir as obras que se estão fazendo no dito sítio examinando se fica a Rua com a largura que ordena o Decreto de Sua Magestade, e que do que achar dará V. M. logo conta no Senado. Deus guarde a V. M., Senado doze de Abril de mil setecentos e cinquenta e dois. António Rebello Palhares// Senhor Eugénio dos Santos e Carvalho."

DOC. 8

1752, Junho 10¹²

CONSULTA e PETIÇÃO sobre a obra que os Congregados do Senhor Jesus da Boa Morte pretendem fazer no seu Convento. O Senado conforma-se com a Planta e Vistoria feitas pelo Architecto, por ordem do Senado.

"Petição

De que a Consulta supra faz menção

Senhor. Dizem os Congregados do Senhor Jesus da Boamorte, que muitos anos depois de terem fundado com licença Real, e do seu Eminentíssimo Ordinário a Sua Igreja e Convento passaram ao domínio da Santa Bazílica Patriarcal umas terras entre as quais, e o dito Convento, com as terras que são para a sua cerca só medeia a estrada, que vai para a Fonte Santa, e que aforando um secular as sobreditas terras da Santa Bazílica, com a obrigação de pagar-lhe anualmente trinta mil reis há quatro anos, pouco mais, ou menos as começou a dividir por subemfiteutas para fundações de casas particulares, sendo muitos os que lhas procuram, pela bondade do sítio, e propinquidade da Igreja e Convento, para os espirituaes recursos da Missa, e sacramentos no que segundo se diz, já ao dito secular emfiteuta, lhe pagam anualmente cem mil reis pouco mais, ou menos de foro os subemfiteutas, e erigindo estes as suas casas, for a dos passos da Lei, assim pelo que respeitava a ser a Igreja e Convento dos Suplicantes Lugar pio, Eclesiastico, e do bem comum do Povo, como tambem a não impedir a vista do mar, que se vê, e via do Convento, ficaram sem serem subemfiteuticados uns chãos propinquos a Igreja, e Convento até que na tarde de 22 de Novembro deste presente ano de 1751 apareceu neste sítio, um subemfiteuta com um desembargador, e outros officiais do Senado, já por ele requeridos, para fazerem vistoria dos ditos chãos, e notificando in continente aos Suplicantes, para assistirem a ela, fizeram menção de um Decreto, pelo qual V. Magestade ordena que as

¹² Esta Consulta da Câmara encontra-se transcrita nos *Elementos*, tomo XV, pp. 317-319. A Petição dos Congregados do Senhor Jesus da Boamorte, encontra-se anexada à presente Consulta, não sendo todavia transcrita na referida obra. Possui a data de 2 de Dezembro de 1751. O Despacho do Senado da Câmara mandando proceder à vistoria, é datado de 14 de Dezembro de 1751.

Ruas, que novamente se fizerem hajam de ter ao menos 25 palmos de largo, e medindo a estrada dando-lhe principio de um pedaço de parede contiguo ao Convento, e achando só 20 palmos de calçada disse o dito Dezebargador que os cinco palmos, que faltavam se deviam dividir, entrando dois, e meio pela terra do subemfiteuta, e os outros dois e meio pela dita parede do Convento equiparando o chão de um homem particular com um Convento, já fundado de Eclesiasticos, que servem ao bem comum, e que bem manifesta a necessidade, que há de se reedificar, e ampliar ainda mais adiante do lugar em que se fez a dita medição para a sua regularidade, e para remedio dos muitos incómodos, que padessem os Suplicantes: no seu modo de vida os quais já representaram a V. Magestade; e como os Suplicantes estão conventualmente dedicados ao culto Divino e a servir, e ajudar espiritualmente os seus próximos, e por isso se lhe faz muito penoso ocorrer com demandas e litígios, que tambem, não podem sustentar por causa da sua grande pobreza: Pede a V. Magestade pelo amor de Deus, que atendendo ao referido se sirva de mandar por seu especial Decreto, que o Mestre, ou Architecto do Senado venha tomar as medidas ao dito Convento deixando lugar, para a sua reedificação, e ampliação com regularidade, não obstante a estrada, a qual principiando do sítio destinado para a parede do Convento se pode alargar pela parte dos chãos do subemfiteuta, sem prejuizo de algum edificio, pois neles o não há, como também, que nenhum particular em prejuizo dos Suplicantes possa fundar Casas, ou levantar muros dentro dos passos das leis, que proibem as novas fundações de particulares, junto às Igrejas, Mosteiros, ou outros Lugares pios do bem comum, ou que impedem, a vista do mar. E receberá mercê//."

DOC. 9

1752, Julho 17¹³

AVISO do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Mello ao Presidente do Senado da Câmara sobre os subsídios (contrato dos reais de água e despesa dos touros) para aplicação rápida na construção do edificio da Casa dos Depósitos no Rossio.

DOC. 10

1752, Agosto 22¹⁴

CARTA de convocação do Architecto Eugénio dos Santos para uma visita geral aos Palanques.

"Carta

Para o Architecto,

Ordena o Senado que V. M. se ache hoje terça-feira pelas quatro horas da tarde no Palanque do Senado aonde se hão-de achar os Procuradores da Cidade, e que na mesma forma em o mesmo Palanque se achará V. M. na quinta-feira 24 do corrente às oito horas da manhã aonde tambem se acharão todas as pessoas destinadas para a visita geral dos Palanques.

¹³ Documento transcrito nos *Elementos*, tomo XV, p. 341.

¹⁴ AML - AH. *Chanc. da Cidade*, Livro 8º de Regº de Cartas do Senado Ocidental (1752-1755), fl. 12 vº.

Deus guarde a V. M.. Senado 22 de Agosto de 1752// António Rebello Palhares// Senhor Eugénio dos santos.”

DOC. 11

1753, Março 22¹⁵

CARTA de convocação a Eugénio dos Santos a fim de que o mesmo envie ao Senado a planta da obra que se há-de fazer para os Depósitos e Despacho do Tribunal.

“Ordena o Senado que V. M. sábado vinte e quatro do corrente traga ao mesmo Senado a planta da obra que se há-de fazer para os depósitos, e despacho do Tribunal. Deus guarde a V. M.. Senado 22 de Março de 1753// António Rebello Palhares// Senhor Capitão Eugénio dos Santos.”

DOC. 12

1753, Agosto 9¹⁶

AVISO do Secretário de estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao Presidente do Senado da Câmara para que o mesmo diligencie junto do vereador do pelouro das obras no sentido de o arquitecto Eugénio dos Santos proceder a vistoria e elaborar a planta de alargamento da Rua Nova do Almada ao Chiado, uma vez que se trata de uma artéria de trânsito intenso.

DOC. 13

1753, Novembro 2¹⁷

CERTIDÃO de vistoria passada pelos Mestres da Cidade, José Freire e José Martins, sobre a vistoria feita a uma morada de casas defronte da portaria do Convento dos Padres da Congregação do Oratório na Rua Nova do Almada, confirmada e assinada por Eugénio dos Santos.

“José Freire mestre pedreiro e José Martins mestre Carpinteiro ambos mestres da Cidade, fomos em companhia do Desembargador Manuel de Campos e Sousa Vereador do Senado da Câmara que a seu cargo tem o pelouro das obras, e com António Pedro Pantoja de Almada procurador da Cidade, e os oficiais do regimento, deputados por semelhante acto à rua nova do Almada ver e examinar o perigo que se supunha ter a parede da frontaria de uma morada de casas defronte da portaria do carro dos Padres da Congregação do Oratório em cuja parede se sustentavam as estroncas que empurravam as casas dos ditos padres, e vendo as ditas casas fronteiras e parede da frontaria delas, achamos não ter perigo algum de cair, porque sem embargo de ter algumas fendas antigas nelas, não há inovação alguma depois de se tirarem as

¹⁵ AML - AH, *Chanc. da Cidade*, Livro 8º de Regº de Cartas do Senado Ocidental (1752-1755), fl. 42 vº.

¹⁶ Documento transcrito nos *Elementos*, tomo XVI, p. 56 (nota 3).

¹⁷ AML - AH, *Chanc. Régia*, Livro 7º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I (1689-1755), fl. 81. Esta Certidão é referenciada mas não transcrita nos *Elementos*, tomo XVI, p. 56 (nota 3).

estroncas e por assim o entendermos em razão de nossos officios. o afirmamos pelo juramento que a nosso cargo temos.

Lisboa, 2 de Novembro de 1753

José Martins

José Freire

Parece-me o mesmo que aos Mestres da Cidade

Eugénio dos Santos e Carvalho."

DOC. 14

1753, Dezembro 6¹⁸

CERTIDÃO de vistoria passada por Eugénio dos Santos e dirigida ao Presidente do Senado sobre o exame a duas moradas de casas defronte dos Padres da Congregação do Oratório na Rua Nova do Almada.

"Ill. mo e Ex. mo Senhor Marquês Presidente do Senado da Câmara.

Pela segunda Ordem que tive de V. Exa. Tornei a examinar com grande cuidado e atenção, o estado em que se acham as duas propriedades de casas, uma de Joaquim Alves, e outra de Maria da Encarnação e de Francisca das Chagas, que ficam defronte das casas que proximamente derribaram os Padres da Congregação do oratório; e com o referido exame reconheci que a parede exterior que vira sobre a Rua, no lugar em que une as duas propriedades tem feito algum pequeno movimento, depois do primeiro exame que nas mesmas paredes fiz pela primeira Ordem de V. Ex.a: e como qualquer leve releixo de ruína naquele lugar, é de tão grande cuidado e ponderação, e além disso estas mesmas casas se hão-de deitar abaixo para o Corte que S. Magestade tem mandado fazer na mesma Rua: Sou de parecer que se derribem e abatam prontamente as referidas duas propriedades de casas, para se evitar todo o releixo que possa haver da sua segurança.

Lisboa 6 de Dezembro de 1753."

DOC. 15

1754, Abril 3¹⁹

AUTO de vistoria com a assistência técnica do Desembargador e Vereador do pelouro das obras, Manuel de Campos e Sousa, juntamente com o Procurador da Cidade, António Pedro Pantoja de Almada e o Capitão Eugénio dos Santos de Carvalho, dando um parecer favorável ao prosseguimento da construção de uma sobreloja.

¹⁸ AML - AH, *Chanc. Régia*, Livro 7º de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I (1689-1755), fl. 82. Esta Certidão encontra-se referenciada mas não transcrita nos *Elementos*, tomo XVI, p. 58 (nota 1).

¹⁹ AML - AH, *Núcleo da Administração*, Livros de Cordeamentos, Livro 10º (1735-1755).

DOC. 16

1754, Agosto 29²⁰

CERTIDÃO de vistoria assinada pelo mestre José Freire e por Eugénio dos Santos sobre a reedificação de umas casas que possuem a sua frontaria principal sobre a Rua Direita que conduz à Igreja de Santo António à Sé.

DOC. 17

1754, Outubro 16²¹

CERTIDÃO de vistoria efectuada pelo mestre da Cidade José Freire e por Eugénio dos Santos a uma quinta junto ao sítio da Convalescença, relativamente a uma porção de estrada que Lourenço Maunaut pretende incorporar dentro da sua quinta chamada da Furna.

DOC. 18

1754, Outubro 28²²

AUTO de vistoria com a assistência técnica do Desembargador e Procurador da Cidade, juntamente com o arquitecto da Cidade e o Medidor das obras sobre o deferimento de uma obra na estrada de Carriche, abaixo do lugar do Lumiar.

“José Freire mestre e medidor da Cidade fui em companhia do Desembargador Manuel de Campos e Sousa, Vereador do Senado da Câmara que a seu cargo tem o pelouro das obras e o Capitão Eugénio dos Santos Arquitecto do Senado da Câmara e o Escrivão do Tombo Joaquim José Moreira Mendonça e o das obras António Cardoso Cáceres à estrada de Carriche, abaixo do Lugar do Lumiar, ver um socalco com seu parapeito que o Senado mandou fazer da banda do poente para o povo senão despinhar, o qual parte com fazenda de João Pereira Lobo se pretende valer-se do dito socalco e parapeito para se fechar e fazer casas à frente da dita estrada e vendo o sítio, achamos não fazer prejuízo algum porque sem embargo que se valha do dito parapeito para a factura da sua obra, fica livre o Senado de fazer os consertos de que necessitar como em alguma parte sem demolição e concedendo-lhe o Senado a graça que pretende deve o dito João Pereira Lobo fazer um termo perante o escrivão das obras em que se obrigue no caso que se demula o dito parapeito pelos anos futuros a levantá-lo à sua custa sem a fazenda da Cidade ficar obrigada a despesa alguma, pois lhe fica próprio e fundamento, do que sobre ele quiser alçar e pelo assim entender em razão do meu ofício o afirmo pelo juramento que dele tenho. Lisboa, 28 de Outubro de 1754.

José Freire.”

²⁰ AML - AH, *Núcleo da Administração*, Livros de Cordeamentos (...). Este documento foi transcrito pela autora in *Actas do I Colóquio Temático*. Lisboa, Câmara Municipal (Divisão de Arquivos), 1995, p. 113.

²¹ *Idem Ibidem*.

²² AML - AH, *Núcleo da Administração*, Livros de Cordeamentos, Livro 10º (1735-1755).

DOC. 19

1755, Fevereiro 28²³

CERTIDÃO de vistoria emitida pelo arquitecto Eugénio dos Santos sobre o estado de ruína de três casas na Rua do Chiado, em conformidade com a opinião do Vereador Manuel de Campos e Sousa, responsável pelo pelouro das obras, aconselhando-se a demolição das referidas casas que se encontram compreendidas no corte que se pretende efectuar na Rua do Chiado.

DOC. 20

1755, Março 4²⁴

CONSULTA da Câmara ao Rei, dando parecer favorável às opiniões do vereador do pelouro das obras, Manuel de Campos e Sousa e do arquitecto Eugénio dos Santos sobre a conveniência na demolição de seis propriedades de casas na Rua Nova do Almada. Antes de se proceder à demolição, as mesmas devem ainda ser avaliadas com vista a dar-se execução ao plano de alargamento da Rua Nova do Almada.

DOC. 21

1755, Março 17²⁵

CERTIDÃO de vistoria passada pelo arquitecto Eugénio dos Santos com um parecer negativo quanto à construção de umas casas principiadas junto ao parapeito da ponte no sítio do Rio Seco, de molde a recuar doze ou catorze palmos do parapeito da ponte, a fim de se verificar a serventia pública para a passagem de carros sobre a ponte, bem como para melhor utilização das pedreiras que ficam na borda do Rio.

DOC. 22

1755, Abril 17²⁶

CERTIDÃO de vistoria emitida por Eugénio dos Santos, sobre as condições da parede exterior da Igreja de Nossa Senhora da Nazaré das religiosas de S. Bernardo, sita na Rua direita de Santos, relativamente ao pedido de reedificação de um mirante.

DOC. 23

1755, Maio 24²⁷

CERTIDÃO de vistoria efectuada pelo mestre e medidor da Cidade, José Freire e pelo arquitecto da Cidade Eugénio dos Santos a umas casas sitas na Rua Nova do Almada, que constituem um prazo foreiro ao Senado.

²³ Este documento é transcrito nos *Elementos*, tomo XVI, pp-60-61.

²⁴ Esta Consulta encontra-se transcrita nos *Elementos*, tomo XVI, p. 56. Este documento encontra-se igualmente registado no AML - AH, *Chanc. Régia*, Livro 13^o de Consultas, Decretos e Avisos de D. José I (1755-1764), doc. 125.

²⁵ Vidé: *Actas do I Colóquio* (...), p. 114.

²⁶ *Idem, ibidem*.

²⁷ *Idem*, p. 115.

DOC. 24

1755, Junho 16²⁸

CERTIDÃO de vistoria passada por Eugénio dos Santos a umas casas pertencentes à Irmandade do Santíssimo da Igreja de S. Julião, sitas à porta travessa da mesma Igreja.

DOC. 25

1755, Junho 17²⁹

AVISO do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Mello ao Senado, para este entregar ao mestre empreiteiro da obra dos Depósitos Públicos, determinada importância que é necessária para se acabarem as casas para os referidos Depósitos, devendo as mesmas estar prontas ao longo de todo o mês de Junho.

Ill.mo e Exmo. Senhor

S. Magestade é servido ordenar que o Senado mande entregar a Manuel Martins Mestre Empreiteiro da Obra que se faz nas Casas do Rossio, que hão-de servir para as Conferências do mesmo Senado, e para as dos Depósitos da Corte e Cidade, a quantia de três contos de reis, deduzidos dos quatro contos que se acham em depósito pelo produto da execução que se fez a Estevão de Freitas Carneiro: ordenando outrossim o mesmo Senhor, que a referida quantia se entregue logo na forma, que até agora se praticou em semelhantes pagamentos, sem embargo de qualquer dúvida que se ofereça, e sem prejuízo da questão pendente sobre esta matéria que pelos primeiros rendimentos do Alqueidão se restituam ao dito depósito os três contos e duzentos mil reis que foram extraídos por empréstimo para as obras que nele se fizeram: E que o sobredito empreiteiro Manuel Martins, pondo todo o esforço necessário na obra que é precisa para se acabarem as casas, ou parte delas que hão-de servir aos Depósitos públicos, seja eficazmente aplicado para as dar findas por todo o mês corrente. Deua guarde a V. Exa., Paço em 17 de Junho de 1755.

Senhor Marquês do Alegrete

Sebastião José de Carvalho e Mello."

DOC. 26

1755, Julho 16³⁰

CERTIDÃO de vistoria assinada por Eugénio dos Santos, efectuada numa propriedade sita na Rua do Loureiro, pertencente a Caetano Alberto de Negreiros, implicando as obras na referida propriedade, o alargamento desta Rua neste mesmo sítio, em cinco palmos.

²⁸ *Idem. Ibidem.*

²⁹ AML - AH. *Chanc. Régia*. Livro 7º de Consultas. Decretos e Avisos de D. José I (1689-1755), fl. 243.

³⁰ Vide: *Actas do I Colóquio (...)*, p. 116.

DOC. 27

1755. Dezembro 9³¹

AVISO do Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Mello ao Presidente do Senado, Marquês de Alegrete com informação anexa de Eugénio dos Santos, sobre o estado das ruínas da Igreja de Santo António. São acatadas as recomendações técnicas do Arquitecto sobre a reconstrução da Igreja, nomeadamente, sobre cobrirem-se as suas ruínas com o "telhado de trouxa" até à sua reedificação.

DOC. 28

1756. Fevereiro 27³²

CARTA para o Desembargador Carlos Pery delinde na sequência de uma ordem do Presidente do Senado, para que sejam devolvidos todos os papéis feitos pelo Arquitecto Eugénio dos Santos sobre a obra de reconstrução da Casa de Santo António.

"Carta

Para o Desembargador Carlos Pery delinde

Ordena o Ill.mo e Exmo Sr. Marquez Presidente que V. M. me remeta todos os papéis, que ele lhe entregou pertencentes à obra da Casa de Santo António, feitos pelo Arquitecto Eugénio dos Santos. Deus guarde a V. M.. Senado, 27 de Fevereiro de 1756//Pr. Desembargador Carlos Pery delinde// António Rebello Palhares."

DOC. 29

1756. Abril 1³³

CARTA para Eugénio dos Santos, para o mesmo se pronunciar sobre o requerimento do Mestre da obra do Senado, Manuel Martins (mestre das obras dos Depósitos Públicos no Rossio).

"Carta

O Senado manda remeter a V. M. o Requerimento do Mestre da obra do Senado Manuel Martins para que vendo-o, e os mais papéis a ela juntos diga V. M. o que lhe parecer sobre esta matéria de que trata na forma que requer o Desembargador Síndico. Deus Guarde a V. M.. Senado o 1º de Abril de 1756// António Rebello Palhares// Senhor Eugénio dos Santos."

DOC. 30

1756. Abril 22³⁴

CERTIDÃO de vistoria efectuada por Eugénio dos Santos a umas casas particulares que se encontram em construção no princípio da Rua do Pombal.

³¹ Este documento encontra-se transcrito nos *Elementos*, tomo XVI, pp. 183-186.

³² AML - AH. *Chanc. da Cidade*, Livro 10º de Regº de Cartas do Senado Ocidental (1755-1760), fl. 14 vº.

³³ AML - AH. *Chanc. da Cidade*, Livro 10º de Regº de Cartas do Senado Ocidental (1755-1760), fl. 24 vº.

³⁴ Vidé: *Actas do I Colóquio (...)*, p. 116.

DOC. 31

1756. Maio 19³⁵

AVISO do Secretário de Estado, José de Carvalho e Mello ao Presidente do Senado, sobre se incumbir o Arquitecto Eugénio dos Santos de fazer a planta com a marcação das Ruas para a Procissão do Corpo de Deus a sair em 17 de Junho deste mesmo ano, do sítio da Cotovia (hoje Praça do Príncipe Real).

DOC. 32

1756. Junho 10³⁶

AVISO do Secretário de Estado, José de Carvalho e Mello ao Presidente da Câmara, para o mesmo encarregar o arquitecto Eugénio dos Santos e o Desembargador Manuel de Campos e Sousa, com vista ao aluguer e reparação das casas dos herdeiros de D. Luís de Almada na Praça do Rossio para a guarda dos papéis do Arquivo, bem como para se poderem continuar as Sessões, devido à suspensão das obras do Depósito Público.

DOC. 33

1756. Agosto 6³⁷

CARTA dirigida ao Presidente do Senado Marquês de Alegrete, para o mesmo fazer erguer no sítio de Pedrouços, uma casa de madeira para o despacho dos oficiais da saúde, de acordo com a planta feita pelo arquitecto Eugénio dos Santos.

"Carta

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor: Sua Magestade, é servido, que o Senado, faça expedir ao Desembargador Manuel de Campos e Sousa as ordens necessárias, para fazer logo erigir no sítio de Pedrouços uma casa de Madeira, para o despacho dos officiais da saúde, na conformidade da planta inclusa que o mesmo Senhor mandou tirar pelo Capitão Engenheiro Eugénio dos Santos de Carvalho, e no sítio indicado na conta do referido official, que também remeto. Deus guarde a V. Exa. Paço de Belém a seis de Agosto de 1756// Senhor Marquês de Alegrete// Dom Luís da Cunha."

DOC. 34

1756. Agosto 9³⁸

CARTA dirigida ao Desembargador Manuel de Campos e Sousa, para que este dê execução à obra da Casa da Saúde no sítio de Pedrouços, de acordo com a Planta do arquitecto Eugénio dos Santos.

³⁵ Este documento encontra-se transcrito nos *Elementos*, tomo XVI, pp. 235-237.

³⁶ *Idem*, p. 249.

³⁷ AML - AH. *Chanc. Régia*, Livro 1º de Regº de Avisos de D. José I ao Senado (1752-1763), fl. 97 vº.

³⁸ AML - AH. *Chanc. da Cidade*, Livro 10º de Regº de Cartas do Senado Ocidental (1755-1760), fl. 47.

"O Senado manda remeter a V. M. ce a cópia do aviso do Secretário de Estado, e a conta e planta do architecto Eugénio dos Santos da obra da Casa da Saúde que Sua Magestade manda erigir para que Vossa Mercê dê à execução o que o mesmo Senhor ordena.

Deus guarde a Vossa Mercê. Senado nove de Agosto de 1756. Senhor Desembargador Manuel de Campos e Sousa. António Rebello Palhares."

DOC. 35

1756. Setembro 6³⁹

CONTRATO de arrematação de obras, entre o Desembargador Manuel de Campos e Sousa e os mestres, pedreiro e carpinteiro, Manuel António e João Pereira, sobre a despesa de construção de uma Casa que há-de servir para o Despacho da Saúde, de acordo com a planta do architecto Eugénio dos Santos.

"Contrato que com o Desembargador Manuel de Campos fazem os Mestres pedreiro Manuel e João Pereira carpinteiro sobre a factura de uma nova Casa que no sítio da Junqueira (?) há-de servir de Casa da Saúde.

Aos seis dias do mês de Setembro de mil setecentos cinquenta e seis anos nesta cidade de Lisboa e fim da Rua do Sol em Casas e moradas donde vive e mora o desembargador Manuel de Campos e Sousa Veriador (sic) do Senado da Câmara que a seu cargo tem o Pelouro das obras aonde eu escrivão das mesmas obras (...) sendo aí presentes os mestres Manuel António pedreiro e João Pereira carpinteiro, logo por ele dito Desembargador foi dito que ele por ordem de Sua Magestade e do Senado da Câmara mandava fazer uma nova Casa que entre a torre de Belém e quinta Velha do Exmo. Duque, há-de servir de Casa de Despacho da Saúde, a qual havia de ser feita em tudo e por tudo na forma da planta do architecto Eugénio dos Santos que logo mostrou aos ditos Mestres, os quais vendo-a muito miudamente disseram ambos que eles não tinham dúvida alguma a fazer a dita Casa na mesma forma que a planta aponta (?) per preço de oitocentos e dez mil reis pagos em três pagamentos, um no princípio, outro no meio, outro no fim da obra, o que visto e ouvido pelo dito Desembargador, disse que não tinha dúvida a dar-lhe a eles ditos mestres a referida obra em preço de setecentos e cinquenta mil reis com as condições seguintes:

Com declaração que eles mestres se não afastaram em coisa alguma da planta que se lhe mostrou e que os alicerces se abriram até se achar chão firme e sólido, sendo preciso lhe abram estacarias com grades e lagedo por cima para maior firmeza do alicerce e paredes serão bem muzicadas e fabricadas com boa cal e areia para o que foram bom amassadouro que será visto aprovado por peritos.

Com condição que os frontais serão tecidos com pinhais (?) de carvalho e paus de castanho tudo e o madeiramento todo de castanho e a ripa de flandres e as portas e janelas se farão de bom pinho de fandres (sic) e será tudo pintado a óleo de cor cinzenta.

³⁹ AML - AH, *Miscelânea*, Códice designado: "Termo das Arrematações das obras nesta Cidade e seu termo" (datado entre 5 de Maio de 1727 e 7 de Dezembro de 1774). fls. 124-126.

Com mais declaração que a obra será feita dentro em três meses contados do dia da data deste termo e sendo caso que não trabalhem na dita obra com todo o cuidado ou não tragam a gente precisa para se acabar dentro do dito termo se lhe meterá a gente à sua custa ainda que seja por muito maiores preços como também os materiais precisos para a mesma obra. a qual lhe será paga em três pagamentos iguais. um no princípio, outro no meio e outro no fim da obra, cada um de duzentos e cinquenta mil reis, que fazem os referidos setecentos e cinquenta mil reis, recebendo logo o primeiro pagamento e os outros dois depois de se ter visto se a obra está continuada na forma aqui declarada e caso se ache diminuta ou falta em todo ou em parte, tanto por mal feita como por falta de bons aviamentos se lhe mandará desmanchar e tornar a fazer de novo, sem que por isso se lhe haja respeito a perda ou prejuízo algum.

Com mais condição que a obra da dita Casa, há-de ter seu princípio defronte da barraca de Manuel Barbosa Torres junto à praia, mas de sorte que fique livre de toda e qualquer maré ainda que seja tabela de água (?) ou haja temporal no mar como também ficaram eles ditos mestres obrigados a todo e qualquer prejuízo que a dita obra tiver dentro de um ano e dia, podendo-se atribuir a falta de segurança dela ou a maus aviamentos.

Com mais condição que eles ditos Mestres foram e obraram tudo o que nas três vistorias que se hão-de fazer, uma no princípio, outra no meio e outra no fim se determinar a bem da dita obra, não se alterando a forma da planta.

E sendo tudo visto e ouvido pelos ditos Manuel António e João Pereira, depois de haverem tido a sua conferência, disseram ambos juntos e cada um de per si que eles aceitavam a obrigação de fazerem a obra da nova Casa que há-de servir de despacho da Saúde para a fazerem em tudo e por tudo na forma da planta que fez o Capitão Eugénio dos Santos de Carvalho que haviam visto muito bem e na forma de todas as condições e cláusulas aqui expressadas e declaradas e que a todas se obrigavam e isto em preço de setecentos e cinquenta mil reis pagos em três pagamentos de duzentos e cinquenta mil reis cada um, sendo o primeiro logo antes de darem princípio à obra, outro no meio, e o último no fim da mesma obra e que nesta forma obrigavam suas pessoas aí havidos e por haver e o mais bem parado (?) deles e que a mesma obrigação que ambos faziam se entende fazer cada um de per si e obrigados a responderem ambos por um e um por ambos o que não puderam pedir o último pagamento sem primeiro terem entregado as chaves e a obra de todo acabada tanto (?) dos seus officios de pedreiro e carpinteiro como de outro qualquer por tudo lhe ficar pertencendo ter estar (?) de todo acabada na última perfeição e que nesta forma não tinham dúvida alguma a responderem perante o dito desembargador do pelouro das obras que ora é e ao diante for para o que disseram se desaforão do Juizo de seu foro de que tudo para constar mandou o dito Desembargador a mim escrivão das obras fizesse este termo em que assinou e os ditos mestres pedreiro Manuel António e Carpinteiro João Pereira e eu António Cardoso Cáceres escrivão proprietário das obras da Cidade o escrevi e assinei.

DOC. 36

1758, Junho 3⁴⁰

CONSULTA do Senado propondo à consideração régia, a acomodação interna das dependências do Senado, nomeadamente, para as suas Conferências, Contos e Secretaria, nas casas de D. Antão de Almada, partilhando o mesmo espaço com o Tribunal da Relação e Depósito Público. Compareceram o arquitecto do Senado, Eugénio dos Santos, o Desembargador e Vereador do pelouro das obras, Manuel de Campos e Sousa e o Desembargador e Vereador, Luís Franco Ferreira.

DOC. 37

1758, Julho 31⁴¹

AUTO de vistoria com a assistência técnica do Desembargador Manuel de Campos e Sousa, do Procurador da Cidade, Cristovão José Franco Bravo, juntamente com o arquitecto Eugénio dos Santos, deferindo a continuação de uma obra particular, devendo a mesma pautar-se pelas normas régias sobre a altura das sacadas (dezasseis palmos), de acordo com o Decreto de 13 de Abril de 1745.

DOC. 38

1758, Setembro 6⁴²

AUTO de vistoria feito na Rua Direita de São José, fazendo cunhal com a Rua das Pretas, a umas casas que a Irmandade do Santíssimo da Paróquia de São José pretendem edificar. São intervenientes, o Desembargador Manuel de Campos e Sousa, vereador do Senado da Câmara do Pelouro das Obras, José Franco, procurador da Cidade, o Capitão Eugénio dos Santos. Pretende o arquitecto juntamente com o vereador, que as casas recuem treze palmos, de molde a que fiquem mais largas, a Rua Direita de São José e a Rua das Pretas.

DOC. 39

1758, Dezembro 14⁴³

CONSULTA do Senado sobre o requerimento do Sargento-mor, Pedro da Silveira e Estevão da Silva Dinis, sobre a obra que se continuava no Campo Grande, e que o Senado mandou embargar

Consulta

Sobre o Requerimento do Sargento mor Pedro da Silveira, e Estevão da Silva Diniz sobre a obra que faziam, e continuavam no Campo grande.

⁴⁰ Esta Consulta encontra-se transcrita nos *Elementos*, tomo XVI, pp. 350-351.

⁴¹ AML - AH, *Núcleo da Administração*, Livros de Cordeamentos, Livro 12^o (1757-1759).

⁴² Este documento encontra-se transcrito na publicação: *Documentos Para a História da Arte Em Portugal*, n.º 15, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, p. 31. Pertence ao fundo do Arquivo Histórico Ultramarino, Reino, Maço 40.

⁴³ AML - AH, *Chanc. Régia*, Livro 5^o de Reg.º de Consultas e Decretos de D. José I (1757-1761), fls. 68-73.

Sendo propostas em Mesa as petições do Sargento-mor Pedro da Silveira, e Estevão da Silva Dinis, sobre a obra que este havia feito e continuava no Campo Grande que o Senado mandou embargar e as respostas que deram quando pediram, vista, autos de vistoria que precederam; respostas do Dezembargador Síndico que foi ouvido como consta dos papeis juntos; e votando-se na matéria de que tratam: vencendo-se que por se achar a obra feita no público e com excesso a licença que lhe foi dada se procedesse na forma da lei, e Regimento remetendo-se para esse efeito ao Vereador do pelouro das obras Manuel de Campos e Sousa, o qual desta determinação do Senado pediu consulta e estando nos termos de se fazer, foi V. Magestade servido ordenar por aviso de oito de Agosto do presente ano por cópia junto que vendo-se no Senado a petição de Estevão da Silva Dinis, que com o mesmo aviso veio e juntando-se aos mais papeis que houvesse sobre esta matéria, se lhe consultasse o que parecesse: suspendendo-se todo o procedimento até resolução do mesmo Senhor: e vendo-se a dita petição e os referidos papeis vinculados de f – até f – Parece aos Vereadores Gaspar Ferreira Aranha, Francisco Galvão da Fonseca e Procurador da Cidade António Pereira de Viveiros que justamente se embargaram as duas obras de que se trata; porque o Suplicante não devia edificar no público sem licença nem o Senado lhe podia conceder a que se acha a f- sem preceder consulta e resolução de V. Magestade.

Porque o Suplicante excedeu os limites do Cordeamento na execução da planta, se embargou segunda vez a primeira obra e se procedeu à vistoria de todo o Senado: constou do excesso, e que o Suplicante mandara concluir a segunda obra pendente o embargo; e por esta causa se ordenou, que ficassem ambos em seu vigor, ponderadas também as circunstâncias da Certidão do Escrivão das obras, vinculada a f-.

Vistos em Mesa todos os papeis pertencentes a este negócio, e ponderados os fundamentos das representações do Sargento-mor Pedro da Silveira f- e f- se assentou pelo maior número de votos, que se praticasse a disposição dos Decretos, procedendo-se à demolição não só pelo motivo do excesso, mas porque o Suplicante violara o Regimento, incorporado no título dos Procuradores da Cidade mandando abrir alicerces sem requerer vistoria nem cordeamento.

Pretende o Suplicante desculpar o seu injusto procedimento querendo persuadir que mandou edificar em terreno próprio e para que assim se crece (sic), produziu a Certidão f- que não é emprazamento ou título, que merece crédito, mas ainda que for a legítimo, nunca o Suplicante podia usar dele absolutamente, esbulhando o público da sua antiquíssima posse, antes de convencido por sentença.

Além de que a propriedade a que o Suplicante pretende anexar o terreno público, é prazo foreiro aos Religiosos do Mosteiro de S. Vicente de for a, e não se deve presumir, que ele seja assistido de melhor direito, que os mais enfiteutas seus antecessores, os quais consentiram sempre a pública posse que pela sua tolerância se fez imemorial e se deve considerar justa pelo consentimento que também tem prestado o direito (?) Senhor.

Não mostra o Suplicante que a tomada que fez fosse em algum tempo anexa ao seu

prazo, mas caso negado que o pudesse fazer sempre se devia supor este terreno comprado, ou demitido porque a demissão de terrenos próprios tem sido muito vulgar nesta Corte, e seus subúrbios, em todos os séculos, e também por esta consideração deve o Senado defender e impugnar a tomada que o Suplicante pretende fazer, porque o contrário serviria de péssimo exemplo, não só para os mais enfiteutas, que têm prazos místicos ao do Suplicante, mas para outras muitas pessoas que voluntariamente largaram os próprios terrenos em benefício do público.

Ultimamente, o Suplicante mandou no Campo grande erigir duas propriedades sem licença: a que se lhe facultou foi nula, porque lhe faltou a indispensável circunstância da permissão de V. Magestade mas como excedeu os limites do Cordeamento, está só (em) transgressão, basta para se demolir a obra, e nunca mais se lhe dar licença na forma do Decreto de V. Magestade.

É certo que abriu alicerces sem requerer vistoria e cordeamento, violando a lei: Tem feito força, e cometido atentado em mandar concluir a segunda obra sem levantamento do embargo: ocupou servidão pública, sem autoridade real: está nos termos de se verificar nele a disposição da lei do Reino, procedendo-se à demolição, breve e sumariamente, sendo por este modo restituído o público à sua imemorial posse, e se o Suplicante tiver que requerer sobre a propriedade, que deduza o seu direito pelos meios ordinários em juízo competente. Isto é o que eles Vereadores, e Procuradores da Cidade entendem sujeitos à Real determinação de V. Magestade.

Ao Vereador Manuel de Campos e Sousa se oferece dizer, que averiguando-se pela vistoria e medição f- que na presença dele Vereador, fez exactamente o Mestre da Cidade, como Architecto dela Eugénio dos Santos de Carvalho no sítio, e extensão que devia ter o prazo por aquela banda, suposto que constar do documento antigo f- e a que não tiveram dúvida o Procurador da Cidade, e Síndico f e f, nem o confinante Pedro da Silveira que ali se achou, se assentou pelo despacho f- que a obra se fizesse pelo Cordeamento, e na forma bem advertida pelo dito Architecto f- porque dela não resultava prejuízo ao público nem ao particular; e como o dito confinante embargasse a dita medição; e a obra principiada em virtude dela, com a estranha invectiva que consta da informação do Escrivão f- determinou o Senado no despacho f- fazer a vistoria f- (a que não assistiram os actuais Mesteres) e por meio dela, como se vê do auto f- se não declarou ali coisa alguma decisiva, e ouvidas as partes, para se determinar a contenda, e a que ali se moveu incidentalmente, sobre uma cocheira, que no mesmo sítio se achava, e disse ser feita há mais de (um) ano, e dentro na área determinada na medição, se venceu no Senado (sem embargo, do que ao depois se escreveu no lembrete) que a obra não só parasse mas se demolisse a feita, e também a cocheira, e que ele Vereador fosse executar a demolição procedendo na forma da lei.

Porém como este acto pertence ao Vedor das obras como sempre pertenceu, e não ao Vereador do pelouro que era Juiz que constituiu o Corpo do Senado, e não executor (...), como é o dito Vedor, pediu ele Vereador consulta, por excesso, e irregularidade, que se introduziu

contra o seu cargo, sujeitando a onus que nunca teve, e que sempre foi dos officiaes subalternos, e estando o negócio nestes termos, apresentou o supplicante a petição fl. 1 que V. Magestade manda se consulte com effeito, suspendendo-se em todo o procedimento.

Quanto à consulta que elle Vereador pediu, tem já representado, não haver razão, para se sujeitar ao que nunca pertenceu ao seu lugar, nem lhe seria decente, o que sempre tocou ao vedor das obras, como se refere nas certidões juntas fl.-

E entende elle Vereador que não há jurisdicção no Senado para se impor esta obrigação, sendo como é Ministro do Tribunal, sem subordinação neste ponto, e finalmente não o determinando a Ordenação que se lhe manda observar, que não veio para este caso, mas para outro que tem grande diversidade.

Quanto à petição do Supplicante, que se manda consultar parece a elle Vereador não tráz coisa dissonante, porque a obra que principiou foi dentro na medição e demarcação que se lhe deu regulada pelo documento antigo já referido a fl. - sem que pessoa alguma das muitas que ali se achavam, e entre ellas um sacerdote parente e Procurador do Desembargador José Cardoso Castelo, se queixasse nem o pusesse ao limite extremo da referida medição, por não ofender, nem ao público nem ao particular e suposto que o confinante, Pedro da Silveira a pretendesse embaraçar não foi com fundamento atendível, podendo lembrar-se de que elle mesmo por autoridade própria tomou grande número de palmos (...) extroisimento (sic) antigo, saindo para fora dele com as casas que ali fez, com as quais coide à obra do Supplicante sem desformidade, antes com a compostura regular, e pública a que atendeu o Architecto.

Pelo que entende elle Vereador que o embargo, e impedimento posto pelo Supplicante, é menos justificado e sem fomento de justiça, capaz de se impedir a obra principiada, nem da cocheira se demolir, porque usou o supplicante do direito que tinha no que parece não fez injúria: V. Magestade porém resolverá o que for servido: Ao Vereador Carlos Pery de linde pareceu o mesmo que ao Vereador Manuel de Campos e Sousa.

Ao Vereador João de Sousa Caria pareceu quando se propos este Requerimento, que necessitava de conhecimento maior em juizo competente, onde ouvidas as partes, de seu direito, com os documentos que se juntam se averiguasse, e definisse a justiça de cada uma com assistência do Síndico, pelo que respeita ao direito do público, e nisto mesmo insiste, quando a V. Magestade não pareça deferir, a súplica de Estevão da Silva Diniz que ultimamente lhe roga subam à secretária os presentes papeis para que averiguada a verdade lhe defira V. Magestade como for servido.

Ao Procurador da Cidade Cristovão José Franco Bravo parece se deve sustentar a decisão do Senado f – que assentou sobre o exame feito pelo mesmo Senado no acto da Vistoria f – conferindo ao Supplicante Estevão da Silva Diniz a licença que supplicou a fl. – regulada a obra, pela última parte da Certidão do Architecto da Cidade de fl – porquanto para a dita decisão foram digo, porquanto para a dita concessão foram, digo, decisão concorreram todas as precisas solenidades, quais foram a da assistência dos dois confinantes, do prazo de que se trata, sendo um deles o supplicante o Sargento-mor Pedro da Silveira, que prestou o seu

consentimento para a dita obra, como se vê da vistoria a fl. – e de ser feita esta pelos oficiais do Regimento, e subitamente (?) e de se ouvir a fl. – o Desembargador Síndico da Cidade para a defesa do público e a dos confinantes para a do particular não pode padecer defeito, sem que obste o alegado o alegado (sic) pelo suplicante de que, carecia de meio ordinário pelo que respeita ao público, porquanto pela dita Certidão do architecto que fez a medição no acto da vistoria, consta que o chão em que o Suplicante edifica é próprio do seu prazo como se vê da certidão fl. – e não sendo o chão (como não é) do público não tem precisão de convencer a Cidade, nem também obsta pretender o suplicante na execução da obra, exceder ao que se lhe facultou na decisão do Senado, persuadido do suplicado como se mostra da resposta do Escrivão do tombo, fl. – porque pela petição fl. – se oferece o mesmo suplicante a reduzi-la ao estado somente que se lhe havia facultado pelo Senado: e sendo este o fazer o alinhamento da nova frontaria das suas casas, sendo por extremo de uma frontaria das casas do Desembargador José Cardoso Castello e outro a frontaria das do Suplicado, do contrário (?) se seguia ficar o suplicante de pior condição que os confinantes o que não pode ser da Real intenção de V. Magestade, pois como todos os seus Vassallos, dispense a justiça com igualdade e inteireza, ordenando porém, sempre o que for mais do seu Real agrado.

Aos quatro Procuradores mesteres parece que como o nunciado Estevão da Silva Diniz persuade ter edificado as casas de que se trata no prédio de que é enfiteuta, o que lhe nega com bons fundamentos o Sargento-mor Pedro da Silveira se deve antes de outro procedimento disputar esta matéria no juízo da Conservatória da Cidade onde ouvido o Síndico do Senado e as mais pessoas que tiverem interesse nesta dependência se pode averiguar conformidade o merecimento da sua queixa suspendendo-se neste meio tempo não só na fábrica do dito edificio, mas em outra qualquer inovação, enquanto se não determinar finalmente a dita causa: mas que sem embargo disso V. Magestade mandava o que for Servido: Mesa, 14 de Dezembro de 1758// Manuel de Campos e Sousa// Carlos Peri delinde// Francisco Galvão da Fonseca// João de Sousa Caria// Cristovão José Franco Bravo// André Nunes Martins// João Marques de Moraes Silvestre Carreira// Tomé Lopes// foram votos o Vereador Gaspar Ferreira Aranha, e o Procurador da Cidade António Pereira de Viveiros//.

(segue-se a Petição no fólho 73)

“Petição feita a S. Magestade de que faz menção a Consulta acima

Senhor, Representa a V. Magestade Estevão da Silva Diniz, Tesoureiro proprietário da Chancelaria-mor da Corte e Reino e da Casa da Suplicação, que no sítio do Campo grande junto à freguesia dos Reis, possui o Desembargador José Cardoso Castello um prazo de que são Senhorios directos os Cónegos Regulares de Santo Agostinho do Convento de S. Vicente de fora o qual prazo principia nas casas do dito Desembargador e finda via recta em outras de Pedro da Silveira e entre uma e outra propriedade e meio do dito prazo medejam várias courelas de terra com casas constando cada qual delas de cem palmos de frente, e mil de fundo, e de uma delas é o suplicante possuidor e enfiteuta, e como tal querendo fazer nela melhor acomodação, para sua vivenda, mandou abrir alicerces, e levantar paredes, fechando-

se dentro do limite do seu prazo; o que vendo seu vizinho Pero da Silveira sem direito algum para lhe impedir a dita obra, e só como pessoa (...) do povo, deu parte ao Senado, que logo a mandou embargar, e fazendo o Suplicante vários requerimentos se procedeu à vistoria, pelo Dezembargador Manuel de Campos e Sousa com os mestres da cidade, Arquitecto, e mais pessoas do estílo, e medindo-se o chão do dito prazo, se achou ter mais palmos a ele pertencentes, do que no que havia ocupado com a nova obra, porém o Arquitecto requereu que para formosura da estrada, padece (sic) o suplicante oito palmos do seu terreno e cordeou o sítio da parede nova com as duas propriedades dos ditos Dezembargador José Cardoso Castello e Pedro da Silveira, o que tudo visto pelo Senado, e ouvindo o seu Síndico, mandou levantar o embargo, e concedeu licença ao Suplicante para fazer a obra pela Regulação do dito Arquitecto, e fazendo o suplicante continuar a obra segundo o determinado chegou a ela não se achando o Suplicante em casa, o dito Pedro da Silveira cavilosamente, e disse aos oficiais em presença de outras pessoas, que visto conseguir o Suplicante licença para a dita obra, se podia alargar tudo o que lhe competia, e ele mesmo com um seu escravo mediu a frente das suas casas com as do Suplicante e pondo estacas lhes disse que até àquela baliza se podia alargar, e duvidando os oficiais de sair com o alicerce mais para fora por ser ele que tinha movido aquela contenda os segurou dizendo-lhes que agora já o consentia e não tivessem receio: os ditos oficiais cuidando fariam um grande serviço ao suplicante abriram o alicerce mais para fora ainda que dentro do limite do prazo, e o encheram de pedra e cal naquela ocasião: o que vendo o dito Pedro da Silveira, fez no dia seguinte nova queixa ao Senado, que segunda vez mandou embargar a obra e proceder à vistoria de todo o Senado, e dando vista ao dito Pedro da Silveira, que não devia ser contemplado, e ao Suplicante, e ultimamente ao Síndico, respondeu que visto o suplicante estar pronto para demolir (?) o excesso como dizia nos autos, e haver tido faculdade do Senado para fazer a obra na forma facultada na dita licença, a qual pessoa e cousa (?) julgada, era justo continuasse a sua obra, sem embargo do que havendo no dito Senado pessoa que favorecia ao dito Pedro da Silveira procurou esta ocasião de se acharem menos Ministros e com outro seu companheiro e os mesteres votaram afinal, que o dito Dezembargador Manuel de Campos e Sousa fosse com os oficiais demolir toda a dita obra, e por este ter dúvida a executar o que se lhe ordenava, por lhe não competir semelhante deligência pediu consulta, e porque esta respeita a dita dúvida, e não impedirá (sic) a execução e o Suplicante tem fundamento para recear que o seu adversário com os seus amigos façam executar por alguns oficiais do Senado o demolir a obra, em que o Suplicante recebe perda considerável, assim nos materiais e gastos que tem feito como em ficar desacomodado, e valendo menos o tal prazo de que paga foro por inteiro de todo o chão, que lhe pertence, o que também redunda nos laudémios para o directo (?) Senhorio como também as cizas para a Real fazenda de V. Magestade e não se animarem os seus vizinhos a fazerem semelhantes obras nas outras courelas, como a do Suplicante sendo estas compreendidas no prazo principal: Pede a V. Magestade que atendendo ao que relata, seja servido ordenar venham os autos para a Secretaria de estado e averiguada a verdade mandar levantar-se o embargo feito na obra do Suplicante, e que ele possa acabar na forma do Cordeamento feito pelo dito Arquitecto, visto ser o terreno em (...) dentro do seu prazo. E. R. Mercê."

DOC. 40

1760. Maio 2⁴⁴

AUTO de vistoria e cordeamento elaborados por Eugénio dos Santos, relativamente a uma obra na Calçada de São João Nepumuceno.

DOC. 41

1760. Maio 8⁴⁵

AUTO de vistoria e cordeamento elaborados por Eugénio dos Santos sobre o pedido para obras no Convento de Santa Marta.

DOC. 42

1760. Junho 17⁴⁶

AUTO de vistoria e cordeamento elaborados por Eugénio dos Santos sobre um pedido de obras na Rua Direita de S. Roque.

DOC. 43

1760. Junho 23⁴⁷

CERTIDÃO de vistoria assinada por Eugénio dos Santos relativa a uma obra que os religiosos do Convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete da Ordem dos Agostinhos descalços no sítio do Grilo, extra-muros da Cidade, pretendem edificar.

DOC. 44

1760. Julho 7 (?)⁴⁸

CARTA dirigida ao Juiz do ofício de Carpinteiro convocando-o juntamente com o arquitecto Eugénio dos Santos para assistirem à vistoria dos Palanques de touros do Campo Pequeno.

Carta

Amanhã terça feira 8 do corrente pelas três horas da tarde veio o Desembargador Manuel de Campos e Sousa com os officiais do Regimento do Campo Pequeno fazer vistoria em os Palanques, que nele se acham edificados: ordena o Senado que V. M. e seu Comp. a q. m V. M. fará aviso, vão as dittos oras denz. (sic) digo às ditas horas sem falta ao mesmo sítio assistir à Vistoria: »

Deus. Guarde assim (?) Senado e declaração (?) de 1760 Senhor Juiz do ofício de Carpinteiro, António Ribeiro Palhares: e foi outra deste teor ao Arquitecto Eugénio dos Santos. »

⁴⁴ AML - AH. *Núcleo da Administração*, Livros de Cordeamentos, Livro 13^o (1760-1789).

⁴⁵ *Idem. Ibidem.*

⁴⁶ *Idem. Ibidem.*

⁴⁷ Vidé: *Actas do I Colóquio (...)*, p. 117.

⁴⁸ AML - AH. *Chanc. da Cidade*: Livro 11^o de Reg^o de Cartas do Senado Ocidental (1760-1771), fl. 45.

**O Arquivo Histórico da Câmara
Municipal de Lisboa:
percurso e estrutura**

Ana Caessa
Francisco Matos

PERCURSO:

Evolução histórico-geográfica. Desde a reconquista cristã de Lisboa ao domínio islâmico, manifestou-se a necessidade de preservar a produção documental administrativa da sua autarquia, reflectida na cópia de 1217 do Foral outorgado pelo Rei D. Afonso Henriques à cidade em 1179,¹ evoluindo aquela particularmente para um cartório organizado em torno de uma funcionalidade de gestão urbana.

Contudo, em 1433, sabe-se que, em função de sucessivos desmandos de uma contínua negligência administrativa, vários registos do Tombo da Cidade já se haviam perdido ou se encontravam deficiente ou incorrectamente preservados, pelo que a arca das escrituras, encerrada mediante a autoridade exclusiva do escrivão do município, de um vereador e de um juiz do cível, há algum tempo se encontrava plenamente acessível às eventuais subtracções do seu conteúdo.

Em consequência, o Príncipe D. Duarte, em nome do Rei, determina a existência utilitária de um livro de registo de entrada e saída de qualquer documentação da arca, bem como de um códice acorrentado na Câmara e presente à consulta pública, em que se trasladassem todos os registos produzidos pela edilidade ou colocados sob a sua tutela - reiterando-se por Carta Régia de 4 de Abril de 1499 que duas chaves da arca estivessem na posse do escrivão e do guarda da Câmara (em função do determinado nas Cortes de Lisboa no ano anterior)².



Chancelaria Régia. Traslado do Foral de Lisboa de 1179 com confirmações de D. Sancho I e D. Afonso III.

Este mesmo cartório municipal manteve-se incomprovadamente sediado durante os sécs. XII a XVI no edifício pertencente a Martim de Bulhões (progenitor do célebre missionário franciscano Fernando de Bulhões ou Santo António de Lisboa), situado a oriente do Largo da Igreja de Santa Maria Maior ou Sé Catedral de Lisboa - em cujo adro se reunia a vereação nesse mesmo período³ - nunca

¹ Ver *1 Livro Místico de Reis* (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice nº 1), actualmente sito no cofre do Arquivo Histórico da Municipal de Lisboa.

² Ver Marcelo Caetano, "Subsídios para o estudo da administração municipal de Lisboa no primeiro terço do séc. XV", in Maria Teresa Campos Rodrigues, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no séc. XV*. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, s. d., p. 13; Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins "Arquivo Municipal de Lisboa" in Francisco Santana e Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*. Carlos Quintas Consultores & Associados Lda., Lisboa, 1994, pp. 91-92; Ver carta de 4 de Abril de 1499 in *Livro I de D. Manuel*, fl. 20 v (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice nº 29); Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Tipografia Universal, Lisboa, 1882, vol. I, pp. 391-393; vol. III, p.403, nota.

³ Ver Carta Régia de 10 de Dezembro de 1364, in *Livro II de Reis*, fl. 76 (cota: AML-AH, Chancelaria Régia, códice nº 3); Francisco Xavier da Rosa, *Memória histórica dos Paços do Concelho*, códice manuscrito (Lisboa, 1871-1875), fl. 1A (cota: AML-AH, cofre). Ver Lia Arez Ferreira do Amaral, *o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa*, Policopiado, Lisboa, 1982, p. 18.

tendo entretanto⁴ seguido o mesmo percurso obrigatoriamente diversificado das residências da edilidade, em particular devido à proliferação da peste no séc. XVI. Assim, em 1523, a sede da vereação transita para o sítio de Santa Bárbara, iniciando um período de intenso nomadismo geoadministrativo: segue em 1527 para o vale de S. Bento e para o sítio de Nossa Senhora do Paraíso em 1531, regressa à proximidade da Sé em 1557, sai da cidade à distância de uma légua em 1569, transfere-se para Santa Apolónia em 1570 e para a Igreja dos Santos Reis Magos em Alvalade em 1580, e regressa novamente à Sé entre 1640 e 1647⁵.

Face a um intenso labor de catalogação arquivística e de reprodução de registos documentais com a divisão geográfico-administrativa da cidade em oriental e ocidental no reinado de D. João V, entre 1717 e 1741⁶, com acervos separados, a reunificação da autarquia neste ano conduziu à instalação do Arquivo na sede do antigo Senado Ocidental, no Rossio (primeiro na Casa dos Vinte e Quatro, junto ao Hospital Real de Todos os Santos, e posteriormente nas casas adquiridas a António José de Miranda Henriques, entre 1720 e 1730, ao lado do Palácio da Inquisição e frente ao Chafariz de Neptuno), ao passo que a Casa de Santo António, sede do antigo Senado Oriental, manteve-se como mera arrecadação municipal, tendo, em 1744, o oficial da Secretaria do Senado e responsável do Arquivo, Leandro da Costa Carvalho, salvo grande parte da documentação de um incêndio.

Sob a administração do Marquês de Pombal, a Casa de Santo António é reintegrada na autarquia lisboeta em 1753, embora o Arquivo se mantivesse no Rossio (segundo o Aviso de 20 de Junho daquele ano) contribuindo para a sua recuperação integral após o terramoto de 1755⁷, ainda que o acervo foreiro de escrituras e títulos de propriedade se encontrasse ileso na residência do escrivão do Tombo da Câmara, Joaquim José Moreira de Mendonça, no Campo de Santa Bárbara (excepto o da Casa dos Vinte e Quatro, preservado no Hospital Real de Todos os Santos, no Rossio).

⁴ Ver Picotas Falcão, *O município de Lisboa e as Casas da sua Câmara*, Companhia Typographica, Lisboa, 1902; Luís Pastor de Macedo, Norberto de Araújo, *Casas da Câmara de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1951, Capítulos I-III; Salette Simões Salvado, *Os Paços do Concelho - Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1982; *Catálogo da Exposição das Casas da Câmara*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1951;

⁵ Ver Francisco Xavier da Rosa, *op. cit.*, fls. 4-11, 41-42; Carta Régia de 20 de Abril de 1523, in *Livro 1.º do Provedimento da Saúde*, cópia, fl. 27 v (cota: AML-AH - Provedimento de Saúde, códice nº 3); *Livro 1.º de Posturas*, cópia, fl. 40 (cota: AML-AH - Chancelaria da Cidade, códice nº C-4); Carta Régia de 1 de Julho de 1531, in *Livro 1.º do Provedimento da Saúde*, cópia, fl. 40; Carta Régia de 28 de Dezembro de 1531, in *Livro 1.º do Provedimento da Saúde*, cópia, fl. 55 v; *Livro de Contractos*, cópia, (1570-1582), fl. 2; *Livro do Cardeal D. Henrique*, fl. 11 v (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice nº 50); *Livro 2.º de Registo de Consultas e Decretos de D. João IV*, fl. 74 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice nº 81); *Livro 2.º de Registo de Consultas e Decretos de D. Pedro II*, fl. 350 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice nº 110).

⁶ Ver "Sala de Arquivo dos Paços do Concelho", in *Agenda Cultural*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Fevereiro de 1991, pp. 63-64; Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 18.

⁷ Segundo um requerimento apresentado em 1796 à vereação pelo oficial de secretaria do Senado desde 1744, Leandro da Costa Carvalho, in Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "art. cit.", p. 91; Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, Typographia Universal, Lisboa, 1908, vol. XVI, pp. 146-147; vol. XV, p. 436; vol. XII, p. 339; vol. XI, p. 170; Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 18.



Administração. Livro I do Tombo das Propriedades Foreiras à Câmara.

Sequencialmente, o espólio arquivístico da Câmara é transferido para uma barraca de madeira insegura sita no Campo do Curral ou de Santana, conforme sabemos por uma informação interessada e preocupante do Presidente do Senado Municipal, Marquês do Alegrete, dirigida ao Rei D. José I, em 10 de Junho de 1756⁸.

De 1757 a 1764, o Arquivo fora transferido para o Palácio dos Condes de Almada (cujo contrato de arrendamento pelo município é celebrado em Maio de 1758), acompanhando suposta e provavelmente o Senado na sua instalação provisória no prédio de D. João de Almada à Madalena, em 1766, e no Palácio do Conde de Sampaio à Boavista, de 1770 a 1773⁹.

Inaugurando-se o novo edifício dos Paços do Concelho neste último ano, edificado em estilo neoclássico e ocupando a nova grelha urbana da Praça do Município com a Rua Áurea ou do Ouro a leste, a Rua Nova de El-Rei (vulgo dos Capelistas e actual do Comércio) a norte a Rua do Arsenal a sul e a Praça dos Leilões ou das Arrematações (designada toponimicamente Largo do Pelourinho desde 1783) a oeste, da traça do arquitecto Eugénio dos Santos Carvalho, transferiram-se todas as repartições documentais, incluindo o Arquivo - instalado numa sala abobadada e sustentada por pilares no rés-do-chão do canto sueste do edifício, com acesso pelo portão principal do edifício para a praça¹⁰.

Cerca de 1780, D. Maria I ocupa residencialmente os Paços do Concelho para maior acessibilidade às Alcaçarias, aí permanecendo até 1796, ano em que, por Aviso de 30 de Julho, se determina ao Senado o regresso às suas instalações, tendo entretanto ocupado a Casa da Índia e o Palácio da Inquisição, já então reconstruído das ruínas do terramoto¹¹.

É neste edifício⁸ que os serviços da autarquia permanecem até ao incêndio de 19 de

⁸ Ver Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "art. cit.", p. 91; Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 18; Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, vol. XVI, pp. 146, 249; *Livro 9º de Consultas e Decretos de D. José I*, fl. 337 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice nº 185).

⁹ Ver Francisco Xavier da Rosa, *op. cit.*, fl. 42.

Lúis Pastor de Macedo, Norberto de Araújo, *op. cit.*, Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "art. cit.", p. 91; Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 19; Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, vol. XVI, pp. 146, 249.

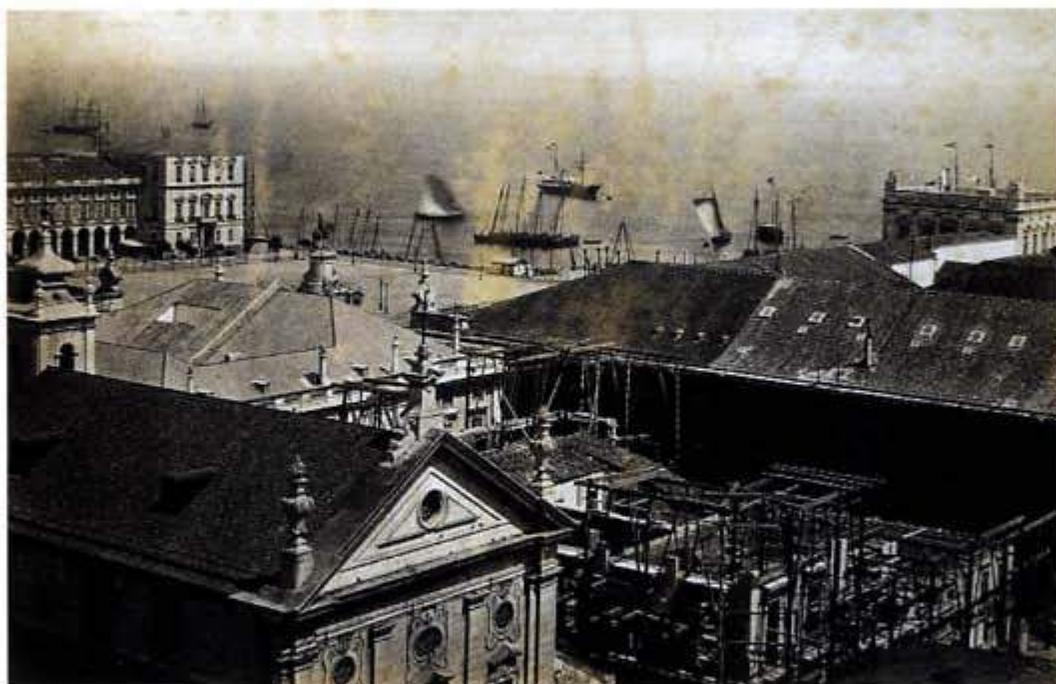
¹⁰ Ver Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "art. cit.", p. 91; Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 19.

¹¹ Ver Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "art. cit.", p. 92; Joel Serrão, Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira, Ana Maria Cardoso de Matos, Maria de Lourdes Nunes Henriques, *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea*. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1985, vol. III, p. 400.

Novembro de 1863 (que destruiu totalmente o interior do edifício, excepto a sala do Arquivo, em função da sua cobertura estrutural abobadada, onde se realizou uma reunião de emergência da vereação no dia seguinte), transferindo-se para o Governo Civil (então sito na Travessa da Parreirinha, actual Rua Capelo) e posteriormente para a Alfândega Municipal à Ribeira, excepto o Arquivo, que se manteve durante um ano nas ruínas, até ser transportado para o edifício das Sete Casas, à Ribeira Velha, de 4 a 15 de Novembro de 1864¹².

Aquando da reconstrução do edifício, uma das condições impostas ao arquitecto Domingos Parente da Silva, autor do projecto aprovado, consistiu na manutenção da traça original da cobertura abobadada na sala do Arquivo, por esta oferecer maior segurança e eficiência à preservação documental, sendo o único caso existente na arquitectura de todo o edifício. Finalizadas as obras, é em 1875 que o Arquivo regressa definitivamente aos Paços do Concelho, transferindo-se o seu acervo de 20 de Junho a 3 de Julho.

No séc. XIX, o Arquivo destacou-se essencialmente pela catalogação documental efectuada pelos seus responsáveis, como os arquivistas João António Lúcio dos Santos na primeira metade, Francisco Xavier da Rosa (autor de uma interessantíssima memória histórico-documental dos Paços do Concelho), João Carlos de Sequeira e Silva, José Sérgio Veloso de Andrade e Eduardo Freire de Oliveira na segunda metade e M. J.



Reconstrução do Edifício da Câmara Municipal de Lisboa, Praça do Município, Lisboa, c. 1866. Fotografia não identificado.

¹² Ver Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 19.

Pinto no advento da Primeira República. Destacando-se o penúltimo pela edição da sua monumental obra antológica de transcrição paleográfica de registos documentais do espólio cartorial *Elementos para a História do Município de Lisboa*, em 17 volumes¹³, iniciada em 1882 por ocasião das comemorações do I Centenário da morte do Marquês de Pombal (e cujos índices alfabéticos remissivos surgiram em 1942, por iniciativa do Dr. Jaime Lopes Dias, olisipógrafo então Director dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa).



Arquivo Histórico. Alto da Eira. Sala de leitura

Em 1890, o arquitecto da Câmara Municipal de Lisboa e Chefe da 1ª Secção de Architectura da sua Repartição Técnica, José Luís Monteiro, é encarregue de projectar novo mobiliário em carvalho e a varanda da galeria em ferro forjado com escadaria de acesso para a sala do Arquivo - elemento ordenador do seu percurso funcional interno, tudo ergonomicamente adaptado à volumetria espacial e ao grafismo neoclássicos pré-existent¹⁴ e corrigindo ainda a assimetria geométrico-arquitectónica da planta da sala¹⁵.

Esta apresenta um pavimento de mosaico de mármore de padrão geométrico-abstracto que corresponde diametral e verticalmente ao figurativismo escultórico-decorativo dos florões de fecho das abóbadas de aresta estucadas (apresentando a central a representação imagética do brasão de armas da cidade de Lisboa anterior ao ordenamento régio oficial de 1897) de cada um dos 15 tramos que constituem as suas três naves, descarregando-se em oito pilares marmóreos de secção quadrangular e evolução octogonal que unificam harmonicamente o espaço, apresentado enquanto volumetria sacralizada do interior de um templo¹⁶.

Com a instalação dos Serviços Culturais Municipais no Palácio Galveias, em 1931, o acervo histórico da documentação (ou seja, tudo o que é anterior a 1834, segundo a distinção proposta no Regimento municipal de 1919)¹⁷ é aí acomodado, mantendo-se nos Paços do Concelho a parte administrativa. Posteriormente reagrupado na sala do

¹³ Ver *Correspondência recebida - Ano 1917* (cota: AML-AH - Miscelânea, Caixa 210 - J - 238); *Arquivo Municipal - officios e informações (1834-1859)* (cota: AML-AH - Miscelânea, Caixa 24/13 - 44/12); Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Typographia Universal / Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1882-1911, 17 vols.; *Cartas da Tipografia Universal (Facturas da publicação de "Elementos para a História do Município de Lisboa") 1898 - 1917*, (cota: AML-AH - Miscelânea, Mç.); Jaime Lopes Dias, *Índice dos "Elementos para a História do Município de Lisboa"*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1942, 2 vols.; Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 14.

¹⁴ Ver Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "ibidem": Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, pp. 19-20.

¹⁶ Ver "Sala do Arquivo dos Paços do Concelho", p. 64.

¹⁷ Ver *Regimento da Câmara Municipal de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1919, Artigo 79º.

palácio municipal, até ao incêndio de 7 de Novembro de 1996, que o destruiu parcialmente, o acervo definitivo da autarquia é novamente transferido¹⁸, agora para as instalações provisórias do Arquivo Municipal corrente do Alto da Eira, até ao seu realojamento definitivo¹⁹.

Para além da obra clássica monumental de Eduardo Freire de Oliveira, procedeu-se igualmente, ao longo do presente século, à edição de outras transcrições paleográficas integrais de antologias documentais do espólio do Arquivo - *O Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)* em 1926, o *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, em 1947 (por ocasião das comemorações oficiais do VIII Centenário da tomada da Cidade aos mouros por D. Afonso Henriques), o *Livro das Marcas dos Ourives da Câmara Municipal de Lisboa (1791-1833)*, do Dr. Manuel dos Santos Estevens, em 1948, o *Livro I de Místicos - Livro II de El Rei D. Fernando* e o *Livro I de Místicos de Reis - Livros II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I* em 1949, os *Livros de Reis* seguintes de 1957 a 1964, sob a orientação do Dr. Durval Pires de Lima e o *Livro de Posturas Antigas* da Dr^a Maria Teresa Campos Rodrigues em 1974²⁰ - que se espera voltar a retomar num futuro breve.

Estamos assim em presença de um dos mais ricos acervos documentais do País e sem dúvida do mais essencial para a História de Lisboa, importância essa tacitamente reconhecida quer pelos estudantes, quer pelos investigadores que constantemente divulgam nas suas investigações o incalculável valor informativo do espólio que preserva.

Evolução institucional. As referências mais antigas conhecidas quanto à definição funcional da orgânica do Arquivo Municipal de Lisboa datam de 1433, quanto à já mencionada determinação do Rei D. Duarte de encerrar os registos remanescentes e futuros de propriedades urbanas numa arca, cujas chaves seriam remetidas à posse do escrivão do município, de um vereador e de um Juíz do Cível²¹.

Por outro lado, o Rei D. Manuel I legisla nas suas Ordenações de 1521²² (posteriormente

¹⁸ Ver António Cruz, "Arquivos Portugueses - Arquivo Municipal de Lisboa", in Joel Serrão, *Dicionário da História de Portugal*. Iniciativas Editoriais; Lisboa, 1963, vol. I, pp. 203-204.

¹⁹ Ver João Isidro, "Como se defendeu a memória da cidade", in *Agenda Cultural*. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Dezembro de 1996, pp. 17-18; Inês Morais Viegas, "O dia seguinte dos Arquivos", in *Agenda Cultural*. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Janeiro de 1997, p. 86.

²⁰ Ver *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lixboa (1572)*. Coleção "Subsídios para a História da Arte Portuguesa" n.º XXII, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926; *Livro I de Místicos, Livro II de Místicos de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I e Livro I de Místicos, Livro II do Rei D. Fernando*. Coleção "Documentos para a História da Cidade de Lisboa", Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1949, 2 vols.; *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565*. Coleção "Documentos para a História da Cidade de Lisboa", Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1947, 4 vols.; Manuel Santos Estevens, "Livro das Marcas dos Ourives da Câmara Municipal de Lisboa (1791 - 1833)", in *Olisipo - Boletim dos Amigos de Lisboa*, Lisboa, Ano XI, 1948; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa - Livros de Reis*. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1957-1964, 8 vols.; *Livro de Posturas Antigas*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1974; Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, pp. 14-15.

²¹ Ver nota 2; Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, pp. 16-17.

Por outro lado, o Rei D. Manuel I legisla nas suas Ordenações de 1521²² (posteriormente reproduzidas nas Ordenações Filipinas de 1603) e no Regimento da Câmara Municipal de Lisboa de 30 de Agosto de 1502²³ a responsabilidade tutelar da preservação e segurança do Arquivo por parte do escrivão da autarquia e pelo seu guarda.



Chancelaria Régia. Livro Carmesim (pormenor).

Esta determinação ter-se-á virtualmente mantido inalterável até ao séc. XIX, na medida em que o Código Administrativo de 1842²⁴ estabelece a sua continuidade, situação complementada por Portaria anterior do Ministério da Fazenda, datada de 26 de Março de 1841²⁵, que define a localização obrigatória dos arquivos municipais nos Paços do Concelho respectivos e não nas residências dos seus escrivães ou secretários.

Tal determinação prossegue ao longo de todo o séc. XIX, expressamente consagrada nos Códigos Administrativos de 1853, 1885, 1886 e 1896²⁶, ao passo que no de 1913²⁷ se determina que a tutela da preservação do Arquivo compete ao chefe da secretaria (institucionalmente definida face aos seus homólogos antecessores escrivão e secretário).

Diferentemente, encontramos o Arquivo Geral dependente da Secretaria Geral, no Regimento da Câmara Municipal de Lisboa de 1919²⁸, quanto à Organização dos Serviços Municipais, distinguindo-se então o Arquivo Histórico (convencionalmente consignado até à queda do absolutismo monárquico em 1834) e o Arquivo Corrente (desde então em diante) - surgindo aquela designação pela primeira vez, bem como a concepção da sua continuidade cronológica, funcional e documental²⁹.

No projecto de Organização dos Serviços Municipais de 1921, surge originalmente a divisão do Arquivo num sector administrativo (pertencente à Secretaria Geral, 3ª Secção da 1ª Repartição Central, com os processos documentais entretanto produzidos

²² Ver Ordenações Manuelinas, Livro I, título XLVI, parágrafo 11º; Ordenações Filipinas, Livro I, título LXVI, parágrafo 23º.

²³ Ver Livro Carmesim, documento nº 4, fl. 26 (cota: AML-AH - Chancelaria da Cidade, códice nº 37).

²⁴ Ver Código Administrativo de 1842, artº 176.

²⁵ Ver Portaria do Ministério da Fazenda de 26 de Março de 1841, in Diário do Governo, Imprensa Nacional, Lisboa, nº 75, 26 de Março de 1841; Coleção das Leis e outros Documentos Officiaes, Imprensa Nacional, Lisboa, 1841, 11ª Série, p. 35.

²⁶ Ver Códigos Administrativos de 1853, 1885, artº 146, nº 4; 1886, artº 160, nº 5; 1896, artº 109, nº 5.

²⁷ Ver Código Administrativo de 1913, artº 85.

²⁸ Ver Regimento da Câmara Municipal de Lisboa de 1919, artº 74.

²⁹ Ver Regimento da Câmara Municipal de Lisboa de 1919, artº 79;

Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "art. cit.", p. 92;

Ver Joel Serrão, Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira, Ana Maria Cardoso de Matos, Maria de Lourdes Nunes Henriques, op. cit., p. 399.

desde 1919) e o restante Arquivo propriamente dito disperso (dependente da Direcção dos Serviços Técnicos, que, em conjunto com os Museus Municipais, constituíam a 2ª Secção da 6ª Repartição)³⁰.

Por outro lado, nas Bases propostas da Organização dos Serviços Municipais de 1923 e publicadas na Organização promulgada em 1925, o Arquivo surge novamente dependente da 4ª Secção da Secretaria Geral, objectivado para a tutela, preservação e catalogação de toda a produção documental sobre a História da Cidade³¹. No ano seguinte, na Organização dos Serviços Municipais de 1926, os Arquivos passam a constituir com os Museus a 5ª Secção da Secretaria Geral (apesar do Arquivo Corrente se inserir na 1ª Secção - Expediente e Contabilidade Privativa)³².

A revisão do Código Administrativo de 1936, promulgado em 1940³³, determina atributivamente às autarquias a responsabilidade cultural de tutela e conservação dos diversos equipamentos arquivísticos, biblioteconómicos e museológicos municipais, originando a Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa de 1942³⁴, que estipula ao Director dos Serviços Centrais e Culturais da edilidade a providência de zelo e vigilância sobre a conservação do seu Arquivo Geral (o qual surge como 3ª Secção da 1ª Repartição Central, ao passo que o Arquivo Histórico constitui uma Secção, com as Bibliotecas, da 4ª Repartição dos Serviços Culturais).

Posteriormente, na Organização dos Serviços Municipais de 1945³⁵, novamente se reúnem os Arquivos, constituindo uma Secção, a par das Bibliotecas e dos Museus, da 4ª Repartição da Direcção dos Serviços Centrais e Culturais, ao passo que, por deliberação da Câmara de 22 de Novembro de 1967³⁶ (aprovada pelo Governo em 30 de Dezembro), surge a 5ª Repartição de Bibliotecas, Museus e Arquivos da mesma Direcção, estabelecendo a coordenação particular dos Arquivos por um arquivista-chefe.

É a partir desta reorganização que surge em 1989 a actual macro-estrutura da Câmara Municipal de Lisboa, segundo a qual o seu Arquivo Histórico, bem como os restantes, integram constitutivamente a Divisão de Arquivos do Departamento de Património Cultural da Direcção Municipal de Cultura, Desporto e Turismo, subordinando-se hierarquicamente ao Pelouro da Cultura³⁷.

³⁰ Ver Lia Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 16.

³¹ Ver *idem*, *ibidem*, p. 17.

³² Ver *idem*, *ibidem*, p. 17.

³³ Ver Códigos Administrativos de 1936 e 1940, artº 137.

³⁴ Ver Organização dos Serviços Municipais de 1942, artº 27.

Ver Joel Serrão, Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira, Ana Maria Cardoso de Matos, Maria de Lourdes Nunes Henriques, *op. cit.*, p.399.

³⁵ Ver Organização dos Serviços Municipais de 1945.

³⁶ Ver *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, nº 88, Sessão de 22 de Novembro de 1967 (cota: AML-AH - Chancelaria da Cidade, código nº B-336).

³⁷ Ver *Diário da República*, Imprensa Nacional, Lisboa, II Série, nº37, 14 de Fevereiro de 1989, pp. 1652-1660. *Idem*, II Série, nº64, 17 de Março de 1990, pp. 2722-2724.

ORGANIZAÇÃO

Inventariação e funcionamento.

Desde a sua génese, o Arquivo Municipal de Lisboa manifestou a preocupação de organizar e perpetuar os mais antigos registos documentais, conforme exemplificado na transcrição de legislação régia patente no Livro dos Pregos, datável da transição dos sécs. XIV-XV e nas determinações de registo obrigatório das diversas rendas e tombos de propriedades foreiras da Cidade e seu termo (com respectivas indicações de localização, toponímia e utentes) pelo tesoureiro da autarquia, segundo o Regimento da Câmara Municipal de Lisboa de 1502³⁸.

Posteriormente e segundo uma consulta do Senado da Câmara de 1624, surge-nos a primeira preocupação classificativa alusiva à documentação, dividindo cronologicamente as provisões por reinados, incrementando-se a organização sistemática documental deste processo com a encadernação dos códices originais, sua indexação respectiva, e reprodução de registos no reinado de D. João V, com a divisão geográfico-administrativa da cidade em Oriental e Ocidental³⁹.



Chancelaria Régia. Livro Carmesim (pormenor da encadernação).

Além disto e por Alvará Régio de 20 de Abril de 1719⁴⁰, D. João V anuiu à representação dos Senados de trasladar em pública forma a legislação e o acervo cartorial medieval já ilegível no séc. XVIII, por manifesta inépcia técnico-paleográfica dos seus funcionários, essencialmente de leitura e transcrição da caligrafia abastardada e encadeada dos sécs. XVI e XVII.

Por outro lado, durante os sécs. XV a XVIII, diversas foram as perdas negligentes de documentação verificadas, exemplificáveis nos desaparecimentos do Código de Justiniano e da Glosa de Bártolo em 1456, de documentos sobre a Companhia de Jesus nos sécs. XVI a XVIII (como a Dedução Chronologica e Analytica de 1767) e relativos ao domínio castelhano, de um códice da Chancelaria Régia de D. Afonso VI e o Livro do Porco Espinho de 1619 (contendo a pretensa lei fundamental da sucessão da monarquia portuguesa, fixada nas míticas Cortes de Lamego de 1143)⁴¹. É neste sentido que se procura efectuar uma catalogação sistemática, devendo-se os primeiros

³⁸ Ver Lia Arez Ferreira do Amaral, op. cit., pp. 2-4; Livro Carmesim. (Cota: AML-AH; Chancelaria Régia, códice n.º 37), Documento n.º 2, fls 11 - 28.

³⁹ Ver Lia Arez Ferreira do Amaral, op. cit., pp. 4-5; Joel Serrão, Maria José da Silva Leal, Miriam Halpern Pereira, Ana Maria Cardoso de Matos, Maria de Lourdes Nunes Henriques, op. cit., p. 401.

⁴⁰ Ver Livro 3.º de Registo de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental, fl. 34 v (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 160); Livro 2.º de Registo de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental, fl. 131 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 159); Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., vol. XI, pp. 121, 308-309.

inventários da documentação ao Cônego Mateus Peixoto, em 1635⁴², além de se acessibilizar a sua consulta⁴³ (bem como dos originais e dos traslados dos documentos) aos membros da Academia Real de História no séc. XVIII.

Posteriormente, as mesmas preocupações de melhor acessibilização documental levaram a uma maior sistematização de critérios de inventariação, definindo em 26 de Maio de 1849 o Escrivão da Câmara José Maria da Costa e Silva instruções específicas para os arquivistas, quanto a uma classificação cronológica, temática e local (por livros, estantes, prateleiras, fólios e números de maços); à concepção de índices arquivísticos separados para cada prateleira; à periodização temática da legislação por reinados; à catalogação alfabética dos contratos municipais desde 1834 (quanto a outorgantes, durações e alterações); e à classificação separada de documentação eleitoral por mandatos; além da realização de relatórios anuais em Julho⁴⁴.

É ainda no séc. XIX que a inventariação documental do Arquivo Histórico Municipal de Lisboa obtém um novo impulso, com a organização dos acervos cartoriais tutelados em núcleos, como se encontra ainda actualmente⁴⁵, e a encadernação já referida da esmagadora maioria dos códices (nomeadamente das Chancelarias Régia e da Cidade e da Administração) no fim da centúria por reputados encadernadores lisboetas, como Paulino Ferreira, a par das encadernações de couro setecentistas armoriadas com símbolos manuelinos de códices dos sécs. XV a XVIII e pergaminhos dos sécs. XVI a XIX.

Em 1919, surge a já mencionada distinção conceptual entre Arquivos Histórico e Corrente, assim como duas grandes inventariações documentais de 1941 a 1944 (dos núcleos dos Provimentos do Pão e da Saúde, da Câmara Municipal de Belém, da Casa dos Vinte e Quatro, dos Foros, das Chancelarias Régia e da Cidade) e de 1961 (da quase

⁴² Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, vol. I, pp. 320, 399, 652 nota e 662 nota; vol. III, pp. 402-405 nota; vol. IV, pp. 25, 485 nota; vol. XIV, pp. 370, 376, 384 nota; vol. XVI, pp. 16 nota, 318, 448-450, 453 nota, 513-514; vol. XVII, pp. 36 nota, 44 nota, 165, 270 e 377 nota; *Livro dos Pregos*, fl. 161 v (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 45); *Livro I de D. Manuel I*, fl. 66 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 29); *Livro I do Cardeal D. Henrique e dos governadores e defensores que no reino ficaram por morte do dito senhor*, cópia, fl. 31, (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 50); *Livro onde se lavram as consultas e cartas que se escrevem a Sua Majestade*, fl. 83; *Livro 8.º de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental*, fls. 55; 74 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 152); *Livro 6.º de Consultas e Decretos de D. José I*, fl. 358 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 182); *Livro 4.º de Registo de Consulta e Decretos de D. José I*, fl. 212 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 198); *Livro 11.º de Consultas e Decretos de D. José I*, fl. 267 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 187); *Livro 15.º de Consultas e Decretos de D. José I*, fl. 12 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 191); *Livro 2.º do Registo de Avisos de D. José I*, fl. 28 v; *Livro 17.º de Consulta e Decretos de D. José I*, fl. 20 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 193).

⁴³ Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, vol. IV, pp. 153-154; *Livro onde se lançam as consultas e cartas que se escreveu a Sua Majestade*, fl. 131.

⁴⁴ Ver Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, vol. XI, pp. 474-475; vol. XII, p. 568; *Livro 8.º de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental*, fl. 76 (cota: AML-AH - Chancelaria Régia, códice n.º 125); *Livro 1.º de Registo de Cartas do Senado Ocidental*, fl. 136.

⁴⁵ Ver *Arquivo Municipal - Offícios e Informações (1834-1850)*, (cota: AML-AH - Miscelânea, caixa 24/13 ou 44/12, Documento n.º 17).

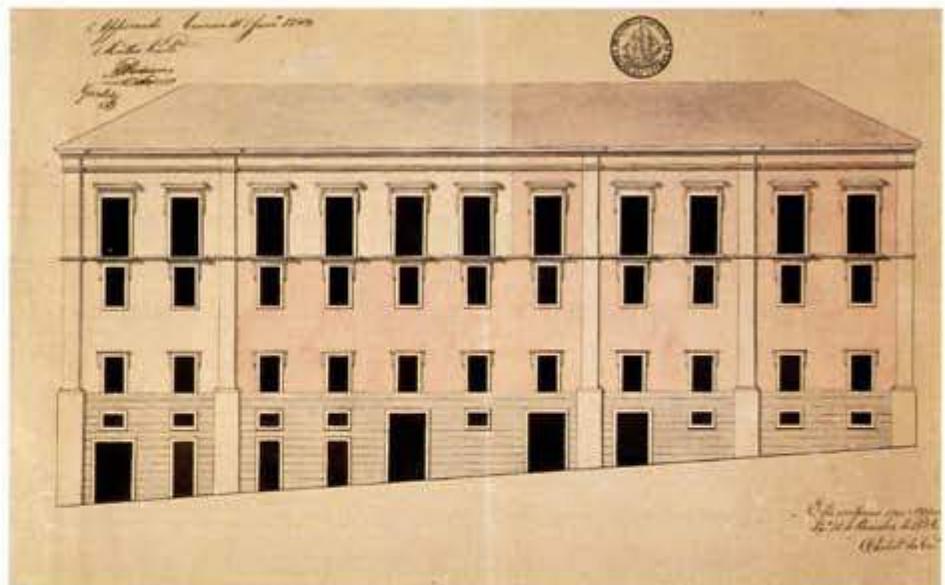
⁴⁶ Ver Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "art. cit.", p. 92.

⁴⁷ Ver nota 29.

totalidade da documentação, excepto o núcleo da Instrução Pública), encontrando-se esta em vigor e integrando ainda aquela uma contabilização completa das unidades de instalação⁴⁶, estando actualmente em curso uma reformulação integral tendente à informatização e digitalização dos registos catalogados, além das tradicionais sinopses e sumários impressos das Actas das Sessões de 1833 a 1982 e dos sumários anuais do *Diário* e do *Boletim Municipal* desde 1935 até hoje.

A par disto, o Arquivo Histórico procura dar continuidade a uma dinâmica cultural de exposições bibliográfico-documentais (como as realizadas na sua sala dos Paços do Concelho, dedicadas ao I Centenário da morte de Alexandre Herculano, em Março de 1910; ao VIII Centenário da descoberta das relíquias do padroeiro S. Vicente, em 1973; ao VIII Centenário do foral afonsino, em 1979), quer em termos de organização, quer de colaboração⁴⁷

Esta mesma divulgação realiza-se através da recuperação de uma dinâmica editorial, expressa pelas publicações histórico-documentais já referidas desde 1882 até 1974⁴⁸ bem como pela *Revista Municipal* (editada entre 1939 e 1988) além de uma biblioteca olisipográfica especializada de apoio ao estudo da documentação, - procurando assim cumprir a sua missão de acessibilizar o mais eficientemente possível aos investigadores, municípes, visitantes ou dirigentes o seu riquíssimo espólio informativo sobre a História da Cidade de Lisboa.⁴⁹



Chancelaria Régia. Cartulário Pombalino. Alçado.

⁴⁷ Ver *Exposição de documentos do Fundo Histórico Municipal*. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. 1982; Ver Lía Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, pp. 14-15.

⁴⁸ Ver notas 13 e 20.

⁴⁹ Ver Lía Arez Ferreira do Amaral, *op. cit.*, p. 29.

Estrutura Documental. FUNDO: Câmara Municipal de Lisboa.

CHANCELARIA RÉGIA. Sob esta designação reúne-se a documentação constituída por determinações régias a aplicar na administração da Cidade, sob a forma de originais e de traslados. Integra os Livros de Reis (1217-1776) e os códices de Consultas, Decretos e Avisos desde os reinados de D. Sebastião (1557-1578) a D. Miguel (1828-1834).



Chancelaria Régia. Foral de Lisboa de 1500 (pormenor).

Deste núcleo fazem parte os mais antigos documentos do Arquivo Histórico Municipal de Lisboa: o traslado do Foral concedido à cidade por D. Afonso Henriques em Maio de 1179 e a sua confirmação por D. Sancho I e D. Afonso II, o Foral Manuelino de 7 de Agosto de 1500, cujo texto é precedido por uma iluminura representando as armas reais entre duas esferas armilares, entre outros. De salientar, ainda, o Livro Carmesim (que contém os regimentos do Senado da Câmara de 1502, 1591 e 1672, o regimento dos procuradores, as instruções sobre as funções dos

vereadores, os dias das reuniões de vereação, a hierarquia nas assembleias municipais, a folha geral dos pagamentos, o inventário dos bens móveis, etc), o Livro dos Pregos (um códice composto por traslados elaborados pela chancelaria municipal de documentação, sobretudo medieval, mas também da época moderna, cujos originais nem sempre se encontram no arquivo, nem existem nos registos disponíveis, produzidos pela Chancelaria Régia) e o Cartulário Pombalino (conjunto de desenhos aquarelados dos projectos apresentados para a reconstrução da Baixa lisboeta, destruída durante o terramoto de 1755)⁵⁰.

* Datas extremas: 1214-1899.

* Volume documental: 451 unidades de instalação (440 livros, 11 caixas).

* Instrumentos de descrição documental: Existem inventário preliminar e índices, onomástico, ideográfico e geográfico.

⁵⁰ Ver *Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I e Livro I de Místicos, Livro II de El Rei D. Fernando*. Coleção "Documentos para a História da Cidade de Lisboa", Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1949, 2 vols; *Livro de Reis*. Coleção "Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa", Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1957-1964, 8 vols; *Cartulário Pombalino*, Arquivo Municipal de Lisboa do Departamento de Património Cultural do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1999.

CHANCELARIA DA CIDADE. Sob esta designação reúne-se toda a documentação constituída por determinações, decisões e regulamentos emanados dos órgãos superiores do Município de Lisboa, desde o séc. XV.

Essa documentação aparece sob a forma dos *Livros de registo da Chancelaria da Cidade* (existentes entre 1606 e 1840), incluindo regimentos, juramentos, autos de embargo, sentenças e livros de receita - porque se cobravam direitos dos provimentos e mercês emanados através dos vários diplomas que eram da sua competência: de *Livros de Vereação* (entre 1495 e 1624) e de *Assentos do Senado* (entre 1544 e 1833) substituídos, após a reforma administrativa de 1834, pelas *Actas das Sessões* - que aparecem impressas com a designação de *Arquivo Municipal* (entre 1860 e 1886) e apenas Actas das Sessões daí em diante: de Posturas e de Editais (de 1419 a 1981).⁵¹



Chancelaria da Cidade. Livro das Posturas da Cidade (1610).

Integrada também na Chancelaria da Cidade, encontra-se uma miscelânea documental relativa ao procedimento e funcionamento dos órgãos superiores do governo da Cidade e que parece constituir a documentação de apoio que lhes serviu para a tomada de decisões e possibilitou a sua respectiva execução. Trata-se de providências, propostas, relatórios, requerimentos, ofícios, minutas, informações, procurações, consultas, avisos, ordens, regimentos, acordãos, quitações e desistências, renúncias, actas, relações, normas judiciais, autos de processos-crime e correspondência recebida e expedida, fornecendo dados sobre variadas matérias e abrangendo um vasto período cronológico (de 1309 a 1902).

* Datas extremas: 1309-1981.

* Volume documental: 753 unidades de instalação (681 livros, 55 caixas, 3 pastas, 14 maços).

* Instrumentos de descrição documental: Existem inventário preliminar e índices ideográficos.

PROVIMENTO DO PÃO. A designação deste núcleo deve prender-se com a questão de esta ter sido uma das mais antigas preocupações do Senado Municipal, o que parece

⁵¹ Ver *Livro do Lançamento e Serviço que a Cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565*. Coleção "Documentos para a História da Cidade de Lisboa". Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, 1947, 4 vols.; *Livro de Posturas Antigas*. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa, 1974.

comprovado pelo facto de a documentação mais antiga do núcleo dizer respeito ao abastecimento do pão, cereais e farinhas à Cidade de Lisboa. Na realidade, porém, sob essa designação reúne-se documentação relacionada com o abastecimento de variados géneros alimentícios, como a carne, o vinagre, os legumes e os frutos diversos.

Esse conjunto variado de documentação, que reflecte as preocupações da Câmara a respeito do controlo da qualidade dos produtos alimentícios vendidos na Cidade, do controlo dos preços, dos locais de venda e da própria actividade dos comerciantes, aparece sob a forma de Cartas Régias contendo normas a seguir, provisões, Alvarás, certidões, petições, inquirições, instrumentos de termos e de fianças, ordens, portarias, despachos, assentos, notificações, advertências, regimentos, registos de obrigações de vendedores, de pagamentos dos salários dos oficiais dos locais de venda, registos dos pagamentos de taxas, e do rendimento do aluguer de locais públicos para vendas, além de tabelas de preços.⁵²

* Datas extremas: 1380-1894.

* Volume documental: 191 unidades de instalação (186 livros, 3 caixas, 2 pastas).

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário e índice ideográfico.

PROVIMENTO DA SAÚDE. Este núcleo agrupa a documentação do Município de Lisboa respeitante à assistência médica na Cidade e respectiva regulamentação, fornecendo informações alusivas desde os finais do séc. XV aos finais do séc. XIX. A preocupação dos órgãos dirigentes da autarquia com a saúde pública esteve sempre presente e manifestou-se de formas tão variadas como, por exemplo, no controlo da qualidade dos produtos alimentícios vendidos na cidade, no cuidado posto na limpeza das ruas e dos fontanários ou na gestão de hospitais, como o de S. Lázaro.

O acervo deste núcleo é essencialmente composto por documentos enviados e/ou trocados entre diversas instituições directamente relacionadas com a saúde pública, municipais ou não, como a Provedoria Mor da Saúde da Corte do Reino, a Comissão de Saneamento na Capital, a Junta de Inspeção da Saúde, as várias casas de saúde da Cidade de Lisboa e de outras instituições da mesma natureza espalhadas pelas províncias do Reino. Aparece também documentação produzida por instituições não directamente relacionadas com a saúde pública, mas cujo conteúdo lhe respeita, tais como diversas Secretarias de Estado, Ministérios, Tribunais e a Intendência Geral da Polícia da Corte do Reino.

⁵² Ver Maria João Figueiroa Rego, "Núcleo do Provitimento do Pão", in *Agenda Cultural*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Julho de 1991, pp. 90-92; Maria João Figueiroa Rego, "A venda de Azeite", in *Agenda Cultural*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Agosto de 1991, pp. 53-54; Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "O comércio do vinho na Lisboa do séc. XIV", in *Agenda Cultural*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Outubro de 1993, pp. 4-5; Maria do Rosário Santos e Miguel Gomes Martins, "O comércio da carne na Lisboa medieval", in *Agenda Cultural*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Junho de 1994, pp. 15-16.

Toda esta documentação, que surge sob a forma de correspondência recebida e expedida, Posturas, Regimentos, Decretos, Ordens, Avisos, informações, requisições, atestados, certidões, consultas e até registos de contabilidade, abrange questões de funcionamento das instituições e actividades dos profissionais de saúde, os surtos epidémicos e seu desenvolvimento e as medidas de detecção e prevenção de doenças e controlo da salubridade pública.

* Datas extremas: 1484-1880.

* Volume documental: 44 unidades de instalação (30 livros, 2 caixas, 12 pastas).

* Instrumentos de descrição documental: Existem inventário preliminar e índices ideográfico e geográfico.

CASA DOS VINTE E QUATRO. Na origem da instituição da Casa dos Vinte e Quatro parecem estar as corporações de ofícios e mesteres que nas cidades organizavam a defesa de interesses sócio-profissionais comuns e o controlo da concorrência artesanal e comercial. Segundo Fernão Lopes, na Crónica de D. João I, a Casa dos Vinte e Quatro terá surgido em Lisboa, em 1383, aquando da aclamação do Mestre de Avis como Regedor e Defensor do Reino. Como forma de prestigiar as corporações que o apoiavam, o Mestre determinou por Carta Régia de 1384 que dois representantes dos mesteres tivessem assento na Câmara de Lisboa, com direito de intervenção nas deliberações municipais. D. Duarte elevou o número de delegados procuradores para quatro e D. João II, em 1484, determinou que, de entre esses quatro, se elegeisse um representante, o Juiz dos Vinte e Quatro ou Juiz do Povo.

Até aos inícios do séc. XVI, os membros de cada ofício reuniam em assembleia nos anexos dos hospitais e capelas privadas de cada mester, que se encontravam espalhados pela cidade. No reinado de D. João II, é fundado o grande Hospital Real de Todos-os-Santos que, congregando em si todos os hospitais privados, os suprimiu. Assim, o Colégio dos Vinte e Quatro passou a reunir no grande Hospital, que por isso também tomou o nome de Casa dos Vinte e Quatro.

A documentação que integra este núcleo refere-se, portanto, à vida da instituição que foi a Casa dos Vinte e Quatro e fornece informações acerca de um vasto período cronológico que vai do séc. XV aos finais do séc. XIX, embora o colégio tenha sido oficialmente extinto em 1834.

O conjunto documental é constituído pelos privilégios e regalias concedidas à Casa, pelos seus índices de pertences, correspondência recebida e expedida, registos de



Casa dos Vinte e Quatro. Livro do Regimento dos oficiais mecânicos (1572).

eleições e posses para a constituição do Colégio dos Vinte e Quatro, actas e correspondência, listas de empregados, registos de gestão (Avisos, Portarias; requerimentos, certidões, sentenças e fianças) e registos contabilísticos materializados em livros de receita e despesa. Aparece ainda toda uma documentação mais específica dos vários ofícios/mesteres que a Casa congregava: os regimentos dos ofícios ou mesteres, os termos de juramento e respectivos formulários de cada ofício, as contribuições pagas por cada mester, as relações de pessoas aprovadas para o exercício de determinadas funções e o registo de assinaturas, sinais, marcas e matrículas dos ofícios.⁵³

* Datas extremas: 1433-1890.

* Volume documental: 22 unidades de instalação (217 livros, 4 caixas).

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário preliminar.

IMPOSTOS. O núcleo reúne a documentação relativa aos vários impostos e rendas cobradas pela Câmara Municipal de Lisboa, por administração ou contrato. Muito embora haja indícios da cobrança da maioria desses tributos desde os finais da Idade Média, a documentação respeita apenas aos sécs. XVII a XIX.

Sob a forma de livros de receitas, de registos, contas correntes ou ainda de devedores ao imposto, estão representadas, entre outras, as seguintes obrigações fiscais: Marco dos Navios (direito por tonelagem cobrado a todos os navios nacionais e estrangeiros que ancorassem no porto de Lisboa); Cestaria (direito cobrado a pescadores e revendedores de peixe pelo aluguer de cestos para transporte e contagem por todas as transacções de pescado); Variagem (direito cobrado na alfândega sobre todas as fazendas de lã ou linho, nacionais ou estrangeiras, que se vendessem por vara ou côvado); Real d'Água, da Carne e do Vinho e Realete (direito que recaía sobre as transacções de carne, de vinho e de aguardente); Mealharia (direito cobrado pelo aluguer de terrenos em praças e mercados públicos, ou nas suas proximidades, para venda de géneros avulsos); Coimas do Termo (rendimento constituído pelo produto das penas pecuniárias impostas aos criadores pecuários cujo gado invadisse propriedades rurais alheias); Terreiro (imposto sobre as transacções de cereais e farinha em lugares públicos apropriados); Donativo (contribuição sobre as embarcações que abasteciam a cidade de materiais combustíveis nos locais determinados para o efeito, o Cais da Bica do Sapato e a Boavista).

* Datas extremas: 1655-1834.

* Volume documental: 756 unidades de instalação (756 livros).

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário preliminar.

⁵³ Ver *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da Mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa* (1572). Coleção "Subsídios para a História da Arte Portuguesa" n.º XXII. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1926; Manuel dos Santos Estevens, "Livro das Marcas dos Ourives da Câmara Municipal de Lisboa (1791-1833)", in *Olsipo - Boletim dos Amigos de Lisboa*, Lisboa, Ano XI, 1948.

REAL CASA DE SANTO ANTÓNIO. O núcleo documental sob esta designação reúne um grande e variado conjunto de documentos relacionados com a administração da Real Casa e Igreja de Santo António, instituto de natureza laica e religiosa, de administração municipal desde o séc. XIII e em cujo edifício funcionaram simultaneamente, até ao séc. XVIII, as cerimónias litúrgicas e as actividades institucionais do Paço da Câmara.

Prova da natureza dupla deste instituto é a documentação respeitante que reflecte tanto preocupações de ordem material na administração de bens, como interesses de ordem espiritual manifestos na existência, no séc. XVI, de duas confrarias, a de Santo António e a de Nossa Senhora das Neves, e no cuidado com que se investiu na manutenção de locais de culto, na realização de cerimónias religiosas e até de assistência social (nomeadamente em hospitais).

Assim, aparecem os privilégios materializados nas isenções jurídico-fiscais concedidas à Casa por monarcas e pontífices, os registos de contabilidade e da administração dos foros e das propriedades rústicas (como o Alqueidão) ou urbanas (nomeadamente hospitais como o de São Lázaro), dos rendimentos provenientes tanto da administração dessas propriedades, como das quantias arrecadadas através da cobrança de juros reais e do Senado, das ordinárias recebidas em cera, dos frutos dos morgados e capelas instituídas pela nobreza, dos legados testamentários e até das esmolas recolhidas nos vários nichos dedicados a Santo António, quer através da actividade nacional dos mamposteiros, quer pelas missões coloniais⁵⁴.

* Datas extremas: 1222-1913.

* Volume documental: 562 unidades de instalação (467 livros, 89 caixas, 6 pastas).

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário preliminar.

ADMINISTRAÇÃO. O núcleo é constituído por um conjunto muito vasto de documentos relacionados com a gestão patrimonial e financeira do Município de Lisboa. No domínio da administração patrimonial, aparecem os documentos relativos aos tombos próprios, arrendados ou não (sob a forma de termos de obrigações, e de arrendamento, registos de rendimentos variados, entre outros), às posses da Marinha (como é demonstrado pelos registos de cordeamento, por exemplo), às propriedades arruinadas pelo terramoto (de salientar os traslados do acervo existente nos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo), ao Mercado Geral dos Gados, à administração de propriedades e

⁵⁴ ver Maria de Lurdes Martins Ribeiro da Silva, "Núcleo da Real Casa de Santo António", in *Agenda Cultural*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Novembro de 1991, pp. 119-120; Maria de Lurdes M. Ribeiro da Silva, "Casa e Igreja de Santo António", in *Agenda Cultural*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Janeiro de 1992, pp. 83-84; Maria do Rosário Santos, Miguel Gomes Martins, "O Alqueidão de Lisboa durante a Idade Média", in *Agenda Cultural*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Dezembro de 1993, pp. 14-15.

foros (incluindo hipotecas, remissões, licenças, protocolos, notas de vendas e registos contabilísticos), aos emprazamentos e aforamentos.

No que respeita à administração financeira, salientam-se os registos de receita e despesa de diversas instituições municipais (registos do rendimento de diversas rendas, orçamentos gerais e registos de entradas e saídas do cofre municipal) ou empréstimos (sob a forma de títulos de obrigações, folhas de juro da Fazenda da Cidade, folhas de

ordenado e títulos de dívida flutuante) e os padrões de juro (folhas de juro e ordenados a cargo do almoxarife, do tesoureiro da cidade, ou ainda do guarda-mor, registos de despesas relativas a obras públicas a cargo do município e relações de credores por títulos liquidados e saldados), entre outros.



* Datas extremas: 1357-1899.

* Volume documental: 1530 unidades de instalação (1482 livros, 18 caixas, 30 maços).

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário preliminar.

JUNTAS DE PARÓQUIA - ADMINISTRAÇÕES DE BAIRROS. Até à reforma administrativa de 1885, a Cidade de Lisboa encontrava-se dividida em três bairros (Occidental, Oriental e Central), após o que o seu número foi elevado para quatro, passando a ser numerados.

Neste núcleo reúne-se a documentação relativa à administração dos vários bairros lisboetas, essencialmente sob a forma de correspondência recebida e expedida ou de registos de conservatórias, salientando-se os registos de nascimentos, casamentos e óbitos. Aparece ainda documentação respeitante às Juntas de Paróquia (também sob a forma de correspondência recebida e expedida e de registos contabilísticos, como contas correntes e orçamentos), ou ainda aos Juizes da Paz e ordinários.

* Datas extremas: 1836-1914.

* Volume documental: 41 unidades de instalação (23 livros, 18 caixas).

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário preliminar.

ÁGUAS LIVRES. O abastecimento de água a Lisboa foi sempre um problema presente nas determinações do Senado Municipal. A água fornecida à cidade era captada

em caudais subterrâneos nos territórios circundantes e, frequentemente, só a construção de avultadas estruturas permitia o seu transporte e distribuição gratuita.

Assim, a documentação reunida neste núcleo e que cobre um período cronológico que vai do séc. XV até ao séc. XIX, é a prova material das medidas tomadas pelos órgãos superiores do governo da cidade no sentido de garantir o provimento de água aos lisboetas, através da construção e manutenção das estruturas de captação, transporte e distribuição de água e de garantir equidade e salubridade na sua distribuição, através de regulamentos de utilização de chafarizes. Grande volume da documentação reflecte ainda os esforços desenvolvidos para a obtenção de verbas que financiassem essas actividades.

Nesta perspectiva, a documentação consta de regulamentos, Decretos, Avisos, Portarias, despachos, Alvarás, consultas, requerimentos, registos contabilísticos e correspondência expedida e recebida relacionados com a necessidade de informação das questões por parte do Senado Municipal, por um lado, e com a necessidade de difusão e execução das suas determinações, por outro. O maior volume de documentos, no entanto, refere-se aos registos da gestão das imposições municipais criadas com vista à construção, manutenção e inspecção de aquedutos e chafarizes ou aos registos da administração das sociedades constituídas, dos contratos estabelecidos, ou até dos empréstimos contraídos para o mesmo fim. Outro grupo de documentação refere-se directamente aos grandes trabalhos de obras de construção e distribuição de água, incluindo plantas, memórias descritivas e relações de operários⁵⁵.

* Datas extremas: 1480-1864.

* Volume documental: 205 unidades de instalação (108 livros, 97 caixas).

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário preliminar.

SERVIÇO DE INSTRUÇÃO. À Câmara Municipal de Lisboa couberam responsabilidades no domínio da instrução desde o último quartel do séc. XIX ao abrigo da Lei de 2 de Maio de 1878. Essas responsabilidades materializaram-se sob a forma da implementação de uma rede escolar municipal que garantisse a instrução básica e até a formação técnica dos adolescentes lisboetas, bem como a inspecção que assegurava a manutenção das condições materiais e humanas para o seu bom funcionamento.

Disso é reflexo a documentação agrupada neste núcleo, que inclui recenseamentos de crianças de ambos os sexos em idade escolar por freguesias e/ou paróquias, registos de matrícula de alunos nas várias escolas municipais e paroquiais, de ensino diurno ou nocturno, certificações da realização de exames, aspectos relativos às actividades

⁵⁵ Ver *D. João V e o abastecimento de água a Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1990, 2 vols.

dos docentes (relações de professores, registos de faltas, férias e licenças, taxas de sucesso escolar dos alunos, etc.), memorandos de material (requisitado pelos vários estabelecimentos escolares e inventários) e documentos relativos à própria gestão corrente das escolas, de que são exemplo os registos de contabilidade e a correspondência recebida e expedida sob a forma de ofícios, requerimentos, ou comunicações de serviço.

* Datas extremas: 1860-1926.

* Volume documental: 490 unidades de instalação (364 livros, 120 caixas, 6 pastas).

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário.

MISCELÂNEA. Sob a designação de Miscelânea, encontra-se um conjunto vasto de documentação de características e proveniências diversas, em fase de inventariação e tratamento arquivístico.

Trata-se, sobretudo, de documentação relativa à cobrança de várias rendas e/ou impostos municipais ao longo dos sécs. XVII a XIX, ora ligados ao movimento portuário do Tejo - como o Direito das Barcas e Tragamalho, o Imposto sobre Embarcações - ora mais directamente relacionados com a actividade comercial na cidade de Lisboa - como os direitos impostos pelas várias Repartições da Casa de Ver-o-Peso, as multas arrecadadas pela casa da Almotaçaria, as coimas cobradas pela Polícia Municipal ou impostas pelo Tribunal do Senado - ou ainda, tendo em vista não só a actividade mercantil, mas também a manutenção das vias de comunicação da Cidade - como é o caso da Imposição ou Contribuição dos Carros e, mais tarde, o Imposto sobre Veículos - ou a salvaguarda da saúde pública nos locais de maior comércio, como os registos das receitas cobradas para a limpeza da cidade e prevenção de incêndios.

Proporcionalmente menos representados, transparecem ainda da documentação outros assuntos relacionados com a actividade da Câmara Municipal de Lisboa: jurisdições territoriais; questões notariais e judiciais (manifestos na documentação relativa ao contencioso da Câmara e num vasto conjunto de autos de processos crime); assistência social, entre o último quartel do séc. XIX e o primeiro quartel do séc. XX, materializadas na existência de um Serviço de Beneficência Municipal para crianças desvalidas, mães solteiras, viúvas, mendigos e doentes; questões de administração patrimonial e financeira (presentes na documentação relativa a obras públicas ou em alargadas colecções de certidões, contratos, demandas e fianças diversas); e outras directamente relacionadas com o funcionamento interno da autarquia (presentes nos livros de registo dos despachos do Senado ou nas caixas de correspondência recebida e expedida pelas várias repartições do município, por exemplo); e questões tão variadas, como aquela que parece demonstrar a preocupação da Câmara tanto com o abastecimento de cereais da cidade, como com a prosperidade dos produtores agrícolas (materializada no conjunto dos livros de registo das cabeças de pardais).

Integrando também a Miscelânea, aparece alguma documentação não produzida pela Câmara Municipal de Lisboa, mas que, por algum motivo, em dado momento passou a ficar sob a custódia do seu Arquivo. Nessa situação parecem encontrar-se, por exemplo, uma série de registos de nascimentos, baptizados, casamentos, róis de confessados, óbitos, instituições vinculares, instrumentos de justificação de nobreza e outros documentos de interesse eminentemente genealógico e patrimonial.

- * Datas extremas: meados do séc. XIV - 1926.
- * Volume documental: Cerca de 2700 unidades de instalação.
- * Instrumentos de descrição documental: Encontrando-se em fase de inventariação, não existem ainda quaisquer instrumentos de descrição.

FUNDO: Câmara Municipal de Belém. Criado pelo Decreto de 11 de Setembro de 1852 e extinto pela Lei de 18 de Julho e pelo Decreto de 8 de Outubro de 1885, este município autónomo fora constituído territorialmente pelas Freguesias de Alcântara, Ajuda, Belém, Benfica, Carnide, Odivelas e S. Sebastião da Pedreira⁵⁶.

A sua documentação aborda praticamente todos os aspectos temáticos de uma autarquia oitocentista, como actas de sessões de vereações e conselhos municipais, editais e posturas, requerimentos diversos, orçamentos e balancetes, contas correntes e folhas de pagamentos, registos de receita e despesa, correspondência recebida e expedida, projectos de urbanismo e processos de obra, requerimentos de construção de prédios e de condução de veículos, comemorações e centenários, impostos e contribuições, registos de escrituras e contratos, legislação e propostas, aferições e afilamentos, feiras e mercados, recenseamentos eleitoral e demográfico e recrutamento militar, cemitérios e matadouros, Instrução e Beneficência, Juntas de Paróquia e higiene pública, Repartição Técnica e Serviço de Incêndios e Polícia Municipal, entre outros - caracterizando a organização e o seu funcionamento de serviços urbanos prestados a um concelho eminentemente rural.

- * Datas extremas: 1852-1890.
- * Volume documental: 1307 unidades de instalação (1147 livros, 93 maços, 67 caixas).
- * Instrumentos de descrição documental: Existe inventário preliminar.

FUNDO: Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém. A Junta de Freguesia de Belém foi criada em 1833, em consequência do surgimento do Bairro Administrativo

⁵⁶ ver José Dias Sanches, *Belém e arredores através dos tempos*, Livraria Universal Editora, Lisboa, 1940; Eduardo de Freitas, Maria Calado, Victor Matias Ferreira, *Lisboa - Freguesia de Belém*, Contexto Editora, Lisboa, 1993; Alexandre Herculano e a *Câmara Municipal de Belém*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1978; *Posturas da Câmara Municipal do Concelho de Belém*, Typographia Belenense, Ajuda, 1873 (1ª edição) e 1883 (2ª edição); José Maximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa - Ano de 1852*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853, pp. 400-401; *Colecção da Legislação Portuguesa publicada pela Empresa do semanário "O Direito"*, Typographia do Jornal "O Progresso", Lisboa, 1885, pp. 101-123, 347.

de Belém em 1813, demograficamente muito incrementado após o terramoto de 1755. A documentação por ela produzida permite elucidar sobre a sua estrutura institucional de funções de coordenação administrativo-territorial, com uma preocupação genérica de gestão burocrático-financeira (expediente, recenseamento demográfico, actas da autarquia, receita e despesa, orçamentos e balancetes), bem como uma particular especificidade canónica (património paroquial, sepultamentos seculares, recenseamento escolar e registo de desobrigas)⁵⁷.

* Datas extremas: 1792-1943

* Volume documental: 37 unidades de instalação (36 livros-1 maço)

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário.

FUNDO: Espólio do Arq^o José Luís Monteiro. José Luís Monteiro (1848-1942) foi um dos maiores vultos da arquitectura portuguesa da transição dos sécs. XIX para o XX, destacando-se pelo ecletismo académico da sua formação curricular parisiense e pelo seu contributo de charneira na docência na Escola Superior de Belas Artes e na coordenação dos serviços técnicos da Câmara Municipal de Lisboa.

Adquirido em 1993 à sua neta e herdeira e composto de centenas de peças tipologicamente díspares, o seu espólio pessoal abrange os períodos da sua formação pedagógica desde a instrução primária até ao termo do ensino superior, e da sua vida profissional como arquitecto municipal, integrando items como requerimentos e cartas, medalhas de concursos, diplomas académicos e honoríficos, projectos e desenhos profissionais, objectos técnicos, estudos e esboços escolares, fotografias e documentos pessoais, esboços e aguarelas e recortes alusivos à sua morte ou homenagens públicas⁵⁸.

* Datas extremas: 1859-1982.

* Volume documental: 426 peças.

* Instrumentos de descrição documental: Existe inventário em fase de conclusão⁵⁹.

⁵⁷ Ver José Dias Sanches, *op. cit.*; Eduardo de Freitas, Maria Calado, Vitor Matias Ferreira, *op. cit.*

⁵⁸ Ver Fátima Cordeiro G. Ferreira, Maria Augusta Adrêgo Maia, *Mestre José Luís Monteiro na arquitectura da transição do século*. Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1990.

⁵⁹ Ver *José Luís Monteiro - marcos de um percurso*. Divisão de Arquivos do Departamento de Património Cultural do pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1998.

O Arquivo Municipal de Lisboa

Arco do Cego

Arménio Tojal

O **Arquivo do Arco do Cego** seria, por vocação, um arquivo intermédio. Hoje, integrando a mesma estrutura orgânica do Arquivo Histórico, Arquivo do Alto da Eira e Arquivo Fotográfico - Divisão de Arquivos -, é o resultado da evolução do então criado Arquivo Administrativo, concebido pela primeira vez no *Projecto de Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Lisboa*, de 1919. Dependia, à data, da Secretaria-Geral/3ª Repartição/3ª Secção e tinha como função conservar *toda a documentação desde 1834*.

É, no entanto, com a *Organização dos Serviços* de 1934 que, ao Arquivo Administrativo - igualmente dependente da Secretaria-Geral - é atribuído um maior número de funções; de entre estas, compete-lhe: receber, guardar e conservar os documentos produzidos pelas repartições e serviços municipais durante cinquenta anos, findos os quais seriam enviados para o Arquivo Histórico. O mesmo diploma estabelece um critério de classificação e ordenação, tipificando as diferentes classes integradas em colecções.

O Arquivo encontra-se no Bairro do Arco do Cego desde o início dos anos 30 e cedo foi alvo de volumosas transferências documentais. Assim se compreende a Ordem de Serviço nº62, publicada no Diário Municipal de 23 de Setembro de 1935: "Tornando-se necessário proceder à ordenação e catalogação da parte do Arquivo Municipal existente nas dependências municipais do Bairro Social do Arco do Cego, determino que este serviço seja dirigido pelo Tenente-Coronel, Sr. António Júlio Belo de Almeida, que acumulará com o exercício das funções de Chefe Interino da Secção de Pessoal".



Arquivo do Arco do Cego. Depósito, Sala 14.

Não se conhece a data exacta de ocupação no Bairro do Arco do Cego, no entanto, é-nos possível sugerir que o Arquivo ocupou instalações que inicialmente não foram pensadas para tal, no projecto de concepção do Bairro. Da documentação existente no Arquivo do Arco do Cego relativa às obras de construção, foram encontrados, em notas manuscritas, nos registos dos *Materiaes Recebidos*, referentes aos meses de Abril e Maio de 1930, diversas recepções de madeira para a "adaptação de um edifício a arquivo"¹, seguramente, atendendo às quantidades, para forrar as diferentes salas de depósito de estanteria ainda hoje em uso.

Ligeiras alterações orgânico-funcionais foram sendo introduzidas com diferentes

¹ AML - AC/URB/Bairro do Arco do Cego/ Cx.1. Notas dos Materiaes Recebidos.

reestruturações dos serviços. A sua vocação inicial perdurou. Todavia, fruto da intensa produção documental dos serviços da CML, o Arquivo do Arco do Cego é, hoje, detentor de documentação compreendida entre 1630 e 1997, o que, claramente, o caracteriza como arquivo intermédio e arquivo definitivo.

Esta realidade - a existência de documentação com valor primário e documentação com valor secundário (histórico, cultural) - determina que ao Arquivo do Arco do Cego acedam dois tipos de utilizador: interno (serviços da CML) e externo (estudantes, investigadores, etc.).

ESTRUTURA DOCUMENTAL Fundo: Câmara Municipal de Lisboa

Orgãos do Município. Documentação produzida pela Presidência e por serviços de apoio como o Serviço de Protocolo e o Gabinete de Relações Internacionais, no cumprimento de diversas funções, como a preparação e programação de acordos ou protocolos com entidades ou instituições públicas ou privadas, no âmbito nacional ou internacional, a organização de todos os actos e cerimónias de âmbito municipal, assim como o expediente respeitante à preparação, estabelecimento e desenvolvimento, no âmbito do Município de Lisboa, das relações internacionais, institucionais e intermunicipais. Nesta secção encontram-se registos de congressos internacionais com a participação da CML, cartas de felicitação, representações junto do Conselho da Europa, Parlamento Europeu, Feiras e outros eventos com carácter de divulgação e difusão cultural, nomeadamente festas de importância simbólica como a Tomada de Lisboa aos Mouros e Festas da Cidade.

Destacam-se: Actas das Sessões, Editais, Correspondência Oficial (recebida e expedida), Programas de Festas e Recepções, Visitas Oficiais, Relatórios e Pareceres.

* Datas extremas: 1900 - 1996

* Extensão: 240 metros lineares

Serviços Financeiros. Documentação produzida pelos serviços que ao longo do tempo foram desempenhando funções nesta área, desde a Contadoria (cujo documento mais antigo é de 1794) à mais recente e já extinta Direcção dos Serviços de Finanças. Os documentos produzidos dão conta da gestão financeira que foi realizada ao longo do período indicado, contendo, desde os documentos de concepção e planeamento, como os orçamentos, até aos registos diários respeitantes à receita (ordinária e extraordinária) e despesa municipal, com a especificação dos artigos e os montantes despendidos ou recebidos (vejam-se os Livros de Caixa, e de Diário). De um modo geral, a documentação existente reproduz o cumprimento das funções de preparação e

controlo do orçamento, centralização e coordenação da escrituração e das diversas operações relativas à contabilidade do Município, garantia de uma correcta imputação de custos e/ou rendimentos a cada um dos departamentos e funções municipais.

* Datas extremas: 1866 - 1950

* Extensão: 200 metros lineares

Taxas e Licenças. A documentação produzida decorre das competências atribuídas ao Município, nomeadamente: estabelecer taxas pela ocupação temporária de lugares e terrenos de uso e logradouros públicos e pela concessão de licenças.

Destacam-se inúmeros livros de licenças, contendo o montante da taxa aplicada, a saber: de Comércio e Indústria, de Obras Particulares, de Habitação, de Talhos, de Espectáculos, de Ocupação da Via Pública, de Veículos de Carga, de Veículos de Condução de Pessoas, de Ambulantes, de Carros de Mão, de Mercados e Feiras.

* Datas extremas: 1866 - 1950

* Extensão: 200 metros lineares

Recursos Humanos. Documentação produzida no cumprimento das funções atribuídas, nomeadamente, recrutamento, selecção e admissão de pessoal municipal, criação e gestão de um sistema de aperfeiçoamento e formação do pessoal, organização de processos individuais, a partir dos processos de admissão e sua actualização, execução das deliberações sobre provimento, transferência, promoções, louvores, castigos, aposentações, exonerações ou demissões de funcionários municipais. Esta secção contém: Processos Individuais dos funcionários da CML, Processos Disciplinares, Processos de Averiguação, Processos de Concurso, Provas de Concurso, Processos de Aposentação, Verbetes. Atendendo ao carácter confidencial dos dados contidos na documentação designada, a consulta destina-se apenas aos serviços produtores.

* Datas extremas: 1911 - 1990

* Extensão: 563 metros lineares

Serviços Administrativos. A documentação mais antiga desta secção procede da Secretaria da Câmara, a qual era chefiada por um secretário com múltiplas funções definidas pelo Código Administrativo. Atendendo à simplicidade orgânica da Câmara, neste serviço estavam concentradas inúmeras funções que, progressivamente, foram sendo canalizadas para serviços técnicos, nomeadamente: preparar o expediente e as informações necessárias para as resoluções da Câmara, exercer as funções de notário em actos e contratos em que a Câmara fosse outorgante, conservar os livros de

recenseamento eleitoral, assim como mandar imprimir aqueles livros e enviá-los a quem os requeria, etc...

A documentação produzida espelha as múltiplas funções, nomeadamente, os Processos de Secretaria, constituídos, principalmente, por um requerimento que dava origem à formação de um processo. As mais variadas pretensões eram alvo de requerimento. A título de exemplo refira-se: concursos para lugar de professor, prorrogações de prazos para obras, alterações em edificações particulares, concessão de licenças, cartas de naturalização, afixação de tabuletas, construção de jazigos, etc.



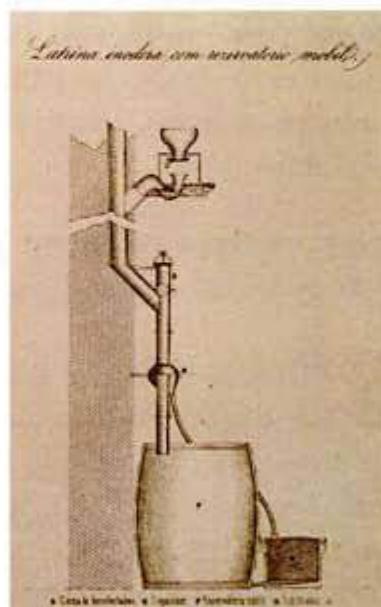
Serviços Administrativos. Quiosque para o Largo das duas igrejas (1876).

Para além dos Processos de Secretaria existem séries de controlo arquivístico, como Verbetes, Livros de Porta, Índices dos Livros de Porta, Diário da Secretaria, Despachos em Requerimento, Livros de Registo de Movimento de Processos, para além de outras, como Pareceres, Informações, etc.

* Datas extremas: 1630 - 1950

*Extensão: 650 metros lineares

Serviços Urbanos. Nesta secção destaca-se toda a documentação produzida no âmbito dos seis cemitérios da cidade, a saber: Cemitério dos Prazeres, Cemitério do Alto de S. João, Cemitério do Lumiar, Cemitério da Ajuda, Cemitério dos Olivais e Cemitério de Benfica. Inúmeras séries integram esta secção, destacando-se pelo volume documental ou pela pertinência da informação os Processos de Jazigo e os Registos de Enterramentos. Os Processos de Jazigo, para além dos documentos produzidos no cumprimento de procedimentos administrativo-legais, integram peças desenhadas - projectos de jazigos - de evidente valor histórico-artístico, fontes essenciais para a história



Serviços Urbanos. Latrina inodora com reservatório mobil.

da arquitectura funerária. Dos Registos de Enterramentos saliente-se, para além dos elementos de identificação pessoal, informações relativas às causas de morte.

Outras séries se conservam, como: Petições, Registo de Informações, Ossários, Vistorias Sanitárias, Processos, Avisos de Limpeza e Beneficiação de Jazigos, Guias de Receita, Folhas de Vencimento de Funcionários, Exumações, Mapas de Movimentos Mortuários.

* Datas extremas: 1865 - 1980

* Extensão: 350 metros lineares

* Instrumentos de descrição documental: Inventário (em fase de conclusão)

Notariado Privado. O cartório privativo da CML assegura, quer directamente, quer recorrendo a cartórios notariais externos aos serviços da CML quando se justifique, a celebração ou intervenção nos actos notariais em que intervenham o Município, a Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente da Câmara, Vereador ou funcionário com competência definida. Trata-se, pois, de um serviço específico da Câmara, ao qual compete lavrar os contratos e actos notariais, desde que uma parte outorgante seja a CML, pessoa colectiva ou representada individualmente. Os Livros de Notas e os documentos anexos - integrando, sempre que se justifique, peças desenhadas - constituem fontes de informação para as mais variadas áreas de estudo, desde o urbanismo, às actividades económicas, passando pelas redes viárias e transportes.

Da documentação produzida destacam-se: Livros de Sinais, Livros de Contratos Diversos, Livros de Notas, Livros de Compra e Venda de Cemitérios para Jazigos, Livros de Pedidos de Naturalização.

* Datas extremas: 1848 - 1990

* Extensão, 360 metros lineares

* Instrumentos de descrição documental: Catálogos: onomástico, temático, toponímico

Eleições. Documentação produzida no decurso do cumprimento de funções eleitorais atribuídas ao município, quer sufrágios de âmbito nacional, quer de âmbito local. Para além de Correspondência recebida e expedida entre as entidades intervenientes (Juntas de Paróquia, Governo Civil), o Arquivo detém Livros de Recenseamento Eleitoral, Actas de Eleições e Livros de Contagem de Votos. As primeiras Actas - de Agosto e Setembro de 1822 - produzidas pelas Assembleias Eleitorais constituídas em todas as freguesias da Divisão Eleitoral de Lisboa, descrevem todo o processo eleitoral, com a indicação dos nove Deputados eleitos para as Cortes e o número de votos obtidos. Os Livros de Recenseamento Eleitoral contêm o registo dos cidadãos eleitores e elegíveis; embora a tipologia tenha variado - de acordo com disposições legais - referenciam o nome, morada, data de nascimento, estado civil, profissão, preparação literária, rendimentos e contribuições.



Eleições. Livro de contagem de votos.



Eleições. Livro de contagem de votos.

- * Datas extremas: 1822 - 1971.
- * Extensão: 150 metros lineares.
- * Instrumentos de descrição documental: Inventário (em fase de conclusão).

Justica. A esta secção respeitam funções que hoje se encontram fora das competências atribuídas à Câmara. Os Livros de Recenseamento de Jurados - nacionais ou estrangeiros residentes em Portugal, nomeadamente britânicos - contêm informação idêntica à constante nos Livros de Recenseamento Eleitoral. Integram os nomes dos cidadãos aptos para servirem como *jurados de sentença*. É esta semelhança que justifica que, pontualmente, surjam integrados fisicamente nos Livros de Recenseamento Eleitoral.

- * Datas extremas: 1839 - 1915
- * Extensão: 10 metros lineares

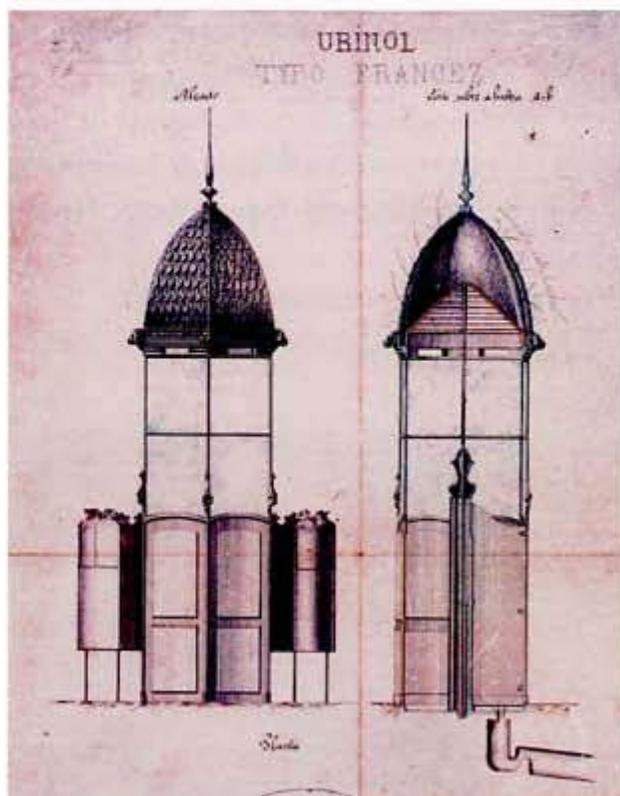
Funções Militares. O recrutamento militar compreende o recenseamento dos indivíduos que atinjam a idade em que são abrangidos pelas obrigações militares, a sua classificação e a preparação geral a que devem ser sujeitos para o cumprimento dessas obrigações. O recenseamento geral é da competência das câmaras municipais, das administrações de bairros, das comissões municipais e das administrações de circunscrição. Na sequência destas funções, para além de Correspondência recebida e expedida e de Copiadores de Ofícios, o Arquivo detém Livros de Recenseamento Militar que são o resultado do recenseamento geral dos mancebos aptos para prestar serviço no Exército ou Marinha. As informações registadas respeitam ao nome, filiação, naturalidade, morada, data de naturalização, idade, profissão, altura, causas de exclusão, etc.

- * Datas extremas: 1856 - ca. 1900
- * Extensão: 5 metros lineares

Urbanismo. Diversos serviços camarários produziram documentação relevante para esta secção. Desde a já referida Secretaria-Geral, passando pelo Notariado Privativo, até aos serviços directamente envolvidos no planeamento e gestão urbanística da cidade de Lisboa como o Serviço Geral de Obras Públicas, a Repartição Técnica, a Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, a Direcção dos Serviços de Urbanismo e Obras e a Direcção dos Serviços de Urbanismo.

Para além da documentação escrita - constituída por Correspondência recebida e expedida, Pareceres, Informações - esta secção integra um vastíssimo acervo iconográfico de grande rigor técnico e cuidado estético. Destacam-se inúmeras peças desenhadas: plantas de alinhamento, plantas de localização, alçados, esboços, desenhos aguarelados, Levantamentos da Cidade, Projectos, Planos Gerais da Cidade, Pareceres, Informações.

No domínio do equipamento e mobiliário urbano este arquivo detém desenhos de bancos de jardim, candeeiros, letreiros, quiosques, urinóis, coretos, diversos tipos de gradeamento, empedrados, que constituíram propostas aceites ou rejeitadas pelos serviços que emitiam os pareceres técnicos.



Urbanismo: Urinol tipo francês.

Os Levantamentos da Cidade, de carácter pioneiro, revelam um grande rigor técnico, aliado a um enorme cuidado de embelezamento, são eles: Levantamento de Filipe Folque, de 1856-1858; Levantamento de Goullart e Goullart, de 1878-1879; Levantamento de Silva Pinto, de 1904-1911.

Refira-se que antes de se constituírem *Processos de Obra*, para quaisquer edificações particulares, alterações, acrescentos, os munícipes necessitavam de autorização camarária, para tal dirigiam um requerimento - que constituiria um Processo de Secretaria - ao Presidente do Município. É assim que surgem as primeiras peças desenhadas - denominadas *prospectos* - desde 1846, anexadas a requerimentos.

* Datas extremas: 1820 - 1970

* Extensão: 500 metros lineares

* Instrumentos de descrição documental: Inventário da S.G.D., Catálogo: onomástico, cronológico, toponímico.

Cultura. As funções de preservação, promoção e divulgação cultural foram, desde logo, assumidas pela CML. Compreende-se, assim, que na sua orgânica fossem integrados serviços com tais atribuições. Este Arquivo detém, neste domínio, essencialmente, a documentação produzida pela Direcção dos Serviços Centrais e Culturais, extinta em 1989, que integrava Museus, Bibliotecas e Arquivos.

Destacam-se: Relatórios, Processos Privativos da Repartição de Bibliotecas e Museus, Mapas Estatísticos, Correspondência recebida e expedida, Concursos de Quadras Populares, Mapas de Entrada de Jornais e Revistas, Mapas de Movimento de Leitura de Bibliotecas, Pedidos de Leitores, Mapas de Fardamento de Pessoal, Espécies Entradas em Bibliotecas Especializadas, Espécies Entradas no Museu da Cidade.

- * Datas extremas: 1940 - 1980
- * Extensão: 100 metros lineares



**A contribuição
de Filipe Folque para a
Cartografia portuguesa do séc. XIX**

Isabel Almeida
Maria Teresa Romalho

Introdução. Não é nossa intenção dar a conhecer de uma forma exaustiva, mas sim num breve apontamento, a obra de Filipe Folque. Foi um homem notável que impulsionou de forma decisiva a cartografia portuguesa do séc. XIX.

De personalidade bastante versátil, destacou-se em áreas tão diversificadas, nomeadamente: o exército, o ensino, a música, a política, a literatura e particularmente na cartografia, área em que mais se evidenciou, tendo sido efectuados sob a sua direcção dois dos maiores empreendimentos cartográficos do séc. XIX: a "Carta Geral do Reino", posteriormente denominada de "Carta Corográfica de Portugal", na escala de 1:100.000 e o "Levantamento Topográfico da Cidade de Lisboa", na escala de 1:1000.

Embora o conhecimento exacto do território fosse uma constante preocupação de quem governava, devido às necessidades de povoamento, defesa e protecção militar, assim como afirmações de independência: em Portugal a cartografia estava pouco desenvolvida nas primeiras décadas do séc. XVIII, destacando-se apenas o papel desempenhado pela engenharia militar.

Não existia, no entanto, nenhum plano de conjunto para o levantamento do território metropolitano¹, verificando-se o mesmo para a cidade de Lisboa.

Na segunda metade do séc. XIX, sob a eficiente direcção de Filipe Folque que tinha a seu cargo a direcção dos trabalhos geodésicos e topográficos do Reino, surge uma nova fase para o desenvolvimento da nossa cartografia, apoiada também pelo governo da Regeneração e, particularmente, pelo titular do novo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, António Maria de Fontes Pereira de Melo.

Era, assim, objectivo de Filipe Folque e do Governo ver publicada a Carta Geral do Reino, na escala de 1:100.000, e o Levantamento da Planta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1856/1858, na escala de 1:1000.

A Carta Geral do Reino, que mais tarde veio a ser designada Carta Corográfica de Portugal, cujos trabalhos de triangulação foram iniciados em 1788 e concluídos em 1863 e o seu levantamento em 1891: é constituída por 37 folhas que compõem um grande atlas, sendo a última publicada em 1904, constituindo um importante instrumento da descrição física do país.



Imagem de Filipe Folque.

¹ Cfr. A. Teixeira da Mota, "Cartografia e Cartógrafos Portugueses", in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, vol. 1, p.505.

A Carta Topográfica de Lisboa, por sua vez, foi levantada em 1856, 1857 e 1858 por ordem de D. Maria II, sob a direcção de Filipe Folque, por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard e publicada em 1859; é composta por uma colecção de 65 plantas de papel aguareladas, encontrando-se um exemplar na posse do Arquivo Municipal de Lisboa - dependência do Arco do Cego - constituindo um valioso documento para o estudo da evolução urbanística da capital.

Ambas as cartas constituem um rico acervo do nosso património documental, dando-nos a conhecer a representação cartográfica do país e da cidade de Lisboa no séc. XIX.

Propomo-nos, seguidamente, abordar de uma forma breve a evolução destes dois empreendimentos cartográficos.

A Carta Geral do Reino. Em 1788, com o impulso de Luís Pinto de Sousa Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, iniciam-se os trabalhos para a Triangulação Geral do Reino. Nesse sentido, é incumbido dessa tarefa Francisco António Ciera, lente da Academia Real da Marinha sendo coadjuvado por Pedro Folque, pai de Filipe Folque, e Carlos Frederico de Caula.²

Dois anos mais tarde Francisco Ciera e os seus colaboradores, iniciam no Alentejo o reconhecimento geodésico do Reino.

Os trabalhos decorreram com normalidade, sendo entretanto suspensos, devido às invasões francesas, estando, no entanto, já realizada cerca de metade da Triangulação do País.

A 12 de Setembro de 1833, por portaria do Ministério da Marinha e da Guerra, o Duque de Bragança, regente em nome da Rainha D. Maria II, encarrega o Brigadeiro Pedro Folque (nomeando ainda Filipe Folque seu colaborador), responsável pela compilação dos trabalhos para a triangulação de parte do reino.³

Em face disto, ao assumirem a continuação da triangulação do Reino, iniciam a recolha de toda a documentação até ali existente que havia sido elaborada por Francisco Ciera e sua equipa e que se encontrava substancialmente dispersa.⁴

² Cfr. Luís de Pina Manique, "Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa", in *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, vol. III, Lisboa, 1943, p. 187.

³ Cfr. Filipe Folque, *Memória sobre os Trabalhos Geodésicos executados em Portugal: publicada por ordem de Sua Magestade - 1ª parte*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Ciências, 1841, p. 13, 14.

⁴ *Idem*, p. 15.

Em 1838, é expedida nova portaria do Ministério da Guerra, pela qual se determina que Pedro Folque, Marechal de Campo Graduado, fosse liberto da Direcção dos Trabalhos Geodésicos do Reino, em virtude dos seus muitos afazeres, sendo nomeado para esse cargo o Tenente Coronel do Estado Maior José Manuel Sacotto Galache, ordenando ainda que este, regularmente, informasse Pedro Folque da evolução do levantamento em curso.⁵

Sob a Direcção deste técnico, muito pouco evoluiu todo o projecto Geodésico, sendo de realçar, pois, uma acentuada estagnação do processo.

Face a este avançar por vezes célere, outras quase de apatia, ao qual não é indiferente a situação política vigente no país, o Duque da Terceira, por determinação da Rainha fez publicar em 20 de Abril de 1843 uma portaria, atribuindo os trabalhos da Triangulação Geral do Reino, novamente a Pedro e Filipe Folque, data em que se verifica o recomeço destes para não mais serem interrompidos.⁶

Porém em 1848, aos 104 anos de idade, faleceu Pedro Folque.

Filipe Folque, que desde sempre o havia auxiliado, inicialmente na execução e mais tarde também na Direcção deste ambicioso projecto, assume agora integralmente a Direcção dos mesmos, vindo ainda um ano mais tarde a dirigir os Trabalhos Hidrográficos da Repartição da Marinha.

Em 1852 é criado o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sendo nomeado para o cargo de Ministro, António Maria de Fontes Pereira de Melo. Este tinha plena consciência da importância do levantamento da *"Carta Geral do Reino"* para o estudo e traçado das obras de viação pública, consciência esta adquirida quando em 1844 conjuntamente com Filipe Folque foi um dos oficiais que participou nos trabalhos efectuados pela Comissão Geodésica.⁷

Por portaria de 27 de Outubro de 1852, D. Maria II através da Repartição Técnica da Direcção das Obras Públicas, Comércio e Indústria, determina que *"o Director Geral dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos do Reino proceda ao Levantamento da Carta Corográfica na escala de 1/100.000, fazendo começar desde já os trabalhos à proporção que as triangulações o permitirem"*.⁸

⁵ Publicada no Diário do Governo n.º 256 de 29 de Outubro de 1838.

⁶ Cfr. AML - AC / Processo Individual de Filipe Folque - Caixa 877.

⁷ Cfr. AML - AC / Processo Individual de Filipe Folque - Caixa 877, Ordem de pagamento do Ministério da Guerra de 28 de Novembro de 1844 ao Major Felipe Folque, e Tenentes António Maria de Fontes Pereira de Mello e João Manuel d'Azal, referente as trabalhos da Comissão Geodésica.

⁸ Publicada no Diário do Governo n.º 255 de 28 de Outubro de 1852.

Nesta portaria, são constantes ainda as directrizes a que este se sujeitava, priorizando as zonas onde inquestionavelmente se traçariam as grandes artérias e vias de comunicação.

As operações do levantamento tiveram início durante a Primavera de 1853.

A origem das coordenadas foi o vértice da triangulação fundamental "Castelo de S. Jorge de Lisboa".⁹

Os trabalhos tiveram o seu início a partir de Lisboa, a parte correspondente à folha n.º 23.

É de destacar que estes trabalhos estiveram sujeitos às mais diversas vicissitudes, entre elas o reduzido número de técnicos, como também uma notória oposição das populações, que no seu descontentamento, além de não colaborarem com os responsáveis do levantamento, demoliram pirâmides e outros sinais que serviam de vértices geodésicos.¹⁰

Filipe Folque sempre atento, acompanhando permanentemente os trabalhos em curso e receptivo à evolução tecnológica, há algum tempo que vinha pressionando o governo no sentido de se contratar um mestre especialista em litografia, que se deslocasse a Portugal para gravar em pedra as primeiras folhas da Carta Corográfica e formar nessa arte técnicos portugueses. Esta sua insistência recebeu apoios, tais como o de António Aloízio Gervis d'Atouguia, Ministro da Marinha.

Assim, após alguns contratemplos, em 1853, chega à capital o Mestre João Lewicki.

Em sessão de 12 de Agosto do mesmo ano, a Câmara dos Deputados aprova o projecto de lei n.º 88, que autoriza o governo a estabelecer o vencimento anual ao Mestre, bem como a gratificação a atribuir aos seus discípulos e ainda a verba a disponibilizar com a oficina e compra de instrumentos a utilizar.¹¹

Lewicki, tendo assinado um contrato de seis anos com o governo, deixa ao fim deste período alguns dos seus discípulos, mestres na arte da gravura em pedra.

À semelhança do que acontecera com Pedro Folque, também Filipe Folque era cada vez mais solicitado para outras actividades paralelas à Carta Corográfica de Portugal, justificando-se assim que a evolução inerente à topografia nem sempre decorresse com a rapidez desejada, sofrendo esta também atrasos consideráveis.

⁹ Ver: Luís de Pina Manique, "Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa", in *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, vol. III, Lisboa, 1943, p.201.

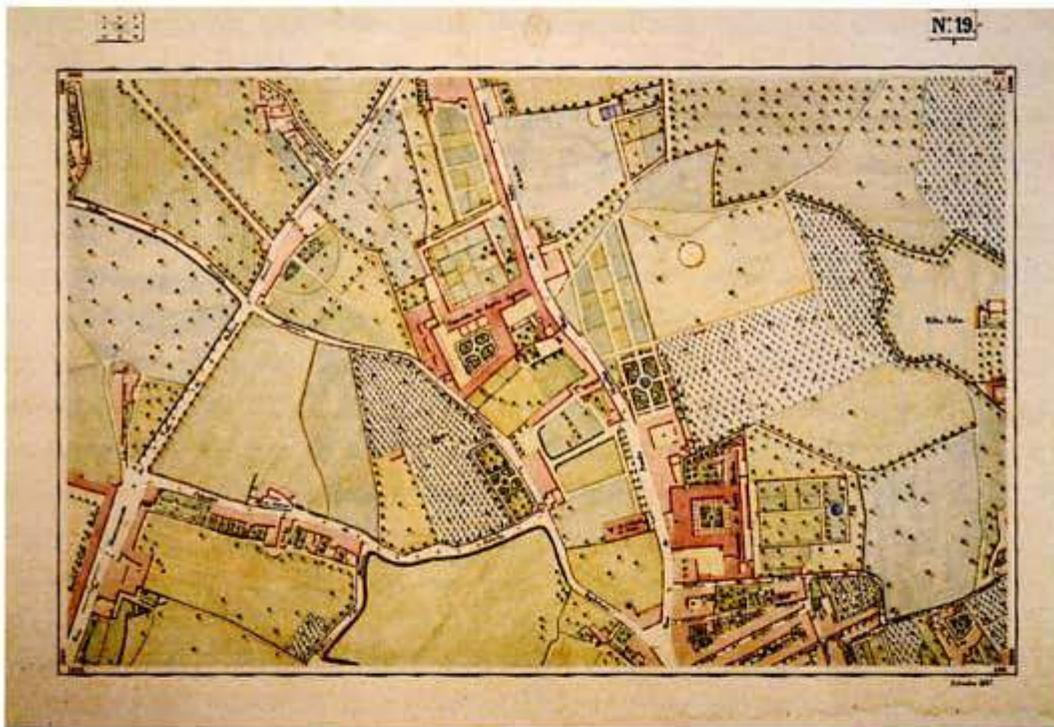
¹⁰ Cfr. Luís de Pina Manique, "Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa", in *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, vol. III, Lisboa, 1943, p.202.

¹¹ Publicado no Diário do Governo n.º 25 de 30 de Janeiro de 1854.

A 1ª folha (n.º 23) do Atlas da Carta Corográfica de Portugal foi gravada pelo Mestre Lewicki e publicada em 1856, e dois anos mais tarde a 2ª, correspondente à n.º 19, sendo a folha n.º 24, já gravada pelos discípulos de Lewicki, editada em 1859.

Em 1875 a Carta Corográfica de Portugal foi premiada com a "Carta de Distinção", no Congresso Internacional de Ciências Geográficas da Sociedade de Geografia de Paris.

Filipe Folque faleceu a 27 de Dezembro de 1874, ficando assim privado de assistir à publicação das 37 folhas da Carta de Portugal, apenas tendo visto publicadas 14 dessas folhas, privação essa, também extensível ao êxito alcançado com a "Carta de Distinção" de 1875 em Paris.



[Atlas da Carta Topográfica de Lisboa]: **Planta n.º 19** [Material Cartográfico]; [dir. Filipe Folque; lev. por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard] - [Lisboa], 1857. - Original. - 1 planta em papel; color: 92 x 62,5 cm. A.M.L. - AAC/V.L.: Gu. 98; cota n.º 13994.

O Levantamento da Planta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1856/1858

A planta mais antiga que se conhece da cidade de Lisboa é a de João Nunes Tinoco, de 1650, na escala de 1:2600 e teve como objectivo "marcar o que

¹⁷ Ver: Augusto Vieira da Silva, *Notícia Histórica sobre o Levantamento da Planta Topographica de Lisboa*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1914, p.19.

restava das antigas fortificações".¹²

Após aquela, outras se produziram. Neste percurso da evolução cartográfica merece menção a planta da capital de 1807, considerada a mais completa e rigorosa até à data. Foi executada na escala de 1:2500 *"por uma equipa de oficiais do Real Corpo de Engenheiros, sob a direcção do capitão Duarte José Fava"*¹³, no entanto, ainda cientificamente insuficiente, devido à sua reduzida precisão na triangulação e no nivelamento.

Apesar de existirem várias plantas da cidade de Lisboa, nenhuma era satisfatória no que respeita à realidade da representação cartográfica do território urbano.

Em 1853 é manifestada também a necessidade de uma planta fiel que servisse de base a trabalhos especiais na capital *"taes como alinhamento de ruas, aformoseamento de praças, encanamento de agoas, construção de caes, de cannos geraes, e outras obras de similhante natureza"*¹⁴, situação análoga ao levantamento da Carta Geral do Reino, cujo objectivo era servir de *"base ao estudo dos melhoramentos com que se pretendia dotar o país"*.¹⁵

Deste modo, por proposta de Fontes Pereira de Melo aprovada pela rainha D. Maria II, foi publicada uma Portaria a 2 de Novembro de 1853, pela Repartição Técnica da Direcção Geral de Obras Públicas daquele Ministério, ordenando ao conselheiro Filipe Folque, Director dos Trabalhos Geodésicos e Topográficos do Reino, que mandasse proceder ao levantamento topográfico da cidade de Lisboa, na escala de 1:1000, englobando *"todo o terreno incluído na linha de circumvalação, e o que existe até 200 metros além della; e bem assim as margens do Tejo, para o oriente até o Beato Antonio, e para o occidente até á igreja dos Jeronymos em Belém, com o terreno adjacente a ellas até igual distância"*.

Filipe Folque solicitou desde logo a Fontes Pereira de Melo, a publicação de um Edital que definisse as obrigações do público para com o pessoal encarregado do serviço, com o intuito de superar resistências, receando a incompreensão ou a ignorância das operações em curso.¹⁶

Os trabalhos tiveram início em Fevereiro de 1854, tendo sido levantados apenas 60 hectares até à primavera, em virtude das condições climatéricas da época e ao facto dos oficiais serem requisitados para as províncias, para o adiantamento da Carta Geral do Reino, de grande urgência para o Governo.

¹² Ver: CML/ Divisão de Museus e Palácios, *Cartografia de Lisboa: séculos XVII a XX*. Lisboa, CNCDP/CML, 1997, p. 19.

¹³ Portaria de 2 de Novembro de 1853, publicada no Diário de Governo a 7 de Novembro de 1853, n.º 262.

¹⁴ Ver: Luís de Pina Manique, "Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa", in *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, Lisboa, 1943, vol. III, p. 209.

¹⁵ Edital de 8 de Março de 1854, publicado no Diário do Governo a 14 de Março de 1854, n.º 61.

O levantamento da cidade foi executado com base numa antiga carta, provavelmente, a "*Planta da cidade de Lisboa e de Belem incluindo os melhoramentos posteriores ao anno 1833 feita e publicada em Lisboa em 1843 p. Frederico Perry Vidal*".¹⁷

Filipe Folque, ponderando sobre as frequentes interrupções dos trabalhos, devido sobretudo, à escassez de meios humanos e consequentemente ao tempo que a carta iria demorar a ser executada, rapidamente, concluiu ser conveniente a abertura de concurso público para a realização da parte topográfica da capital "*mediante uma rigorosa verificação dos trabalhos e devendo ser fornecida ao empresário a triangulação da cidade, com as distâncias à meridiana e à perpendicular do Observatorio do Castello de S. Jorge*".¹⁸ Deste modo, o ritmo tornava-se mais célere e o ónus económico seria minorado.

Nesta sequência foi publicada uma portaria¹⁹ abrindo concurso para a execução dos referidos trabalhos com as condições necessárias, cuja despesa deveria ser deduzida na verba atribuída para os trabalhos geodésicos e topográficos do Reino.

Em Dezembro de 1854, a Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Cadastrais e Topográficos do Reino apresentou o "*Programma para os trabalhos da Carta topographica de Lisboa*"²⁰, constituído por 20 artigos.

Em resposta ao concurso, surgiram três propostas apresentadas no prazo estipulado: a primeira de José Conrado Carlos de Chelmiki, Major graduado de Engenheiros e Director das Estradas dos Distritos de Évora e Portalegre; a segunda de Carlos Filipe Júlio Pezerat, João Alexandre César Goullard e Francisco Aimé Goullard; e a terceira de José Maria Cabral Calheiros, Capitão graduado de artilharia, lente de topografia e desenho na Escola do Exército.

As propostas foram apreciadas por Filipe Folque e posteriormente enviadas ao Ministro e Secretário de Estado das Obras Públicas a 3 de Janeiro de 1855.

A segunda foi considerada a mais vantajosa, tendo sido adjudicados os trabalhos, nos termos da portaria de 9 de Janeiro de 1855, a Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard.

¹⁷Ver: Mário Margarido e Silva Falcão, *Breve Nota sobre a Carta Topografica da Cidade de Lisboa de 1856/1858*, Lisboa, Instituto Português de Cartografia e Cadastro, 1994, p.6.

¹⁸ Portaria de 22 de Novembro de 1854, publicada no Diário do Governo a 24 de Novembro, n.º 277.

¹⁹ *Idem. Ibidem.*

²⁰ Portaria de 9 de Dezembro de 1854, publicada no Diário do Governo a 12 de Dezembro, n.º 292.



[Atlas da Carta Topográfica de Lisboa]: **Planta nº 28** [Material Cartográfico]; [dir. Filipe Folque; lev. por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard] - [1:1000]. - [Lisboa], 1858. - Original. - 1 planta em papel; color; 92 x 62,5 cm. A.M.L.AAC/ U.I. Gu. 100; cota nº 18003

Esta proposta garantia menor tolerância de erro nas distâncias, fixava o prazo em 3 anos e não em 4 como estava estabelecido no programa para a sua execução, como também apresentava um preço menor.

A única pretensão dos empresários era o direito de levantar a planta de qualquer propriedade particular, caso lhes fosse encomendada, assim como levantar por parcelas em escala superior a 1:1000 "*ruas, largos, praças e bécos de Lisboa, tudo segundo as grandezas*"²¹ que tivessem sobre os declives, na hipótese de a Câmara Municipal de Lisboa os incumbir dos respectivos trabalhos.

Filipe Folque não se opôs a esta contrapartida, na medida em que não constituía prejuízo para os trabalhos do concurso, e era, assim, uma forma de contrabalançar o reduzido preço.

Os trabalhos de nivelamento e topografia tiveram início a 31 de Março de 1856, após a entrega de "*um gráfico de «Triangulação de Lisboa»*"²², *uma relação descritiva de todos os pontos trigonométricos, uma outra dos valores médios das coordenadas absolutas dos mesmos pontos e uma terceira com os valores dos lados, todas classificadas por ordem alfabética*"²³.

²¹ *Idem. Ibidem.*

²² Trata-se da folha n.º 9 da Triangulação Geral do Reino, realizada pelo Major Luís de Sousa Folque, irmão de Filipe Folque.

²³ Ver: Luís de Pina Manique, "Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa", in *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, Lisboa, 1943, vol. III, p. 219.

Os trabalhos de triangulação só ficaram concluídos ao fim de dezoito meses, sofrendo grandes atrasos devido à pouca colaboração da população lisboeta, apesar dos editais publicados e afixados nas ruas da capital.

*"A triangulação era constituída por 322 triangulos, cujos angulos foram observados com muito bons theodolitos, e com 177 pontos trigonometricos cujas coordenadas foram calculadas."*²⁴

A Direcção Geral encarregada da fiscalização dos trabalhos, incumbiu alguns oficiais engenheiros do Depósito Geodésico e Topográfico, de examinar as folhas para verificar se as *"medidas feitas sobre o terreno estavam de acordo com as indicadas na planta, e se as medições dos grandes lados dos polygonos satisfaziam à tolerancia estabelecida no programma, e se os erros absolutos das pequenas dimensões dos detalhes não excediam 0,5."*²⁵

Após uma rigorosa verificação, os empresários por *"meio dos croquis ou esboços dos seus trabalhos de campo construíam sobre esta o traçado de toda a planimetria"*²⁶ a lápis.

O trabalho de cada folha era aprovado pelo Director Geral, permitindo aos empresários passar as folhas a desenho colorido, sendo por fim entregues e arquivadas no Depósito Geodésico e Topográfico.

Dois tipos de nivelamento foram registados em cada folha: o primeiro, assinalado com algarismos vermelhos, representa os valores das cotas de nível nos ângulos das ruas, identificado nos respectivos cunhais por chapas de ferro fundido numa altura de três metros; o segundo, indicado com algarismos azuis, assinala as cotas do terreno espaçadas de 2 em 2 metros, possivelmente para uma redução da carta a menor escala. Em Abril de 1856, a gravação das



[Atlas da Carta Topográfica de Lisboa]: **Planta nº 42** [Material Cartográfico]: [dir. Filipe Folque; lev. por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard] - [1:1000], - [Lisboa], 1856. - Original. - 1 planta em papel: color; 92 x 62,5 cm. 1858- Original - 1 planta em papel: color 92x 62,5 cm AML - AAC/ U.I. GV. 102: cota nº 180 17

²⁴ Ver: Augusto Vieira da Silva, *Notícia Histórica sobre o levantamento da Planta Topographica de Lisboa*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1914, p. 36.

²⁵ *Idem*, p.37.

²⁶ *Idem*, *ibidem*.

referências altimétricas nas cantarias dos cunhais e esquinas de praças, largos e ruas da capital, era feita a um ritmo considerável, assinalando o local onde se deveriam colocar as chapas de ferro fundido, designando as cotas de nível.

Esta tarefa foi mais uma vez dificultada pelos munícipes, que procuraram impedir a fixação das marcas de nivelamento nos cunhais dos prédios.

Filipe Folque temendo pelo bom termo do projecto, solicitou a intervenção do ministro Fontes Pereira de Melo, para que o intendente das Obras Públicas do Distrito de Lisboa mandasse proceder à fundição de mil chapas e à respectiva chumbagem nos locais indicados, além de serem tomadas medidas dissuasoras aos proprietários infractores.

Todavia, os trabalhos prosseguiam com grande empenho, apesar de todas estas contrariedades, merecendo Carlos Pezerat, César Goullard e Francisco Goullard, reconhecidos elogios, sendo por isso constantemente solicitados para realizar outros levantamentos sob as ordens competentes de Filipe Folque. Exemplo disso é a planta do Bairro de Alfama, na escala de 1:500 em 1858.

Do levantamento topográfico da cidade de Lisboa de 1856/1858, resultaram 65 folhas de papel aguareladas, com as dimensões de 80 x 50 cm na parte cheia, fora as margens, tendo sido realizadas três colecções: duas delas hoje localizadas no Instituto Português de Cartografia e Cadastro e no Arquivo Municipal de Lisboa, - dependência do Arco do Cego.²⁷

É a primeira planta da cidade que representa uma adequada e cuidada triangulação, um preciso nivelamento e uma elevada qualidade gráfica.

Se a data da sua produção está claramente identificada, o mesmo não se passa no que respeita à recepção de um exemplar pela Câmara Municipal de Lisboa. Podemos, contudo, afirmar que o Atlas de Filipe Folque não terá chegado aos serviços da Câmara antes de 1868, atendendo à existência de um carimbo em todas as 65 folhas, no qual se lê "Depósito Geral da Guerra - Lisboa" (tal como aconteceu no exemplar existente no Instituto Português de Cartografia e Cadastro).

Aquele Depósito foi criado por decreto em 23 de Dezembro de 1868²⁸ e extinto

²⁷Cfr. Augusto Vieira da Silva, na sua *Notícia Histórica sobre o levantamento da Planta Topographica de Lisboa*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1914, p. 37, que refere a existência de um terceiro exemplar no Ministério das Obras Públicas, (repartição de Obras Públicas). No entanto, não foi possível confirmar e localizar esta informação, após tentativas nesse sentido.

²⁸ Cfr. AML - AC / Ordem do Exército n.º 77 da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra de 29 de Dezembro de 1868.

no ano seguinte, em 1869, datas estas que fundamentam a nossa afirmação.

É de mencionar, ainda, a acção primordial e inovadora de Filipe Folque, na adopção do sistema da litografia em Portugal, sendo aplicada de uma forma eficaz em mapas e cartas geográficas e que possibilitou duas reproduções litográficas da carta topográfica de Lisboa, uma na escala de 1:10.000 em 1871, e outra na escala de 1:5.000 em 1878.



[Atlas da Carta Topográfica de Lisboa] **Planta nº 43** [Material Cartográfico]; [dir. Filipe Folque; lev. por Carlos Pezerat, Francisco Goullard e César Goullard] - [1:1000], - [Lisboa], 1858. - Original. - 1 planta em papel; color; 92 x 62,5 cm. AML - AC / U.I.; Gv. 102; cota nº 17018. Área da zona da Baixa da Cidade.

Conclusão. Filipe Folque teve um papel decisivo na cartografia portuguesa do séc. XIX, pela sua total entrega aos trabalhos que realizou e que brilhantemente dirigiu, aliada a um grande sentido de justiça e rectidão bem patentes em todas as suas acções.

Com um percurso de vida notável, lutou por concretizar os seus objectivos, sempre receptivo e atento a novos conhecimentos e novas técnicas.

Entusiasta por natureza pela ciência, privilegiou os trabalhos de campo efectuados no local de observação, essenciais para o sucesso dos projectos.

Viveu numa época de constantes mudanças (1800 - 1874), tanto a nível político como económico, sabendo acompanhar sem receio essas mutações, aproveitando os períodos favoráveis em prol dos trabalhos que coordenou.

Foi durante a Regeneração, período de estabilidade política e dinâmicas perspectivas económicas, programando um Portugal moderno assente em eficientes infraestruturas, que Filipe Folque dirigiu a Carta Geral do Reino e o Levantamento da Carta Topográfica da Cidade de Lisboa de 1856/1858.

Legou-nos, assim, estes dois valiosos empreendimentos, conseguindo imprimir grande rigor científico nos trabalhos geográficos e cartográficos portugueses no decorrer do séc. XIX.

Rafael Bordalo Pinheiro:
notas para o estudo
da sua vida e obra

Vasco Brito



Retrato de Manuel Bordalo Pinheiro
1880. 140. Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa. N.º 21855.21

Das origens ao matrimónio. Terceiro filho de Manuel Bordalo Pinheiro e de Maria Augusta Prostès, Rafael Bordalo Pinheiro nasceu em Lisboa, em 1 de Março de 1846, num edifício situado na Rua da Fé, nº 33. O pai era funcionário da Câmara dos Pares, dedicando-se também a diversos tipos de expressão artística, como a escultura, a pintura e a gravação.

O pequeno Rafael cresceu, assim, envolvido num meio artístico privilegiado que viria a influenciar decisivamente a sua carreira.

Devido ao seu carácter impetuoso e imprevisível, Rafael Bordalo Pinheiro nunca chegaria a concluir uma carreira escolar, apesar de se ter matriculado na Academia de Belas Artes e no Curso Superior de Letras.

Um dos seus biógrafos acentuou mesmo que: "*Seu Pai chegou-lhe a arranjar um lugar de amanuense na Secretaria da Câmara dos Pares (...) para que foi nomeado em 1863 e do qual foi demitido por abandono do serviço.*"¹ Uma breve passagem, pelo teatro (reduzida à frequência da Escola de Arte Dramática e a alguma actividade na Sociedade Garrett na travessia do Forno aos Anjos) proporcionou-lhe segundo José Augusto França "*uma extraordinária capacidade, como caricaturista e compositor de figurações*"². Toda a sua vida profissional irá ser dedicada às Artes, repartindo-se por diversos campos artísticos, nomeadamente a caricatura de costumes, da política e a cerâmica.

O mundo das artes foi sempre o seu mundo, mas só depois do seu casamento em 1866 com D. Elvira Ferreira de Almeida se dedicou mais seriamente à pintura e ao desenho, a tal ponto que seu filho Manuel Gustavo, lhe seguiu o exemplo deixando também uma obra significativa.

Exposições, Críticas e Jornalismo. A testemunhar esta prática artística de Rafael Bordalo Pinheiro, são inúmeras as referências ao seu nome e à sua obra, nomeadamente nas exposições organizadas pela Sociedade Promotora de Belas Artes às quais concorreu entre 1867 e 1874 com diversas obras, retratando tipos populares e cenas de costumes. Paralelamente, iniciou-se na caricatura artística lançando-se com a litografia comemorativa da representação da comédia "O dente da Baronesa" publicada em 1870. Também colaborou em diversas revistas estrangeiras, como é o caso de *El Mundo Cómico* (1873-1874), *Illustrated London News* (1873) e *El Bazar*. Participou também nas revistas nacionais *O calcanhar de Aquiles*, *A Berlinda* e *O Binóculo* entre outras. A sua ligação ao teatro viria influenciar a carreira de Rafael Bordalo Pinheiro fazendo dele um retratista de qualidade. Por encomenda, desenhou retratos, criou

¹ In Manuel Sousa Pinto, *Raphael Bordalo Pinheiro*. Lisboa, Livraria Ferreira Editores, 1915, p. 15.

² In José-Augusto França, *Rafael Bordalo Pinheiro, caricaturista político*. Lisboa, Terra Livre, 1976, p. 9.

cartazes publicitários, como muito oportunamente sublinhou Julieta Ferrão, Rafael Bordalo era: "*Possuidor de um espírito agudamente crítico*"³. Este seu sentido do cómico fez dele o maior caricaturista português. "*Há desenhos de Rafael que, além de serem verdadeiras obras de arte, são soberbas páginas de história contemporânea*"⁴.

Homem de outros interesses, foi atraído pelo jornalismo e, com Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro, lançou em 1875 o jornal *A Lanterna Mágica*.

É nesta publicação que Rafael Bordalo Pinheiro inicia uma austera crítica aos erros dos governantes, aos interesses dos políticos e dos partidos, ao incalculável aumento dos impostos, aos gastos supérfluos e esbanjadores do Tesouro Público, à sociedade multifacetada nos seus usos e costumes, fechada na sua ignorância e na sua indiferença. Tal como foi comentado: "*Rafael Bordalo Pinheiro foi um cómico incomparável, mais propriamente, um descobridor e orchestrador de motivos risíveis que um denunciante de ridículos*"⁵.

Este artista vai criar uma figura única que simboliza o Zé Povinho, representante do povo português, que soube evocar e representar em diversas situações, fossem elas de cariz político, social, ou mesmo religioso, imortalizando grande parte da sociedade portuguesa do séc. XIX. O Zé Povinho representa "... Portugal no esplêndido conjunto dos seus defeitos e das suas virtudes"⁶.

Nesse mesmo ano, com vinte e nove anos de idade, Bordalo Pinheiro partiu para o Brasil, a convite do proprietário de um famoso jornal de caricaturas, que se publicava no Rio de Janeiro, denominado *O Mosquito*.

Continuando a dar expressão aos seus dotes de caricaturista, funda, em 1877, *O PSIT*, e um ano mais tarde, a revista *Besouro*, mas dificuldades de adaptação diversa, saudades da pátria e duas tentativas de assassinio, fizeram-no regressar a Portugal em Agosto de 1879.

Nesse mesmo ano, com a colaboração de Ramalho de Ortigão, Guilherme Azevedo e António Morais, funda a publicação *O António Maria* e, pouco tempo depois, o *Álbum das Glórias*.

Tal como Manuel Sousa Pinto apurou, a colaboração gráfica e humorística nos periódicos da época traduziu-se numa das suas mais bem sucedidas expressões artísticas: *Feitas a*

³ In Julieta Ferrão, *Rafael Bordalo Pinheiro e a Crítica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, p. 12.

⁴ In Sebastião Magalhães Lima, *Rafael Bordalo - moralizador político e social*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 71.

⁵ In Manuel Sousa Pinto, *op cit*, p. 21.

⁶ In Ary dos Santos, *Rafael Bordalo e Eça de Queiroz*, Lisboa, Ramos Afonso Moita Editores, 1965, p. 12.

*par uma da outra, essas publicações são do melhor que a caricatura tem produzido em todos os tempos*⁷.

Nestas publicações, para além de seguir a linha caricaturista anterior sobre os mais diversos aspectos sociais e políticos, Bordalo Pinheiro revelou-se também um demolidor, de tónica corrosiva da monarquia decadente.

Edita os *Pontos nos II*, publicação onde são retratados humoristicamente o ultimato inglês e a revolta republicana do Porto de 31 de Janeiro de 1891. Devido à veemência com que este tema foi tratado no artigo denominado *Glória aos vencidos*, o Governo Civil de Lisboa encerraria os *Pontos nos II* em 5 de Outubro de 1891. Reaparece então a revista *O António Maria - 2ª série*, em 5 de Março desse mesmo ano.

Devido à decepção sofrida pela ocasião do ultimato inglês, ao confrontar-se com o desinteresse do público face a este tão grave assunto, Rafael Bordalo Pinheiro torna-se num crítico de efemérides sociais. Contudo, o seu aguçado espírito crítico sobre acontecimentos políticos não se esgota. No seu último jornal, intitulado *A Paródia*, cujo primeiro número data de Janeiro de 1900, Bordalo Pinheiro fá-lo de forma inovadora e distinta do que até aí se tinha publicado, pois passa a criticar globalmente a sociedade.

Com a colaboração de seu filho Gustavo, "Inaugura a curiosa série de Zoologias..."⁸ correspondentes a vários aspectos da política, ficando célebres as seguintes caricaturas: política - a grande porca, finanças - o grande cão, retórica parlamentar - o grande papagaio, instrução pública - a grande burra.

A Faiança: resurgimento e criação. Em 1874, a convite do seu irmão Feliciano, aceita o cargo de Director Artístico da Fábrica de Faiança das Caldas da Rainha, a qual se encontrava em situação difícil. Desde o seu início, em 1874, até 1905 (data da sua morte), a sua acção nesta fábrica pode ser definida em três períodos: O primeiro período inicia-se em 1874 indo até à Exposição Universal de Paris em 1889, "o segundo decorre em 1889, ano em que Rafael Bordalo Pinheiro foi ao Rio de Janeiro com a Jarra Beethoven e o terceiro está compreendido entre 1899 e a morte de Rafael Bordalo Pinheiro"⁹. Passamos a caracterizar brevemente estas três etapas:

1º Período: É uma fase fértil e original, que se traduz no aproveitamento das tradições locais, com preferência pela corrente artística de Bernardo Palissy introduzida nas Caldas da Rainha por influência do Rei D. Fernando II. As peças produzidas nesta época são essencialmente constituídas por pratos, alcofas, suspensões, jarros decorados

⁷ In Manuel Souza Pinto, *op cit*, p. 67.

⁸ In Manuel Souza Pinto, *op cit*, p. 86.

⁹ In Julieta Ferrão, *op cit*, p. 43.

com uma inspiração baseada na fauna e flora locais, onde proliferam répteis, batráquios, frutos e legumes da horticola regional, sempre esmaltados de variadas cores sobre fundos sombrios. Neste primeiro período ... promoveu a empresa da Fábrica de Faiança uma exposição dos seus produtos, em Lisboa nas salas do jornal O Comércio a qual foi um sucesso¹⁰.

2º Período: Tendo feito parte da missão portuguesa enviada à Exposição Internacional de Paris de 1889, como responsável pela decoração do Pavilhão de Portugal, ao regressar, Bordalo Pinheiro vem com uma visão mais alargada do mundo artístico internacional, tornando-se mais seguro das suas responsabilidades. Apesar da Fábrica de Faiança das Caldas da Rainha estar hipotecada desde 1892, pela Sociedade Geral Financeira Agrícola de Portugal, do Banco de Portugal facto que levou os principais accionistas a abandonarem a companhia, Bordalo Pinheiro chama a si a Direcção da Fábrica, iniciando uma nova etapa da sua carreira.

Nesta nova fase, vai criar peças de consideráveis proporções, fora do comum, como a talha manuelina (1892) de dois metros de altura, a qual constitui a peça mais significativa. É também de salientar que a jarra Beethoven (1896) de grandes dimensões, tendo Bordalo Pinheiro criado igualmente peças decorativas dignas de destaque nas quais se nota a inspiração de correntes artísticas em voga na época como a historicista e a Arte Nova.



Vista de alunos da Escola António Arroio em Lisboa ao Museu Rafael Bordalo Pinheiro, observando a peça "Talha Manuelina" (AML-AE. Autor: Armando Seródio, s/d. A 26572 - N. 24189).

3º Período: Neste período, dedicou-se à estatuária, destacando-se diversos bustos e grupos escultóricos, muito conhecidos, entre os quais os de Eça de Queiroz (1902), de Tito de Carvalho (1902) e do Dr. Souza Martins (1904). Destes grupos escultóricos merecem evidência o que representa S. Jorge matando o dragão e outros grupos para jardins inspirados nas fábulas tradicionais.

Também é deste período a criação de pequenas figuras representando o folclore nacional, personalidades políticas e tipos de rua, sempre retratadas com grande humor e sentido crítico, demonstrativas de uma sociedade em transformação. Algumas destas figuras atingiram grande êxito, junto do público, como: o Janota, a Varina, a Alcoviteira, o Cura, o Sacristão, Ama das Caldas e a célebre Maria da Paciência - mulher do inesquecível Zé Povinho.

¹⁰ In Julieta Ferrão, op cit, p. 28.

A **Autarquia Lisboaeta e a Casa-Museu.** Bordalo Pinheiro viria a falecer com apenas 59 anos de idade incompletos, desiludido e desencantado com o comportamento leviano, desditoso e interesseiro da política. Não vivera também o suficiente para ver concretizada uma das suas grandes aspirações: a implantação da República. A sua morte prematura agigantou a vastíssima e variadíssima obra que entre caricaturas e cerâmicas o consagrou como referência obrigatória na história da arte portuguesa. A importância de Rafael Bordalo Pinheiro ultrapassa a sua época e estendeu-se aos nossos dias. Os seus admiradores são cada vez mais numerosos e a ideia de reunir a sua obra divulgando-a junto do público já se tornou uma realidade. Os poetas Artur Ernesto de Santa Cruz Magalhães e Calado Nunes tiveram sempre a maior admiração pela obra de Rafael Bordalo Pinheiro, começando a reunir uma colecção bordaliana. Tendo construído a sua moradia em Lisboa, Santa Cruz Magalhães pensou pôr à disposição do público a sua colecção de peças bordalianas.

Assim, a quando da construção da sua moradia em 1913, na Rua Ocidental do Campo Grande,¹¹ Santa Cruz Magalhães fez reservar quatro salas do primeiro andar para a expor. "Em 6 de Agosto de 1916 patenteando-se ao público: O Museu inaugurou-se em quatro salas"¹². Estas quatro salas eram uma tentativa de divulgação de algumas das obras do artista Bordalo Pinheiro ... "Ali se recolhe e mostra carinhosamente, tudo quanto diz respeito à obra e à pessoa do artista. É um dever de quantos zelarem a sua memória e possuam documentos relativos a Bordalo, quer desenhos, quer escritos, cerâmicas decorativas, notícias, ou de outra qualquer ordem assegurar a sua imediata incorporação neste museu que, sendo já uma galeria importantíssima, podem com a cooperação de todos converter-se num todo impecável"¹³.

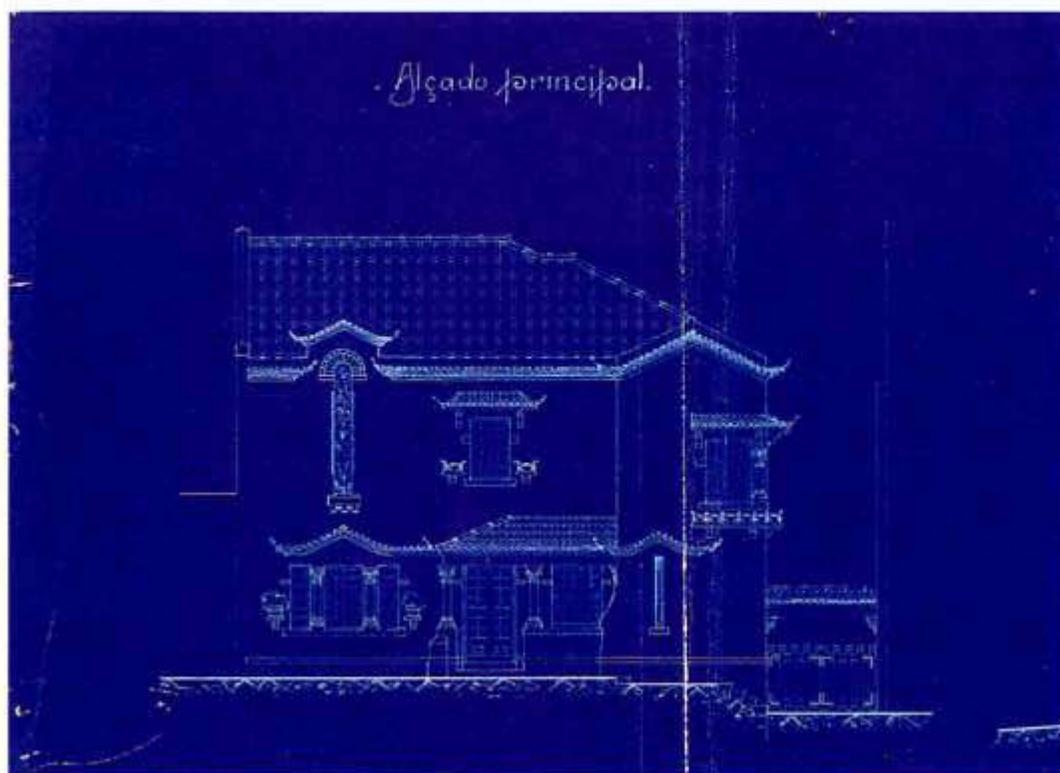
Entre os amigos e admiradores do poeta Santa Cruz Magalhães constituíra-se entretanto, o Grupo dos Amigos do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, cujos estatutos foram aprovados em 1920. A este grupo, encabeçado pelo poeta Santa Cruz Magalhães, cabe uma acção decisiva na elevação de uma colecção particular à categoria de Museu Público, defendendo a ideia de que tanto, a moradia como a colecção, deveriam ser doadas ao Município de Lisboa.

Para a concretização desta ideia, Santa Cruz Magalhães apresentou por três vezes, propostas de doação. As duas primeiras extraviaram-se, e a terceira, graças à interferência

¹¹ O Autor do projecto foi o arquitecto Álvaro Machado e o construtor Frederico Augusto Ribeiro. Sobre este assunto consultar: AML - AE. Processo de Obra nº 5.662

¹² In Julieta Ferrão, Monografia do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, Edições do Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1921, p. 10.

¹³ In Manuel Souza Pinto, Os três Bordalos, Lisboa, Pedro Barbosa Editor, 1921, p. 9.¹⁴



Alçado principal da moradia construída pelo poeta Santa Cruz Magalhães (AML-AE. Processo de Obra nº 5.662, Processo nº 5.418, 1913. Campo 28 de Maio - Nº 328, fl. 2).

do Dr. Magalhães Lima e dos vereadores Raul Caldeira e Alexandre Ferreira, após várias sessões, foi aceite, e a doação concretizou-se em 27 de Novembro de 1923¹⁴. Esta doação comportava diversas cláusulas, nas quais se destacava a obrigatoriedade de nomear Julieta Ferrão para Directora do Museu. A inauguração oficial teve lugar em 26 de Julho de 1924, embora o Museu tivesse sido encerrado pouco tempo depois para obras de remodelação e elaboração do respectivo catálogo.

A fim de se obterem os fundos necessários às obras de remodelação, o Banco Lisboa & Açores fez ao Museu Rafael Bordalo Pinheiro uma doação de 100 acções que foram aceites em reunião de Câmara realizada em 9 de Janeiro de 1924¹⁵.

Após as necessárias obras de remodelação, reabriu ao público em 1926 sob a direcção de Julieta Ferrão. No ano de 1928, houve inúmeras doações anónimas de peças de Rafael Bordalo Pinheiro, o que veio enriquecer o seu acervo. As obras oferecidas foram de tal importância que, na sessão de Câmara de 10 de Janeiro de 1929, se fez um voto de agradecimento aos ofertantes¹⁶.

¹⁴ Ver Actas das sessões da Câmara Municipal de Lisboa (ano de 1923), Lisboa, Imprensa Municipal, 1924, pp. 397-398.

¹⁵ Ver: Índice de propostas da Comissão Executiva, Lisboa, Câmara Municipal, 1924, sessão de 9 de Janeiro de 1924, p. 15.

¹⁶ Ver Boletim da Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, sessão de 10 de Janeiro de 1929, pp. 12-15.

Apesar de ter passado por variadíssimas vicissitudes ao longo dos anos, este Museu ainda se encontra aberto ao público, e é nele que se pode encontrar o maior número de peças representativas de um dos mais significativos acervos museológicos ilustrativos da Arte Nova em Portugal.



Vista do Museu Rafael Bordalo Pinheiro nos anos 30 (AML-AH. Fachada do Museu Bordalo Pinheiro s/d s/a A 18346 N. 16449).

A Câmara Municipal de Lisboa e a descentralização:

a criação do Pelouro da Instrução e a po-
lítica educativa para a infância

Nuno Campos

A instrução primária em Lisboa antes de 1870. De uma forma cíclica, as autoridades locais em matéria da Educação viam ampliados ou diminuídos os seus poderes consoante se avançava ou se recuava quanto ao papel interventor do Estado (administração central), poderes esses que giravam em torno dos encargos que tinham em relação às escolas primárias, principalmente as oficiais ¹. Em 1844, com o Governo de Costa Cabral, era promulgada a "Reforma da Instrucção Publica" ², que se caracterizava pelo seu cariz centralista em torno do Estado, estabelecendo para os poderes locais a possibilidade de disponibilizar edifícios e mobiliário para as escolas e de estabelecer ordenados e gratificações a professores, se bem que dependentes de autorização prévia dos Conselhos de Distrito respectivos.

É dentro deste princípio que a Câmara Municipal de Lisboa vai actuar em matéria escolar infantil:

Primeiras medidas

1 - A referência mais antiga que se encontrou sobre a existência de um órgão camarário próprio responsável pela Instrução data de 1852. Neste ano, aquando de uma organização dos cargos e corpos político-administrativos da autarquia ³, havia a criação de um pelouro direccionado para os assuntos da Instrução, com a denominação de "Pelouro das Escolas", sendo seu vereador responsável Aniceto Ventura Rodrigues e tendo Manuel Marcelino Lourenço como vereador adjunto.

2 - Oito anos mais tarde, em 1860, e por iniciativa da autarquia, havia a criação de uma escola para o ensino primário, a Escola de Santo António, que ficava sob a administração da Real Casa de Santo António ⁴, localizada na Rua de S. Vicente, na Freguesia de S. Vicente. Tinha um professor a leccionar inicialmente em regime diurno (das 8 às 13

¹ Por encargo entende-se o aluguer ou cedência de edifícios e não a construção de casas para estabelecimentos escolares (Ministério da Educação e Cultura - Direcção-Geral dos Equipamentos Educativos, Muitos Anos de Escolas - vol. 1 - 1ª Parte, Edifícios para o Ensino Infantil e Primário até 1941, p. 48). De acordo com o Código Administrativo (artºs 124 e 138) e a Portaria de 14 de Maio de 1860 (AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais-Correspondência, cx. 355 - mç. 1 - doc. de 26. Set. 1872), o apoio autárquico à criação de escolas dependia de autorização do Governo central. Quanto a iniciativas escolares da parte de associações ou grupos de cidadãos, data de 1873 o início do apoio da autarquia de Lisboa (Teófilo Ferreira, Relatório do Pelouro da Instrucção da Camara Municipal de Lisboa relativo ao anno civil de 1882, p. 17).

² Ministério da Educação - Secretaria-Geral, Reformas do Ensino em Portugal (1835-1869), T. 1 - vol. 1 - doc. nº 18 de 20. Set. 1844, pp. 115-139.

³ Synopse dos Principaes Actos Administrativos da Camara Municipal de Lisboa, 1852, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853, pp. 27-31 e 60. No mês de Abril, em 4 sessões camarárias, havia a apresentação, discussão e aprovação da nova grelha de pelouros. Nos anos seguintes, não se encontrou nenhuma referência à existência orgânica deste pelouro.

⁴ Archivo Municipal, 1860, nº 3 (21. Jan.), Câmara Municipal de Lisboa - Sessão de Câmara de 16. Jan., p. 18 - aprovação do anúncio da abertura da escola sustentada pelos rendimentos da Real Casa de Santo António.

horas)⁵, para, poucos anos depois, passar, também, a leccionar aulas nocturnas⁶. No plano pedagógico, esta escola dependia do Comissário de Estudos do Distrito de Lisboa, ao qual competia visitá-la e inspeccioná-la⁷.

3 - No ano de 1867, quanto à pretensão de uns moradores do Bairro de Alfama virem a criar duas aulas nocturnas, uma localizada em local que se desconhece e a outra a ficar num edifício onde existia já a escola gerida pela autarquia através da Casa de Santo António, tanto a Câmara como a Casa de Santo António, num ofício de 17 de Janeiro, se mostravam contra este desejo, propondo a abertura de escolas em outros locais da cidade⁸. Esta ideia pode indiciar já uma preocupação das autoridades locais em disseminar pela cidade vários estabelecimentos escolares.

Nos finais da década de 60, a realidade escolar da cidade de Lisboa era pobre. Para uma população entre os 6 e os 10 anos de idade estimada em cerca de 10 mil indivíduos⁹, existiam muito poucas escolas, todas elas se inserindo no que era classificado de Escolas de Freguesia/Paroquiais¹⁰, à excepção da de Santo António.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA ENTRE 1870 E 1881.

1. Lisboa escolar até 1873. O início da década de 70 pode ser definido como a fase de arranque de uma política mais ou menos articulada entre o Governo e o município para o desenvolvimento da Instrução primária na capital, o que passava pela realidade de uma rede escolar com cerca de quarenta estabelecimentos oficiais:

1 - A Escola de Santo António;

2 - A Escola Central do Estado (designação por que era conhecida), criada em 1870 pelo Comissário de Estudos do Distrito de Lisboa mediante autorização do Governo, com "tres professores e uma professora para reger a classe infantil", instalada no Largo do Intendente, Freguesia dos Anjos¹¹;

⁵ Archivo Municipal, 1860, nº 3 (21. Jan.), Câmara Municipal de Lisboa - Sessão de Câmara de 16. Jan., p. 18.

⁶ De acordo com a documentação consultada, sabe-se que houve aulas nocturnas durante os anos de 1869 e 1870. Antes e depois destas datas, não se encontrou nenhuma referência (AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc. 1 - mapas de movimento de alunos da Escola de Santo António, durante o ano de 1869 e o primeiro trimestre de 1870).

⁷ Archivo Municipal, 1860, nº 4 (28. Jan.), Câmara Municipal de Lisboa - Sessão de Câmara de 27. Jan., p. 27 - cópia do Ministério do Reino para a presidência da Câmara a comunicar-lhe ser o Comissário de Estudos, Mariano Ghira, o responsável pela direcção escolar da Escola de Stº António.

⁸ AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc. 1 - doc. de 17. Jan. 1867.

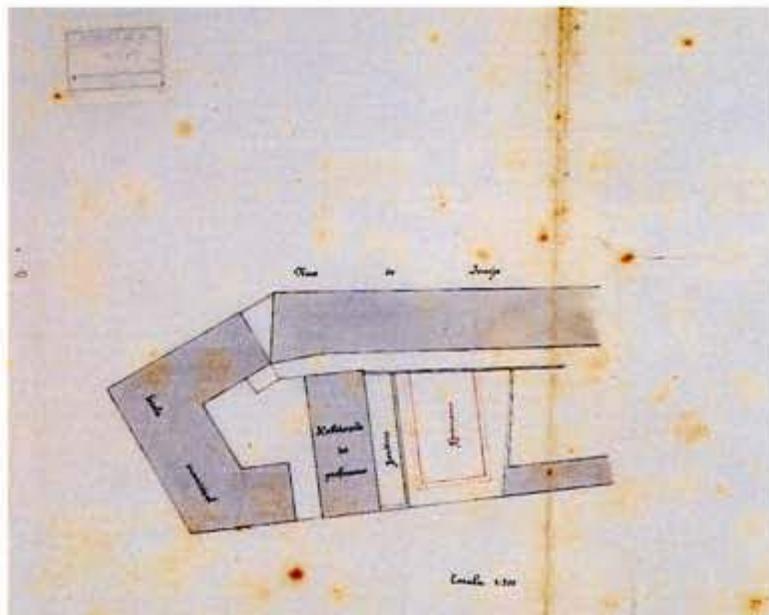
⁹ De acordo com o Recenseamento da População de Portugal, 1864, havia 10.227 crianças entre os 6 e os 10 anos.

¹⁰ Escolas criadas por iniciativa individual, mediante reconhecimento da competência "moral e litteraria" por parte das autoridades distritais. Os ordenados dos professores seriam pagos pelos cofres das autarquias, mediante autorização dos respectivos conselhos de distritos, ou dos rendimentos das Juntas de Paróquia, irmandades e confrarias (Ministério da Educação - Secretaria Geral, Reformas do Ensino em Portugal (1835-1869), T. 1 - vol. 1, p. 116).

3 - Cerca de trinta e oito Escolas de Freguesia¹², que contavam com o apoio da Câmara, conforme o estipulado pela Lei¹³.

Exemplo dessa articulação, em 1872, a autarquia era convidada pelo Governo a gerir uma doação, deixada por dois indivíduos, no valor de dois contos e quinhentos mil reis "para se construir n'esta cidade uma escola de instrucção primaria, composta de quatro salas, e com habitação para quatro professores", para a qual, o Governo também contribuiria financeiramente. A proposta era aceite pela Câmara, em Sessão de 25 de Abril desse mesmo ano¹⁴. Este convite e aceitação são apontados como a origem da primeira Escola Primária Central Municipal, localizada na Rua da Inveja, hoje Largo da Escola Municipal, Freguesia da Pena, Bairro Administrativo Oriental, no local de um antigo matadouro municipal¹⁵, pronta a funcionar entre 1874 e 1875.

Desconhece-se a razão da escolha daquele local, embora se possa pensar que seria pelo facto de ser o único terreno camarário central mais indicado e livre para a criação de uma escola municipal de raiz.



Planta de localização da Escola Primária Central Municipal nº 1, construída na Rua da Inveja, actual Largo da escola Municipal (Freg. da Pena). (AML-AAC, Urbanismo, Cx. 10P - Doc. 7.425)

¹¹ Teófilo Ferreira, ob. cit., pp. 13-14.

AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc. 1. Esta Escola Central, não se tendo conseguido determinar a data, era transferida, mais tarde, para a Freguesia de S. José, no Bairro Administrativo Central, onde funcionaria até 1882, quando foi destruída por um incêndio.

¹² Encontrou-se este número, com base nas informações que os administradores dos três Bairros Administrativos eram obrigados a enviar mensalmente à Câmara sobre a actuação dos professores a leccionarem nas escolas de cada um dos Bairros (AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais-Correspondência, cx. 355-mc. 1 - vários documentos). Sabe-se que havia vinte e quatro escolas oficiais em Lisboa que tinham mais de sessenta alunos. Destas vinte e quatro escolas, uma era a Escola Central/Estado e as outras vinte e três eram Escolas de Freguesia - doze do sexo masculino e onze do sexo feminino (AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais-Correspondência, cx. 355 - mc. 1 - doc. 14, Dez. 1871 - Relação de professores com direito a gratificação suplementar ao abrigo de § único do artº 26 do Decreto de 20. Set. 1844) (cf. Quadro nº 1 e Mapa nº 1).

¹³ O apoio autárquico à criação de escolas estava dependente de autorização do Governo Central (AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - m. 1 - doc. 26, Set. 1872 - Esclarecimentos quanto à pretensão de se abrir uma aula nocturna com ensino de desenho técnico para o sexo feminino na Freguesia de Santa Engrácia; cf. Nuno Campos, «A descentralização política, uma prática para o desenvolvimento. A Instrução Municipal e o Ensino Técnico na segunda metade do século XIX», in Cadernos do Arquivo Municipal, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, nº 1, Lisboa, 1997, p. 136).

¹⁴ AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 46, Sessão de Câmara de 25. Abr. 1872, fls. 159 r/v.

¹⁵ AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 47, Sessão de Câmara de 27. Fev. 1873, fl. 204 r - Pedido de autorização do vereador Alves para o início das obras de construção do edifício da escola "que a camara está obrigada a fazer no local do antigo matadouro", o que foi concedido.

Teófilo Ferreira, ob. cit., pp. 11 e 16.

Cf. Carta Topographica da Cidade de Lisboa e seus arredores (redigida e gravada na Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos), Instituto Português de Cartografia e Cadastro, Lisboa, 1995 - Planta nº 28.



José Gregório da Rosa Araújo. In: Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, PORTUGAL - Dicionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico... Vol. I - A, João Romano Torres-Editor, Lisboa, 1904.

Abalançado por este envolvimento autárquico na área da Instrução, ainda nesse ano de 1872, em Sessão de Câmara de 3 de Junho, José Gregório da Rosa Araújo fazia a proposta para a "construção de tres escolas modelos para a instrucção primaria, uma em cada bairro da capital" ¹⁶, de maneira a que houvesse "uma aula para cada sexo", ainda que sem especificar onde, justificando que o "derramamento da instrucção é uma necessidade de primeira ordem; e, quando se péde descentralisação, é mister mostrar por factos, que se deseja e que se comprehende. – Tem o estado feito nos ultimos annos alguns esforços em ordem a desenvolver no paiz a instrucção primaria. – É necessario que em tão elevada missão seja efficaçmente coadjuvado pelos municipios.

¹⁶ AML-AH, Chancelaria da Cidade. Livro de Actas nº 46. Sessão de Câmara de 3. Jun. 1872, fls. 200v e 201r; Teófilo Ferreira, ob. cit., pp. 11-12; Este autor refere erradamente a Sessão de Câmara como sendo a de 3 de Julho.

E o da capital não pôde nem deve furtar-se a esta principal obrigação, e urgente necessidade”¹⁷. Esta proposta confirma a perspectiva que a Câmara tinha quanto à forma de dinamizar o ensino primário, o que passava pela criação harmoniosa de uma rede de escolas públicas.

Da nossa parte, não tendo sido possível determinar com exactidão o número e a localização das escolas, o único documento que nos serviu de base e que permite fazer uma certa projecção sobre o que era a rede escolar diz respeito à atribuição de subsídios complementares para vinte e três professores (de 23 escolas) com mais de sessenta alunos¹⁸.

Ao analisar-se a distribuição dessas vinte e três escolas pela geografia administrativa da cidade, verifica-se que o seu predomínio era nas freguesias dos futuros Bairros Oriental, Ocidental e Central¹⁹. Quanto ao primeiro, este tinha dez escolas - cinco para o sexo masculino e cinco para o sexo feminino; seguia-se o Bairro Ocidental, onde existiam oito escolas - três para o sexo masculino e cinco para o sexo feminino; por fim, aparecia o Bairro Central com cinco - quatro masculinas e uma feminina (cf. Quadro nº 1 e Mapa nº 1).

Em termos de análise da população entre os 6 e os 10 anos de idade residente nas Freguesias onde se localizavam as escolas, e com base nos dados do “Censo de 1864”, constata-se que a distribuição das escolas não obedecia a um critério racional; tendo em conta a população escolar de cada um dos Bairros Administrativos e respectivas Freguesias, as escolas situavam-se em Freguesias com grandes variações entre si no número de crianças, o que permite dizer que não havia uma correspondência directa entre as escolas para o sexo masculino ou para o sexo feminino e o número de crianças de cada um dos sexos existentes nas freguesias em que havia escolas (cf. Quadro nº 1).

Uma vez serem escolas com frequência superior a sessenta alunos, localizadas em freguesias onde o número de crianças recenseadas era inferior a este número, o que se pode concluir é que deverão ter sido frequentadas por crianças moradoras em freguesias vizinhas, embora essa frequência e mobilidade seja difícil de comprovar por falta de dados (cf. Quadro nº 1).

¹⁷ Cf. nota 16.

¹⁸ Cf. nota 12.

¹⁹ Para melhor facilidade na leitura dos Quadros, optou-se por agrupar as freguesias em função da constituição dos futuros três Bairros Administrativos de Lisboa - Oriental, Central e Ocidental. Sendo freguesias administrativamente organizadas de outra forma, manteve-se esta referência junto a cada uma delas.

Quadro nº 1 - Ano lectivo de 1870/71:

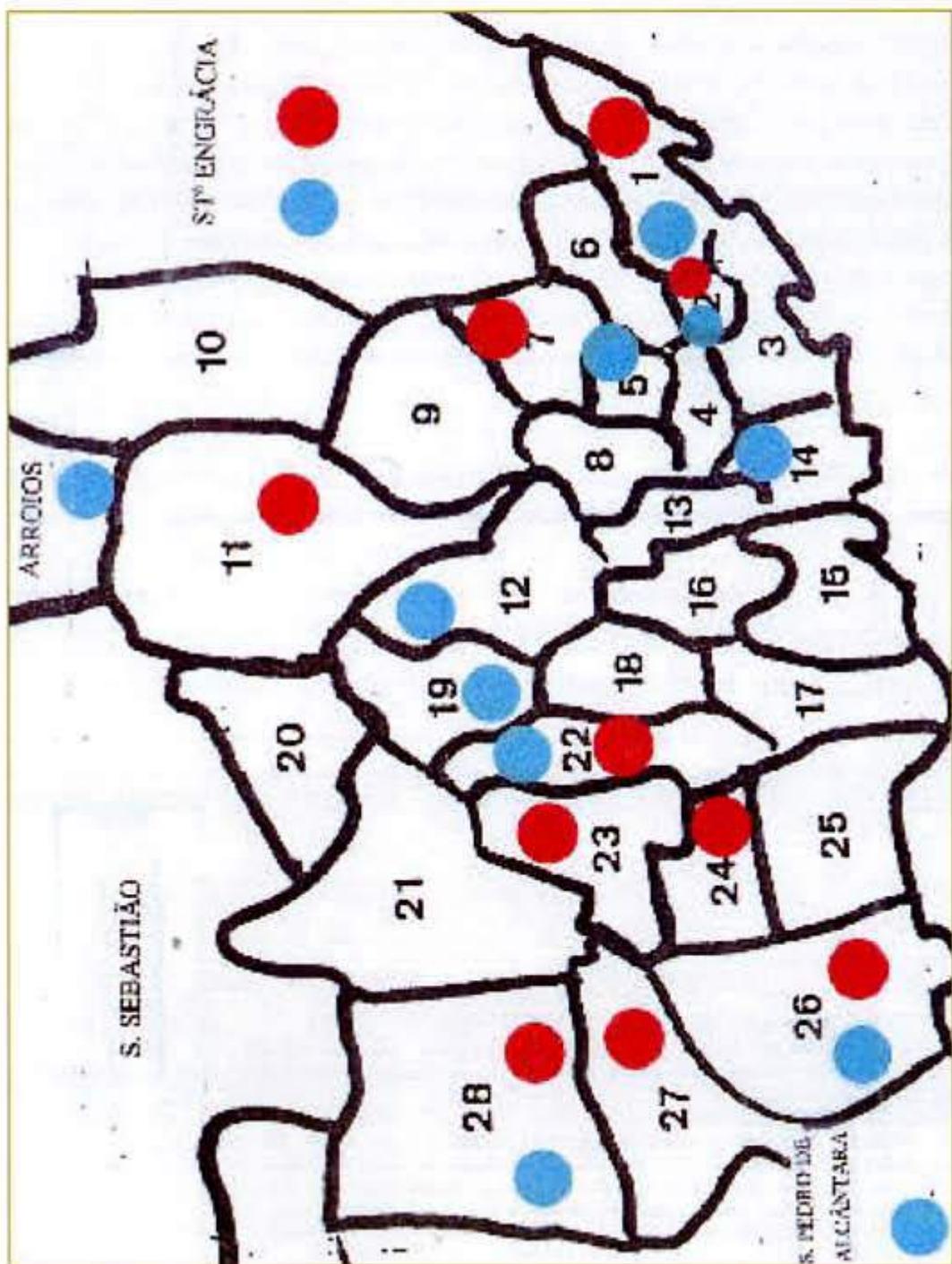
Bairro Oriental	População (6-10 anos)		Escolas Paroquiais		Escolas Centrais	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1. Sto. Estevão (Bº Alfama)	142	127	1	1		
2. S. Vicente (Bº Alfama)	157	118	1	1		
3. Sé (Bº Rossio)	53	76				
4. Santiago (Bº Alfama)	67	63				
5. Castelo (Bº Alfama)	30	28	1			
6. S. Miguel (Bº Alfama)	82	79				
7. Stº André (Bº Alfama)	75	87		1		
8. S. Cristovão/S. Lourenço (Bº Alfama)	93	105				
9. Socorro (Bº Alfama)	183	175				
10. Anjos (Bº Alfama)	300	305				
11. Pena (Bº Alto)	188	200		1		
Stª Engrácia (Bº Alfama)	344	318	1	1		
S. Jorge Arroios (Bº Alfama)	37	43	1			
S. João Praça (Bº Alfama)	55	71				

Bairro Central

12. Stª Justa (Bº Rossio)	156	156	1			
13. S. Nicolau (Bº Rossio)	87	113				
14. Madalena (Bº Rossio)	45	47	1			
15. S. Julião (Bº Rossio)	55	64				
16. Conceição-a-Nova (Bº Rossio)	96	88				
17. Mártires (Bº Rossio)	77	67				
18. Sacramento (Bº Alto)	120	101				
19. S. José (Bº Rossio)	201	234	1			
20. Coração de Jesus (Bº Alto)	102	106				
22. Encarnação (Bº Alto)	194	258	1	1		
S. Sebastião Pedreira (Bº Alfama)	64	53				

Bairro Ocidental

21. S. Mamede (Bº Alto)	124	161				
23. Mercês (Bº Alto)	262	260		1		
24. Stª Catarina (Bº Alcântara)	329	298		1		
25. S. Paulo (Bº Alcântara)	190	201				
26. Santos (Bº Alcântara)	433	381	1	1		
27. Lapa (Bº Alcântara)	244	201		1		
28. Stª Isabel (Bº Alcântara)	434	405	1	1		
S. Pedro Alcântara (Bº Alcântara)	122	116	1			
TOTAIS	5141	5105	12	11		



● Escolas de Freguesia/
Paroquiais Masculinas

● Escolas de Freguesia/
Paroquiais Femininas

2. O ano de 1873. A criação do Pelouro da Instrução - As primeiras medidas. Esta era a realidade escolar de Lisboa em 1873, ano da recriação de um pelouro responsável directamente pela Instrução. A partir daqui, e durante quase vinte anos, tudo será diferente, dando início a uma nova fase da instrução popular em Lisboa.

Em Sessão de Câmara de 13 de Janeiro, eram confiadas a José Elias Garcia atribuições relativas às escolas primárias²⁰, atribuições essas que, segundo Teófilo Ferreira, "constituíam um pelouro especial"²¹. A criação do Pelouro da Instrução surgia na sequência da nomeação de uma comissão para estudar uma reforma dos serviços da autarquia aprovada na Sessão de Câmara de 27 de Março de 1873²². Em reunião camarária de 16 de Setembro, destinada à discussão do orçamento da autarquia para o ano seguinte, na parte referente ao "artigo 13º - Instrução Primaria"²³, José Elias Garcia lembrava a "importância da criação de um pelouro para a instrução publica"²⁴, proposta unanimemente aceite por todos os vereadores²⁵. Ainda nessa sessão, reforçava a proposta da criação do pelouro com uma outra proposta referente à concessão de uma verba de 700 mil reis (700\$000) "para despesas de organização e fiscalização do serviço da instrução primaria, e custeamento da escola municipal que se está construindo, (...)"²⁶. Elias Garcia viria a ser o seu primeiro vereador, com começo de exercício de funções nos anos de 1874 e 1875.

As preocupações básicas do vereador Elias Garcia respeitantes às linhas-mestras definidas para o Pelouro da Instrução relacionavam-se com os seguintes aspectos:

- a)- Melhoria das condições de vida dos professores, leia-se vencimentos (reforço de verba destinada ao aumento dos mesmos)²⁷;
- b)- Melhoria das condições didácticas das escolas (particulares, inclusive)²⁸;

²⁰ AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 47, Sessão de Câmara de 13. Jan. 1873, fls. 142 r/v - "Deliberação a camara que (...) tudo há com relação ás (...) escolas se remetam ao sr. Vereador Garcia, ficando este auctorizado para tratar do assumpto conforme está resolvido superiormente".

²¹ Teófilo Ferreira, ob. cit., p. 16.

²² AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 47, Sessão de Câmara de 27. Mar. 1873, fls. 227 r/v.

²³ AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 48, Sessão de Câmara de 16. Set. 1873, fl. 148 v.

²⁴ Cf. n. 23.

²⁵ Teófilo Ferreira, ob. cit., p. 16.

²⁶ AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 48, Sessão de Câmara de 16. Set. 1873, fl. 149 v.

²⁷ AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 48, Sessão de Câmara de 16. Set. 1873, fl. 149 r.

²⁸ AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 48, Sessão de Câmara de 16. Set. 1873, fl. 149 r.

Durante o ano de 1873, em várias Sessões de Câmara, foi autorizada a concessão de subsídios a várias instituições ligadas à instrução popular.

Teófilo Ferreira, ob. cit., p. 18.

A 30 de Agosto de 1873, o Comissário de Estudos do Distrito de Lisboa, Augusto José da Cunha, agradecia à Câmara o cuidado em o informar da intenção de "propor uma verba para subsidiar a instrução primaria da cidade", destinada a melhorar os ordenados dos professores e para a aquisição de material escolar. Elogiava, ainda, a Câmara pelo facto desta considerar "a instrução um dos assumptos mais importantes de que o Município se deve occupar" (AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc. 1 - doc. de 30. Ago. 1873).



José Elias Garcia, primeiro vereador da Instrução da Câmara Municipal de Lisboa. In: Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, PORTUGAL - Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artístico... Vol. III - D-K, João Romano Torres & C^a Editores, Lisboa, 1907.

- c)- Continuação das obras da nova Escola Primária Central Municipal, que estava pronta para entrar em funcionamento no ano lectivo de 1874/75 ²⁹;
- d)- Numa política de racionalização das escolas geridas pela Câmara, José Elias Garcia propugnava pela integração da Escola de Santo António na futura Escola Primária Central da Rua da Inveja ³⁰.

Se em 1873 a criação deste novo pelouro era bem aceite, três anos depois, em 1876, havia um grupo de vereadores opostos à sua existência. Na Sessão de 4 de Janeiro, esse grupo, encabeçado pelo então Presidente da Câmara, Barão de Mendonça, aquando da distribuição dos pelouros pelos vários vereadores eleitos, tecia críticas quanto aos desejos de alargamento orçamental do Pelouro da Instrução, argumentando que seriam verbas mais bem canalizadas se destinadas aos assuntos da beneficência, mais concretamente a infantil ³¹.

²⁹ AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 48, Sessão de Câmara de 16. Set. 1873, fl. 149 r.

³⁰ Teófilo Ferreira, ob. cit., pp. 11 e 16.

AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 48, Sessão de Câmara de 16. Set. 1873, fls. 149 r/v.

³¹ Archivo Municipal, Anno de 1876 - Sessão de Câmara de 4. Jan., pp. 396-397.

AML-AH, Chancelaria da Cidade, Livro de Actas nº 52, Sessão de Câmara de 4. Jan. 1876, fl. 95 v.

3. A evolução da rede escolar. Com a abertura da primeira Escola Primária Central Municipal, a Câmara irá defrontar-se com uma nova responsabilidade que, até aí, dizia respeito só às Escolas de Freguesia/Paroquiais.

Analisando a evolução da rede escolar, durante a década de 70, as autoridades camarárias irão tentar conciliar estes dois tipos de escolas (Escolas de Freguesia/Paroquiais e Escolas Primárias Centrais), embora com uma preferência pelas segundas, devido à sua maior eficácia pedagógica, ao concentrar vários professores e várias classes num só edifício. Isto originava que o número das Escolas de Freguesia oscilasse.

Estando a Escola Primária Central da Rua da Inveja pronta a funcionar no ano lectivo de 1874/75, depressa as autoridades camarárias pensavam em abrir uma segunda Escola Primária Central, a ser instalada numa das freguesias do Bairro Administrativo Ocidental³². Para funcionar no ano lectivo de 1875/76, a Câmara Municipal Lisboa abria a segunda Escola Primária Central, instalada na Rua da Boavista, Freguesia de S. Paulo, para o sexo masculino, com três professores lá colocados. Todavia, teria uma vida curta, devido à crise financeira que afectava a autarquia³³, já não estando aberta no início do ano lectivo de 1876/77.

Com todas estas movimentações no ano lectivo de 1875/76, assistia-se a uma diminuição das Escolas de Freguesia, que passavam de trinta e oito para trinta e cinco³⁴, tendência que se manteria no ano lectivo seguinte (1876/77), diminuindo para trinta e duas - quinze masculinas e dezassete femininas. Havia ainda sete escolas fechadas, por não terem sido colocados professores - quatro (masculinas) e três (duas femininas) (cf. Quadro nº 2 e Mapa nº 2).

³² AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António. Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc. 1 - Sessão de Câmara de 8. Mar. 1875 - Proposta do vereador Pinto Bastos para se abrirem escolas nos Bairros Administrativos Central e Ocidental, a exemplo da escola da Rua da Inveja, logo que os recursos assim o permitissem. Proposta de José Elias Garcia, na sequência da anterior, para que se pudesse admitir mais dois professores, o que iria possibilitar a abertura de uma Escola Primária Central no Bairro Ocidental; esta proposta era aceite (cf. Teófilo Ferreira, ob. cit., pp. 34-35). Proposta de José Elias Garcia para que as Escolas Primárias Centrais Municipais passassem a ser numeradas: Escola nº 1 - da Rua da Inveja; Escola nº 2 - da Rua da Boavista (AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc. 1; Archivo Municipal de Lisboa, Anno de 1875 - Sessão de Câmara de 12. Jul., p. 196).

³³ Teófilo Ferreira, ob. cit., p. 64;

A escola seria encerrada em 20 de Julho de 1876, em cumprimento de uma Portaria do Ministério do Reino de 8 de Junho desse mesmo ano, reabrindo só em 1879, a 6 de Outubro (cf. Teófilo Ferreira, ob. cit., p. 130). A autarquia, nos três anos e três meses que intervalaram o encerramento e o recomeço, por várias vezes tentaria a sua reabertura: Sessão de Câmara de 15. Jan. 1877 - Proposta de reabertura da escola (AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc. 1); Sessão de Câmara de 14. Mai. 1877 - Proposta de reabertura da escola, com a atribuição de uma casa para um professor, o que era aprovado em Sessão de 29. Ago. 1877 (cf. Teófilo Ferreira, Ob. Cit., p. 64); Sessão de Câmara de 7. Mar. 1878 - Aprovação de verba para reabertura da escola (Teófilo Ferreira, ob. cit., p. 64).

³⁴ O Governo Civil de Lisboa comunicava à Câmara Municipal de Lisboa, a 13 de Maio de 1874, que, por decisão da Junta Geral do Distrito de Lisboa, a 1 de Abril, durante os anos económicos de 1874 e 1875, deveriam ser concedidos subsídios no valor de 20\$000 reis anuais a cada um dos professores de escolas públicas de Lisboa, com a finalidade de adquirirem casas adequadas a escolas. Para este apoio, serviam como base de cálculo as contribuições pagas pelo concelho durante 1873, dividindo 700\$000 reis, montante das contribuições entregues pela Câmara Municipal de Lisboa, por 20\$000 reis, subsídio definido para cada professor, chega-se ao número de trinta e cinco professores, correspondendo esse número ao das Escolas de Freguesia existentes (cf. AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc. 1 - doc. de 13. Mai. 1874 e outros documentos em anexo).

Quadro nº 2 - Ano lectivo de 1876/77:

Bairro Oriental	População (6-10 anos)		Escolas Paroquiais		Escolas Centrais	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem	Masc.	Fem.
1. Sto. Estevão (Bº Alfama)	142	127		1		
2. S. Vicente (Bº Alfama)	157	118	1	1		
3. Sé (Bº Rossio)	53	76	1			
4. Santiago (Bº Alfama)	67	63				
5. Castelo (Bº Alfama)	30	28				
6. S. Miguel (Bº Alfama)	82	79				
7. Stº André (Bº Alfama)	75	87		1		
8. S. Cristovão/S. Lourenço (Bº Alfama)	93	105				
9. Socorro (Bº Alfama)	183	175	1	1		
10. Anjos (Bº Alfama)	300	305		1		
11. Pena (Bº Alto)	188	200		1	1*	
Stª Engrácia (Bº Alfama)	344	318	1	2		
S. Jorge Arroios (Bº Alfama)	37	43	1			
S. João Praça (Bº Alfama)	55	71				

Bairro Central

12. Stª Justa (Bº Rossio)	156	156	1	1		
13. S. Nicolau (Bº Rossio)	87	113				
14. Madalena (Bº Rossio)	45	47	1	1		
15. S. Julião (Bº Rossio)	55	64				
16. Conceição-a-Nova (Bº Rossio)	96	88				
17. Mártires (Bº Rossio)	77	67				
18. Sacramento (Bº Alto)	120	101				
19. S. José (Bº Rossio)	201	234	2	1		
20. Coração de Jesus (Bº Alto)	102	106				
22. Encarnação (Bº Alto)	194	258	1			
S. Sebastião Pedreira (Bº Alfama)	64	53	1			

Bairro Ocidental

21. S. Mamede (Bº Alto)	124	161	1	1		
23. Mercês (Bº Alto)	262	260		1		
24. Stª Catarina (Bº Alcântara)	329	298				
25. S. Paulo (Bº Alcântara)	190	201		1	1**	
26. Santos (Bº Alcântara)	433	381	1	1		
27. Lapa (Bº Alcântara)	244	201		1		
28. Stª Isabel (Bº Alcântara)	434	405	1	1		
S. Pedro Alcântara (Bº Alcântara)	122	116	1			
TOTAIS	5141	5105	15	17	2	

*Escola nº1

**Escola nº 2 - fechou em 1876 reabriu em 1879

Os palácios de Lisboa:
da propriedade privada ao
edifício municipal

Zaida Galante

Com a extinção da segunda Escola Primária Central, a autarquia iria rever esta política, passando a reforçar o apoio às Escolas de Freguesia/Paroquiais, como se depreende do relatório do Vereador Luís Jardim, quarto Vereador do Pelouro da Instrução, em substituição do Conde de Rio Maior. Tal política concretizar-se-ia no ano lectivo de 1877/78, com a concessão por parte da autarquia de um subsídio anual de 100\$000 reis a cada professor a leccionar no concelho, e que se destinava ao auxílio para pagamento de renda do edifício da escola³⁵. Isso iria permitir o provimento de "as cadeiras das freguesias ... [da] *Lapa* [(M) (Bº de Alcântara/Ocidental)], *Mercês* [(M) (Bº Bairro Alto/Ocidental)], *Castelo* [(M) (Bº de Alfama/Ocidental)], *Encarnação* [(F) (Bº Bairro Alto/Central)] e *Stª Catarina* [(M) (Bº de Alcântara/Ocidental)]"³⁶, passando, desta forma, para trinta e sete as Escolas de Freguesia a leccionarem (cf. Quadro nº 3 e Mapa nº 3). O reforço era feito basicamente no lado ocidental da cidade, o que permite constatar que a razão de ser desta proposta de abertura destas escolas terá acompanhado muito de perto a existência em cada uma das freguesias de um aumento populacional, o que indicia que as autoridades camarárias estavam conscientes das exigências que tal aumento implicava para a autarquia.

Este aumento do número de Escolas de Freguesia desmente, assim, a opinião de Teófilo Ferreira quanto à política do vereador da Instrução Luís Jardim, que parecia "*indicar que (...) preferia as escolas centraes ás parochiaes (...)*"³⁷.

Na Sessão de Câmara de 29 de Agosto de 1877, mais uma vez se patenteava o desejo da autarquia em criar uma rede escolar de ensino primário condigna. O vereador José Maria Alves Branco Júnior fazia a apresentação pública de uma reforma do ensino primário em Lisboa que, apesar de irrealista, como escrevia Teófilo Ferreira³⁸, alertava para a necessidade de a Câmara estar preparada para fazer face a exigências daquele tipo de ensino - "*Considerando que mais tarde ou mais cedo a instrução popular tem de ser exclusiva ou quasi exclusivamente - MUNICIPAL (...) Será de todos a conveniencia ir preparando de ante-mão o terreno municipal para uma solução d'esta ordem que parece ser fatal e estar eminente*"³⁹. Quanto à rede escolar, o Vereador mencionava a necessidade de a melhorar, tentando exemplificar como a Câmara poderia construir mais escolas - "*(...) toda a boa organização do ensino popular deve possuir escolas que satisfaçam a todas as condições hygienicas e methodologicas; e que estas condições reclamadas e prescriptas pela sciencia pedagogica, só se podem obter pela construcção de edificios proprios*"⁴⁰.

³⁵ Este subsídio tinha sido proposto pelo Vereador Luís Jardim, a 23 de Agosto de 1877. Cf. Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 81; AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António. *Escolas Primárias Municipais - Correspondência*, cx. 355 - mc. 1.

³⁶ Luís Jardim. *A Instrução primaria no Município de Lisboa*, p. 42.

³⁷ Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 106.

³⁸ Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 93.

³⁹ AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António. *Escolas Primárias Municipais - Correspondência*, cx. 355 - mc. 1.

⁴⁰ Cf. nota 38.

Quadro nº 3 - Ano lectivo de 1877/78:

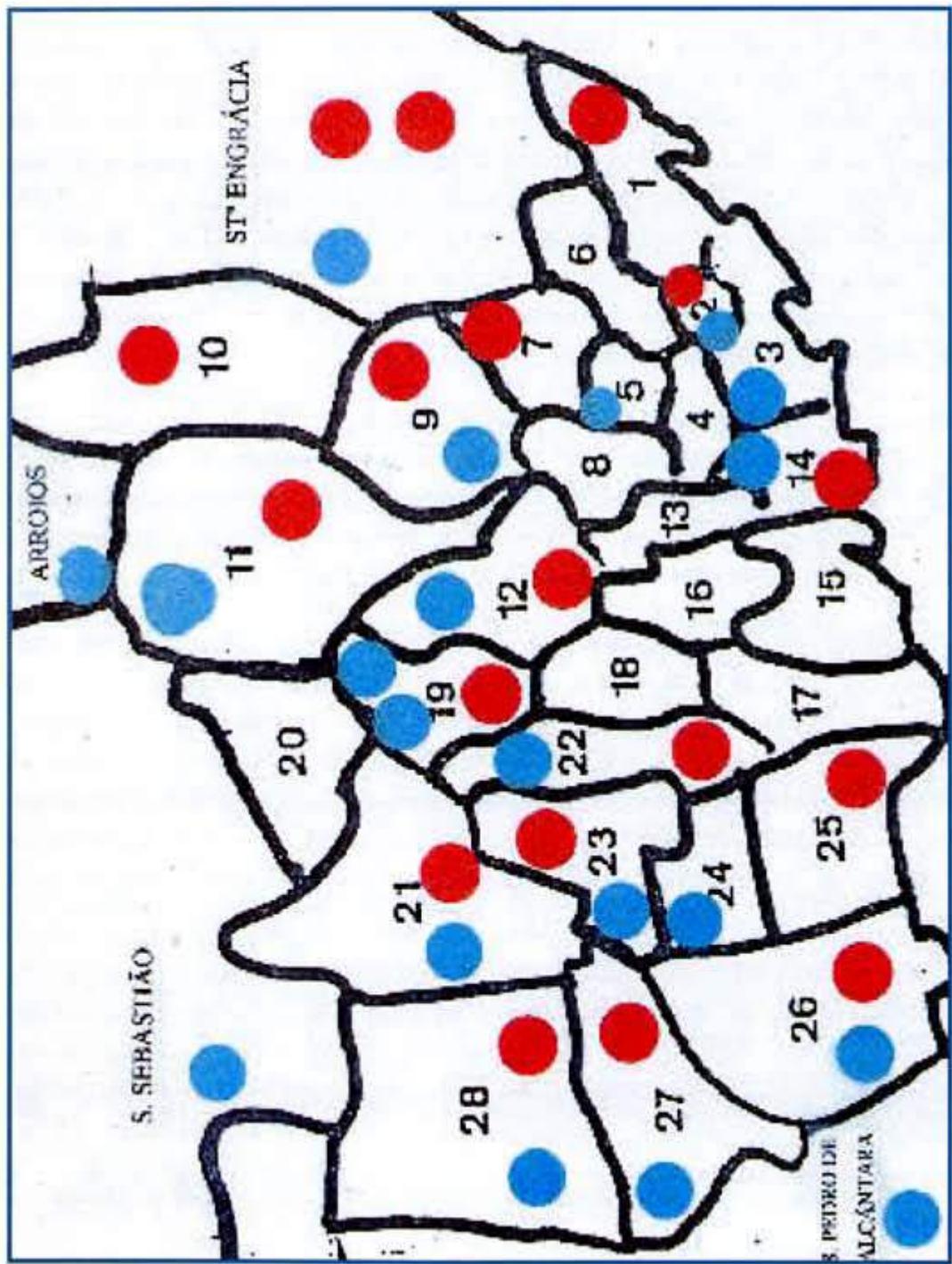
Bairro Oriental	População (6-10 anos)		Escolas Paroquiais		Escolas Centrais	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1. Sto. Estevão (Bº Alfama)	142	127		1		
2. S. Vicente (Bº Alfama)	157	118	1	1		
3. Sé (Bº Rossio)	53	76	1			
4. Santiago (Bº Alfama)	67	63				
5. Castelo (Bº Alfama)	30	28	1			
6. S. Miguel (Bº Alfama)	82	79				
7. Stº André (Bº Alfama)	75	87		1		
8. S. Cristovão/S. Lourenço (Bº Alfama)	93	105				
9. Socorro (Bº Alfama)	183	175	1	1		
10. Anjos (Bº Alfama)	300	305		1		
11. Pena (Bº Alto)	188	200		1	1	
Stª Engrácia (Bº Alfama)	344	318	1	2		
S. Jorge Arroios (Bº Alfama)	37	43	1			
S. João Praça (Bº Alfama)	55	71				

Bairro Central

12. Stª Justa (Bº Rossio)	156	156	1	1		
13. S. Nicolau (Bº Rossio)	87	113				
14. Madalena (Bº Rossio)	45	47	1	1		
15. S. Julião (Bº Rossio)	55	64				
16. Conceição-a-Nova (Bº Rossio)	96	88				
17. Mártires (Bº Rossio)	77	67				
18. Sacramento (Bº Alto)	120	101				
19. S. José (Bº Rossio)	201	234	2	1		
20. Coração de Jesus (Bº Alto)	102	106				
22. Encarnação (Bº Alto)	194	258	1	1		
S. Sebastião Pedreira (Bº Alfama)	64	53	1			

Bairro Ocidental

21. S. Mamede (Bº Alto)	124	161	1	1		
23. Mercês (Bº Alto)	262	260	1	1		
24. Stª Catarina (Bº Alcântara)	329	298	1			
25. S. Paulo (Bº Alcântara)	190	201		1		
26. Santos (Bº Alcântara)	433	381	1	1		
27. Lapa (Bº Alcântara)	244	201	1	1		
28. Stª Isabel (Bº Alcântara)	434	405	1	1		
S. Pedro Alcântara (Bº Alcântara)	122	116	1			
TOTAIS	5141	5105	19	18	1	



Elias Garcia voltava a ocupar o cargo de Vereador do Pelouro da Instrução em 1878 (ano lectivo de 1877/78), em substituição de Luís Pereira Jardim, continuando neste cargo nos anos seguintes até finais de 1881. No final do ano lectivo de 1877/78, a 2 de Maio, era promulgada por Rodrigues Sampaio a Carta de Lei que oficializava a descentralização da Instrução primária pública, com a assunção por parte do poder autárquico dessas matérias (*"Reforma e Reorganização do Ensino Primario"*), possibilitando-lhe a criação de *"escolas centraes com tres ou quatro professores ou professoras"*⁴¹, desde que com autorização do Governo.

Entre 1878 (2 de Maio - saída da legislação sobre a descentralização da instrução primária) e 1881 (28 de Julho - saída do Regulamento sobre a aplicabilidade da legislação para o ensino primário), correspondendo, respectivamente, ao final do ano lectivo de 1877/78 e final do de 1880/81, a rede escolar teve evoluções, nomeadamente quanto às Escolas Primárias Centrais Municipais. Como já se disse acima, havia a reabertura da Escola Primária Central nº 2, instalada no mesmo local da sua criação, na Rua da Boavista⁴², e havia a criação da Escola Primária Central nº 3, uma escola vizinha ao Matadouro Municipal, no Largo da Cruz do Tabuado, que funcionava só em horário laboral, com a possibilidade de ter turmas mistas⁴³.

Quanto às Escolas de Freguesia/Paroquiais, a Carta de Lei de 2 de Maio de 1878, nas suas *"Disposições Transitorias"* (artº 73º), era taxativa - *"Nenhuma escola actualmente em exercicio pôde ser supprimida"*⁴⁴. A este estipulado, a autarquia lisboeta iria respeitá-lo integralmente, não eliminando nem criando escolas⁴⁵, conforme se depreende de uma consulta da Junta Escolar datada de 27 de Dezembro de 1881⁴⁶.

O artigo 65º - § 1º dessa Carta de Lei estabelecia a transferência das Escolas de Freguesia/Paroquiais para a alçada das Juntas de Paróquia, que tinham a obrigação de *"dar casa para escolas, ministrar habitação aos professores, fornecer mobilia escolar"*⁴⁷. Contudo, na prática, a lei nunca seria aplicada, por razões de ordem financeira que impediam as Juntas de Paróquia de assumirem essa responsabilidade. Depreende-se esta dificuldade no que a Junta Escolar de Lisboa escrevia na citada consulta de 27 de Dezembro de 1881 - *"a casa das escolas, a habitação dos professores e as mobílias devem ser dadas*

⁴¹ Ministério da Educação, *Reformas do Ensino em Portugal, 1870-1889*, T. 1 - vol. II - doc. nº 7 - *"Reforma e Reorganização do Ensino Primario"* (2. Mai. 1878 - cap. III - Artº 20º)

⁴² Cf. nota 32.

⁴³ *Arquivo Municipal, Anno de 1879*, Câmara Municipal de Lisboa - Sessão de Câmara de 15. Set. 1879, pp. 501 a 503.

⁴⁴ Cf. nota 40 - artº 73º.

⁴⁵ Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 217.

⁴⁶ *Arquivo Municipal, 1881*, Câmara Municipal de Lisboa - Sessão de 28. Dez. 1881, pp. 682-685 - Apresentação da consulta da Junta Escolar em resposta ao solicitado pelo Governo Civil de Lisboa quanto a um plano de escolas para Lisboa.

⁴⁷ Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 106.

para estas escolas parochiaes, pelas juntas de parochia, e até agora nenhuma d'estas corporações desempenhou este novo encargo"⁴⁸.

Apesar das dificuldades financeiras, a Câmara iria auxiliá-las, mantendo a concessão de subsídios a professores primários oficiais⁴⁹.

Neste ano lectivo de 1880/81, havia o aumento do número de Escolas de Freguesia/Paroquiais, passando para quarenta (vinte e uma para o sexo feminino e dezanove para o sexo masculino)⁵⁰ (cf. Quadro nº 4 e Mapa nº 4). Este aumento teve o seguinte significado na rede escolar:

- a)- extinção de duas Escolas de Freguesia, do Bairro Ocidental (de S. Mamede e St^a Catarina, ambas masculinas);
- b)- abertura de cinco: uma feminina, no Bairro Central (Coração de Jesus), uma pretensão que vinha de 1877⁵¹; quatro no Bairro Oriental - duas para rapazes (Freguesias de S. Miguel e Anjos) e duas para raparigas (Freguesias de S. Miguel e Arroios).

Este aumento, segundo Teófilo Ferreira⁵², não se justificava, a não ser só para benefício dos professores lá colocados, que, no fim do ano lectivo, abandonaram as escolas para serem colocados em Escolas Centrais Municipais⁵³.

Quanto às Escolas Centrais, a 27 de Junho, Elias Garcia comunicava ter adquirido casas para as sua instalações, duas para o sexo masculino e uma para o feminino, pelo que solicitava autorização para efectuar obras de adaptação nos edifícios da Rua do Paraíso (Freguesia de St^a Engrácia/Bairro Oriental - Escola nº 4), do Largo do Contador-Mór

⁴⁸ Idem. *Ibidem*, p. 217.

⁴⁹ AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, *Escolas Primárias Municipais - Correspondência*, cx. 355 - mc. 2 - doc. de 23. Jun. 1879 - Proposta de José Elias Garcia para a gratificação de quarenta e cinco professores e mestras oficiais de Lisboa, no valor global de 927\$000 reis, cabendo a cada professor um subsídio de 20\$600 reis; Doc. de 28. Jun. 1880 - Proposta do mesmo vereador para a concessão de subsídios a quarenta e sete professores e mestras no total de 940\$000 reis, cabendo a cada um deles 20\$000 reis; A década de 70 foi um período de recessão económica que afectou a Câmara. Exemplos desta crise são as várias referências à mesma durante vários anos, ligadas todas elas à política educativa na cidade: 10. Jun. 1870 - Relatório da Câmara enviado ao Governo, em que dava a conhecer o estado ruinoso das finanças da autarquia, o que obrigava "a olvidar a instrução primaria, subsidiada apenas com a quantia de 1:045\$000 rs. para aluguel de casas dos professores" (*Arquivo Municipal*, nº 18 (Junho, 1870) (2ª série), Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de Câmara de 10. Jun. 1870, p. 582); 8. Mar. 1875 - Proposta para a criação de escolas, logo que os recursos financeiros o possibilitassem, realçando a importância dos donativos ou legados deixados à Câmara (AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, *Escolas Primárias Municipais - Correspondência*, cx. 355 - mc. 1); . . . 1876 - Extinção da Escola Primária Central nº 2, devido à redução do orçamento para o Pelouro da Instrução (Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 64); 24. Mar. 1879 - Reclamação pública de um vereador contra a criação de dois cargos de apoio ao Vereador da Instrução (provedor e secretário das Escolas Municipais), num período de crise financeira (AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, *Escolas Primárias Municipais - Correspondência*, cx. 355 - mc. 1).

⁵⁰ Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 271.

⁵¹ A Junta de Paróquia fazia a proposta para a abertura naquela Freguesia de duas cadeiras (masculina e feminina). Esta proposta não seria aceite, sabendo-se que, quanto à masculina, não se justificava a sua abertura, visto haver "na freguesia de S. José a Escola Central, a pouca distancia d'aquella freguesia, e que, por sua organização especial com tres classes, pode admittir grande frequencia d'alunos" (cf. Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, pp. 106-107).

⁵² Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 155.

⁵³ *Arquivo Municipal*, 1881, Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de Câmara de 24. Out. 1881, p. 560.

Quadro nº 4 - Ano lectivo de 1880/81:

	População (6-10 anos)		Escolas Paroquiais		Escolas Centrais	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Bairro Oriental						
1. Sto. Estevão (Bº Alfama)	153	164				
2. S. Vicente (Bº Alfama)	187	212	1	1		
3. Sé (Bº Rossio)	80	70				
4. Santiago (Bº Alfama)	67	61				
5. Castelo (Bº Alfama)	57	64	1			
6. S. Miguel (Bº Alfama)	115	107	1	1		
7. Stº André (Bº Alfama)	59	106		1		
8. S. Cristovão/S. Lourenço (Bº Alfama)	127	126				
9. Socorro (Bº Alfama)	169	219	1	1		
10. Anjos (Bº Alfama)	369	344	1	1		
11. Pena (Bº Alto)	261	245		1	1*	
Stª Engrácia (Bº Alfama)	382	393	1	2		
S. Jorge Arroios (Bº Alfama)	73	61	1	1	1**	
S. João da Praça (Bº Alfama)	74	81				

Bairro Central

12. Stª Justa (Bº Rossio)	133	136	1	1		
13. S. Nicolau (Bº Rossio)	83	100				
14. Madalena (Bº Rossio)	52	44	1	1		
15. S. Julião (Bº Rossio)	42	52				
16. Conceição-a-Nova (Bº Rossio)	64	72				
17. Mártires (Bº Rossio)	77	76				
18. Sacramento (Bº Alto)	114	124				
19. S. José (Bº Rossio)	246	244	2	1		
20. Coração de Jesus (Bº Alto)	91	114		1		
22. Encarnação (Bº Alto)	250	230	1	1		
S. Sebastião Pedreira (Bº Alfama)	64	84	1			

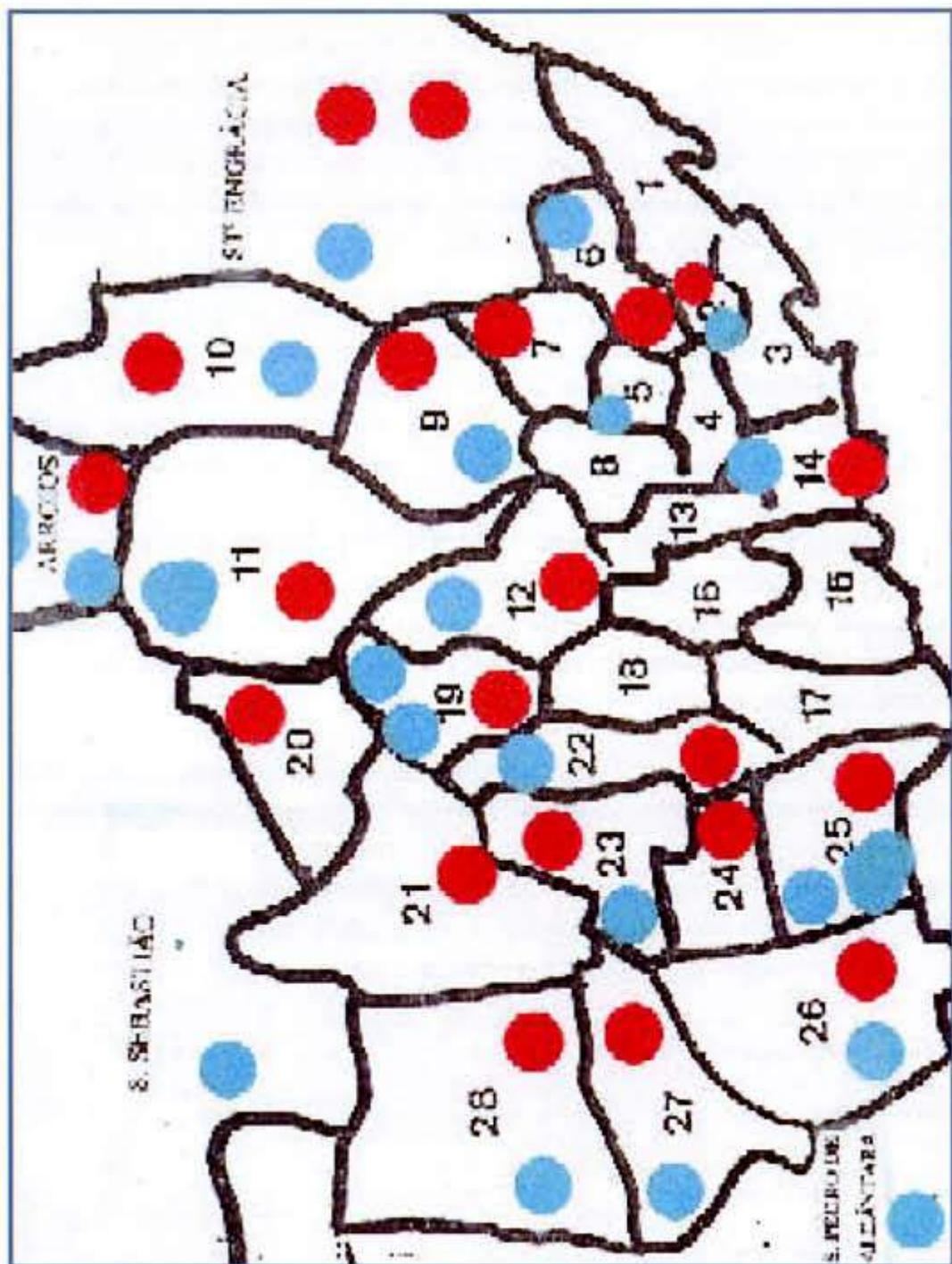
Bairro Ocidental

21. S. Mamede (Bº Alto)	168	157		1		
23. Mercês (Bº Alto)	306	279	1	1		
24. Stª Catarina (Bº Alcântara)	326	361		1		
25. S. Paulo (Bº Alcântara)	215	188	1	1	1***	
26. Santos (Bº Alcântara)	474	480	1	1		
27. Lapa (Bº Alcântara)	249	264	1	1		
28. Stª Isabel (Bº Alcântara)	534	558	1	1		
S. Pedro Alcântara (Bº Alcântara)	135	152	1			
TOTAIS	5.796	5.968	19	21	3	

*Escola nº 1

** Escola nº 3 (início em 1879)

*** Escola nº 2 (reaberta em 1879)



- Escolas de Freguesia/Paroquiais Masculinas
- Escolas Primárias Centrais Municipais para o sexo masculino
- Escolas de Freguesia/Paroquiais Femininas

(Freguesia de Santiago/Bairro Oriental - Escola nº 5), da Rua de S. Bento (Freguesia de Stª Isabel/Bairro Ocidental - Escola nº 6), bem como para proceder à aquisição de mobiliário escolar para elas⁵⁴. A mesma preocupação havia, entre Agosto e Setembro, para a Escola nº 7, localizada no Campo de Santana, Freguesia da Pena⁵⁵. Até final do ano, a autarquia procederia de modo a adquirir mais casas para Escolas Centrais e ampliar a rede escolar. A Escola nº 8 para o sexo masculino era uma herança da Escola Central do Estado, transferida para a alçada da autarquia a 19 de Dezembro: foi instalada na Rua do Passadiço (Freguesia de S. José/Bairro Central).

Estavam em obras de beneficiação os edifícios das futuras Escolas Centrais nºs 9, 10 e 11. As Escolas nºs 9 e 11, respectivamente feminina e masculina, Localizavam-se a primeira na Rua do Patrocínio e a segunda na Rua de S. Domingos à Lapa (Freguesia da Lapa/Bairro Ocidental)⁵⁶; ao passo que a Escola nº 10, para o sexo feminino, localizava-se na Rua de S. José (Freguesia de S. José/Bairro Central)⁵⁷. Estas três escolas só estariam prontas a funcionar desde Abril/Maio de 1882.

Esta era a forma de a autarquia se preparar para fazer face ao novo encargo municipal fruto da descentralização - a Instrução Primária pública, encargo que tinha entrado em vigor a 1 de Julho 1881⁵⁸. Entrava-se num *"período delicadíssimo da acção das leis, que [impunham] ao município obrigações que (...) não [tinham] ainda de considerar"*, escrevia Teófilo Ferreira⁵⁹. Incluía-se nestas obrigações a nomeação de professores?

4 - A Autarquia versus Governo Central - A questão dos professores. O disposto na lei quanto à nomeação de professores não reunia o consenso no seio da Câmara. O cerne da questão residia na possibilidade de a autarquia poder nomear ou não professores para as Escolas Primárias Centrais Municipais à revelia do Governo Central e dos órgãos seus representantes.

A 27 de Junho de 1881, Elias Garcia, de acordo com a sua interpretação da Lei de 2 de Maio de 1878, solicitava autorização para nomear professores para as Escolas Municipais⁶⁰, assunto que seria adiado para a Sessão de Câmara de 24 de Outubro. Eram representantes das duas posições Elias Garcia, que defendia uma autonomia autárquica pura e simples, e Teófilo Ferreira, que era a favor da existência de uma articulação com o Estado. Quais eram as suas argumentações ?

⁵⁴ *Ibidem*. Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de Câmara de 27. Jun. 1881, p. 310; Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 117.

⁵⁵ Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 217.

⁵⁶ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁷ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁸ AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António. *Escolas Primárias Municipais - Correspondência*, cx. 355 - mç. 1; Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 177.

⁵⁹ Teófilo Ferreira, *ob. cit.*, p. 142.

⁶⁰ *Archivo Municipal*. Câmara Municipal de Lisboa, 1881, Sessão de Câmara de 27. Jun. 1881, p. 310.

Elias Garcia defendia que a Lei de 2 de Maio de 1878, ao dar liberdade e poderes aos municípios para criarem Escolas Centrais, estava-lhes a dar implicitamente possibilidades a que pudessem nomear de uma forma arbitrária professores.

Teófilo Ferreira defendia que se deveria fazer uma leitura mais criteriosa daquela Lei, nomeadamente quanto ao artigo 30º, que dizia respeito a todos "*os professores e professoras das escolas d'instrução primaria*"⁶¹. Propunha que a Câmara, para nomear professores para as Escolas Centrais Municipais, teria de realizar um concurso documental "*sob proposta graduada da junta escolar*" (Lei de 2. Mai. 1878 - artº 30º, reforçada com o artigo 9º quanto a leis especiais), situação que era violada pelo Vereador Elias Garcia.

É curiosa a denúncia de perigo nacional que poderia surgir com esta prática irregular da autarquia lisboeta em escolher professores sem concurso - "*os maus exemplos sendo contagiosos, podem comunicar-se a outras municipalidades e em pouco tempo tudo seria anarchia e desordem. Os professores primarios seriam, em breve, o juguete de todas as paixões partidarias, e os seus serviços esquecidos e desprezados lhes avivariam a lembrança saudosa dos tempos, em que o governo era obrigado a ter ingerencia na instrução local*"⁶², assim alertava Teófilo Ferreira. A Câmara, a pedido de Elias Garcia, autorizava-o a nomear professores (sete votos a favor e três contra)⁶³.

A 22 de Novembro desse mesmo ano, o Governo Civil de Lisboa enviava um ofício com um acordão da Junta Escolar a denunciar a prática ilegal da autarquia em nomear professores à revelia do Governo. O presidente da Câmara, José Gregório da Rosa Araújo, a 12 de Dezembro, com base na Carta de Lei de 2 de Maio de 1878 e no Código Administrativo (artº 102 - § 9º), respondia ao Governo Civil, explicando a interpretação da autarquia quanto às leis que saíram sobre a Instrução, relacionadas com as possibilidades de nomear professores para as Escolas Centrais Municipais⁶⁴.

Dentro da Câmara, a questão ainda não estava resolvida. A 19 de Dezembro, Teófilo Ferreira fazia uma proposta para que fossem efectuadas consultas junto ao Governo Central quanto às possibilidades de nomearem professores sem concurso⁶⁵. No topo da primeira página desta proposta encontra-se um "A" maiúsculo, que pensamos significar "Aprovado".

⁶¹ Ministério da Educação. *Reformas do Ensino em Portugal. 1870-1889*. T. I - vol. II - doc. nº 7 - "*Reforma e Reorganização do Ensino Primario*" (2. Mai. 1878 - cap. III - Artº 30º).

⁶² *Arquivo Municipal. 1881*. Sessão de Câmara de 24. Out. 1881, p. 557.

⁶³ Teófilo Ferreira. *ob. cit.*, pp. 555-561.

⁶⁴ AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António. *Escolas Primárias Municipais - Correspondência*, cx. 355 - mc. 1.

⁶⁵ AML-AH. Real Casa e Igreja de Santo António. *Escolas Primárias Municipais - Correspondência*, cx. 355 - mc. 1.

Não se encontrou nenhuma referência à resposta do Governo. No entanto, e de acordo com documentação consultada posterior a 1881, a Câmara passaria a nomear professores com base em concurso documental, dando a conhecer à administração central as suas escolhas. Curiosamente, no ano de 1882, assumia a vereação do Pelouro da Instrução, Teófilo Ferreira.

Como evoluiu o Pelouro da Instrução na sua orgânica interna? Para estes primeiros anos, o vereador tomava as decisões políticas que achava serem as necessárias para a implementação da Instrução primária em Lisboa.

À medida que os assuntos se iam tornando mais complexos, assistia-se à necessidade de reforçar o pessoal adstrito àquele Pelouro. Em 1875, na Sessão de Câmara de 19 de Março, o Vereador da Instrução, José Elias Garcia, fazia um pedido de autorização para poder admitir "provisoriamente" dois indivíduos, necessários à organização do Serviço de Instrução. Um destinava-se a secretariar os assuntos relativos à Instrução, dando origem à Secretaria do Serviço de Instrução. O outro, com o cargo de Provedor, estabelecia relações com outras instituições e com as Escolas Primárias Centrais Municipais, dando origem à Provedoria da Instrução. Depois de muita discussão, a autorização era dada por

unanimidade⁶⁶. Em 1878, o mesmo vereador teria feito uma proposta para a confirmação definitiva na orgânica do Serviço de Instrução dos cargos de Provedor e Secretário da Instrução⁶⁷. Tal se depreende a partir de um protesto de um Vereador, que invocava razões de ordem financeira para ser contra esta proposta. No entanto, e de acordo com a documentação consultada, a proposta teria sido aceite, ainda que com votos contra.

Organicamente, o Pelouro da Instrução, ainda que de uma forma simples, estruturava-se da seguinte forma: Vereação → Provedoria → Secretaria. Em Sessão de Câmara de 23 de Novem-



Dr. Teófilo Ferreira. In: Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XI. Editorial Enciclopédia, Limitada, Lisboa - Rio de Janeiro.

⁶⁶ Arquivo Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, Anno de 1875 – Sessões de 19 e 29. Mar.

⁶⁷ AML-AH, Real Casa e Igreja de Santo António, Escolas Primárias Municipais - Correspondência, cx. 355 - mc.1; Cf. Teófilo Ferreira, ob. cit., p. 106.

bro de 1881, o Vereador Elias Garcia solicitava a autorização para a ampliação dos serviços no âmbito da Secretaria da Instrução, coma criação de dois cargos, um para ficar adstrito à referida Secretaria e outro para ficar responsável pelo material escolar, o que, depois de muita discussão, seria aprovada⁶⁸.

Seria preciso esperar mais uns anos (até 1886) para se assistir à criação de um corpo próprio com mais funcionários, ligados unicamente à Instrução, com outras responsabilidades e com tarefas definidas.

Em jeito de conclusão. A autarquia e o concelho tiveram a oportunidade de ter tido pessoas dinâmicas e empenhadas, em doutrina e na prática, quanto à realização do sonho do ensino primário para todos.

Como se viu, e apesar de interpretações quer quanto à lei, quer quanto ao exercício da política na implementação de uma rede escolar, a Câmara Municipal de Lisboa lançaria as sementes que ainda hoje se podem ver nas existência e localização das Escolas Primárias Centrais Municipais, muitas delas instaladas ainda nos mesmos edifícios. Ao mesmo tempo, estruturar-se-ia de modo a ser capaz de dar resposta àquilo a que era obrigado, quer devido às exigências da lei, quer devido às posturas culturais e políticas das pessoas ligadas á autarquia.

Esta primeira fase da intervenção municipal em matéria de Instrução, que terminaria em 1881 (primeiro período do ano lectivo de 1881/82), despedia-se com quarenta Escolas de Freguesia/Paroquiais e onze Escolas Primárias Centrais Municipais, ainda que só oito funcionassem normalmente desde o início do ano lectivo.

Estas preocupações e interesse pela educação e Instrução primária em Lisboa seriam seguidas pelas vereações posteriores.

⁶⁸ Teófilo Ferreira, ob. cit., pp. 191-193.

Abreviaturas:

AML-AH – Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo histórico

AML-AC - Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego

Artº/Artºs – artigo/artigos:

Abr. – Abril;

Ago. – Agosto;

Bº - Bairro;

Cf. – Conferir;

Cx. – Caixa;

Doc. – Documento;

F. – Feminina/o;

Fev. – Fevereiro;

Jan. – Janeiro;

Jul. – Julho;

Jun. – Junho;

M. – Masculina/o

Mai. – Maio;

Mar. – Março;

Mç. – Maço;

N. – Nota;

Ob. Cit. – Obra Citada;

P/PP. – página/páginas;

R – Reto;

S. – São;

Set. – Setembro;

Stº/Stª - Santo/Santa;

T. – Tomo;

V – Verso;

Vol. – Volume;

§ - Parágrafo;

Os palácios de Lisboa:
da propriedade privada ao
edifício municipal

Zaida Galante

Introdução. Antes de mais deverá definir-se “Palácio” na verdadeira acepção do termo com toda a sua valorização eclética e características aristocráticas, derivando etimologicamente do latim “*Palatium*”¹.

O Palácio é um edifício de aspecto mais ou menos imponente, sendo o de menores dimensões denominado de Palacete, mas ambos considerados como residência sumptuosa de um soberano ou de uma grande personagem. Era o lugar onde os tribunais administravam a justiça, ou ainda uma habitação instalada num antigo convento ou mosteiro², composto por uma vertente agrícola «quinta» que engloba a casa e os jardins. Este tipo de casa nobre nos seus tempos áureos constituiu o principal local de veraneio, servindo entre os séc. XVI e XIX para albergar famílias abastadas³.

Os seus interiores quase sempre decorados de uma forma faustosa, demonstram plenamente o gosto dos períodos ou “*estilos artísticos*” em que foram edificados. Os palácios com toda a sua fidelidade histórica e sensibilidade artística, têm vindo a ser seriamente ameaçados ao longo dos séculos⁴, se bem que sejam de louvar as iniciativas por parte de algumas entidades que apoiam os projectos de recuperação destes edifícios em regime de mecenato⁵.

A Câmara Municipal de Lisboa adquiriu a maior parte destes imóveis instalando lá os vários serviços que compõem a autarquia, tentando manter a monumentalidade arquitectónica das fachadas ou parcialmente a disposição das instalações. Sendo assim, existem vários exemplares que se apresentam dispersos pelas mais diversas zonas da área de Lisboa, transmitindo ainda a imagem dos numerosos movimentos artístico-culturais e mantendo por vezes a identificação referente à nomenclatura original.

O Palácio ao serviço da autarquia. Neste artigo, tentar-se-á fazer uma especial abordagem a este assunto, apenas por opção temática, analisando, como já foi referido anteriormente, a maior parte dos palácios que foram adquiridos por iniciativa camarária, onde passaram a funcionar os mais diversos serviços, outros, no entanto mantendo-se como propriedade municipal, embora não ocupados⁶.

¹ Ver: FERREIRA, António Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto, Porto Editora, 1991, p. 821.

² Ver: AA.VV., *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Porto, Editores Lello & Irmão, 1993, vol. II, p. 435.

³ Ver: STOOP, Anne de. *Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa*. Lisboa, Livraria Civilização Editora, Lisboa, 1986, pp. 9, 11.

⁴ Ver Actas da Câmara Municipal de Lisboa. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Acta nº 110, Sessão de 17 de Outubro de 1946, p. 4: “(...) *Salvaguarda do Património Artístico e Monumental da Cidade de Lisboa (...)*”.

⁵ STOOP, Anne de, op. cit., p. 1.

⁶ Ver: *Boletim da Sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Sessão da Comissão Administrativa de 29 de Julho de 1937, p. 15: “Nº 550, da sessão do Património e Estatística Municipal, datado de 21 de Julho corrente, sugerindo a conveniência de que a Câmara, à semelhança do que sucede nos edifícios do Estado, mande colocar uma placa, em tôdas as suas propriedades, com os seguintes dizeres: « Património Municipal » ou « Património da C.M.L. », julgando, no entanto, preferível a primeira designação”.

Palacete da Quinta do Beau Séjour ou das Campainhas (Estrada de Benfica, nº 362-370 - Freguesia de S. Domingos de Benfica): Em meados do séc. XIX, esta propriedade foi adquirida por D. Ermelinda Allen Monteiro de Almeida, Baronesa e mais tarde Viscondessa da Regaleira, que viria a fundar em 1853 a respectiva residência, a qual "(...) *está construída n'aquelle gosto moderno, elegante e singelo, das casas de campo inglezas e francezas, a que os primeiros chamam cottage*"⁷.

Em 25 de Maio de 1859, através da escritura de venda da Quinta do Beau Séjour, por D. Maria Isabel Allen Palmeiro (também Baronesa da Regaleira), esta passa para António José Leite Guimarães (Barão da Glória)⁸.

Este palacete foi transformado em 1876, segundo indica Irisalva Moita, "*num dos mais significativos conjuntos museográficos particulares do séc. XIX, existentes em Lisboa*". Nele trabalharam, além do pintor Francisco Vilaça, os irmãos Bordalo Pinheiro, Columbano, Rafael e Maria Augusta⁹.

Deste conjunto relativamente vasto, com uma componente agrícola e outra lúdica, apenas subsistem o palacete e o jardim, alienados que foram os terrenos agrícolas¹⁰. A partir de 1970, passou a fazer parte dos vários imóveis recuperados por iniciativa camarária, funcionando actualmente como sede do seu Gabinete de Estudos Olisiponenses¹¹.

Palacete Braancamp (Rua Dom Pedro V, nº 1-61A, integrado no Pátio do Tijolo, nº 25 - Freguesia de Santa Catarina): É uma harmoniosa casa nobre do séc. XIX, de desenho sóbrio e inspiração neoclássica que foi mandada edificar em 1879, por Anselmo José Braancamp (Par do Reino e Ministro), o qual comprou os terrenos aos herdeiros do marceneiro Vidal e a António Trancoso, para sua residência. Este imóvel ergue-se sobre os restos do antigo palácio e pátio do Conde de Soure, que possivelmente também fora casa de ópera e que ficou muito destruída com o terramoto de 1755.

Após quase um ano de desocupação, a casa é alugada a António Maria Fontes Pereira de Melo (também Par do Reino e Ministro). Posteriormente, o Governo francês comprou a casa aos herdeiros Braancamp, para aí instalar a "*École Française de Lisbonne*".

⁷ Ver: FERREIRA, Jorge Manuel Rodrigues. "Quinta do Beau Séjour", in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa, Carlos Quintas e Associados, Lda-Consultores, 1994, pp. 753-754.

⁸ Ver: VALE, Teresa Leonor M., *O Beau Séjour: uma Quinta Romântica de Lisboa*. Coleção Cidade de Lisboa, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, p. 105.

⁹ Ver: nota 7.

¹⁰ VALE, Teresa Leonor M., *O Beau Séjour: uma Quinta Romântica de Lisboa*, Coleção Cidade de Lisboa, Nº 20, Livros Horizonte, Lisboa, 1992, p. 9.

¹¹ Ver: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, (Acta nº430), Sessão ordinária efectuada em 19 de Fevereiro de 1970, p. 93 - "(...) no dia 11 foi lavrada a escritura de compra e venda deste Palácio e de outros edifícios anexos, esperando ter ainda possibilidade de realizar uma visita a esta nova aquisição municipal (...)".

O palacete, com os seus terrenos, esteve para ser submetido a uma expropriação em 1942, obedecendo a planos de urbanização. No entanto, só em 1945 foi finalmente expropriado em prol do município, cedendo a Câmara um terreno à “*École Française de Lisbonne*”, estabelecendo um prazo de quatro anos para esta se transferir¹².

A partir de 1 de Abril de 1964, passou a pertencer à Câmara Municipal de Lisboa, actualmente encontram-se instalados nas suas dependências os serviços da Caixa de Previdência da autarquia, que anteriormente se encontravam na Rua Gomes Freire, nº 144¹³.

Palácio da Quinta das Conchas (Alameda das Linhas de Torres, nº 154-156 Freguesia do Lumiar): Este imóvel remonta ao séc. XVIII e serviu de casa senhorial de uma quinta¹⁴. O respectivo palácio e a quinta faziam parte de um conjunto urbano que englobava os números de polícia: 150-156, encontrando-se instalado nos dois últimos o Departamento de Construção de Vias¹⁵. A Quinta das Conchas foi instituída por Afonso Torres nos finais do séc. XVI e recuperada nos sécs. XVIII e XIX¹⁶.

Em 1897, Francisco Mantero comprou a propriedade a Lourenço da Fonseca Coutinho e sua mulher, moradores no Porto. Em 1920 surge um pedido de licença para construção de uma “(...) *fábrica de fitas cinematográficas, Raul e Caldevilla & C^a. Lda (...)*”, que só em 1921 foi deferido, passando a denominar-se de “(...) *Empresa Técnica Publicitária Filme Gráfica Caldevilla (...)*”¹⁷.

Esta propriedade passou em 1924 para José Vilallonga¹⁸ que ainda a possuía em 1927. Pertenceu em 1934 a Tomás Lopes de Oliveira que nela fez reparações e alterações e em 1938 era do Dr. António Nogueira Menezes de Almeida¹⁹. Em 1943 a quinta foi adquirida pela *Tóbis Portuguesa, S.A.R.L.* que manteve o palacete, suas dependências e logradouro anexo.

Porém em 1968, face a um plano de urbanização para a malha de Telheiras, o qual abrangia o local, foram iniciadas negociações com a Câmara Municipal de Lisboa no

¹² Ver: FRANÇA, José-Augusto. *A Sétima Colina - Roteiro Histórico e Artístico*. Lisboa, Livros Horizonte / Sociedade Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura, 1994, pp. 88-89.

¹³ Informação amavelmente prestada pelos serviços da Caixa de Previdência da Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁴ Ver: AA.VV., *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1987, p. 215.

¹⁵ Informação amavelmente prestada pelo Departamento de Construção de Vias da Câmara Municipal de Lisboa. Ver também nota anterior p. 215.

¹⁶ Ver: CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília. *Termo de Lisboa*. Lisboa, 1993, nº 1, p. 91. Departamento de Educação e Juventude da C.M.L.

¹⁷ AML/AE - Processo de Obra nº 28741, processo nº 8713/OB/1920 e processo nº 2682/OB/1921. Alameda das Linhas de Torres, nº 160, fls. 1-36.

¹⁸ Ver: Registo nº15994, do Livro das descrições prediais, do ano de 1924, da 7ª Conservatória do Registo Predial.

¹⁹ Ver: GONÇALVES, Julieta da Cunha. “Quinta das Conchas”, in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), pp. 751-752.

sentido de disponibilizar os seus terrenos como medida preventiva da solução da grave crise financeira da empresa cinematográfica Tóbis. Assim em 8 de julho de 1969, foi celebrada a escritura entre aquela empresa e a autarquia, relativa à aceitação de um palacete, dependência e logradouro anexo, juntamente com outro terreno, para pagamento de encargos de mais valia resultantes da urbanização local. Como condição de acordo, foi estabelecido que uma parte restante da propriedade ficasse na posse da Tóbis, onde seriam erigidas as construções previstas no plano urbanístico²⁰.

A Câmara Municipal de Lisboa estabeleceu aí obras de restauro, passando assim a servir de sede à sua Direcção de Projecto dos Acessos a Lisboa²¹. Actualmente, este serviço camarário mantém-se nas mesmas instalações, possuindo contudo hoje a denominação de Departamento de Construção de Vias da Direcção Municipal de Infraestruturas e Saneamento.²²

Palacete da Quinta do Conde dos Arcos (Rua Conselheiro Teles de Vasconcelos, Olivais Norte - Freguesia de Santa Maria dos Olivais): É um palacete romântico²³ certamente remodelado no séc. XIX. Aqui moraram pelo menos transitoriamente, D. Manuel José de Noronha e Meneses (7º Conde dos Arcos) e D. Marcos de Noronha e Brito, seu filho, que foi 15º e último Vice-Rei do Brasil. O 12º Conde dos Arcos, D. José Manuel de Noronha e Brito de Meneses de Alarcão, casado, sem descendência, com Dª Maria Margarida José de Jesus Maria Clara Francisco Xavier de Mendonça, legou o imóvel à Câmara Municipal de Lisboa²⁴.

Actualmente, já não possui área edificada, mas apenas o envolvente, visto ter sido sacrificada ao planeamento urbanístico previsto, dando lugar a um grandioso plano camarário, com a abertura de novos arruamentos e o levantamento de edificações²⁵. O espaço que ainda resta passou a funcionar em 1986 como Escola municipal de Jardinagem com os seus respectivos viveiros camarários²⁶.

²⁰ Informação amavelmente prestada pelo Departamento de Património da Direcção Municipal de Finanças e Património da Câmara Municipal de Lisboa.

²¹ Ver: nota 19.

²² Informação amavelmente prestada pelo Departamento de Construção de Vias, da Direcção Municipal de Infraestruturas e Saneamento.

²³ Ver: CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL Marília, Lisboa Oriental, Lisboa, 1993, vol. II, p. 147. Departamento de Educação e Juventude da C.M.L.

²⁴ Ver: AA.VV., *Um passeio pela memória dos Olivais*, Centro Cultural Eça de Queiroz / Pelouros da Educação e Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa / Lisboa / Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, 1997, pp. 36-37.

²⁵ Ver: FERNANDES, José Manuel, "Lisboa no século XX - O tempo moderno", in MOTTA, Irisalva (direcção), *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte / Sociedade Lisboa 94 - Capital Europeia da Cultura / EXPO' 98, 1994, p. 509.

²⁶ Ver: CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL Marília, *op. cit.*, vol. II, p. 147.

Palácio Folgosa (Rua da Palma, nº 169, Martim Moniz - Freguesia dos Anjos):

É uma construção do séc. XIX, mandada erigir em 1893²⁷ por António de Sousa e Sá, Conde da Folgosa, viúvo da filha do 1º Barão da Folgosa, a qual possuía por herança vários terrenos, hortas e jardins, que se estendiam desde o Socorro até ao Desterro²⁸. A Câmara Municipal de Lisboa adquiriu este imóvel, depois da morte do Conde, a seus herdeiros. A intenção pretendida correspondia à rectificação da rua, que na segunda década do séc. XX, começara a urbanizar-se intensamente do mesmo lado poente depois da abertura da Avenida D. Amélia, actualmente denominada de Almirante Reis. Em 1926, a frontaria do edifício foi encurtada, sacrificando-se-lhe uma parte, na qual se incluía a principal sala do palácio. Segundo o olissipógrafo Norberto de Araújo, "Este sofreu então obras de adaptação a repartições de serviços municipais, perdendo interiormente qualquer interesse que houvesse tido"²⁹.

Assim, em 28 de Dezembro de 1954, conforme comprova a escritura camarária de compra de propriedade, verifica-se a aquisição de vários imóveis sítos na Rua da Palma, incluindo este antigo palácio. O imóvel funcionou até 1998 como repartição de Obras Municipais, Contabilidade e de arruamentos, do projecto RECRIA (Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados da autarquia). Em 1999, passa para propriedade dos CTT (com a antiga designação de Correios, telégrafos e telefones e actualmente denominados de Correios de Portugal, SA), que estabelece obras de remodelação das instalações³⁰.

Palácio da Quinta do Contador-Mor (Antiga Azinhaga do Búzio, nº56 e actual Rua Cidade do Lobito, Olivais Sul - Freguesia de Santa Maria dos Olivais):

Este palácio, integrado numa propriedade construída no séc. XVIII e modificada no séc. XIX,³¹ pertenceu a Rodolfo van Zeller, último Contador-Mor do Reino. A respectiva Quinta celebrizou-se pela descrição que Eça de Queiroz faz em *Os Maias*, ao situar nas suas dependências a *Toca*³². Amigo da família, consta que Eça de Queiroz se deliciava a baloiçar sob a acácia que existia onde actualmente se ergeu a torre. Praticamente nada possuindo do original, escapando as lareiras e ostentando no vértice norte da fachada principal o brasão da família van Zeller, apresenta as transformações que sofreu, sobretudo já no séc. XX.

²⁷ Ver: ARAÚJO, Norberto de. *Inventário de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, (fascículo nº 5), 1947, p. 23.

²⁸ Ver: ALMEIDA, D. Fernando de. *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, vol. V, Primeiro Tomo, 1973, p. 124.

²⁹ Ver: ARAÚJO, Norberto de. *op. cit.*, p. 23.

³⁰ Ver: "Escritura de compra dos prédios 176 a 192 da Rua da Palma, tornejando para a Rua Fernandes da Fonseca, 35 a 41 e a Rua da Palma, 154 a 174, a Banco Borges & Irmão, S.A.R.L.", in *Livro de Notas nº 170-A, Fls. 85*, (cota: A.M.L.-A.C., Notariado privativo).

³¹ Ver: CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel, ABEL, Marília, *op. cit.*, vol. II, p.147.

³² Ver: AA.VV., *Um passeio pela memória dos Olivais*, p. 17.

Posteriormente, esteve na posse de José Bento Pinto e sua mulher, mas em 20 de Janeiro de 1955, foi lavrada a escritura de compra deste Palácio pela Câmara Municipal de Lisboa. Finalmente, foi restaurado em 1996 pela autarquia, para instalar nas suas dependências a Bedeteca de Lisboa, a qual conta ainda com uma Biblioteca Municipal³³.

Palácio dos Coruchéus (Rua Alberto de Oliveira, sem número de polícia - Freguesia do Campo Grande): Situado num troço hoje desaparecido da Rua Aboim Ascensão (anteriormente chamada de Azinhaga dos Coruchéus), actualmente Rua Alberto de Oliveira. É considerado uma construção representativa da arquitectura dos princípios do séc. XIX, sugerindo, contudo, forte possibilidade de remontar ao século XVIII. Segundo a tradição, a casa terá sido mandada erigir pelo Filipe II de Espanha para albergar uma das suas concubinas e ao longo do séc. XIX, a quinta encontrava-se na posse da família Velho de Moscoso³⁴.

Segundo informação datada de 1945, a 2ª Repartição da Direcção dos Serviços de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa indica uma lista completa de ocupantes, sendo a actriz Maria das Neves, inquilina de um prédio de dois pavimentos, outros nove inquilinos ocupando cada um uma casa com uma divisão e ainda Manuel Jorge Mendes Júnior como ocupante da parte rústica³⁵.

A passagem da propriedade para posse da autarquia, veio na sequência da expropriação, por escritura de 16 de Março de 1945, e o arrendamento do prédio urbano da quinta, é objecto de um contrato datado de 14 de Junho de 1938. Há, no entanto, um requerimento de cessação de contrato por parte de Maria das Neves em 13 de Julho de 1946, e outro de aluguer em Agosto do mesmo ano, mas a Câmara Municipal de Lisboa indefere-o, dado o mau estado de conservação do edifício. O imóvel não oferecia condições de ser habitado, devendo ser totalmente demolido, pois apresentava perigo iminente de derrocada, sendo, no entanto, sujeito a obras por parte dos proprietários. Em 1946, é objecto de utilização como depósito de vários espólios para os quais não havia local apropriado, sendo guardada no palácio em situação precária parte dos figurinos e adereços do Cortejo histórico de 1947 (comemorativo do VIII Centenário da Conquista de Lisboa aos Mouros) e de algumas marchas populares. Segundo refere Salete Salvado, *"Esta situação mantém-se até aos anos 60, só terminando quando, tendo sido recuperados os cómodos da Quinta do Policarpo, os materiais puderam ser para ali transportados"*³⁶.

³³ Informação amavelmente prestada pelo Departamento de Património da Direcção Municipal de Finanças e Património da Câmara Municipal de Lisboa.

³⁴ Ver: SALVADO, Salete. "Coruchéus", in SANTANA, Francisco, SUCENA, Eduardo (direcção). *op. cit.*, pp. 316-318.

³⁵ Ver: Idem, *Ibidem*, p. 316.

³⁶ Ver: Idem, *Ibidem*, p. 317.

Foi então decidido, entre 1960 e 1970, um destino apropriado para o palácio, e a Câmara assume a responsabilidade de dotar a cidade de um centro cultural pluridisciplinar e harmoniosamente organizado e integrado na malha urbana. Em 1967, "(...) foi elaborado pelo Sr. Arquitecto Fernando Augusto Peres Guimarães um projecto de adaptação do Palácio dos Coruchéus, para instalação de salas de exposições, conferências e biblioteca, e do respectivo arranjo envolvente, englobando «ateliers» para artistas"³⁷.

Em 1971, foi inaugurado o Centro de Artes Plásticas dos Coruchéus e desactivada a biblioteca especializada por falta de consulta, a qual mais tarde, foi instalada no edifício da extinta 4ª Repartição - Acção Cultural da Direcção de Serviços Centrais e Culturais, funcionando ainda o primeiro andar como galeria de exposições. Finalmente, em 1989 e 1990, com uma nova estrutura de serviços da Câmara Municipal de Lisboa, ficou instalado no edifício o Departamento de Património Cultural com a sua Secção de Apoio Administrativo e duas das suas divisões³⁸.

Palácio da Quinta dos Lilazes (Alameda das Linhas de Torres, nº 198 - Freguesia do Lumiar): É um edifício romântico, integrado numa propriedade que começou por ser uma pequena casa de habitação em 1886, pertencente a Francisco César Batalha. Na transição dos sécs. XIX-XX, Francisco Mantero e Velarde, (notável empresário colonial na província ultramarina de S. Tomé e Príncipe, onde viveu muitos anos) decidiu comprá-la. Segundo refere Julieta da Cunha Gonçalves, "*Com alguns terrenos que foram desanexados da «Quinta das Flores», além de outros que comprou e mais uma faixa de terreno que foi buscar à sua «Quinta das Conchas», Francisco Mantero fez em 1897 a «Quinta dos Lilazes», que durante um quarto de século não parou de engrandecer e alindar. A quinta confrontava: a poente com a então chamada Rua do Lumiar (também chamada Estrada do Lumiar e Alameda do Lumiar), a norte com a «Quinta das Flores», de Jesuína Romana Rodrigues, e com a Quinta de Pimentel Leão, a nascente com a vinha de Aurora Francisca Ribeiro Ferreira e a sul com a «Quinta das Conchas» que também pertencia a Francisco Mantero*"³⁹.

A habitação pertencente a esta quinta sofreu grandes alterações em 1914, tanto nos seus interiores como na fachada, que manteve o mesmo aspecto até à actualidade. Em 1963, foi efectuada uma vistoria ao imóvel e seus anexos, concluindo-se que os mesmos

³⁷ Ver: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, acta nº 383, sessão ordinária de 22 de Março de 1967, p. 18-19. "(...) Considerando a vantagem que haveria em dotar a cidade de Lisboa com uma sala de exposições de obras de artistas plásticos, condignamente instalada (...) uma sala de conferências (...) considerando que existe, entre o Campo Grande e o Bairro de Alvalade, o antigo Palácio dos Coruchéus, pertencente ao património municipal, susceptível de ser adaptado para os fins indicados nos considerados anteriores (...) as obras implicavam a adaptação do Palácio dos Coruchéus o qual seria restaurado. Ali instituir-se-ia uma biblioteca especializada, salas de exposições e salas de convívio; próximo um jardim, um restaurante e rodeando toda a praça, uma série de edifícios destinados a "ateliers de artistas"(...)".

³⁸ Ver: SALVADO, Salette, *art. Cit.*, in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *op. cit.*, pp. 318-319.

³⁹ Ver: Idem, *Ibidem*, p. 757.

ameaçavam ruir, necessitando por isso de obras indispensáveis⁴⁰. Posteriormente este imóvel foi considerado propriedade municipal, onde está hoje instalado um Serviço Camarário, a "Sede da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa"⁴¹.

Palácio do Machadinho (Rua do Machadinho, nº 12-22 - Freguesia de Santos-o-Velho): O antigo palácio de José Machado Pinto, mais conhecido por Machadinho, está edificado na Rua do mesmo nome, que outrora se chamava de Acipreste. É uma construção do princípio da segunda metade do séc. XVIII que mantém o traçado solarengo contrastando com os demais edifícios do antigo Mocambo (actual Madragoa). Essa designação toponímica hoje desaparecida era o nome do bairro que, já fora de portas da cidade, foi habitado por negros e pescadores oriundos da região de Aveiro que aqui se radicaram no início do séc. XVI.

Onde hoje se ergue o Palácio do Machadinho existia uma casa na ermida pertencente a D. Duarte d'Eça, descendente dos antigos militares da Índia, que pelo casamento do Rei D. Pedro I e D. Inês de Castro teriam aspirado a entroncarem na Dinastia reinante de Borgonha. É sobre a casa da Ermida dos Eças, que por compra ou herança, José Machado Pinto manda construir o edifício, tornando-o num dos mais opulentos sustentáculos da arquitectura contemporânea do Marquês de Pombal.

Este valioso património pertencente a José Machado Pinto foi, por falta de descendentes, herdado por seu irmão António Machado Pinto. Por linha genealógica teve este palácio por última herdeira D. Maria Benedita de Sousa Teixeira Vahia Machado (sobrinha de José Machado Pinto) em 1819, tendo-o habitado até 1831 data em que foi vendido. Desde então e ao longo de décadas, vários inquilinos e proprietários aí residiram.

Em 1837, serviu de moradia ao Embaixador de Espanha, e em 1851, teve como inquilino António Feliciano de Castilho, que aí fundou o chamado «Colégio do Pórtico». Por volta de 1860, António Teófilo de Araújo, também conhecido por Visconde de Olivares, adquiriu o edifício e altera, por completo a sua feição solarenga, transformando uma vivenda senhorial num palacete burguês apto a albergar vários inquilinos. Por fim, foi a família dos Lima Mayer a última detentora particular do edifício que, a 9 de Julho de 1948⁴², o vendeu ao Município de Lisboa, onde hoje funciona a Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo da Câmara Municipal de Lisboa⁴³.

⁴⁰ AML/AE - Processo de Obra nº 29.393, Despacho de 01/06/1969.

⁴¹ Ver: GONÇALVES, Julieta da Cunha, "Quinta dos Lilazes", in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), p.757.C

⁴² Ver: SERRA, Manuel Pedro, MAIO, José Alberto, CARVALHEIRA, José Melo, *Palácio do Machadinho*, Lisboa, Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo da Câmara Municipal de Lisboa, 1989, pp.16-17.

⁴³ Ver: Idem, *Ibidem*, p. 10: "Com a nova orgânica dos Serviços Municipais aprovada em 22 de Junho de 1988, a Direcção de Serviços de Abastecimento passou a denominar-se Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo (DMAC)", *cit.*, p. 757.

Palácio dos Condes de Tomar (Rua de São Pedro de Alcântara, nº 3, tornejando com a Rua do Grémio Literário, Bairro Alto - Freguesia da Encarnação): É um excelente exemplar de arquitectura romântica⁴⁴, inicialmente residência do Marquês de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral⁴⁵ (1803-1889)⁴⁶. Esta construção da segunda metade do séc. XIX apresenta, no entanto, vestígios setecentistas e um estilo simbiótico de certo interesse, sendo considerado como um edifício de estrutura simples, com quatro pisos⁴⁷. **Funcionou mais tarde (depois da Revolução republicana de 5 de Outubro de 1910), como uma secção do Tribunal de Finanças, um clube inglês, (cujos vestígios ainda são visíveis), um centro de escotismo, e por último, um espaço de convívio para estudantes universitários.**

Em 1973, os últimos inquilinos abandonam o edifício e nasce a Hemeroteca Municipal, possuindo uma biblioteca que se encontra integrada na Divisão de Bibliotecas e Documentação do Departamento de Cultura da edilidade lisboeta⁴⁸.

Palácio da Mitra (Rua do Açúcar e Direita de Marvila - Freguesia de Marvila): Segundo é descrito, por José Vitor Adragão, Natália Pinto e Rui Rasquilho, "*o primitivo Palácio da Mitra, outrora solar campesino e residência de férias, remonta, ao começo do séc. XVII, e dele não existem vestígios*"⁴⁹. Foi totalmente reedificado no século XVIII pelo primeiro Patriarca de Lisboa (1716), D. Tomás de Almeida, da Casa Lavradio e Avintes. Após 1834, incorporado temporariamente nos bens nacionais, serviu de residência patriarcal a D. Frei Patrício da Silva e a D. Frei Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva". Em 1864, o Palácio da Mitra fora leiloado, sendo comprado pelo espanhol D. José Saldanha, Marquês de Salamanca, que, em 1874, o vendeu a Horácio Justus Perry, encarregado de negócios dos Estados Unidos da América em Madrid (onde se encontrava D. José Saldanha), marido da poetisa espanhola D. Carolina Coronado.

A Mitra passou em 1902 da posse de D. Carolina Coronado para o Dr. António Centeno, que já possuía os direitos hipotecários sobre a propriedade, sendo adquirida poucos anos depois por uma sociedade constituída por Francisco de Moura e Sá e Manuel Fuertes Peres. Em 1909, a propriedade era apenas de Fuertes Peres que, em 1913 se ligou com Ernesto Henriques Seixas, fundando a Fábrica Seixas, de metalurgia e fundição, encerrada em 1925.

⁴⁴ Ver: AA.VV., *Il Palazzo del Marchese di Tomar, Bairro Alto di Lisbona*, Instituto tecnico statale per geometri "Antonio da Sangallo il Giovane", Terni, 1994, pp. 27, 32.

⁴⁵ Ver: Idem. *Ibidem*, p. 27: "Foi o 1º Conde (1845) e 1º Marquês (1878) deste título. (...)".

⁴⁶ Ver: AA.VV., *Hemeroteca de Lisboa: a biblioteca dos "sete officios"*, Hemeroteca Municipal de Lisboa, Lisboa, pp. 1-2.

⁴⁷ Ver: nota 43.

⁴⁸ Ver: AA.VV., *Hemeroteca de Lisboa: a biblioteca dos "sete officios"*, p. 2.

⁴⁹ Ver: ADRAGÃO, José Vitor, PINTO, Natália e RASQUILHO, Rui, *Lisboa*, colecção Novos Guias de Portugal, Editorial Presença, 1985, nº 2, p. 156.

A Câmara Municipal de Lisboa comprou o Palácio, terrenos e mais anexos à firma proprietária da fábrica em Abril de 1930, para instalar um matadouro, projecto do qual depois a Câmara desistiu por ter encontrado nos Olivais e nos terrenos de Beirolas terrenos mais apropriados⁵⁰.

Em 1933, os terrenos rústicos, desta propriedade com suas casas foram destinados a asilo de mendicidade denominado «da Mitra ou apenas Mitra». A Câmara Municipal de Lisboa instalou no palácio em 16 de Outubro de 1934 uma Biblioteca Popular que servisse as necessidades culturais daquele populoso bairro citadino⁵¹. Mais tarde, em 1935, "(...) foi resolvido, na sessão de 25 de Abril p. p., a transferência do Museu Municipal, instalado no Palácio Galveias, para o Palácio da Mitra (...)"⁵². Em Abril de 1942, foi inaugurado o Museu da Cidade, apenas circunscrito à antiga casa nobre e ao pátio de honra⁵³. Mais tarde passa a ser a sede do Grupo «Amigos de Lisboa», que se encontra até hoje nas mesmas instalações⁵⁴.

Paços do Concelho ou do Município (Praça do Município, tornejando a Rua do Comércio, Rua Arsenal e Rua Henriques Nogueira - Freguesia de São Julião):

Segundo refere o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, em 24 de Janeiro de 1990, "O edifício dos Paços do Concelho é uma peça de grande dignidade arquitectónica, obra monumental da segunda metade do século XIX. Todo o edifício é de uma grande riqueza decorativa que realça, nos pormenores, a escritura arquitectónica pela magestade, pela imponência da massa construída, pela harmonia de volume"⁵⁵.

Este antigo palácio, situado no grande «forum» medieval de Lisboa: o Rossio, funcionou não só como residência de D. João V, mas também no séc. XVIII, passou a instalar o Senado Municipal, unificando a administração citadina lisboeta, até à destruição provocada pelo terramoto de 1755⁵⁶.

Em 1770, começou a construir-se junto ao Terreiro do Paço, enquadrado no esquema de reconstrução pombalina da cidade, um edifício segundo o projecto do Arq^o. Eugénio dos Santos Carvalho⁵⁷. Este novo edifício tinha, porém, vários inquilinos para além da

⁵⁰ Ver: ARAÚJO, Norberto de, *op. cit.*, fascículo nº 5, pp. 15-16.

⁵¹ Ver: *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Ano VII - nº 339, Sessão da Comissão Administrativa de 9 de Novembro de 1933, p.12.

⁵² Ver: *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Ano IX - Nº 432, Sessão da Comissão Administrativa de 9 de Maio de 1935, pp. 12-15.

⁵³ Ver: ARAÚJO, Norberto de, *op. cit.*, fascículo nº 5, p. 16.

⁵⁴ Ver: ADRAGÃO, José Vitor, PINTO, Natália e RASQUILHO, Rui, *op. cit.*, nº 2, p. 156.

⁵⁵ In Despacho nº 64/P/90, in *Diário Municipal* da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, nº 1580, 5 de Fevereiro de 1990, p. 189.

⁵⁶ Ver: SALVADO, Salete Simões, *Os Paços do Concelho-Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, p. 7-8 (principalmente p.7).

⁵⁷ Ver: *Idem, ibidem*, p. 7.

Câmara, desde a Junta de Crédito Público e outras instituições congêneres, substituídas mais tarde pelo Banco de Portugal. Em 1786, este edifício municipal foi requisitado pela Rainha D. Maria I⁵⁸, que até à data não dispunha de um palácio real condigno, para sua residência temporária na zona central de Lisboa, o que levou a Câmara a transferir a sua sede para a Casa da Índia⁵⁹.

A partir de 1774, a Câmara voltou a ocupar a sua sede, até à ocorrência de um outro incêndio em 1863, que destruiu o edifício, à excepção do piso térreo. Ainda nesse ano, foi apresentado um projecto pelo Eng^o. Pedro Pézarat, para construir um novo edifício para os Paços do Concelho que não foi aprovado⁶⁰, pois pretendia-se, antes de mais, eliminar todas as propriedades privadas desse quarteirão, retirando todos os inquilinos da Câmara, com excepção do Banco de Portugal, que, no entanto, por iniciativa própria, desapareceu como ocupante de parte do imóvel⁶¹.

Contudo, em 1867, foi finalmente aprovado um projecto do Arq^o. Domingos Parente da Silva, tendo sido alvo de algumas alterações em 1869. Novas alterações foram propostas por parte do Eng^o. Frederico Ressano Garcia em 1895⁶², abandonando a construção geométrica do pragmático modelo do séc. XVIII e exprimindo uma nova linguagem dinâmica e ousada que anunciava as grandes mudanças do séc. XIX e a idealização do municipalismo⁶³.

Segundo, proposta do olissipógrafo Quirino da Fonseca, "(...) o projecto da construção de um novo andar no edifício dos Paços do Concelho, projecto elaborado em 1891, pelo ilustre architecto Sr. José Luís Monteiro, atendendo a que este edifício já era então acanhado para as instalações das repartições municipais, ainda mais se verificando esse inconveniente, na actualidade"⁶⁴. Ainda segundo o ex-autarca lisboeta Jorge Sampaio "(...) Em 1990, houve uma tentativa de definição de espaços e instalações no edifício dos Paços do Concelho, (...). É intenção desta Câmara dignificar institucionalmente os Paços do Concelho, fazendo-os espaços de representação do órgão Câmara Municipal e áreas funcionais que possam, em melhores condições de trabalho e para os munícipes, desenvolver a actividade noutros locais"⁶⁵.

⁵⁸ Ver: AA.VV., *Guia de Portugal, Lisboa e Arredores*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Biblioteca Nacional de Lisboa, 1924, p. 210.

⁵⁹ Ver: SALVADO, Salete Simões, *op. cit.*, p. 8.

⁶⁰ Ver: Idem, *Ibidem*, p.8.

⁶¹ Ver: SALVADO, Salete Simões, "Paços do Concelho", in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *op. cit.*, pp. 679-686.

⁶² Ver: ALMEIDA, D. Fernando de (direcção), *Monumentos e edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, vol. V, Primeiro Tomo, 1973, pp. 143-144.

⁶³ Ver: SALVADO, Salete Simões, "Paços do Concelho", in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *op. cit.*, p. 686.

⁶⁴ Ver: *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Ano IV, nº 154, Sessão da Comissão Administrativa de 2 de Janeiro de 1930, p. 12.

⁶⁵ Ver: nota 55.

Por último em 1996, um novo incêndio assolou o edifício, sendo o mesmo novamente sujeito a obras de restauro para funcionar como sede da Câmara Municipal de Lisboa.

Palácio Pimenta ou Galvão Mexia (Campo Grande, nº 245-247 - Freguesia do Campo Grande): É uma residência senhorial lisboeta característica da arquitectura setecentista joanina⁶⁶, construída entre 1744 e 1748⁶⁷, sobre um núcleo primitivo de velhas casas⁶⁸. Neste edifício, é nítida a influência italiana do séc. XVIII com adaptações ao gosto nacional⁶⁹.

Segundo a tradição, foi D. João V o seu edificador, que destinou esta propriedade para residência da sua amante Madre Paula, Abadessa de Odivelas, a quem chamavam «a Pimentinha»⁷⁰. Conforme nos diz Irisalva Moita, sobre este imóvel, "*Conhecido por Palácio Galvão Mexia, Palácio Pimenta e Palácio Jorge Graça, foi porém a segunda designação que veio a perdurar*"⁷¹.

Este palácio foi certamente residência da família Galvão Mexia, e no entanto, a casa e a quinta passam à posse do capitalista Manuel Joaquim Pimenta. No entanto os herdeiros deste proprietário não souberam sustentar a propriedade, que foi leiloada, sendo adquirida pela «*Companhia do Bairro Europa*». Em Outubro de 1914, o Eng^o Jorge Lobo de Ávila Graça, comprou o palácio a esta companhia, promovendo nele importantes restauros, cujas obras só terminaram em 1916, ano em que o novo proprietário a veio habitar⁷².

Em 26 de Dezembro de 1936, o palácio foi oficialmente classificado «*imóvel de interesse artístico e histórico público*»⁷³.

A Câmara Municipal de Lisboa comprou em 1961 o palácio, a quinta e os terrenos rústicos a Jorge Graça para funcionar como Museu da Cidade, transferido do Palácio da Mitra⁷⁴. Em 1968, com projecto do Arq^o Raúl Lino, foi recuperado e adaptado a

⁶⁶ ARAÚJO, Norberto de. *op. cit.*, fascículo nº 8, p. 25.

⁶⁷ Ver: MOITA, Irisalva, "Museu da Cidade", in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *op. cit.*, pp.598-599 (principalmente p. 599).

⁶⁸ Ver: nota 66.

⁶⁹ Ver: AA.VV., *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico / Secretaria de Estado da Cultura, Lisboa, 1993, vol. II, p. 27.

⁷⁰ Ver: ARAÚJO, Norberto de. *op. cit.*, fascículo nº 8, p. 25; "*Nenhum documento fundamenta semelhante versão (...)*".

⁷¹ Ver: nota 67.

⁷² Ver: ARAÚJO, Norberto de. *op. cit.*, fascículo nº 8, p. 25.

⁷³ Ver: *Idem*, *ibidem*, p. 25.

⁷⁴ Ver: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Acta nº 312, sessão de 17 de Outubro de 1962, p. 7. "*O vereador Vasco Regaleira manifestou o seu regozijo pela aquisição do Palácio Galvão Mexia, que considera dos mais belos da cidade, motivo porque o património municipal será notavelmente enriquecido e lembrou a conveniência de se usar dos maiores cuidados, quando se adaptar o edifício ao fim em vista, para não prejudicar a sua traça arquitectónica*".

Museu Municipal⁷⁵. Segundo Irisalva Moita, *“Ainda que muito diminuído na sua extensão, o palácio continua a beneficiar dum enquadramento verde, com destaque para o jardim de cerimónias que conserva, com pequenas alterações, o traçado primitivo e algumas dependências ligadas às suas características rurais (...)”*. Depois de obras de conservação e de adaptação efectuadas a partir de 1976, o Museu da Cidade foi finalmente instalado e aberto ao público, em fases sucessivas, entre 1979 e 1984, segundo um programa que contempla toda a evolução histórica de Lisboa⁷⁶.

Palácio da Rosa (Largo da Rosa, nº 1-5, tornejando para a Rua Marquês Ponte de Lima - Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço): Edificação localizada sobre a Mouraria, erguendo-se austera e pesada, a sua frontaria alcança até ao primeiro lanço das Escadinhas da Costa do Castelo⁷⁷. A fachada principal, orientada a Sudoeste, ostenta dois pavimentos além do térreo, dos quais o primeiro corresponde à parte nobre primitiva, hoje transformada, e mantém uma aparência repousada no seu semblante marcadamente do séc. XIX, à parte o portal setecentista⁷⁸.

Num troço do antigo jardim da casa nobre que foi dos Britos de Nogueira⁷⁹, avulta, como padrão histórico, uma parte de um lanço da muralha da Cerca Fernandina, que desde aqui descia às Portas de S. Vicente da Mouraria. O palácio, de resto, desde o séc. XIV, que se encostava, e tinha por fundo Norte a muralha daquela Cerca⁸⁰.

Este palácio, localizado sobre a Mouraria, pode considerar-se uma reedificação do séc. XVII, alterada e acrescentada no séc. XVIII. É também uma representação solarenga da Lisboa aristocrática e só por esta circunstância digna de relevo⁸¹.

No séc. XX, foi acrescida dos últimos andares no restauro de 1904-1906, promovido pelo Visconde da Várzea⁸². Passou à posse da Câmara Municipal de Lisboa funcionando como Arquivo Fotográfico Municipal em 1942. No entanto, e segundo o então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, General António Vitorino França Borges, apenas no *«(...) dia 11 de Fevereiro de 1970 foi lavrada escritura de compra deste Palácio (...)»*⁸³. Em 1994, o acervo do Arquivo Fotográfico foi transferido para a Rua da Palma, ao

⁷⁵ Ver: *Actas da Câmara Municipal de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Acta nº 339, sessão ordinária de 16 e 29 de Dezembro de 1964, p. 32. *Assistência profissional na execução de todas as obras de reintegração do Palácio do Pimenta, situado no Campo Grande e sua adaptação a Museu Municipal de Lisboa, adjudicada a Raul Lino*.

⁷⁶ Ver: MOITA, Irisalva, “Museu da Cidade”, in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *op. cit.*, p. 599.

⁷⁷ Ver: ALMEIDA, D. Fernando de (direcção), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Junta Distrital de Lisboa, Lisboa, vol. V, Primeiro Tomo, 1973, p. 96-97.

⁷⁸ Ver: ARAÚJO, Norberto de, *op. cit.*, fascículo nº 7, p. 28.

⁷⁹ Ver: *Idem*, *Ibidem*, p. 28: *“(...) Luís de Brito de Nogueira, senhor dos morgados de S. Lourenço, de Lisboa, e de Santo Estêvão, de Beja, e descendente do cavaleiro, alcaide-mór de Lisboa, Afonso Ennes Nogueira”*.

⁸⁰ Ver: *Idem*, *Ibidem*, p. 28.

⁸¹ Ver: *Idem*, *Ibidem*, p. 27.

⁸² Ver: nota 77.

Martim Moniz. Finalmente a partir de 1970, o Palácio da Rosa passou a albergar o serviço responsável pela recolha de informação para a Agenda Cultural⁸⁴.

Palácio das Galveias ou Távora-Galveias (Largo do Campo Pequeno - Freguesia de S. João de Deus): É um interessante e nobilíssimo espécime seiscentista puro da arquitectura civil portuguesa, dos mais representativos de toda a Lisboa. Foi construído, como casa de campo, na primeira metade do séc. XVII por um dos Távoras⁸⁵. Fazia então parte da propriedade uma larga e vistosa Quinta, que se prolongava no sentido Sul-Poente⁸⁶.

Este imóvel foi confiscado em 1759 pelo Marquês de Pombal, passando a ter como novo proprietário D. João de Almeida de Melo e Castro (mais tarde 5º Conde das Galveias), que, em 1814 transitou para seu irmão D. Francisco (6º Conde), continuando assim na posse dos Galveias, até que, ainda no mesmo século⁸⁷ "(...) após a morte do 6º Conde de Galveias, (...) "⁸⁸ e tendo vários sucessores na família, finalmente, uma sobrinha herdou-o e vendeu-o ao capitalista Braz Simões⁸⁹.

Esteve abandonado por algum tempo, até que, em 1927, se começou a pensar na sua expropriação, sendo o edifício destinado a tribunais e conservatórias⁹⁰. Em 1928, a Câmara acordou negociações com os proprietários, sócios da firma Simões & Simões⁹¹. Assim, em 1929, o que restava do palácio foi sujeito a grandes obras de restauro⁹² e a sua quinta «desmembrada» pelas Avenidas Defensores de Chaves e Elias Garcia⁹³.

⁸⁴ Ver: Actas da Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Acta nº430, Sessão ordinária de 19 de Fevereiro de 1970, p. 93.

⁸⁵ Ver: nota 77.

⁸⁶ Ver: ARAÚJO, Norberto de, *op. cit.*, Lisboa, fascículo nº 5, 1947, p.11: "(...) talvez António Luís, 16º Senhor da Casa, falecido em 1657".

⁸⁷ Ver: nota anterior.

⁸⁸ Ver: ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Vega, Lisboa, Vol. XIV, 1993, p. 70.

⁸⁹ Ver: ADRAGÃO, José Vitor, PINTO, Natália e RASQUILHO, Rui, *op. cit.*, p. 163.

⁹⁰ Ver: ARAÚJO, Norberto de, *op. cit.*, vol. XIV, p. 70.

⁹¹ Ver: *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Extrato estenográfico da sessão ordinária de 17 de Março de 1927, pp. 28-29, "Considerando que o abandonado Palácio Galveias, no largo Afonso Pena, merece ser liberto do vergonhoso desprezo em que se encontra há muitos anos, utilizando-se depois de modestamente restaurado, para instalação de tribunais conservatorias, ou outras dependências que o Município tem de manter em casas alugadas e improprias dos respectivos serviços: Tenho a honra de propôr que se promova a expropriação da referida propriedade, por utilidade publica, afim de ter a utilização referida". Ver: novas propostas na sessão de 30 de Junho de 1927.

⁹² Ver: ARAÚJO, Norberto de, *op. cit.*, vol. XIV, p. 70.

⁹³ Ver: *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Ano III - Nº 103, Sessão da Comissão Administrativa realizada em 3 de Janeiro de 1929, p. 12 - "Tenho a honra de propôr que finda a reconstrução do Palacio Galveias, que está sendo efectuada pelo Município, essas instalações se inaugurem com uma exposição pública dos projectos de novos arruamentos, elaborados pela Secção da Planta da Cidade, durante a vigência do mandato da actual Comissão Administrativa".

⁹⁴ Ver: ADRAGÃO, José Vitor, PINTO, Natália e RASQUILHO, Rui, *op. cit.*, p. 163.

A inauguração efectuou-se em 5 de Julho de 1931⁹⁴, sendo o palácio destinado às actuais funções culturais camarárias de Biblioteca Municipal, igualmente funcionando como sede de Arquivo e Museu até à década de 1940.⁹⁵

Palácio Ulrich ou Casa Veva de Lima (Rua Silva Carvalho, nº 238-242 - Freguesia de Santa Isabel): Este edifício que se desenvolve em cinco pisos, está integrado numa propriedade que compreende ainda um pequeno jardim e uma outra construção destinada a uma garagem com anexos. O palácio foi mandado edificar por Joaquim Augusto Ponces de Carvalho, primeiro Conde de Vilar Seco, na Beira Alta, que casara com D. Ana Maria Juliana de Moraes Sarmento (viúva de José Maria de Sá Pereira Meneses Pais do Amaral de Almeida e Vasconcelos Quifel Barberino, 4º Conde de Anadia, com geração). No entanto, do casamento do Conde de Vilar Seco com D. Maria Sarmento não houve filhos, o que explica a permanência do imóvel na posse da família Anadia. Em 1913, a proprietária do edifício era D. Maria da Luz Biester de Barros Lima, Condessa de Alferrarede. E, em 1920, esta casa é alugada pelo Professor Rui Ulrich para sua residência, quando a esposa se encontra em França.

Segundo refere Salete Salvado na descrição do Palácio Ulrich: "*Não foi possível determinar quem habitou a casa entre a sua construção e o aluguer aos Ulrich.*" Refere ainda que: "*A partir de 1927, e por um período de vinte anos, os inquilinos insistem, apelando para a C.M.L. para que a proprietária realize obras de beneficiação exteriores, a que ela se furta alegando falta de meios*". Mas, de 1944 a 1946, quer Rui Ulrich quer sua esposa D. Genoveva Ulrich, (mais conhecida pelo seu nome literário de Veva de Lima) dirigem petições para realização de obras alegando o mau estado do edifício, que só serão finalmente realizadas em 1946.

Porém, surgiu outra proprietária em 1961, D. Maria da Assunção de Sá Pais do Amaral de Sousa Holstein, que estabeleceu de novo obras de beneficiação. Posteriormente, esta propriedade foi adquirida a Miguel Pais do Amaral, na sequência da deliberação da Câmara Municipal de Lisboa em 1980 e só então obteve a designação de Palácio Ulrich.

Tiveram de proceder a extensas e demoradas obras, para recuperação total deste imóvel, tendo o cuidado de manter as tipologias existentes que remontam ao séc. XIX. O edifício conserva largamente, na sua parte nobre, o recheio e arranjo que tivera nos

⁹⁴ Ver: ARAÚJO, Norberto de. *op. cit.*, vol. XIV, p. 70.

⁹⁵ Ver: "Inauguração da Biblioteca, Arquivo e Museu do Palácio Galveias" no *Boletim da Câmara Municipal de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Ano V - nº 232, sessão de 9 de Julho de 1931, p. 46-47: "S. Ex.ª o Sr. Presidente da República General António Oscar de Fragoso Carmona que disse seguita sempre com entusiasmo a obra municipalista da Comissão Administrativa do Município de Lisboa, a quem felicitava por quanto naquele dia 5 de Julho vira e admirara. Nêsse roteiro dos progressos da Cidade que acabava de percorrer, estava a inauguração da Biblioteca, Arquivo e Museu, instalados no Palácio Galveias".

últimos tempos da vida de Veva de Lima, tendo a sua filha, D. Maria Ulrich, doado à autarquia uma parte significativa dos seus bens.

Actualmente, funcionam neste edifício, a Associação Casa Veva de Lima, com grande envolvimento da Câmara Municipal, a Fundação Maria Ulrich e o Grupo Permanente de Trabalho do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa⁹⁶.

Palacetes ou Casas Apalaçadas:

Edifício na Calçada da Boa Hora, nº 155 (anteriormente Rua D. Vasco, nº 12-20, tornejando para a Rua Nova do Calhariz - Freguesia da Ajuda). É uma construção concebida desde a década de trinta para funcionar como estação de limpeza pertencente a um complexo, que reúne quatro grandes estações de limpeza do lixo da cidade, locais estes de onde na altura partiam os meios de transporte da época (carroças). As quatro estações são: a estação ocidental na Ajuda, a estação central na Boa Vista, a estação oriental em Marvila e a estação norte na Quinta da Calçada. O edifício aqui referido é nomeadamente a primeira estação de limpeza, que apresentava no interior das suas instalações as camaratas dos funcionários e no piso inferior as cavalariças.

Actualmente continuam a vigorar os vários postos ou zonas de limpeza, agregados ao Departamento Urbano de Resíduos Sólidos da Câmara Municipal de Lisboa.

Edifício na Rua Saraiva de Carvalho, nº 4-10 (tornejando para a Rua de São Joaquim -Freguesia de Santa Isabel). *Deste edifício não há praticamente informação documentada e a existente foi fornecida pelo Serviço da Câmara Municipal de Lisboa que nele esteve instalado, ou seja, o Departamento de Administração do Património Imobiliário, antes de este se transferir para o novo edifício do Campo Grande, nº 25⁹⁷. Sabe-se portanto, que este serviço camarário anteriormente referido transitou do edifício dos Paços do Conselho para esta Casa apalaçada, em 1985, que fora submetida a obras de restauro.*

Actualmente, estão instalados no edifício a Junta de Freguesia de Santa Isabel no rés-do-chão e, no primeiro andar, a Sede do Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique.

Edifício Central do Campo Grande, nº 25 (Freguesia do Campo Grande). Constituiu uma antiga casa apalaçada, da qual pouca informação foi encontrada sobre o seu passado. Sabe-se que a construção inicial, era composta por uma habitação e um jardim, que posteriormente instalou nas suas dependências um infantário e também um sindicato. Mais tarde, foi demolida, dado o seu estado de degradação.

⁹⁶ SALVADO, Salete. "Palácio Ulrich", in SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo (direcção), *op. cit.*, pp. 953-954.

⁹⁷ Informação amavelmente prestada pelo Departamento de Administração do Património Imobiliário da Direcção Municipal de Finanças, Planeamento, Controlo e Gestão da Câmara Municipal de Lisboa.

Actualmente, foi construído de raiz um edifício, aproveitando os terrenos do anterior, o qual alberga nas suas instalações vários serviços da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente: A Divisão de Gestão do Edifício Central propriamente dito, a Divisão de Administração e Gestão com vários serviços agregados, o Departamento de Administração do Património Imobiliário, a Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbana, a Divisão de Construção de edifícios e Obras Diversas, a Divisão de Fiscalização, a Divisão de Construção e Habitação, o Departamento de Acção Social, o Departamento de Educação e Juventude, Medicina do Trabalho, Contabilidade e Finanças, entre outros, com o intuito de poder unificar o maior número possível destes, sendo denominado de Departamento de Organização e Gestão do Edifício Central do Campo Grande.

Otros Palácios Municipais e Particulares em Lisboa⁹⁸ : É de salientar, que todos os restantes palácios, palacetes ou casas apalaçadas que seguidamente serão enumerados, ficarão sujeitos a uma abordagem adequada numa próxima edição dos Cadernos do Arquivo Municipal.

PALÁCIOS DA AUTARQUIA:

Palácio das Águias ou Cortes Reais (Rua da Junqueira, nº 138 - Freguesia de Alcântara).

Palacete dos Banhos de S. Paulo (Travessa do Carvalho, nº 21-25 e Rua da Ribeira Nova, nº 52 - Freguesia de São Paulo).

Palácio do Cabral (Largo Dr. António de Sousa Macedo, nº 7-7 E - Freguesia de Santa Catarina).

Palácio Diogo Cão (Calçada do Poço dos Mouros, nº 8, tornejando para a Travessa do Calado, nº 12 - Freguesia da Penha de França).

Palácio do Lavrado (Estrada de Chelas, nº 113-127 na Quinta do Lavrado - Freguesia do Beato).

Palácio Lázaro Leitão Aranha ou dos Viscondes do Marco (Rua da Junqueira, nº 194-196 - Freguesia de Santa Maria de Belém).

Palácio dos Marqueses de Fronteira (Rua de São Domingos de Benfica - Freguesia de São Domingos de Benfica).

Palacete Marquês de Pombal (Rua das Janelas Verdes, nº 35-41 - Freguesia de Santos-o-Velho).

Palácio Marquês de Tancos (Calçada Marquês de Tancos, nº 2-10, tornejando para a Rua do Castelo, nº 23-27 - Freguesia de S. Cristovão e S. Lourenço).

⁹⁸ Ver nota anterior.

Palácio do Monteiro-Mor (Museu Nacional do Traje na Estrada do Lumiar, 10-12 e Museu Nacional do Teatro no Largo Júlio de Castilho - ambos na Freguesia do Lumiar).

Palácio Monte Real (Rua de S. Mamede ao Caldas, n.º 19-19 B - Freguesia da Sé).

Palácio de Palma ou Van Zeller (Rua de Santa Apolónia, n.º 12-18, tornejando para a travessa do recolhimento de Lázaro Leitão - Freguesia de Santa Engrácia).

Palácio Pombal (Rua do Século, n.º 65-93 - Freguesia de Santa Catarina).

Palácio de São Cristovão (Quinta de S. Cristovão à Estrada do Paço do Lumiar - Freguesia do Lumiar).

Palácio de S. Roque (Rua de São Pedro de Alcântara, n.º 1-3 e anexos - Freguesia da Encarnação).

Palácio dos Távora (Travessa da Nazaré, n.º 9 e 11-12 - Freguesia dos Anjos).

Palácio da Vila Formosa (Quinta da Vila Formosa na Estrada de Sacavém à Charneca - Freguesia da Charneca).

Palacetes ou Casas Apalaçadas⁹⁹:

Casa dos Bicos (Rua Afonso de Albuquerque, n.º 9-11 e Rua dos Bacalhoeiros, n.º 9-10 E - Freguesia da Sé).

Museu Rafael Bordalo Pinheiro (Campo Grande, n.º 382 - Freguesia do Campo Grande).

Edifício na Rua Presidente Arriaga, n.º 2-6 (tornejando para a Travessa de D. Brás, n.º 1-7 e Rua do Olival, n.º 21 - Freguesia dos Prazeres).

Construção datada de meados do séc. XIX (Calçada do Cascão, n.º 37-39 - Freguesia de Santo Estevão).

Edifício na Praça do Príncipe Real, n.º 35 (tornejando para a Travessa da Mãe d'Água, n.º 51, actual Direcção Geral de Contribuições e Impostos - Freguesia da Encarnação).

Construção datada de 1968 (Estrada de Benfica, n.º 69-73, actual Rua Professor Lima Bastos, n.º 71 - Freguesia de São Domingos de Benfica).

Antigo Teatro Taborda (Actual restaurante na Rua Marquês Ponte de Lima, Pátio do Coleginho, n.º 7 - Freguesia do Socorro e actual casa particular na Costa do Castelo, n.º 69-79 A, Quinta do Coleginho - Freguesia de S. Cristovão e S. Lourenço).

Edifício no Largo do Conde Pombeiro, n.º 12 e Rua das Barracas, n.º 6-6A (actualmente denominado de Largo Calçadinha do Pombeiro, onde se encontra um Jardim Infantil - Freguesia dos Anjos).

⁹⁹ Ver nota anterior, quanto às informações locais. Informações complementares referentes aos edifícios foram no sistema da base de dados do Arquivo Fotográfico Municipal (DocBase 97).

Palacete Conde Casal Garcia, de meados do séc. XIX (no Largo do Ministro, nº 7-9, onde está hoje instalada a Academia de Música de Santa Cecília - Freguesia da Ameixoeira).

Antigo Teatrinho de Belém (na Calçada da Ajuda, nº 76-80, onde está hoje instalada a sede do Belém Clube - Freguesia de Santa Maria de Belém).

Construção situada na Rua Serpa Pinto, nº 2 e Rua Vitor Cordon, nº 20-22 B, (actual Companhia Nacional de Bailado e Junta de Freguesia dos Mártires).

Edifício na Rua Alexandre Herculano, nº 25-25 A (considerado como prémio Valmor em 1911, do Arqº Ventura Terra - Freguesia do Sagrado Coração de Jesus).

Construção situada na Travessa da Praia, nº 6-8 à Junqueira (actual Fundação para a Computação Científica Nacional-Centro Doutor João - Freguesia de Alcântara).

Edifício na Avenida Alvares Cabral, nº 15-21 (onde esteve instalado o Liceu Central de Lisboa, actualmente Liceu Pedro Nunes - Freguesia de Santa Isabel).

CONCLUSÃO: Ao finalizar este artigo, que reflecte não só a preocupação e empenho autárquico, mas também um contributo paisagístico, no âmbito da valorização estética da cidade, poderá verificar-se que a tentativa de reedificar o passado é o melhor benefício para enriquecer todo o património arquitectónico construído.

Convém, por último referir, que segundo Anne de Stoop, "A conservação de uma casa antiga não é tarefa fácil nos nossos dias: As técnicas de restauro e de recuperação, exigem um grau muito elevado de especialização técnica, que em termos práticos se traduz em custos incomportáveis para os proprietários"¹⁰⁰.

Portanto, neste sentido, é de salientar a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa, transformando os imóveis abandonados, degradados ou em vias de ruir, num edifício com utilidade para o munícipe, apresentando-se ainda como um testemunho histórico privilegiado¹⁰¹.

¹⁰⁰ STOOP, Anne de. Quintas e Palácios nos arredores de Lisboa. Lisboa. Livraria Civilização Editora. 1986. p. 1.

¹⁰¹ STOOP, Anne de. op. cit., p. 7.



**Palácio da Quinta do Beau Séjour
ou das Campainhas**

AML-AF - Estrada de Benfica,
Autor: Armando Serôdio,
p. A62993 (N60515).



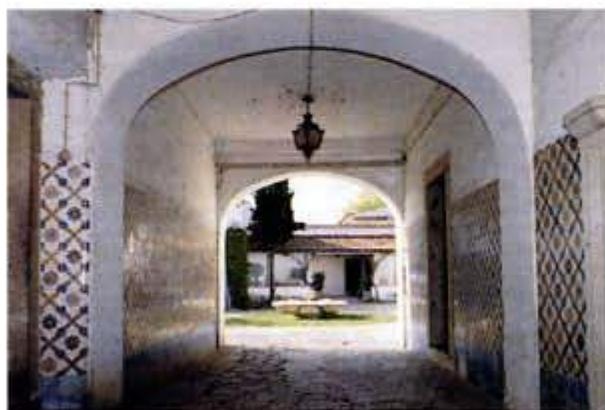
Palacete Braancamp

AML-AF - Pátio do Tijolo,
Autor: Vasco Gouveia de
Figueiredo,
p. A56838 (N54322).



Palácio das Conchas

(Fotografia actual, 1999 - Alameda
das Linhas de Torres - Lumiar)



**Palacete da Quinta Conde dos Ar-
cos**

CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO,
Filomena, VARGAS, José Manuel,
ABEL, Marília.
Pelas Freguesias de Lisboa.
Pelouro da Educação da Câmara
Municipal de Lisboa. Lisboa 1993.
vol. I p. 147



Palácio dos Condes de Folgosa

AML-AF - Rua da Palma,
Autor: desconhecido,
p. A31617 (N29114).



Palácio da Quinta do Contador - Mor

(Fotografia actual. 1999 - Azinhaga
do Búzio - Olivais Sul)



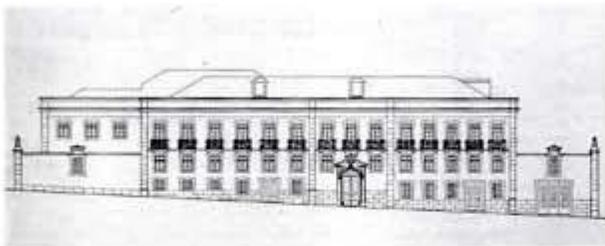
Palácio dos Coruchéus

AML-AF - Rua Alberto de Oliveira,
p. A44649 (N42121).



Palácio dos Lilazes

AML-AF - Alameda das Linhas
de Torres,
p. A43017 (N40490)



Palácio do Machadinho

Palácio do Machadinho, Câmara Municipal de Lisboa. Direcção Municipal de Abastecimento e Consumo (capa).



Palácio dos Condes de Tomar

In Arquivo Pitoresco, Lisboa, T. 7, nº 39, (1864).
p. 305 "postal do Largo de S. Roque - Hemeroteca Municipal".



Palácio da Mitra

AML-AF - Rua do Açúcar.
Autor: Mário Novaes.
p. A7021 (N5414)



Palácio Pimenta ou Galvão Mexia

AML-AF - Museu da Cidade.
Autor: Horácio Novaes.
p. A13087 (N11267).



Paços do Concelho ou do Município

AML-AF - Praça do Município,
Autor: Eduardo Portugal,
ca. 1890, prova em albumina.



Palácio da Rosa

ARAÚJO, Norberto de,
Inventário de Lisboa, fascículo 7
edição da Câmara Municipal
de Lisboa,
1950, entre p. 36 e 37



**Palácio das Galveias ou Távora -
- Galveias**

AML-AF - Campo Pequeno,
Autor: Armando Seródio,
1959, p.A28952 (N26519).



**Palácio Ulrich ou Casa Veva de
Lima**

AML-AF - Rua Silva Carvalho,
Autor: Augusto de Jesus Fernandes,
ca. 1958 a 1908, P. A59057 (N56541).

**Papéis de(o) Arquitecto na in-
tervenção municipal urbana:**

notas sobre projectar Lisboa no século XX

Jorge Mangorrinha

O papel do Arquitecto na sociedade tem-se alargado a vários sectores de actividade, embora não seja ainda marcante ou visível em áreas onde a sua prestação poderia contribuir para melhores resultados práticos, designadamente na investigação, na intervenção cultural, na actividade política, ou como técnicos fundamentais nas Autarquias ou em sectores técnicos do Poder Central.

Onde quer que esteja presente a acção do Arquitecto, a sua principal tarefa na luta pela qualidade é assegurar, no que estiver ao seu alcance, que as suas capacidades e os recursos mobilizados com a sua participação sejam aplicados com respeito pelas necessidades da comunidade em que se insere.

O seu papel na sociedade tem sido visto sempre de dois modos, algo díspares: como a solução dos grandes problemas, mas também como parte do problema. Que dizer a muitos projectos abortados, para os quais se exige a participação do Arquitecto, para depois muitas das suas soluções serem de todo ou parcialmente abandonadas? Os arquivos de organismos do Estado ou os próprios arquivos pessoais dos Arquitectos são uma fonte inesgotável do "Fazer Arquitectura" e uma História paralela e comparada desta.

O Arquitecto pode exercer a sua actividade como profissional livre independente, como associado ou empresário, como funcionário ou contratado por um organismo público, ou como empregado ou contratado ao serviço de uma empresa ou de outros profissionais. Mas é talvez na frente profissional ligada à Administração que o papel interventivo do Arquitecto se deve conjugar muito bem com a estratégia do Estado, que, neste caso, deve ter um papel exemplar como agente normativo e planeador.

Desde a investigação à prática conceptual, o papel do Arquitecto municipal deve ser cada vez mais importante no contexto das políticas de gestão do território. O seu saber é um saber de fronteira entre muitos continentes. A sua leitura do mundo como um todo e na integridade das suas funções práticas, espirituais e culturais, habilita-o para o exercício de um conjunto de actividades que dificilmente qualquer outro profissional poderá prestar.

Pensamos ter-se avançado muito, nos últimos anos, sobre a questão de saber se a Arquitectura é ou não uma Arte necessária e sobre o papel do Arquitecto na sociedade, embora seja algo que não se encontra, ainda neste momento, como um dado adquirido num universo, ainda grande, de autarquias.

O papel do Arquitecto municipal é exercer o seu conhecimento como apoio científico, técnico e estético à gestão do território e ao planeamento estratégico; é escrever nos domínios da investigação e da ensaística, como um outro modo de agir; é deixar para

a posteridade as inquietudes e leituras do planeamento, mesmo que o desenho seja o único testemunho da História e que, a seu modo, hoje fazem parte do nosso património arquivístico e cultural.

Notas

[1] **Projecto de ajardinamento de áreas verdes na Alameda D. Afonso Henriques e avenidas, largos e passeios circundantes.**

Autor não identificado.

Escala não identificada.

Finais do séc. XIX - inícios do séc. XX.

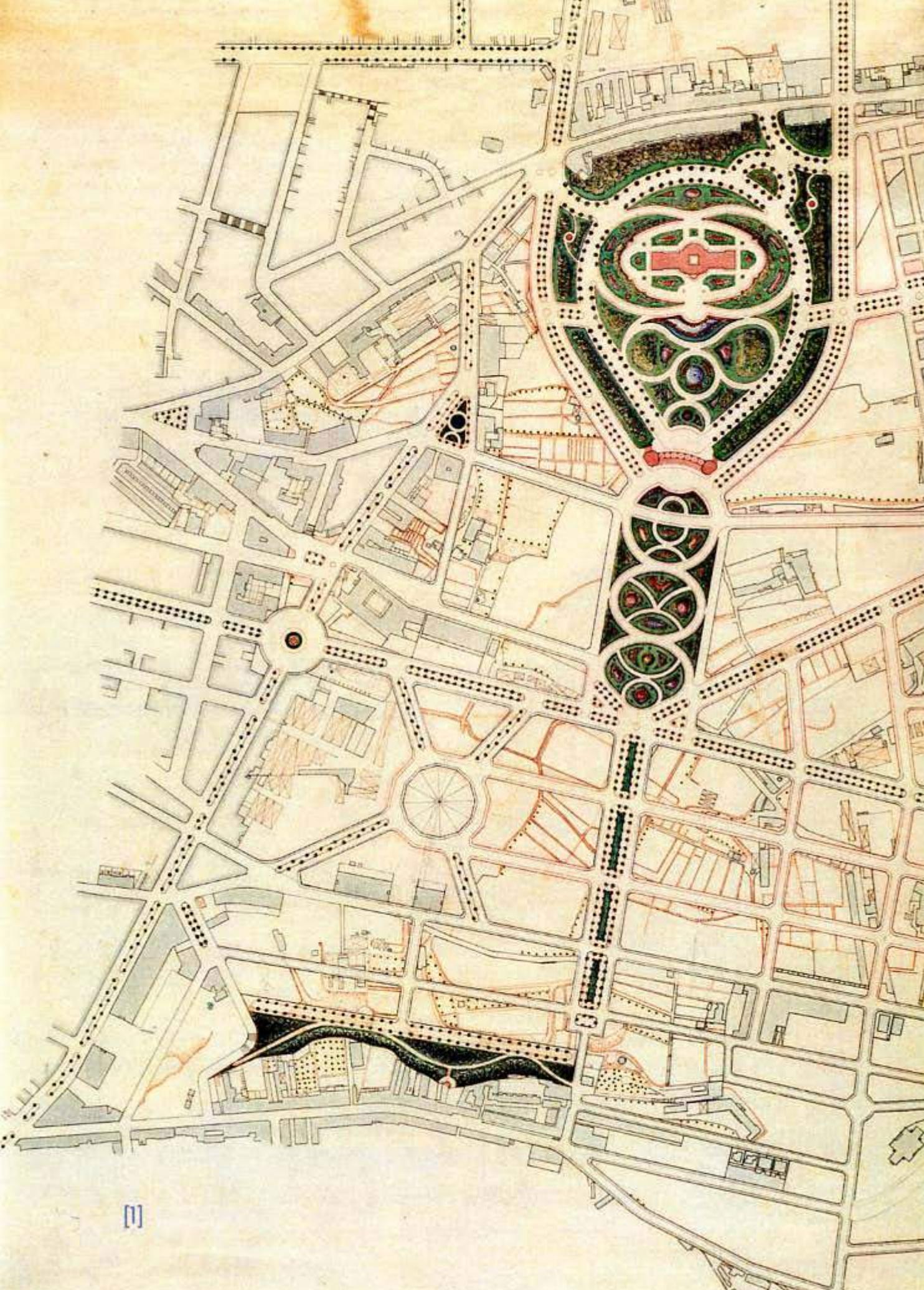
Tinta e aguarela sobre tela parafinada.

Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo do Alto da Eira. Urbanismo.
documento n.º 76.

Alguns dos mais significativos projectos de arranjo de áreas verdes na cidade de Lisboa nunca foram concretizados em obra. Este desenho é, decididamente, um dos mais interessantes depositados em arquivo, representando propostas de construção de áreas verdes, desenhadas de uma forma organicista e romântica, no contexto de um plano de arruamentos para esta zona de Lisboa.

O plano intervém no eixo da Alameda D. Afonso Henriques, desde a actual Rua Barão de Sabrosa até à actual Rua Alves Redol. A maior intervenção passa-se na área actualmente ocupada pelo Instituto Superior Técnico (inaugurado em 1936), onde se propõe um amplo jardim com uma edificação prevista ao centro. A restante alameda seria intervencionada num primeiro troço desenhado com placas ajardinadas curvilíneas, seguindo-se um segundo troço mais estreito onde predomina uma placa central ajardinada ladeada com árvores até ao sítio onde foi construída a Fonte Luminosa, entre 1939 e 1948.

Outras vias seriam intervencionadas, com a introdução de árvores nas respectivas placas centrais, como, por exemplo, as actuais artérias Rovisco Pais, António José de Almeida, Almirante Reis, Guerra Junqueiro, Dona Estefânia e Morais Soares. Junto à actual Rua Actor Vale, também ela intervencionada, propõe-se um largo espaço ajardinado em miradouro, aproveitando as traseiras de uma das frentes urbanas da Rua Barão de Sabrosa.



[2] «Plano de Urbanização da Praça Vasco da Gama em Belém, pormenor dos jardins e arborização».

Arquitecto Vasco Pereira de Lacerda Marques.

Escala 1:200.

1939.

Tinta sobre tela parafinada.

AML-AAE, *Urbanismo*, documento n.º 371.

[3] «Plano de Urbanização da Praça Vasco da Gama em Belém, pormenor dos tanques».

Arquitecto Vasco Pereira de Lacerda Marques.

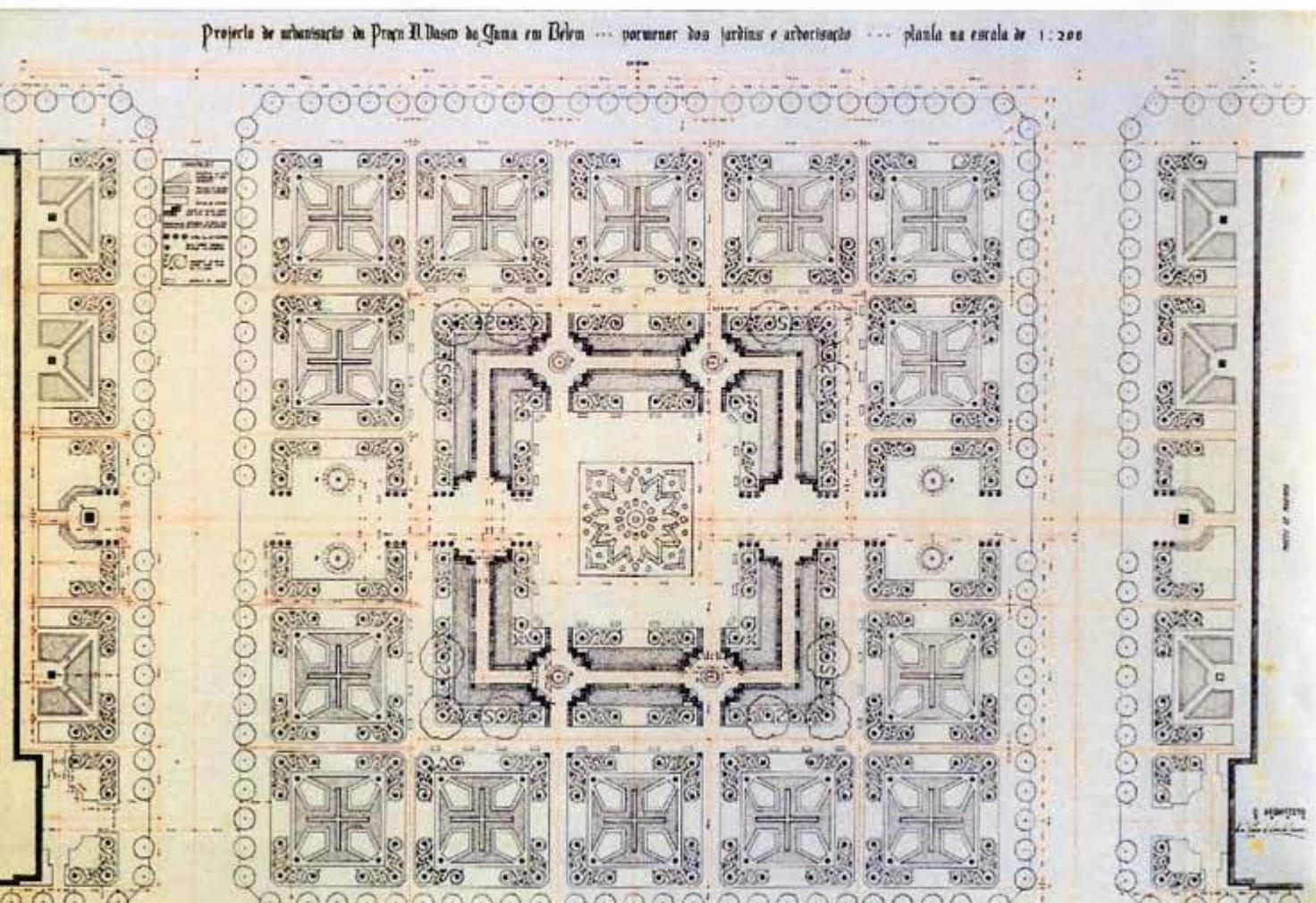
Escala 1:20.

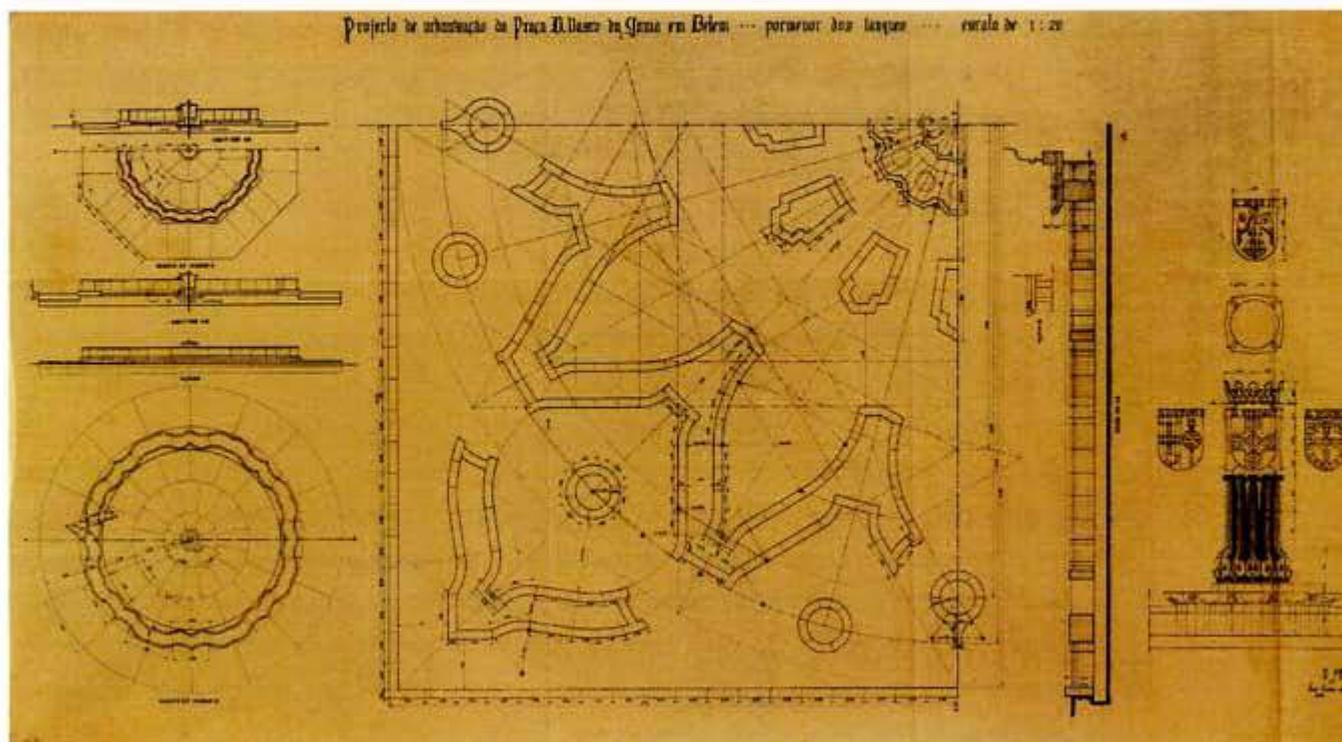
1939.

Tinta sobre tela.

AML-AAE, *Urbanismo*, documento n.º 372.

[2]





[3]

A zona de Belém recebeu, desde o final dos anos 30, atenções acrescidas, tendo em vista a realização da Exposição do Mundo Português, inaugurada em 23 de Junho de 1940, por forma a comemorar duplamente o oitavo centenário da Independência de Portugal (1140) e o terceiro da Restauração (1640). No contexto desta realização, efectuou-se o Plano de Urbanização da Praça Vasco da Gama, incluído no Plano Geral da Exposição do Mundo Português.

Em resposta à necessidade de substituir condignamente um velho jardim destruído para a execução da grande Praça do Império, a Câmara Municipal comprometeu-se a criar um novo jardim no início do Parque de Atracções da Exposição, junto à fachada principal do Museu de Marinha.

Este plano apresenta um desenho de malha simétrica onde se propunha a existência de espécies de flores de várias cores, buxos de altura e forma variável e bancos de jardim. No desenho das placas quadradas ajardinadas predomina o desenho da cruz da Ordem Militar de Cristo. O autor deste plano projectou também a Porta da Restauração para a mesma Exposição. A área destinada a este jardim foi ocupada, posteriormente, pelo Planetário Calouste Gulbenkian, inaugurado em 1965.

[4] «Estudo de descongestionamento do trânsito no centro da Cidade com a localização de edifícios públicos e o saneamento da zona compreendida entre o Socorro e o Rossio».

Arquitecto Faria da Costa.

Escala 1:500.

1944.

Lápis sobre papel vegetal.

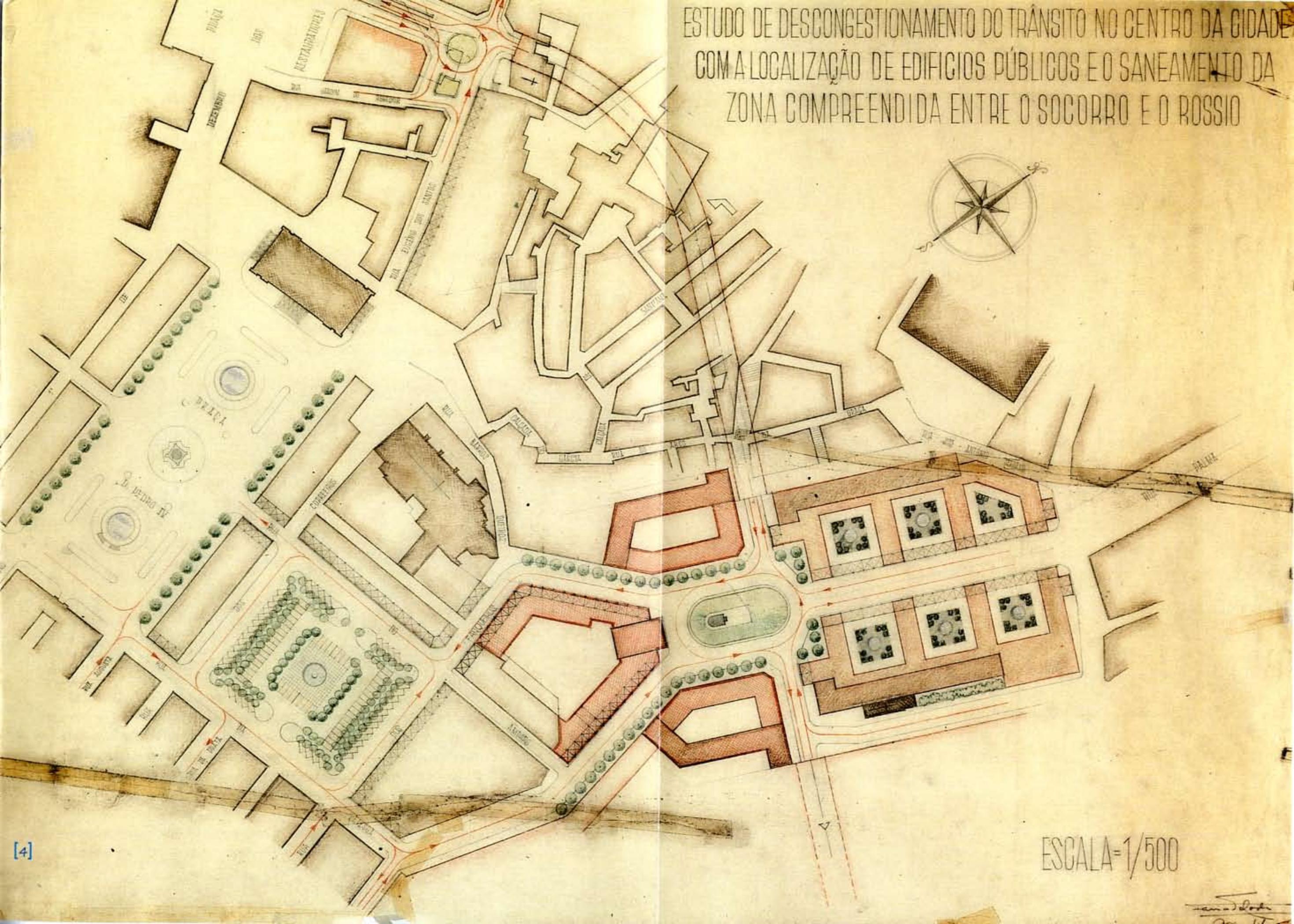
AML-AAE, Urbanismo, documento n.º 760.

Este estudo foi efectuado no contexto de uma política camarária de descongestionamento do trânsito através da demolição parcial de conjuntos edificados, que foi dominante nos anos 40 e 50, em Lisboa. No contexto das ideias preconizadas no Plano Director de Lisboa (De Gröer), é defendida a renovação desta área, desobstruindo-a através de uma via de penetração na Baixa e, simultaneamente, resolvendo o topo sul do eixo Avenida Almirante Reis/Rua da Palma, através de um remate monumentalizado, conferindo um sentido novo a um espaço vazio resultante das demolições.

Este projecto faz parte dos primeiros estudos de Faria da Costa, dando origem ao Plano de Remodelação da Baixa, plano parcial de urbanização, que pretendia solucionar, definitivamente, os problemas de circulação e o saneamento de uma grande zona de edificações antigas e insalubres, que se estende desde o Largo do Intendente até ao Rossio. Estes estudos preliminares avançam com a proposta de uma grande praça rectangular, quase "espelhando" a Praça do Areeiro e articulando a sempre estranha ligação entre a Rua da Palma e a Praça da Figueira. O edificado é articulado com pequenas praças quadrangulares, antecedendo uma rotunda com monumento. O mesmo estudo sugere, desde logo, a construção dos túneis a ligarem, respectivamente, o Largo do Martim Moniz à Praça dos Restauradores e ao Campo das Cebolas, que o Plano definitivo consagra definitivamente, mas nunca concretizados.

O projecto de alguns edifícios novos permitia renovar a tradição popular anterior, através da implantação de uma nova morfologia e usos (hotelaria, comércio e casa de espectáculos) e de uma estética claramente sugerida pelo regime político vigente. Do conjunto de novos edifícios, apenas foi executado o Hotel Mundial. A intervenção profunda de demolição operada nesta altura, associada à falhada concretização do plano de Faria da Costa, deixou até há bem pouco tempo um problema adiado no centro da Cidade.

ESTUDO DE DESCONGESTIONAMENTO DO TRÁNSITO NO CENTRO DA CIDADE
COM A LOCALIZAÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS E O SANEAMENTO DA
ZONA COMPREENDIDA ENTRE O SOCORRO E O ROSSIO



ESCALA=1/500

Handwritten signature and date

[5] «Bairro dos Olivais» (planta de implantação [Olivais Sul]).

Autor não identificado.

Escala 1:1000.

[1955].

Lápis sobre papel.

AML-AAE, *Urbanismo*, documento n.º 733.

[6] «Bairro dos Olivais» (perspectiva de um troço [Olivais Sul]).

Autor não identificado.

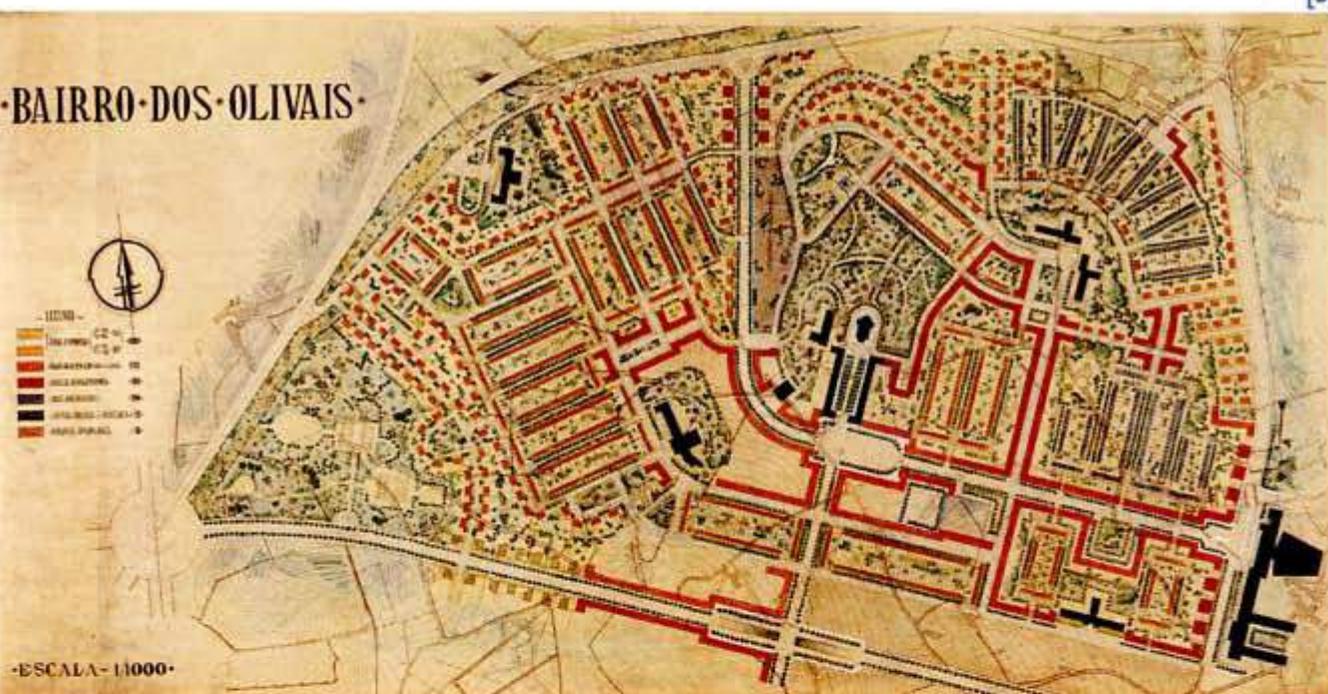
Escala 1:1000.

[1955].

Cópia heliográfica sobre papel.

AML-AAE, *Urbanismo*, documento n.º 742.

[5]



Este plano, da responsabilidade conjunta da Câmara Municipal de Lisboa e do Gabinete Técnico de Habitação, representa a última grande operação imobiliária realizada pelo Estado Novo. O ante-projecto do Bairro dos Olivais foi aprovado pelo Ministério das Obras Públicas em 1948 e representa um empreendimento municipal que assume a revisão da Carta de Atenas, no pós-Segunda Guerra Mundial, com semi-ruas e quarteirões.

O estudo da Urbanização iniciou-se por volta de 1955 e o início da sua construção foi possível na sequência do Decreto-Lei n.º 42.454, de 18 de Agosto de 1959, em terrenos

expropriados ao abrigo do regime dos «Centenários», fazendo parte dele duas áreas distintas: Olivais Norte e Olivais Sul. Os documentos apresentados referem-se a estudos preliminares ao Plano dos Olivais Sul. Este Bairro Social foi previsto para preencher uma área de 186 hectares e o seu processo de concepção passou por várias fases.



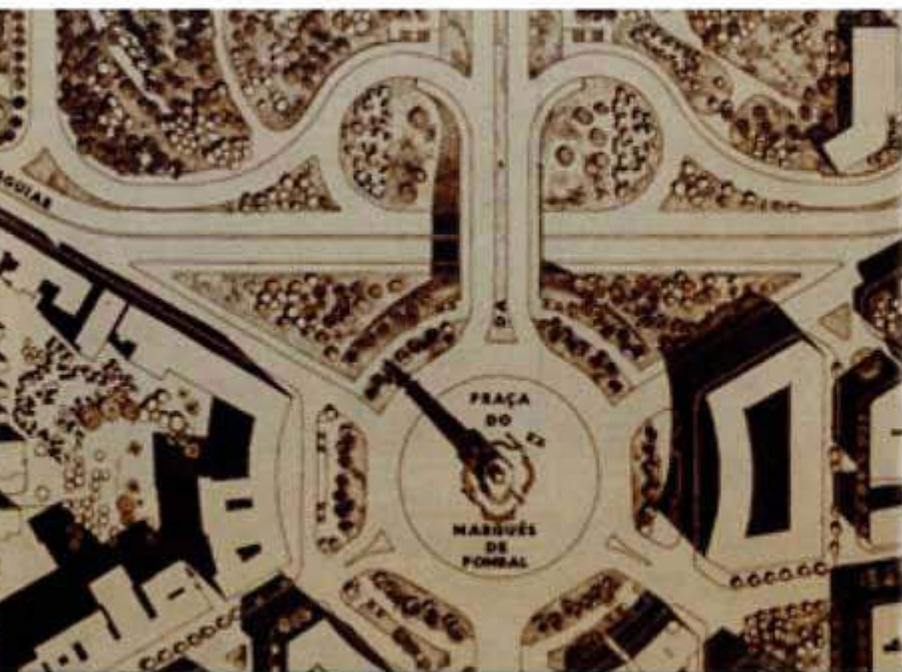
[6]

[Plano construído dos Olivais Sul]



(In Revista Municipal, Câmara Municipal de Lisboa, ano XXVIII, n.º 114/115, 1967, p. 72)

Nestes documentos, o seu programa funcional contemplava casas económicas, casas de renda limitada e livre, casas de renda económica, casas para os pobres, edifícios públicos e assistência, moradias unifamiliares. Esta solução foi substituída por uma outra assente em prédios de galeria e espaços colectivos, através do Plano coordenado pelos arquitectos José Rafael Botelho e Carlos Duarte, elaborado entre 1959 e 1962, decorrendo as obras no período de 1960 a 1972.



[7] Estudo de Prolongamento da Avenida da Liberdade (desenho n.º 26).

Assinaturas ilegíveis.

Escala 1:1000.

[c. 1960].

Cópia *ozalid*.

AML-AAE. *Urbanismo*, documento n.º 475.

A hipótese de prolongamento da Avenida da Liberdade, à custa do Parque Eduardo VII, foi um tema várias vezes discutido dentro e fora da Câmara Municipal, e mesmo aprovada, designadamente nos anos 20/30 (projecto de Cristino da Silva) e nos anos 60 (Plano Director de Lisboa).

Deste contexto de transformação e maior monumentalidade do "velho" eixo oitocentista fez parte a remodelação da Praça do Marquês de Pombal, com base no Estudo de Conjunto traçado em 1950 pelos arquitectos Carlos João Ramos e Carlos Manuel Ramos. Este estudo não teve, porém, uma concretização plena, já que ainda hoje se mantém uma parte significativa dos edifícios primitivos desta praça. Posteriormente, a Câmara Municipal elaborou vários planos de reordenamento viário nos anos 60, dos quais fez parte o Estudo de Prolongamento da Avenida da Liberdade, que incluía supostamente este documento numerado com o n.º 26, referente ao nó da Praça do Marquês de Pombal.

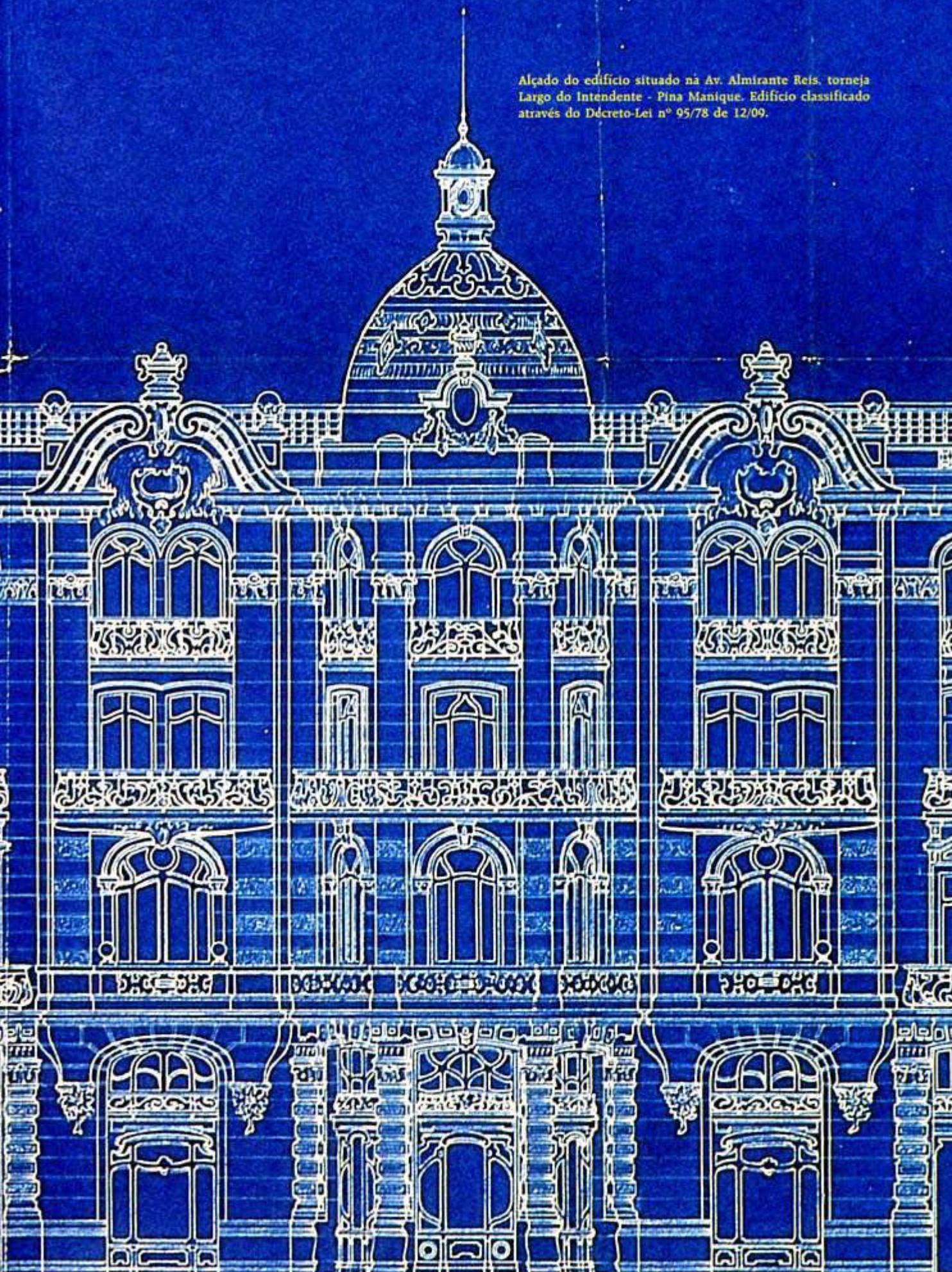
Neste desenho, são propostas rotundas desniveladas, como forma de resolver o trânsito entre as vias existentes e o prolongamento da Avenida. Apesar deste estudo ter sido traçado e coordenado por técnicos camarários, a elaboração do projecto de pormenorização do Plano foi adjudicada em 1969 a uma equipa de engenheiros constituída por Edgar António de Mesquita Cardoso, Ruy Mário Oliveira Pedreira de Almeida, António Rebelo da Costa Franco e Abreu e Ruy Pereira Correia.

O Arquivo Municipal de Lisboa

Alto da Eira

Helena Neves
Vasco Brito

Alçado do edifício situado na Av. Almirante Reis, torneja Largo do Intendente - Pina Manique. Edifício classificado através do Decreto-Lei nº 95/78 de 12/09.



O Arquivo do Alto da Eira. Pelas características da documentação que acolheu inicialmente, o Arquivo do Alto da Eira tem sido conhecido como o Arquivo Geral da Câmara, com um pendor predominantemente administrativo.

No entanto se atendermos à diversidade da documentação com que actualmente conta, representativa de todas as funcionalidades da autarquia, se pensarmos que é o depositário de Arquivos Particulares de autores consagrados como são o Arquitecto Cassiano Branco ou o escritor José Neves Águas e se levarmos em conta valências como a oficina de restauro ou o serviço de microfilmagem, percebemos que não é fácil classificar este Arquivo com base nos padrões tradicionais da disciplina arquivística.

A estrutura que o caracteriza resulta de uma "arrumação" com que, em 1985, se procurou contrariar a dispersão que caracterizava os serviços de arquivo da edilidade.

Nessa data, o "cenário" dos Arquivos na Câmara Municipal de Lisboa era o seguinte:

- O chamado Arquivo Histórico, a cuja guarda estavam atribuídos os documentos com datas do Século XII a XX, funcionava no edifício dos Paços do Concelho, onde se manteve até ao incêndio de 1996.
- No Bairro Social do Arco do Cego funcionava um Arquivo designado por "Administrativo", mas que albergava documentos com um pendor histórico já assinalável: dos Séculos XV a XX.
- Dispersos pela cidade encontravam-se ainda cinco depósitos com documentação diversa, de produção mais recente:
 - Rua da Palma – Processos de Obra;
 - Palácio da Rosa – Documentação do Tribunal Municipal;
 - Calçada do Cascão – Processos Gerais / requerimentos;
 - Rua das Janelas Verdes – Documentação retirada do Arquivo do Arco do Cego, por motivo de Obras;
 - Calçada de S. Francisco – Autorizações de pagamento e processos diversos.

Ora, terão sido razões de operacionalidade que determinaram a agregação destes documentos de natureza diversa num só espaço e sob a gestão de pessoal adequadamente qualificado.

Com efeito, a gestão documental, encontrava-se de sobremaneira dificultada, uma vez que a relação de cada Serviço com os outros Departamentos da Câmara não era funcional, a consulta de cada acervo por parte de leitores de externos à CML, praticamente não existia, e a própria gestão da respectiva documentação não ocorria da melhor maneira.

Aquando da decisão pela reunião dos diversos acervos num só arquivo, estavam em opção duas possíveis localizações: o Arquivo do Arco do Cego, após obras de ampliação; ou as caves de um edifício de habitação social localizados no Alto da Eira que, por despacho de 1980¹ haviam já sido destinadas a depósito de arquivo.

Deste modo, no Verão de 1985, viabilizou-se a segunda opção e transferiu-se todo o acervo disperso para este espaço.

Com o objectivo de aumentar a funcionalidade deste novo Arquivo na sua relação com os vários Serviços camarários, definiu-se um conjunto de regras para a requisição e ingresso de documentos. Estas regras, viriam a ser formalizadas no Regulamento do Arquivo, editado em 1989 e que ainda se encontra em vigor.

Vejam os com algum pormenor a sua estrutura documental:

ESTRUTURA DOCUMENTAL

Fundo: Câmara Municipal de Lisboa

Órgãos do Município. Esta secção é constituída pela documentação produzida pela Presidência e pelas estruturas que dela dependem. Neste âmbito, encontram-se no Arquivo do Alto da Eira, séries tão diversas quanto: Editais (1754 - 1989); relatórios de actividades de serviços da CML, Propostas e deliberações camarárias (década de 80); documentação relativa à Administração dos 1º e 4º Bairros de que se destacam: o recenseamento dos chefes de família, atestados de bom comportamento moral e civil, exigidos aos funcionários públicos durante o Estado Novo, processos de emigração, processos de despejo sumário, relativos a hóspedes de casas particulares, correspondência oficial (1890/década de 1970), inquéritos administrativos e empreitadas diversas.

* Datas extremas: 1754 - 1989

* Extensão: 160 metros lineares

Serviços Administrativos. Documentação produzida no âmbito do expediente geral camarário e ilustrativa do relacionamento da Câmara Municipal com os seus municípios.

A secção é constituída maioritariamente por requerimentos comuns e que constituem a série "Processos de Secretaria", que versam sobre assuntos de carácter prático, como iluminação pública, pedidos de licenças de habitação, reclamações sobre vias de

¹ Despacho 120/P/80 .

comunicação, pedidos de intervenção em situações de indigência ou outro tipo de carências, além de outros aspectos da vida quotidiana dos munícipes.

Além destas séries, existem outras como petições colectivas, correspondência oficial, verbetes de movimento de processos, livros de registo de processos. As duas últimas séries são habitualmente usadas como Instrumentos de Descrição Documental.

A documentação produzida pelo extinto Tribunal Municipal de Lisboa, integra igualmente esta secção e traduz-se em processos de transgressão fiscal, processos de execução fiscal, relações de relaxe, processos policiais, além de correspondência oficial.

- * Datas Extremas: 1948 à actualidade
- * Extensão: 4300 metros lineares

Património. Das funções relativas à gestão do património camarário, existem testemunhos no Arquivo do Alto da Eira, concretamente processos de Hastas Públicas para alienação de bens móveis ou imóveis e para concessão da exploração de espaços em áreas específicas da cidade. Existem ainda processos de concursos públicos para fornecimento de diversos materiais necessários ao normal funcionamento dos serviços ou para empreitadas.

- * Datas Extremas: 1938 - 1950
- * Extensão: 30 metros lineares

Serviços Financeiros. Secção constituída por processos de Abonos a funcionários, autorizações de pagamento, de despesas contraídas pelos serviços da C.M.L. necessárias ao seu funcionamento, orçamentos, guias de receita, de serviços prestados pela autarquia no uso das suas competências legais, guias de cobrança de impostos autárquicos, processos privativos de finanças, correspondência oficial, processos de consulta ao mercado para aquisição de bens e equipamentos, processos de despesa, facturas, balanços.

- * Datas Extremas: 1936 à actualidade
- * Extensão: 1.800 metros lineares

Eleições. Produzida no âmbito das funções atribuídas ao município, encontra-se neste arquivo documentação constituída por: cadernos de recenseamento eleitoral, correspondência oficial trocada entre a CML e entidades como o Centro Nacional de Eleições, actas de eleições presidenciais, autárquicas e legislativas. Os cadernos de recenseamento eleitoral encontram-se organizados por freguesias, ordenados

cronologicamente e contém informações sobre a idade, o estado civil, a profissão e a morada dos recenseados.

* Datas Extremas: 1822 - 1970

* Extensão: 230 metros lineares

Funções Militares. Constitui esta secção toda a documentação produzida no âmbito das competências camarárias relativamente ao recrutamento militar. Neste contexto encontram-se no Arquivo do Alto da Eira, livros de recenseamento militar de várias freguesias da cidade, com dados relativos à filiação, profissão e habilitações dos mancebos, "processos de mobilização auto" que contém informações sobre o uso de viaturas militares e documentação diversa contendo informações sobre os diversos quartelamentos militares.

* Datas Extremas: início do Século XX - 1980.

* Extensão: 110 metros lineares

Justiça. Documentação constituída por livros de recenseamento de jurados (com informações sobre as freguesias de residência de jurados e as respectivas profissões). Existem ainda requerimentos e declarações dos indivíduos convocados para jurados e actas de eleição dos mesmos.

* Datas Extremas: 1867 - 1898

* Extensão: 50 metros lineares

Controlo das Actividades Económicas. Da documentação produzida no âmbito do controlo das actividades económicas, destaca-se o registo de indústrias poluentes, processos de concessão de alvarás a indústrias consideradas insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas. Nestes processos existe informação sobre proprietários das empresas industriais, a área de implantação das mesmas e as condições a que o proprietário se obriga para que lhe seja concedido o alvará.

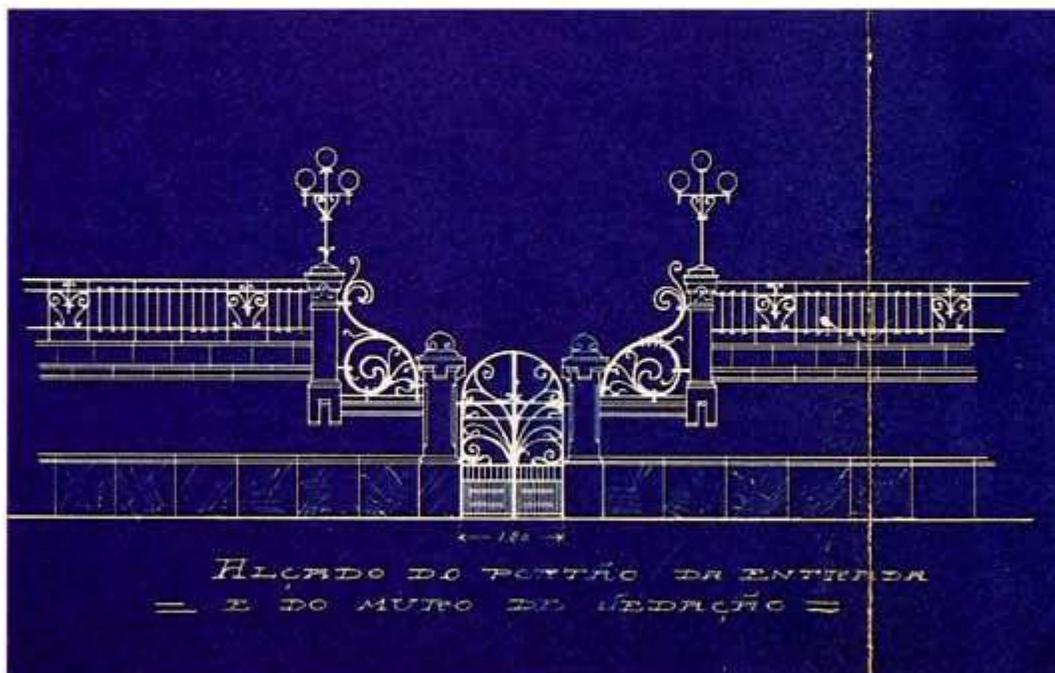
Esta secção conta ainda com documentação relativa a aferições e conferições respeitantes a taxímetros, contadores de água, gás, electricidade e balanças comerciais.

* Datas Extremas: 1901 - 1966

* Extensão: 220 metros lineares

235

Urbanismo. Inclui esta secção, a volumosa série de "processos de obra" (cerca de 300.000 volumes) que sendo constituída por documentos tão diversos quanto:



Alçado de um portão da entrada principal e muro de vedação de uma moradia. Alameda das Linhas de Torres, datado de 1911.

requerimentos, licenciamento de obras, projectos de arquitectura e engenharia, termos de responsabilidades, memórias descritivas, folhas de fiscalização, autos de vistoria e licenças de habitação, contém elementos únicos para o entendimento de todo o parque habitacional de Lisboa, inclusivamente o já inexistente em virtude de demolições totais ou parciais.

Os processos de obra estão organizados numericamente, e são consultáveis a partir de um catálogo de moradia, já que a cada número de polícia corresponde um processo de obra.

Além desta série, integra esta secção, um vasto conjunto de projectos urbanísticos, de praças, avenidas e ruas, muitos dos quais não foram concretizados.

* Datas Extremas: 1945 à actualidade

* Extensão: 3850 metros lineares

Serviços Urbanos. Documentação produzida no cumprimento de diversos serviços prestados pela Câmara aos munícipes. É constituída por séries tão diversas quanto petições de cemitérios, para arranjos de campas e colocação de epitáfios, processos privativos de viação e trânsito que tratam de assuntos respeitantes a estacionamentos especiais para deficientes, parquímetros, alterações de sinalização, carreiras de transporte público, entre outros. Constituem ainda esta secção processos de recuperação de edifícios dos vários bairros históricos de Lisboa, ou de outros edifícios considerados com valor arquitectónico.

- * Datas extremas: 1975 à actualidade
- * Extensão: 360 metros lineares

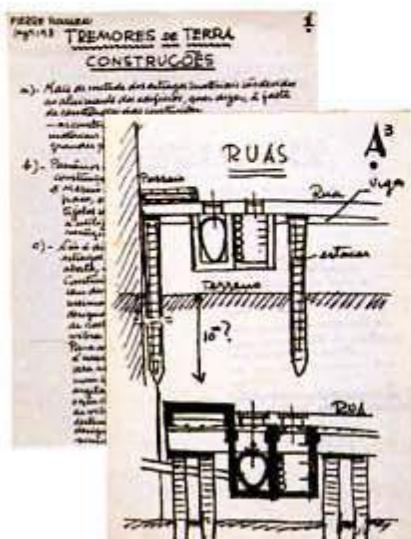
Cultura. Documentação produzida no decorrer das actividades de vários serviços culturais da Câmara Municipal de Lisboa, concretamente, museus, e bibliotecas. É constituída por correspondência oficial e processos privativos da extinta Direcção dos Serviços Centrais e Culturais, versando principalmente sobre aquisições de publicações periódicas e monografias, ou eventos culturais promovidos pela CML.

- * Datas extremas: 1965 - 1981
- * Extensão: 60 metros lineares

Turismo. A Câmara tem por função promover a cidade de Lisboa como um destino turístico de forma institucional. Para isso, desenvolve acções promocionais através dos meios de comunicação social, de acções directas junto de mercados, feiras, congressos e *workshops*; apoia a rede turística de Lisboa no aperfeiçoamento da qualidade da sua oferta e coordena acções de promoção conjuntas; gere infra-estruturas de carácter turístico como o parque de campismo de Monsanto; organiza, apoia e divulga actividades de animação que visam aumentar a procura turística em Lisboa, nomeadamente as Festas da Cidade.

Estas actividades e empenhamentos encontram-se testemunhadas em séries como "processos privativos" do Departamento de Turismo, correspondência oficial (expedida e recebida / trocada com diversas entidades).

- * Datas extremas: 1983 - 1990
- * Extensão: 20 metros lineares



FUNDO: Arquivo Cassiano Branco

Adquirido por compra em 1990, o arquivo deste importante arquitecto de Lisboa, é constituído por documentos escritos e desenhos de arquitectura, produzidos no exercício da sua longa e diversificada carreira, além de algumas colecções, documentação particular e técnico-científicos.

237



Projecto para uma ponte sobre o Tejo da autoria do Arquitecto Cassiano Branco. Cota: Gv.1 /II-Pt.6

A classificação adoptada para este fundo, baseou-se nas diferentes tipologias arquitectónicas representadas, constituindo-se dentro destas, séries documentais que respeitam o projecto arquitectónico individualmente. Assim, reúnem documentos escritos e desenhos de arquitectura que, no seu conjunto, permitem a percepção dos vários projectos, bem como o sentido da sua evolução.

Alguns desses projectos encontram-se, no entanto, escassamente documentados, não existindo deles senão alguns desenhos dispersos que não permitem um entendimento do conjunto.

Para obstar a esta escassez documental, concretamente na secção *Projectos para Arquitectura Habitacional*, houve o cuidado de, por ocasião do tratamento arquivístico desenvolvido, identificar os processos que pertencendo à série de *processos de obra* do Fundo CML, permitem complementar a consulta deste arquivo particular.

Neste contexto, a secção *Portugal dos Pequenos* do mesmo arquivo particular, merece especial destaque por ser a melhor documentada e aquela que melhor permite compreender a metodologia de trabalho adoptada para a prossecução de um empreendimento com aquela dimensão:

* Volume documental: Quatro arquivadores horizontais (para desenhos). Quinze metros lineares de documentos escritos ou desenhos de pequenas dimensões.

*Instrumentos de descrição documental: Inventário.

FUNDO: Espólio de José Neves Águas

Este espólio, adquirido por compra à sua viúva em 1992, é constituído por duas importantes colecções:

238

Cartazes Políticos. Com um âmbito cronológico compreendido entre 1974 e 1989, esta colecção é constituída por cartazes bastantes raros, se não mesmo únicos, do período imediatamente posterior à revolução de 25 de Abril de 1974. Estes testemunham claramente a "agitação" político-social da época, seja pela expressão

iconográfica e informação escrita que contêm, seja pelos sinais de uso que ostentam.

Igualmente significativos, dada a percentagem que representa no conjunto desta colecção, são os cartazes de carácter político-partidário de propaganda eleitoral, editados por ocasião de vários sufrágios legislativos, autárquicos ou comunitários.

São também dignos de nota, os cartazes ilustrativos da luta sindical desenvolvida dentro do período cronológico abrangido pela colecção.

A especificação temática desta colecção, aliada ao carácter precário dos suportes (acentuado em períodos politicamente agitados), justifica que ela tenha sido já considerada como uma das mais importantes colecções de cartazes políticos do pós 25 de Abril de 1974.

* Volume documental: cerca de 3300

* Instrumentos de descrição documental: Catálogos de autores e de títulos.

Documentos Políticos. Colecção de documentos de carácter ideológico-partidário correspondente ao período compreendido entre 1950 e 1989.

A documentação anterior a 1974 ocupa apenas quatro das quarenta e quatro caixas da colecção e encontra-se organizada em dossiers temáticos, ordenados cronologicamente, pelo proprietário. Trata-se de recortes de jornais, panfletos, documentos dactilografados de várias associações de estudantes, testemunhando alguns aspectos da oposição ao regime, ou com carácter de propaganda ideológica.

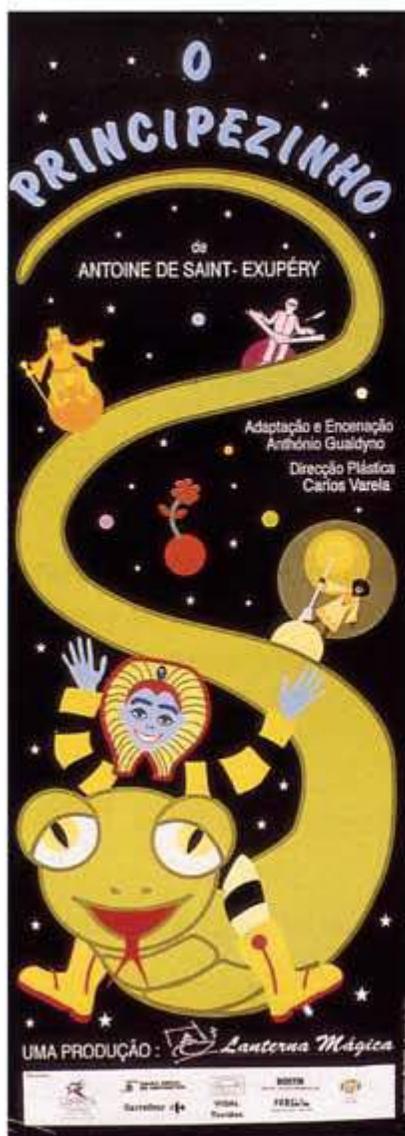
A documentação posterior a 1974 tem um carácter marcadamente partidário e é constituída por panfletos de divulgação de comícios, de defesa dos direitos dos trabalhadores de várias áreas de actividade, manifestos e artigos de jornais.

Merecedor de referência dentro desta colecção é um conjunto de autocolantes de vários partidos nascidos no período pós-revolucionário, bem como de propaganda eleitoral relativa a vários escrutínios.

* Volume documental: 44 caixas

COLECÇÕES

Colecção de Cartazes. Pela Proposta n.º 426/91 publicada no *Diário Municipal* de 25 de Abril de 1991, foi criado o regime de depósito e arquivo para os cartazes editados ou patrocinados pela CML.



Desde essa altura e ainda que com uma periodicidade de ingressos irregular, tem-se constituído uma significativa colecção de cartazes de grande riqueza visual e informativa, testemunho de variadas iniciativas de carácter cultural ou pedagógico promovidas pela CML.

Esta colecção tem sido enriquecida ainda por algumas doações pontuais, de que se destaca a da Casa-Museu Mestre João da Silva. Esta doação, significativa pela sua quantidade (32 cartazes), introduz outras temáticas na colecção de cartazes, já que se reporta apenas a actividades eleitorais de 1976 a 1989.

* Volume documental: 600 cartazes

* Instrumentos de descrição documental: Catálogos de autores e de títulos

O Príncipezinho,
cota: ct.1209/C.

Nem toda a documentação está já disponível para consulta, uma vez que só parte dela se encontra inventariada e com instrumentos de descrição que a tornem acessível.

Para obviar a esta situação, actualmente, têm-se multiplicado os esforços no sentido de inventariar e descrever adequadamente todo o acervo, por forma a tornar conhecido e disponível este importante património.

Apesar de todas as limitações, a procura do Arquivo por parte de estudantes, investigadores, munícipes e funcionários da Câmara, tem vindo a crescer: no ano de 1998, a Sala de Leitura (com capacidade para 15 pessoas), registou uma afluência de cerca de 9.000 leitores.

A documentação mais procurada foi a relacionada com o Urbanismo, particularmente, os Processos de Obra.² Desta documentação é possível obter reprodução em fotocópias, salvaguardando as limitações decorrentes da conservação das espécies e das restrições impostas pela lei.

² acessíveis através de Catálogo topográfico

Seguindo uma política de preservação das espécies documentais, foram criadas neste arquivo estruturas de apoio na área do Restauro e da reprodução de documentos.

Neste sentido em 1989, foi criado o Gabinete de Microfilmagem, com o objectivo de auxiliar na gestão documental e de preservar os originais dos danos causados pelo manuseio.

A tipologia documental de maior consulta determinou as características do equipamento inicial: uma máquina planetária de dimensão A0, especialmente vocacionada para a microfilmagem dos desenhos de arquitectura constantes nos processos de obra e da cartografia; uma máquina rotativa vocacionada para a microfilmagem de documentos normalizados e também equipamento de revelação.



Gabinete de Microfilmagem: Microfilmagem de um documento de grandes dimensões

Ainda que muito útil, este equipamento estava, no entanto, aquém das necessidades ditadas pela documentação do Arquivo. Apresentava-se urgente, antes de mais, a aquisição de equipamento adequado ao necessário controlo de qualidade de forma a garantir o respeito pelas normas da ISO e conseqüentemente a longevidade das matrizes produzidas.

Actualmente, o Gabinete de Microfilmagem conta com equipamento moderno e sofisticado, que permite a mudança de suporte de tipologias documentais tão diversas quanto: livros, plantas de grandes formatos ou documentos normalizados de formatos A6 a A3. Dispõe ainda de uma duplicadora em sais de prata e todo o equipamento necessário a um rigoroso controlo de qualidade.

O Gabinete de Microfilmagem tem-se revelado como um serviço imprescindível à salvaguarda dos originais, bem como um auxiliar precioso na gestão do espaço dos depósitos.

A preocupação com a conservação das espécies, levou a que, em 1990 fosse criada uma Oficina de Restauro.

Este espaço, exclusivamente dedicado à conservação e restauro de documentos gráficos, nasceu da necessidade que se fazia sentir de interromper a degradação que alguns dos documentos do acervo do Arquivo evidenciavam.



Oficina de Restauro: Trabalho de remendagem

No início, a oficina não era mais que uma sala, muito precariamente equipada, onde as intervenções de conservação e restauro possíveis se limitavam aos trabalhos de maior simplicidade, recorrendo apenas ao trabalho manual, com o auxílio de três tanques para lavagens e uma prensa.

A urgência em intervir nos documentos que se encontravam em pior estado de conservação, obrigou a adquirir outros instrumentos auxiliares de restauro e equipamentos adequados à tipologia documental a restaurar. Assim, foram adquiridos uma prensa de grandes dimensões que funciona por vácuo, uma máquina reintegradora para auxiliar na remendagem do miolo de livros ou outros documentos muito rasgados, medidores de pH e um conjunto de outro equipamento absolutamente necessário à execução dos trabalhos propostos.

Foram já restaurados nesta oficina alguns dos documentos pertencentes à série de cartografia do Arquivo do Arco do Cego, alguns desenhos de arquitectura que constam dos processos de obra, documentação que, pelas suas dimensões, características de suporte e intenso manuseio, se degrada aceleradamente, além de outros documentos em suporte de papel.

Recentemente, iniciaram-se trabalhos de restauro em pergaminhos do acervo histórico do Arquivo Municipal de Lisboa. Espera-se para breve o início de trabalhos de restauro em livros.

É política praticada nesta oficina, incentivar o intercâmbio de experiências com outras oficinas de restauro de documentos gráficos, pelo que já têm sido recebidos alguns estagiários, estando igualmente alguns dos nossos técnicos a estagiar em institutos com trabalhos na área.

Para concluir a apresentação deste Arquivo, resta informar quanto a sua localização e horário de funcionamento.

Rua Frei Manuel do Cenáculo

Torre nº 2 – C/V

1170 150 Lisboa

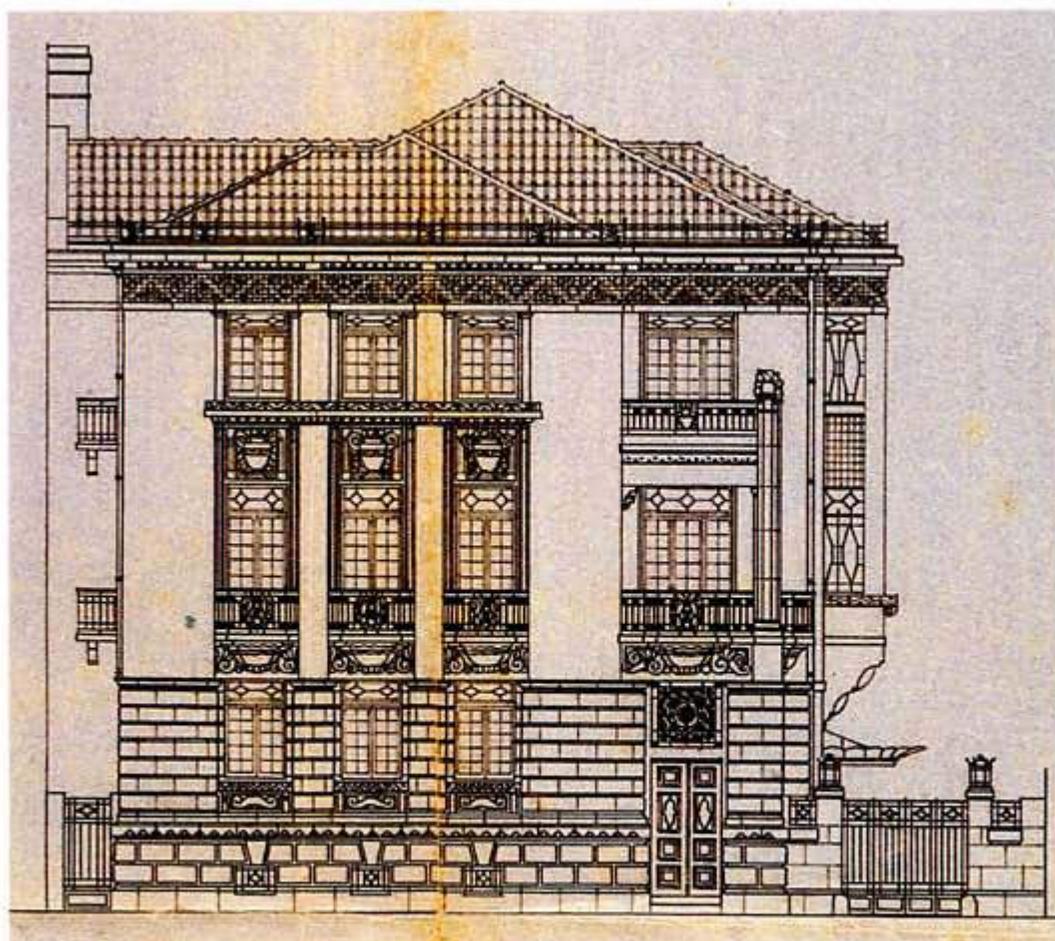
Tel.: 21 8152400 Fax: 21 8149890

Horário da Sala de Leitura:

9:30 – 17:00

(ultimo pedido até às 16:30)

Horário da Secretaria: 9:00 às 17:30



243

Alçado Principal de um edifício na Avenida 5 de Outubro, datado de 1926.

